



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

LAURA JORGE NOGUEIRA CAVALCANTI

**IMPACTOS DO AMBIENTE VIRTUAL NA (DES)LEGITIMAÇÃO DO  
#OCUPEESTELITA: uma abordagem discursivo-sociocognitiva**

Recife

2020

LAURA JORGE NOGUEIRA CAVALCANTI

**IMPACTOS DO AMBIENTE VIRTUAL NA (DES)LEGITIMAÇÃO DO  
#OCUPEESTELITA: uma abordagem discursivo-sociocognitiva**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Letras.

**Área de concentração:** Linguística

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karina Falcone de Azevedo

Recife

2020

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

C376i Cavalcanti, Laura Jorge Nogueira  
Impactos do ambiente virtual na (des)legitimação do #OcupeEstelita:  
uma abordagem discursivo-sociocognitiva / Laura Jorge Nogueira  
Cavalcanti. – Recife, 2020.  
207f.: il.

Orientadora: Karina Falcone de Azevedo.  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de  
Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2020.

Inclui referências e anexos.

1. Discurso jornalístico. 2. #OcupeEstelita. 3. Análise Crítica do  
Discurso. 4. Sociocognição. I. Azevedo, Karina Falcone de (Orientadora).  
II. Título.

410 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2020-163)

LAURA JORGE NOGUEIRA CAVALCANTI

**IMPACTOS DO AMBIENTE VIRTUAL NA (DES)LEGITIMAÇÃO DO**

**#OCUPEESTELITA:** uma abordagem discursivo-sociocognitiva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Letras.

Aprovada em: 26/08/2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Karina Falcone de Azevedo (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Evandra Grigoletto (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Suzana Leite Cortez (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Flávia Mendes de Andrade e Peres (Examinadora Externa)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante (Examinadora Externa)  
Universidade Federal da Paraíba

A D.J., meu Totinha, porque não poderia ser diferente. Tudo é por você.

## AGRADECIMENTOS

À minha família: minha mãe, por ser essa mulher incrível, nunca duvidar, sempre me apoiar em tudo, e especialmente tão intensamente na realização dessa tese; meu pai, por ser minha luz, meu conforto e fonte eterna de estímulo intelectual; minha irmã por ser minha maior defensora, meu exemplo de pessoa forte, decidida, inteligente; a Diego, por sempre segurar as pontas quando eu vacilei, e por Diego Jorge, o maior presente que você poderia me dar; a minha sogra, Mauricéia, por sempre torcer e vibrar pelas nossas vitórias.

À minha orientadora, prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Karina Falcone, sem quem essa tese não existiria. Obrigada pela inspiração e motivação a cada passo, pelo acolhimento desde o primeiro encontro, pelas leituras (extensas) cuidadosas e criteriosas, pela paciência, enfim, por essa oportunidade única; a acadêmica/pesquisadora que sou, devo a você.

À minha querida amiga Sirleidy, por toda a ajuda, força, incentivo, carinho, simplicidade, cumplicidade e por ser essa pessoa maravilhosa que a UFPE me permitiu conhecer. Que nossos caminhos nunca se distanciem demais e voltem a se cruzar.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos durante a realização desse doutorado, que me possibilitou a estabilidade e tranquilidade para dedicar-me à pesquisa.

Aos membros titulares da banca de defesa, professoras Dras. Marianne Cavalcante, Flávia Peres, Evandra Grigoletto e Suzana Cortez. Agradeço o aceite, a disponibilidade, as contribuições e provocações.

Agradeço também à prof<sup>a</sup>. Dra. Fabiele Stockmans de Nardi, pela participação na condição de membro suplente, apesar do tempo tão apertado, e pelo acolhimento e carinho ao longo desses anos.

Aos membros das bancas de Qualificação do Projeto e de Qualificação da Tese, prof. Dr. Jan Edson Rodrigues Leite, profa. Dra. Suzana Cortez, prof. Érico Andrade e profa. Dra. Fabiele Stockmans De Nardi. Obrigada pelas contribuições valiosíssimas.

Aos queridos e eternos Falconeanos, Sirleidy, Lili, Vinícius, Carol, Estevão, Adriano, Clarice, obrigada pela escuta, pelo incentivo, pelas discussões, pela dedicação, enfim, obrigada por testemunharem essa caminhada.

Aos colegas de mestrado e doutorado, pessoas que a UFPE me trouxe e que sempre levarei comigo (Shenia, Rita, Léo, Renato, Alane, Aline, e tantos outros). Vocês me desafiam e me inspiram todos os dias para ser uma professora e pesquisadora melhor!

À Brígida, amiga que partiu cedo demais, mas que com certeza vibraria muito com essa conquista. Às minhas amigas Fafirocas, Letícia, Rivalquíria, Bruninha, Islânia e Flávia, pelo companheirismo desde a época da licenciatura.

“E agora as palavras de Platão riem de mim nas sombras das saliências atrás das chamas:  
- ...os homens da caverna diriam que sua ascensão lhe causara a ruína da vista... “ (KEYES,  
1966, p. 285)

## RESUMO

Propomos, com este trabalho, uma análise crítica sociocognitiva do discurso produzido em torno de uma questão que mobilizou vários setores da cidade do Recife: o destino a ser dado à área do Cais José Estelita. Desde uma perspectiva interdisciplinar que alia os Estudos Críticos do Discurso numa perspectiva sociocognitiva (VAN DIJK, 2010; 2012), Estudos de Redes (CASTELLS, 2001; 2009; LÉVY, 1996; 1999), Sociologia dos Movimentos Sociais (GOHN, 2008; CASTELLS, 2015) e Antropologia Linguística (MOTTA, 2002), debruçamo-nos sobre a produção discursiva de dois grupos sociais em disputa pela área do cais – representados pelo Projeto Novo Recife e Movimento #OcupeEstelita –, compreendendo que o discurso não é mero elemento expressivo ou comunicativo, mas constitutivo das práticas e configurações sociais, que, por sua vez, constituem os discursos (FAIRCLOUGH, 2001; MARCUSCHI, 2003; 2005). A operacionalização dessa relação é dada através do aspecto sociocognitivo, a interface necessária entre discurso e sociedade (VAN DIJK, 2000; 2010; 2012; MARCUSCHI, 2003; 2005), que permite explicar como os discursos trabalham na estruturação social e vice-versa. Assim, são analisados discursos provenientes de diferentes fontes: notícias dos jornais impressos de maior circulação do Recife (Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco), postagens realizadas nas páginas de Facebook do Projeto Novo Recife e Movimento #OcupeEstelita, e comentários realizados por internautas em relação às postagens. Vislumbramos que, desde a expansão do uso dos sites de redes sociais virtuais, se faz necessário novo ponto de vista em relação à instituição jornalística e à sua relação com o público, cada vez mais ativo na construção da pauta. As mídias virtuais têm apresentado efeitos nas relações de poder, na (des)estabilização da hegemonia, nos processos de (des)legitimação e na (re)produção de conhecimento (CASTELLS, 2001; 2009). Assim, investigamos o impacto dos sites de redes sociais, mais especificamente o Facebook, em práticas sociodiscursivas antes estabilizadas e agora desarranjadas pelo surgimento desse “novo” espaço de interação, aparentemente mais democrático, o espaço virtual. Postulamos, portanto, que o #OcupeEstelita, através dos sites de rede social, notavelmente o Facebook, busca a desestabilização da práxis jornalística tradicional, posicionando-se como fonte alternativa de notícias sobre o tema do Cais José Estelita, ao passo que luta por sua própria legitimação. Ao analisar os discursos do #Ocupe e do Novo Recife, em suas respectivas páginas de Facebook, assim como comentários realizados em relação às publicações, verificamos quais e como os discursos sobre o cais, a cidade, o conceito de cidadão reverberam na sociedade.

**Palavras-chave:** Discurso jornalístico. #OcupeEstelita. Análise Crítica do Discurso. Sociocognição.

## ABSTRACT

Through this study, we propose a critical sociocognitive analysis of the discourse produced about an issue that mobilized different sectors of the city of Recife: the repurposing of the area of José Estelita wharf. From an interdisciplinary perspective that conjugates Critical Discourse Studies in a sociocognitive approach (VAN DIJK, 2010; 2012), Network Studies (CASTELLS, 2001; 2009; LÉVY, 1996; 1999), Social Movements Studies (GOHN, 2008; CASTELLS, 2015) and Linguistic Anthropology (MOTTA, 2002), we analyze the discourse produced by the two groups in dispute – represented by the Novo Recife project and #OcupeEstelita movement –, understanding that discourse is not a mere expressive or communicative instrument, but constitutive of social practices and configurations, which, in turn, constitute discourses (FAIRCLOUGH, 2001; MARCUSCHI, 2003; 2004). The operationalization of this relation is carried out through the sociocognitive aspect, a necessary interface between discourse and society (VAN DIJK, 2000; 2010; 2012; MARCUSCHI, 2003; 2004) in order to explain how discourses work towards the structuring of society and vice-versa. Hence, news pieces from the two highest circulation newspapers in Recife (Jornal do Commercio and Diário de Pernambuco) are analyzed, as well as the posts in both Novo Recife's and #OcupeEstelita's Facebook pages, and the comments in relation to these posts. We have come to realize that, since the expansion of the usage of social network websites, a new perspective towards the journalistic institution and its relation to the public, now more active in agenda setting, is necessary. Virtual media have presented effects in the power relations, in (de)stabilizing hegemony, in the processes of (de)legitimation and in the (re)production of knowledge (CASTELLS, 2001; 2009). Therefore, we investigate the impact of social network websites in sociodiscursive practices once stabilized, and now rearranged by the emergence of this “new”, apparently more democratic, space for interactions, the virtual space. We postulate, thus, that #OcupeEstelita, through the social media websites, notably Facebook, seeks to destabilize the traditional journalistic practice, positioning themselves as an alternative news source on the Cais José Estelita theme, whilst fighting for its own legitimation. Through the analysis of the discourses produced by #Ocupe and Novo Recife, in their respective Facebook pages, as well as the comments posted on these pages, we were able to verify which and how the disputing discourses about the wharf, the city, the concept of citizen reverberate through society.

**Keywords:** Journalistic discourse. #OcupeEstelita. Critical Discourse Analysis. Sociocognitive perspective.

## RESUMEN

Con esta investigación, proponemos un análisis sociocognitivo del discurso producido en torno a una cuestión que movilizó varios sectores de la ciudad del Recife: el destino del área del muelle José Estelita. Desde una perspectiva interdisciplinaria que une los Estudios Críticos del Discurso de perspectiva sociocognitiva (VAN DIJK, 2010; 2012), los Estudios de Redes (CASTELLS, 2001; 2009; LÉVY, 1996; 1999), la Sociología de los Movimientos Sociales (GOHN, 2008; CASTELLS, 2015) y la Antropología Lingüística (MOTTA, 2002), analizamos la producción discursiva de dos grupos sociales en disputa por el área del muelle – representados por el proyecto Novo Recife y el movimiento #OcupeEstelita –, comprendiendo que el discurso no es apenas instrumento comunicativo o expresivo, sino que constitutivo de las prácticas y configuraciones sociales, que, a la vez, constituyen a los discursos (FAIRCLOUGH, 2001; MARCUSCHI, 2003; 2004). La operacionalización de esta relación está en el aspecto sociocognitivo, la interfaz necesaria entre discurso y sociedad (VAN DIJK, 2000; 2010; 2012; MARCUSCHI, 2003; 2004) que nos permite explicar cómo los discursos operan en la estructuración social y viceversa. Así, son analizadas las noticias de los diarios de más grande circulación en Recife (Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco), las publicaciones en las páginas de Facebook del Novo Recife y #OcupeEstelita, así como los comentarios hechos en relación a estas publicaciones. Observamos que, desde la expansión e intensificación del uso de plataformas de redes sociales virtuales, se hace necesario una nueva mirada a la institución periodística y su relación con la audiencia, cada vez más activa en la construcción de las pautas. Los media virtuales han presentado efectos en las relaciones de poder, en la (des)estabilización de la hegemonía, en los procesos de (des)legitimación y en la (re)producción del conocimiento (CASTELLS, 2001; 2009). Así, investigamos el impacto de los sitios de redes sociales en prácticas sociodiscursivas antes estabilizadas, y ahora perturbadas por el surgimiento de este “nuevo” espacio de interacción, aparentemente más democrático, el espacio virtual. Postulamos, por lo tanto, que el #OcupeEstelita, a través de los sitios de redes sociales, notablemente el Facebook, ambiciona desestabilizar la práctica periodística tradicional, posicionándose como fuente alternativa de noticias sobre el tema del muelle José Estelita, al mismo tiempo en que lucha por su propia legitimación. Al analizar los discursos del #OcupeEstelita y del Novo Recife en sus páginas de Facebook, así como los comentarios realizados con relación a las publicaciones, pudimos observar cuáles y cómo los discursos sobre la ciudad, el muelle, el concepto de ciudadano/a repercuten en la sociedad.

**Palabras clave:** Discurso periodístico. #OcupeEstelita. Análisis Crítico del Discurso. Sociocognición.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dinâmica sociedade-cognição-discurso em relação ao Cais José Estelita.....	32
Figura 2 – Classificação das categorias de análise.....	34
Figura 3 – Compartilhamento de reportagem do jornal Estadão (SP).....	58
Figura 4 – Compartilhamento de reportagem da Mídia Ninja.....	59
Figura 5 – Apresentação de uma ação mitigadora do Projeto.....	64
Figura 6 – Comentário de internauta.....	65
Figura 7 – Banner Jornal do Commercio.....	78
Figura 8 – Primeira postagem da página do Novo Recife.....	86
Figura 9 – Respostas do Novo Recife a internautas.....	87
Figura 10 – Postagem informativo-publicitário do Novo Recife.....	89
Figura 11 – 12 comentários originais, dos quais, apenas 6 permanecem visíveis.....	91
Figura 12 – Advertência do Novo Recife a internautas.....	92
Figura 13 – Postagem de 10 de julho de 2014.....	94
Figura 14 – Postagem de 24 de junho de 2014.....	95
Figura 15 – Postagem de 17 de agosto de 2014.....	96
Figura 16 – Postagem de 9 de setembro de 2014.....	97
Figura 17 – Postagem de 22 de julho de 2014.....	98
Figura 18 – Postagem de 19 de julho de 2014.....	100
Figura 19 – Promessa de empregos.....	101
Figura 20 – A <i>hashtag</i> #PorDentroDoNovoRecife.....	102
Figura 21 – Postagem de 19 de junho de 2014.....	106
Figura 22 – Imagens do #Ocupe postadas em maio de 2014.....	110
Figura 23 – Cantor Otto e David Harvey em apoio ao Movimento.....	110
Figura 24 – Postagem contendo parte do texto da decisão do TJPE.....	115
Figura 25 – Uso da <i>hashtag</i> #ResisteEstelita.....	117
Figura 26 – Publicação sobre a edição do #Ocupe de maio de 2014.....	120
Figura 27 – Publicação produzida pelo #OcupeEstelita.....	122
Figura 28 – Categorização como #ocupantes.....	123
Figura 29 – Publicação de artigo sobre o #OcupeEstelita.....	124
Figura 30 – Categorização <i>gângsters</i> .....	126
Figura 31 – Emprego do atributo “ilegal”.....	127
Figura 32 – Publicação em apoio à Torcida Jovem.....	128

Figura 33 – Comentários referentes ao apoio à Torcida Jovem.....	129
Figura 34 – “Nós somos a cidade!!” .....	129
Figura 35 – Publicação categorizada como PAINEL DE NOTÍCIAS.....	133
Figura 36 – Notícia veiculada no JC, edição 142, de 22 maio 2014.....	142
Figura 37 – Notícia veiculada no DP, edição impressa de 22 maio 2014.....	143
Figura 38 – Notícia veiculada no JC, edição impressa de 23 maio 2014.....	148
Figura 39 – Nota e informe publicitário do Consórcio Novo Recife.....	149
Figura 40 – Imagem publicada na capa do JC.....	153
Figura 41 – Imagens reportagem “Tumulto, prisões e feridos” .....	154
Figura 42 – Imagens publicadas nas reportagens.....	158
Figura 43 – Naturalização da violência contra integrantes do #Ocupe.....	161
Figura 44 – Chamada de capa.....	164
Figura 45 – Quadro síntese e olho com fala do secretário João Braga.....	164
Figura 46 – Foto do banho de piscina.....	168
Figura 47 – Foto do acampamento.....	169
Figura 48 – Homem segura currículo.....	173
Figura 49 – Comentários de internautas em postagem do DP.....	177
Figura 50 – Comentário sobre a ação Praia do GeJu.....	179
Figura 51 – #Ocupe categorizado como quadrilha.....	179
Figura 52 – Comentário sobre o acampamento em frente à casa do prefeito.....	180
Figura 53 – Possível resgate da imagem do ativista tomando banho de piscina.....	182
Figura 54 – Referenciação/categorização de “desocupado” .....	182
Figura 55 – Resposta à categorização dos ativistas como desocupados.....	183
Figura 56 – Comentário que focaliza o estereótipo “maconheiro”.....	184
Figura 57 – Comentário sobre o papel do governo.....	185
Figura 58 – Comentário que resgata a ideologia da privatização.....	186
Figura 59 – Embate ideológico Capitalismo x Comunismo/Socialismo.....	187
Figura 60 – Comentário que resgata discurso de exclusão.....	188
Figura 61 – Debate sobre o conceito de progresso.....	189
Figura 62 – Polarização <i>Nós x Eles</i> .....	189

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de notícias, reportagens e postagens coletadas por ano.....	30
Tabela 2 – Detalhamento de gêneros textuais na página @novorecife.....	90
Tabela 3 – Ocorrência dos grupos sociais na estrutura de relevância das notícias.....	139
Tabela 4 – Ocorrência dos qualificadores nas notícias.....	144
Tabela 5 – Ocorrência de descrição de proposta de cada um dos grupos.....	147

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
1.1	METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	26
<b>2</b>	<b>DISCURSO E (DES)LEGITIMAÇÃO SOCIAL NA ERA VIRTUAL.....</b>	<b>37</b>
2.1	A RELAÇÃO DISCURSO, SOCIEDADE, COGNIÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE REALIDADE(S).....	38
2.2	IDEOLOGIA(S), GRUPOS SOCIAIS E PROJETOS DE SOCIEDADE.....	43
2.2.1	<b>Compreendendo as ideologias como construtos sociocognitivos.....</b>	<b>44</b>
2.2.2	<b>Modelos mentais e de contexto: como as ideologias orientam a (re)produção de modelos sociocognitivos através do discurso.....</b>	<b>46</b>
2.2.3	<b>Referenciação e categorização como processos discursivos de (re)produção de ideologias.....</b>	<b>48</b>
2.3	PODER, ACESSO DISCURSIVO E (DES)LEGITIMAÇÃO.....	52
2.3.1	<b>Poder social, poder simbólico e a questão do acesso.....</b>	<b>53</b>
2.3.2	<b>A (des)legitimação como processo discursivo.....</b>	<b>55</b>
2.4	AS REDES SOCIAIS ON-LINE E A HIPÓTESE DA SUBVERSÃO DA HEGEMONIA SIMBÓLICO-DISCURSIVA.....	60
2.4.1	<b>Potencialidades apresentadas pela revolução digital: uma leitura crítica.....</b>	<b>66</b>
2.4.2	<b>A prática jornalística na era virtual.....</b>	<b>73</b>
<b>3</b>	<b>PROJETO NOVO RECIFE: UMA CIDADE PARA QUEM?.....</b>	<b>83</b>
3.1	O QUE É (OU PRETENDE SER) O PROJETO NOVO RECIFE?.....	83
3.1.1	<b>Implicações, pressupostos e acarretamentos em prol do discurso hegemônico.....</b>	<b>85</b>
3.1.2	<b>Ideologias capitalistas e modelos sociocognitivos de cidade/cidadão, desenvolvimento e progresso.....</b>	<b>93</b>
3.1.3	<b>Referenciação e categorização dos integrantes do #OcupeEstelita e a criminalização do movimento.....</b>	<b>105</b>
<b>4</b>	<b>O #OCUPEESTELITA E A SUBVERSÃO DO DISCURSO HEGEMÔNICO ATRAVÉS DO AMBIENTE VIRTUAL.....</b>	<b>107</b>
4.1	O QUE É (OU PRETENDE SER) O #OCUPEESTELITA?.....	107
4.1.1	<b>Ocupações como movimentos sociais e o papel das “novas” tecnologias da informação e comunicação.....</b>	<b>111</b>

<b>4.1.2</b>	<b>A construção discursiva do #OcupeEstelita no âmbito virtual: ideologias socialistas e modelos sociocognitivos de cidade/cidadão, democracia e o papel do Estado.....</b>	<b>116</b>
<b>4.2</b>	<b>OS SITES DE REDES SOCIAIS ON-LINE E O ACESSO AO FAZER DISCURSIVO.....</b>	<b>130</b>
<b>4.2.1</b>	<b>Gêneros textuais aplicados à subversão da prática jornalística tradicional.....</b>	<b>131</b>
<b>5</b>	<b>A COBERTURA DA IMPRENSA TRADICIONAL LOCAL E A (DES)LEGITIMAÇÃO DO #OCUPEESTELITA.....</b>	<b>136</b>
<b>5.1</b>	<b>ANÁLISE DAS NOTÍCIAS EM TRÊS CICLOS DE COBERTURA.....</b>	<b>138</b>
<b>5.1.1</b>	<b>1º Ciclo: da não nomeação à visibilização.....</b>	<b>141</b>
<b>5.1.2</b>	<b>2º Ciclo: da categorização prototípica à estereotipização dos atores sociais.....</b>	<b>156</b>
<b>5.1.3</b>	<b>3º Ciclo: a reprodução do discurso hegemônico.....</b>	<b>170</b>
<b>6</b>	<b>A DISPUTA PELO PODER REVERBERA NA SOCIEDADE: ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS NO FACEBOOK.....</b>	<b>175</b>
<b>6.1</b>	<b>O FACEBOOK COMO ÁGORA VIRTUAL.....</b>	<b>175</b>
<b>6.2</b>	<b>“VAGABUNDOS”, “DEMOCRACIA” E “PROGRESSO”: DAS CATEGORIZAÇÕES À REPRODUÇÃO IDEOLÓGICA.....</b>	<b>178</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>191</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>196</b>
	<b>ANEXO A - NOTÍCIAS COLETADAS DO JORNAL DO COMMERCIO.....</b>	<b>203</b>
	<b>ANEXO B - NOTÍCIAS COLETADAS – DIARIO DE PERNAMBUCO.....</b>	<b>206</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Através desta investigação, propomos uma análise crítica sociocognitiva do discurso produzido em torno de uma questão que mobilizou vários setores da cidade do Recife: o destino a ser dado à área do cais José Estelita, vendida em leilão a um consórcio imobiliário que pretende construir um empreendimento chamado Projeto Novo Recife nesse espaço. O projeto é criticado por um movimento social (dentre outros), o #OcupeEstelita, que questiona sua legitimidade desde a venda da área até os grupos sociais beneficiados pela construção do Novo Recife ao mesmo tempo em que luta pela própria legitimação enquanto movimento social perante a opinião pública local.

Nesse estudo, debruçamo-nos sobre a produção discursiva de grupos sociais envolvidos na disputa pela área, a saber, o Movimento #Ocupe Estelita, o Consórcio Novo Recife, os jornais tradicionais locais e a sociedade em geral que se faz presente através dos comentários nos sites de redes sociais online, compreendendo que o discurso não é mero elemento expressivo, mas constitutivo das práticas e configurações sociais, que, por sua vez, constituem os discursos (FAIRCLOUGH, 2001).

A operacionalização dessa relação é realizada através do aspecto sociocognitivo, que se apresenta como a interface constitutiva entre discurso e sociedade (VAN DIJK, 2000; 2010; 2012), para explicar como os discursos trabalham na (re)estruturação social e como as configurações sociais promovem a produção de discursos de diferentes ordens. Com Marcuschi (2004, p. 273, grifos nossos), podemos dizer que:

O sujeito não é apenas enunciativo e sim também criativo e social nas suas ações cognitivas. Assim, *na ação social situada, ele instaura e diz o mundo*. Numa expressão um tanto ousada, poderíamos dizer que *o ato de referir é um ato criativo* no contexto de ações lingüísticas sócio-historicamente situadas. *Reflexivamente, a própria descrição faz parte do mundo que descreve.*

Evitamos, assim, uma possível relação determinística entre discurso e sociedade, já que trabalhamos dentro de uma perspectiva de constante (re)estruturação reflexiva da sociedade como postulado por Giddens (2003), mediada pela atividade sociocognitiva (VAN DIJK, 2010; 2012; MARCUSCHI, 2003; 2005; 2007). Compreendendo a natureza relativamente estável das configurações sociais sob a ótica de um contínuo processo de (re)estruturação, é possível, então, pensar o discurso como um dos elementos motores dessa (re)estruturação constante, de

mudança social. E daí a importância de estudos que visem, não só à descrição dos fenômenos discursivos, mas à investigação de sua própria instauração e seus efeitos. Novamente, com Marcuschi (2005, p. 13, grifo nosso), “Trata-se de observar o que os interlocutores fazem e como agem para *construir um mundo público* em sistema de co-produção discursiva.”

Em nossa investigação são contempladas as produções de dois dos principais jornais impressos do Recife (Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco) durante a cobertura das ações do #OcupeEstelita, no esteio de pesquisas destinadas a compreender o trabalho jornalístico em relação ao processo de (re)estruturação das configurações sociais. Vislumbramos, contudo, que a prática jornalística (como outras áreas da vida em sociedade) tem se modificado desde a expansão e intensificação do uso dos sites de redes sociais virtuais, pelo que se faz necessário novo ponto de vista em relação ao domínio jornalístico e à sua relação com o público, cada vez mais ativo na construção das pautas. Portanto, será analisada também a produção discursiva do Projeto Novo Recife em sua página no site de rede social online Facebook, bem como do Movimento #OcupeEstelita, também em sua página no site de rede social. Além disso, examinaremos comentários realizados em relação a algumas publicações a fim de verificar quais e como os discursos reverberam na sociedade.

Partimos do pressuposto que esses múltiplos discursos estão relacionados, constituindo-se uns aos outros, a partir de uma perspectiva dialógica da linguagem (BAKHTIN & VOLOCHINOV, 2006; BAKHTIN, 2010) em que “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2010, p. 272), ou seja, responde e/ou antecipa outros enunciados. O enunciado, mais do que comunicar ou informar, nos permite agir através da linguagem, “negociar sentidos”. As escolhas estruturais e lexicais que realizamos ao produzir enunciados, ao produzir discurso, não são inocentes, mas direcionadas a apoiar um ou outro posicionamento – são escolhas ideologicamente orientadas. Através dos posicionamentos que realizamos discursivamente, tentamos nos impor, inserindo-nos nos jogos de poder, aliando-nos por vezes a certos discursos, e/ou nos opondo a outros.

Isso implica uma visão de língua e linguagem que vai além de um simples código referencial de representação ou designação do mundo. A língua é uma atividade social “muito particular com características especiais que nos permite ações impossíveis com qualquer outro instrumento” (MARCUSCHI, 2005, p. 14). A língua se presta à interação entre sujeitos sociais na construção de conhecimento, valores, crenças e atitudes sobre as coisas do mundo, ou seja, de uma cognição social (MARCUSCHI, 2003; 2005; 2007). Por isso operamos primariamente com a noção de discurso, que permite englobar, além dos sistemas linguísticos, aspectos

dialógicos, ideológicos e sociocognitivos na análise da interação comunicativa entre grupos e atores sociais. Interação essa, que, como investigamos aqui, vem sofrendo efeitos decorrentes dos “novos” meios de comunicação e tecnologia, principalmente a partir do advento da Internet, e de forma ainda mais marcante, da web 2.0 que “se caracteriza por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo” (PRIMO, 2007, p. 1).

De acordo com Castells (2005), as mídias virtuais têm apresentado efeitos nas relações de poder, na (des)estabilização da hegemonia, nos processos de (des)legitimação e na (re)produção de conhecimento. Em relação a esse último aspecto, tem se discutido o papel das mídias sociais online nos processos de produção e divulgação de notícias e seu impacto em práticas sociodiscursivas antes estabilizadas e agora desarranjadas pelo surgimento desse “novo” espaço de interação, aparentemente mais democrático, o mundo virtual (FRANCISCO, 2010; LEMOS, 2009).

Entender a produção discursiva, seja online ou offline, em torno do #OcupeEstelita implica entender também como se constitui o próprio movimento, qual sua proposta de intervenção social, como se organiza e a partir de que mecanismos consegue intervir na sociedade. Para o propósito dessa pesquisa, exploraremos especificamente os mecanismos discursivos, já que partimos do pressuposto de que há uma relação constitutiva do discurso com as práticas sociais, dentre elas, o ativismo social.

O gérmen do Movimento #OcupeEstelita surge em 2012 através do grupo ativista Direitos Urbanos, atuante na cidade do Recife (PE), que mobiliza diversos atores sociais em relação às políticas urbanas na cidade. O #Ocupe, como o nome sugere, se inspira em outros movimentos de ocupação, notavelmente o Occupy Wall Street, embora tenham pautas específicas diferentes. Com o tempo, o #OcupeEstelita<sup>1</sup> evolui de acordo com as características e demandas locais, como é próprio dos novos movimentos sociais em rede, cuja lógica é global, mas se realizam a nível local (CASTELLS, 2010).

O espaço urbano sobre o qual se voltam as atenções do Movimento é o cais José Estelita, área de mais de 100 mil metros quadrados, que abrigava até pouco tempo antigos armazéns de açúcar, a área da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. e o Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, segundo mais antigo do Brasil, e que, a partir de 2015, está inscrito no Instituto do Patrimônio

---

<sup>1</sup> Optamos por manter a grafia #OcupeEstelita para nomear o Movimento, pois, além de compreender as expressões iniciadas pelo símbolo # como enunciados de sentidos, assim também contemplamos a constituição virtual do Movimento.

Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O terreno, que pertencia à União, estava sem uso oficial há algumas décadas, e foi vendido a um consórcio imobiliário em 2008 formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos, pouco antes da aprovação do Plano Diretor que inviabilizaria a construção naquela área, para a edificação de torres residenciais e comerciais. Porém, apenas em 2012 tanto a venda como os planos do Consórcio se tornaram de conhecimento geral, em audiência pública marcada pela presença de atores sociais de vários setores, inclusive integrantes do grupo Direitos Urbanos.

Desde a audiência, em que foram divulgados os planos do Consórcio para a área (o que ficou conhecido como Projeto Novo Recife), os integrantes do Direitos Urbanos começaram sua campanha de questionamento tanto da validade/legalidade do próprio leilão que levou à venda da área, quanto dos reais benefícios (ou *quem* especificamente se beneficiaria) do Projeto Novo Recife. As primeiras intervenções do Direitos Urbanos, chamadas de #OcupeEstelita, organizadas e divulgadas principalmente via *online*, foram eventos pontuais realizados no local com explicações mais técnicas sobre a venda do terreno e o Projeto em si, além de exposições fotográficas, *shows*, apresentações de dança e teatrais, palestras, dentre outras ações culturais que reuniam estudantes universitários, professores, arquitetos, e membros de diversos movimentos e setores sociais para chamar atenção à questão. Até que às 22 horas do dia 21 de maio de 2014, após uma série de investidas do Novo Recife junto à Prefeitura e à justiça, o Consórcio inicia a demolição dos armazéns no cais. Porém, a ação é flagrada por ativistas do Direitos Urbanos/#OcupeEstelita que, através de sites de redes sociais rapidamente mobilizam outros integrantes para irem ao local. Inicia-se nesse momento, a primeira ocupação semipermanente que durará 58 dias.

Desde então, o #Ocupe, como ficou conhecido, toma forma e ganha corpo, tornando-se, de certa forma, independente do grupo Direitos Urbanos, embora membros desse grupo participem da ocupação e sejam elemento fundamental principalmente nesse momento inicial. Ao longo do tempo, a luta pelo cais José Estelita vai se tornando uma luta ideológica, de posicionamentos políticos – no sentido amplo da palavra, apontado por Mouffe (1996) –, e não só uma questão de planejamento urbano, mas uma questão de agir político e de como fazer política. Essa causa política mais ampla é herdada e alimentada pelo envolvimento do Direitos Urbanos, que parte de um

desejo comum de participar mais ativamente das decisões políticas que regulam ou interferem na vida social da cidade do Recife, buscando

alternativas de ação quando o interesse da cidade fica esquecido pela representação política formal. Por isso logo ficou claro que aquilo que estava realmente em jogo [...] era uma concepção maior de cidade, de política, do tipo de vida que queremos (DIREITOS URBANOS, s/p, s/d).

Passando ao largo dos protocolos institucionais, o Movimento visa democratizar o processo decisório sobre o espaço público urbano do Recife, especificamente sobre o Cais José Estelita, inicialmente buscando dar acesso a informações sobre a compra/venda do local, a construção do empreendimento, a mobilização contra a construção etc. Assim, a página do grupo no Facebook é utilizada para a divulgação de notas, denúncias, notícias não divulgadas, reportagens e estudos sobre planejamento urbano, e posiciona-se como meio alternativo de divulgação de informações sobre o conflito, muitas vezes contestando informações divulgadas em veículos jornalísticos hegemônicos do Recife, e dessa forma contrapondo as práticas jornalísticas vigentes na época. Segue-se a divulgação do #Ocupe e seu embate com o Novo Recife por veículos jornalísticos externos como Carta Capital (primeiro veículo externo a divulgar algo sobre o #Ocupe), Revista Fórum, Mídia Ninja, Estadão, dentre outros, o que aprofunda essa descentralização da produção discursiva sobre o tema.

Assim que, desde uma perspectiva interdisciplinar que alia os Estudos Críticos do Discurso numa perspectiva sociocognitiva (VAN DIJK, 2010, 2012; FAIRCLOUGH, 2001; MARCUSCHI, 2003; 2005; 2007), Estudos de Redes (CASTELLS, 2005, 2010) e Sociologia dos Movimentos Sociais (GOHN, 2008; CASTELLS, 2015), exploramos o impacto da utilização do site de rede social Facebook na (des)legitimação do #OcupeEstelita ao observar a desestabilização da cobertura tradicional do conflito e o processo de construção de conhecimento sobre o Movimento.

Nesse sentido, abordamos os sites de rede social não só como meio de *visibilização*, mas como uma *arena discursiva* para a (re)produção de ideologias, atitudes e opiniões sobre o conflito em torno do cais; uma arena em que tantas vozes interagiram para manter ou subverter relações de poder. Vemos nessa conjuntura uma oportunidade para melhor compreender o papel da prática discursiva na (re)estruturação das relações de poder que (re)formulam conceitos caros à convivência na sociedade contemporânea: direitos urbanos, o público e o privado, participação política, democracia, cidadania, para citar alguns que estão em jogo nesse embate.

A crítica discursiva do trabalho jornalístico não é algo novo nos estudos da Comunicação ou da Linguística – há inúmeros trabalhos que apontam como a imprensa, através do controle discursivo, opera de modo desequilibrado, favorecendo certos grupos sociais em

detrimento de outros (FAIRCLOUGH, 1989, 2001; VAN DIJK, 1988, 2010; FALCONE 2005, 2008; SILVA, 2009). Contudo, consideramos que ainda são poucos os trabalhos que têm explorado o papel da mídia jornalística inserida na era da Internet, até pelo relativamente curto tempo que tivemos para lidar com esse fenômeno e seus ainda incertos efeitos.

A popularização e democratização do acesso à Internet, principalmente a partir da web 2.0, vêm sendo apontadas como uma revolução na prática da comunicação, envolvendo, inclusive, o trabalho jornalístico, que se vê forçado a adotar novas práticas e posturas (FRANCISCO, 2010; LEMOS, 2009) impulsionadas pela proliferação de veículos no meio virtual e pelo declínio na tiragem dos tradicionais jornais impressos (ABI, 2018).

A revolução digital vem provocando mudanças também na articulação social. É cada vez mais fácil, rápido e eficiente “participar” de grupos sociais, políticos, culturais, comerciais etc. com apenas alguns *clicks*, gerando fenômenos como o ciberativismo e “ativismo de sofá” (MITTMANN, 2013). O alcance e impacto de movimentos sociais articulados e mediados virtualmente, principalmente desde a Primavera Árabe<sup>2</sup>, é tão grande que já não pode ser ignorado pela mídia jornalística tradicional, que tenta incorporá-los em suas pautas ao mesmo tempo em que luta para manter seu posto de legítimo divulgador e analista de notícias e agendas de informação frente à multiplicação de coletivos midiáticos alternativos.

Conflitos como esse oportunizado pelo embate entre o Projeto Novo Recife e o Movimento #OcupeEstelita são campos férteis para o escrutínio e análise crítica da atuação discursiva dos diferentes veículos de informação (tradicionais e alternativos) a fim de evidenciar se há abuso de poder por parte de um dos grupos envolvidos, indo além da análise linguística e realizando também uma análise social. Através do exame das relações de comunicação e construção de conhecimentos, não só a estruturação social de poder fica evidenciada, bem como os esforços dos participantes em mantê-la ou subvertê-la. Nosso papel enquanto analistas de discurso é realizar uma leitura crítica da atuação discursiva dos atores sociais que participaram na discussão (re)formulando conhecimentos, atitudes e ideologias que, por sua vez, afetam diretamente nosso entendimento de questões como essa, levando a consequências concretas para a gestão do espaço público; analisar, portanto, potenciais movimentos opressores e manipuladores empreendidos discursivamente, bem como identificar

---

<sup>2</sup> Uma série de protestos populares em vários países árabes (Tunísia, Egito, Líbia, Síria etc.) no ano de 2011, divulgados e organizados através de sites de redes sociais como Twitter, YouTube e Facebook.

potenciais movimentos subversivos e libertadores impulsionados pelos novos meios de comunicação virtuais.

Postulamos que o #OcupeEstelita, através de sites como o Facebook, promove a desestabilização da práxis jornalística tradicional posicionando-se como centro discursivo sobre a utilização do cais José Estelita, buscando dessa forma sua própria legitimação perante a sociedade recifense e a deslegitimação dos discursos hegemônicos sobre a cidade e sua gestão. Esse trabalho de desnaturalização do discurso hegemônico e de desestabilização da práxis jornalística é realizado discursivamente e impulsionado pela esfera onde se realiza: nos sites de redes sociais online. O espaço virtual apresentaria novas formas e oportunidades de interação, negociação de sentidos, e de construção da cognição social.

Enquanto analistas do discurso, portanto, devemos ponderar como se constitui a dinâmica discursiva nessa conjuntura, que implica diferentes estratégias de (re)produção de conhecimento. Assim, algumas questões que orientam essa investigação são: através de que estratégias discursivas o Movimento tenta subverter a hegemonia discursiva da imprensa tradicional local? Qual o impacto do uso das redes sociais online nesse embate discursivo? Como se dá a construção de saberes sobre o Movimento e o Novo Recife, entre os discursos que circulam online e aquele da imprensa local? Quais os modelos cognitivos acionados na construção discursiva de conhecimento sobre o #Ocupe pelos jornais, e pelo próprio Movimento? Qual a reverberação (discursiva e sociocognitiva) do discurso jornalístico tradicional e dos discursos de circulação virtual na opinião pública?

Assim, postulamos que o #OcupeEstelita, através da atuação on-line, alcança certo grau de legitimação, subvertendo a hegemonia discursiva da imprensa tradicional local ao posicionar-se como fonte alternativa de informações sobre o caso, colocando em pauta os modelos sociocognitivos hegemônicos antes estabilizados sobre o que pode ser considerado progresso, desenvolvimento e sobre o próprio conceito de cidade.

Nosso objetivo mais geral, portanto, é *examinar os potenciais efeitos da atuação discursiva desenvolvida no espaço virtual no processo de (des)legitimação do Movimento #OcupeEstelita.*

Para tanto, de forma mais específica, pretendemos:

- i. analisar os discursos de veículos jornalísticos tradicionais locais e aqueles disseminados no site de rede social Facebook sobre as intervenções no Cais José Estelita;

- ii. observar a (re)produção de modelos sociocognitivos (modelos de contexto, de eventos, ideologias) nos jornais locais, na página do Novo Recife e do Movimento;
- iii. averiguar o emprego de recursos discursivos utilizados na categorização dos atores e grupos sociais envolvidos no conflito;
- iv. investigar estratégias discursivas específicas do espaço virtual empreendidas pelo #OcupeEstelita em sua página do Facebook;
- v. examinar a extensão e qualidade do acesso ao domínio jornalístico tradicional possibilitado ao Movimento #OcupeEstelita e ao Projeto Novo Recife;
- vi. evidenciar as categorizações e modelos sociocognitivos (re)construídos nos comentários em relação às publicações sobre o conflito em torno do cais.

## 1.1 METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Em se tratando de uma pesquisa que tem como base a Análise Crítica do Discurso, temos como um propósito mais geral: “relacionar propriedades típicas do micronível da escrita, da fala, da interação e das práticas semióticas a aspectos típicos do macronível da sociedade como grupos, organizações ou outras coletividades e suas relações de dominação” (VAN DIJK, 2010, p. 09-10). De modo que se busca, também neste trabalho, abordar temas relevantes para a sociedade e sua relação constitutiva com o discurso como prática semiótica.

Lembramos, com van Dijk (2010, p. 10), que seria mais adequado falar em Estudos Críticos do Discurso, em detrimento da terminologia mais comum Análise Crítica do Discurso, buscando enfatizar o fato de que esses estudos “*não* são [...] um *método* de *análise* do discurso. Não existe esse tipo de método. Os ECD usam qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa e tais métodos são, em grande parte, aqueles utilizados em estudos de discurso em geral”. Assim, pode-se adotar uma abordagem gramatical, estilística, retórica, pragmática, semiótica multimodal etc., ou até conjugar esses tipos de análise. Independentemente do tipo de análise empregada, em geral, o objetivo é uma análise qualitativa do funcionamento do discurso, ou seja, que busque interpretar e explicar a prática discursiva, não apenas descrevê-la ou quantificá-la, embora estratégias quantitativas sirvam de apoio à análise qualitativa em alguns momentos.

Em nossa investigação, podemos dizer que empregamos uma metodologia qualitativa multidisciplinar, envolvendo análise pragmática, lexical, gramatical, sociocognitiva, de estruturas de gêneros, sociológica e política, dentre outros tipos, buscando não só descrever as estruturas linguísticas, discursivas ou sociocognitivas, mas explicar sua constituição e funcionamento, além das relações que se estabelecem entre elas e as estruturas sociais.

Algumas características que marcam a investigação em Estudos Críticos do Discurso são: a crítica, ou seja, o olhar sobre a relação discurso-sociedade de forma que se evidencie o abuso de poder, manipulação e/ou opressão de grupos sociais por grupos dominantes; a transdisciplinaridade, principalmente com a pesquisa social, política e, em nosso caso específico, (sócio)cognitiva; a natureza qualitativa das análises, buscando explicar relações sociodiscursivas, mais do que objetificá-las; o tratamento contextualizado do discurso, considerando a situação temporal e espacial em que é produzido, os participantes e seus papéis sociais, o momento histórico, cultural e político em que ocorrem os conflitos estudados (VAN DIJK, 2010).

Mais adiante, explicitaremos as categorias analíticas adotadas por nós e como elas atendem a essas características básicas dos Estudos Críticos do Discurso em uma perspectiva sociocognitiva.

### *Objeto de pesquisa e corpus*

Em relação ao objeto desse tipo de investigação – o discurso –, ele não pode ser considerado como uma unidade, ou seja, como um discurso particular realizado por um indivíduo em uma ocasião determinada, como “o discurso proferido pelo presidente”, por exemplo. Antes, trata-se aqui do fenômeno dialógico, interdiscursivo e social que a linguagem viabiliza ao ser abordada em seu *funcionamento* na sociedade: “Discurso, para mim, é mais do que apenas uso da linguagem: é uso da linguagem, seja ela falada ou escrita, vista como um tipo de prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 28). Tal objeto de estudo se apresenta na forma de textos (verbais e não verbais) concretizados em diferentes gêneros textuais, que, no caso de nossa investigação, são: notícias, reportagens, postagens (publicações em páginas do Facebook), fotografias e comentários.

O primeiro passo para a realização da pesquisa foi a coleta e delimitação do *corpus*, subdividido em subgrupos:

- i) publicações realizadas na página do Facebook do Projeto Novo Recife e do Movimento #OcupeEstelita, as postagens;
- ii) notícias e reportagens publicadas nos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio (Anexos I e II, respectivamente);
- iii) comentários publicados por internautas nas páginas de Facebook do Movimento, Novo Recife e de ambos os jornais.

Em se tratando de uma investigação que busca elucidar abuso de poder por grupos sociais dominantes, via processos discursivos, consideramos relevante debruçarmo-nos sobre o discurso jornalístico como fonte de poder simbólico. Voltamo-nos especificamente para as notícias e reportagens, pois são gênero típicos jornalísticos, geralmente restritos a esse domínio, além de incorporarem o aspecto da informatividade e objetividade que outros gêneros textuais jornalísticos não precisam atender (editorial, artigo de opinião, coluna etc.).

Embora os jornais impressos tradicionais estejam passando por um processo de queda de tiragem há alguns anos, todavia consideramos que representam fontes discursivas legitimadoras, já que mantêm relações hegemônicas de poder com outros setores da sociedade (setores produtivos econômicos, principalmente), e, portanto, os discursos produzidos por esses veículos devem de ser analisados de forma crítica. Além disso, a diminuição na tiragem não necessariamente diminuiu o alcance desses veículos, já que muitos deles passaram a atuar também em plataformas e sites de redes sociais online, como o Jornal do Commercio (no endereço @jornaldocommercioPE, desde fevereiro de 2011) e Diário de Pernambuco (no endereço @jornaldiariodepernambuco, desde abril de 2011), além de terem *websites* ativos onde mesmo não assinantes podem ler algum conteúdo. Esse movimento corrobora o que Castells (2009; 2010; 2015) considera como a tendência à interpenetração, mas não apropriação de um meio midiático por outro, de modo que os jornais (e outros meios tradicionais de mídia massiva) não tendem ao desaparecimento por completo, mas a um certo nível de fusão com os outros meios, e principalmente os meios virtuais. Finalmente, é no enfrentamento ao discurso tecido por esses veículos que o #OcupeEstelita constrói sua proposta de exercício de cidadania e democracia, e, portanto, justifica-se os discursos desses veículos como objetos de nossa investigação.

A escolha pela plataforma Facebook e os discursos produzidos ali se deu não só pela popularidade do site à época<sup>3</sup>, mas principalmente pela alta incidência de produção discursiva

---

<sup>3</sup> Segundo dados de relatório do Facebook de 2014, 80% da população brasileira naquele ano utilizavam a o site de rede social, e 66,2% dos usuários brasileiros acessavam a plataforma diariamente. Disponível em:

por parte do #OcupeEstelita e posteriormente do Novo Recife nesse ambiente. É inicialmente e principalmente nesse site de rede social que o Movimento constrói seu discurso (em oposição à utilização de um blog ou website, como o grupo Direitos Urbanos, por exemplo). Estrategicamente, o Movimento cria a sua página 14 dias antes do início das demolições, em 07 de maio de 2014, utilizando-a principalmente como espaço de disseminação e troca de ideias sobre gestão urbana, visando especificamente o espaço do cais José Estelita.

Posteriormente, o #Ocupe passa a utilizar outras plataformas como o YouTube, Twitter e Instagram, porém, à época do início da investigação, o Facebook representava ser o ambiente de maior atuação do grupo, e onde podíamos encontrar também o maior número de comentários sobre o caso.

Da mesma forma, o Novo Recife passa a ocupar esse ambiente, embora cesse a produção de novas postagens com apenas pouco mais de um ano de atuação na plataforma. A página, criada ainda em abril de 2013, com o nome “Consórcio Novo Recife”, apresenta postagens apenas a partir de 10 de junho de 2014, já com o nome Projeto Novo Recife. Selecionamos essa fonte para o estudo do discurso tecido pelo Novo Recife, não só por ser o mesmo ambiente em que o #Ocupe desenvolve sua prática discursiva, mas para tentar atender ao objetivo de pesquisa sobre os impactos da utilização dos sites de redes sociais nos embates discursivos e conflitos sociais.

Já os jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio foram especificamente selecionados por serem ambos considerados veículos de maior circulação, formadores de opinião e com maior tiragem na cidade. Além disso, eram dois dos veículos cujas publicações eram mais citadas e até replicadas na página do #OcupeEstelita, demonstrando de forma concreta e explícita a relação dialógica que se estabelece com ambos os jornais ao longo do conflito. Além disso, o Jornal do Commercio foi considerado como fonte do *corpus* por uma especificidade que diz respeito às diversas entidades corporativas a que está ligado, como o setor imobiliário.

O período da coleta do *corpus* inicia-se em maio de 2014 e se estende até abril de 2019, embora seja realizada periodicamente de acordo com o fluxo de informações sobre o tema. Por exemplo, nos dois primeiros anos do conflito, há um fluxo mais intenso de produção de notícias e postagens. Já a partir de 2015 as postagens da página do Novo Recife no Facebook arrefecem

até que cessam em outubro desse mesmo ano. Embora o #Ocupe continue mobilizado e realizando publicações durante 2016, 2017 e 2018, sua produção se volta a outras questões, além de diminuir em frequência. Quando há algum evento envolvendo a aprovação ou não do Projeto Novo Recife, o que só ocorre de maneira significativa em 2019, há um novo impulso às publicações referentes ao Cais José Estelita. Dessa forma, nosso *corpus* é subdividido por ano, sendo os anos de 2014, 2015 e 2019 os mais significativos em termos de número de notícias, postagens e comentários coletados e analisados (vide Tabela 1).

Os textos foram selecionados para análise de acordo com critérios qualitativos, embora, em alguns casos, critérios quantitativos também tenham sido considerados para sua seleção, como o número de “curtidas” e compartilhamentos em relação às postagens. Pelo grande número e dinamicidade das publicações no site de rede social, além da dificuldade técnica de contabilizar o quantitativo de comentários e respostas aos comentários, esses exemplares não foram quantificados.

Como dito anteriormente, a maior parte dos exemplares é coletada no início do conflito, entre os anos de 2014 e 2015, considerando que é nesse momento em que eclode o embate discursivo entre o #Ocupe, Novo Recife e imprensa tradicional local, e em que o #Ocupe e Novo Recife realizam o maior número de postagens. Ponderando que nosso objetivo de investigação mais geral é elucidar os impactos da utilização dos sites de redes sociais on-line na subversão da hegemonia discursiva pelo movimento social, esse momento inicial do conflito é de especial relevância.

Buscando *explicar* a reverberação dos discursos hegemônicos e contra-hegemônicos em torno do caso, são aprofundadas as análises dos textos que dialogam mais diretamente (*corpus* restrito), que se entrelaçam e se incorporam uns aos outros, a fim de investigar a penetração de discursos (contra)hegemônicos e os mecanismos de controle e de poder colocados em prática.

**Tabela 1** – Quantidade de notícias, reportagens e postagens coletadas por ano

<b>Ano</b>	<b>Notícias e reportagens</b>	<b>Postagens @novorecife</b>	<b>Postagens @MovimentoOcupeEstelita</b>
2014	50	173	108
2015	32	2	39
2016	03	--	1
2017	06	--	2

2018	02	--	5
2019	34	--	15

Em relação às publicações da página do Novo Recife, que compõem um grupo significativamente menor de postagens, foram consideradas todas as publicações como *corpus* ampliado, porém apenas algumas foram selecionadas para análise mais aprofundada por sua representatividade discursiva, compondo parte do *corpus* restrito.

Em relação aos comentários, também foram selecionados por critérios qualitativos, e considerados para análise aqueles que compartilhavam orientações argumentativas e que demonstravam número expressivo em relação aos demais comentários à mesma publicação, a fim de evitar tomar a opinião de um indivíduo como sendo generalizada.

Apesar de o *corpus* ser composto por três grandes classes de textos de natureza distinta (notícias e reportagens, postagens e comentários), não realizamos três processos de análise dissociados. Embora tenhamos efetuado uma análise mais detalhada de cada grupo de texto em momentos diferentes da pesquisa, esses subgrupos do *corpus* permanecem em diálogo desde o momento da coleta, já que foram publicações concomitantes, sofrendo a primeira análise já no primeiro contato. Além do mais, é a análise da *interação* entre essas diferentes expressões discursivas que de fato nos interessa.

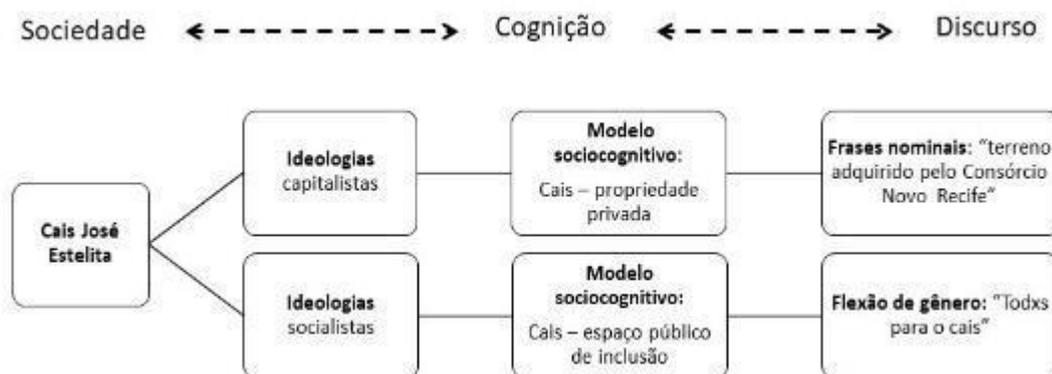
### *Categorias de análise*

Tomando como macrocategoria analítica a *(des)legitimação discursiva do Movimento #OcupeEstelita*, deparamo-nos em nossas análises com diferentes recursos linguístico-discursivos sendo utilizados para a legitimação ou deslegitimação do Movimento. Esses recursos foram então abordados a partir de níveis distintos, desde o textual ao sociocognitivo, porém sempre considerados em relação constitutiva. Por exemplo, para compreender a categorização dos atores sociais é possível observar os lexemas utilizados para fazer referência a eles. Assim, temos uma categoria de análise de nível sociocognitivo, *categorização*, que é discursivamente operacionalizada durante o processo de *referenciação* e materializada no texto pela categoria de nível linguístico-textual, *lexicalização/seleção lexical*.

Sendo a análise textualmente orientada, partimos das categorias linguístico-textuais para acessar as categorias sociocognitivas, e tentar explicar como esses processos sociocognitivos podem moldar atitudes e opiniões, legitimando ou não certos fenômenos sociais. O diagrama abaixo (Figura 1) tenta explicitar como seria essa dinâmica em relação ao caso específico estudado por nós. Temos como elemento social o próprio Cais José Estelita, que sofre diferentes processos de semiotização de acordo com a ideologia mais geral que orienta tais compreensões. Essas ideologias, por sua vez, gerarão distintos modelos sociocognitivos sobre a área que serão concretizados no discurso através de recursos linguístico-textuais específicos. Assim, como van Dijk (2010; 2015) nos lembra, a cognição é o elemento essencial para a organização tanto da sociedade como do discurso.

Lembramos que esse processo também percorre o caminho inverso, em que o discurso, através, por exemplo, da maneira como nos referimos às coisas do mundo, pode manter ou modificar modelos sociocognitivos sobre essas coisas, modificando atitudes e ideologias e, por fim, modificando os próprios fenômenos sociais.

**Figura 1** – Dinâmica sociedade-cognição-discurso em relação ao Cais José Estelita



Assim, exploramos a *referenciação* como uma das formas de concretização de ideologias no discurso, através do processo de *seleção lexical*, que resulta em *categorizações* particulares dos atores/grupos sociais. Além da seleção lexical, exploramos outras formas de categorização dos atores sociais que levam à *estereotipização* ou tratamento mais prototípico de certos grupos, como a nomeação (ou não) de grupos sociais específicos; as *implicações* (pressupostos e acarretamentos) construídas; além do discurso imagético das fotografias que acompanharam principalmente as reportagens e notícias.

Em relação ao discurso imagético, realizamos uma análise multimodal a partir da leitura das fotografias que acompanharam algumas reportagens. Porém, como é o texto verbal o foco de nossa pesquisa, prescindimos de uma análise mais minuciosa dessas imagens, que já são objeto de outras investigações, como por exemplo em Wanderlei (2015). Contudo, sentimos a necessidade de um comentário sobre essas imagens como forma de complementar a análise discursiva verbal, afinal a manipulação discursiva “pode ser exercida com imagens, fotos, filmes ou outras mídias [...] De fato, muitas das formas contemporâneas de manipulação comunicativa [...] são multimodais” (VAN DIJK, 2010, p. 235). Afinal, compreendemos que a imagem vai além do representacional e (re)produz discursos: “a fotografia mesmo produzida sob o indicativo da objetividade, carrega sempre o traço de seu autor, sendo impossível falarmos em imparcialidade” (WANDERLEI, 2015, p. 144).

Contudo, frisamos que, mais do que as imagens em si, procuramos compreender quais modelos sociocognitivos sustentaram ou motivaram a escolha daquelas fotografias e não de outras, ou seja, como o aspecto fotojornalístico reforça ou ressignifica os modelos acionados no texto verbal. Essa análise conjugada dos textos verbais e não verbais nos permite desvelar o processo de (des)legitimação dos grupos opostos na questão através da (des)legitimação de seus membros integrantes e/ou apoiadores desses grupos.

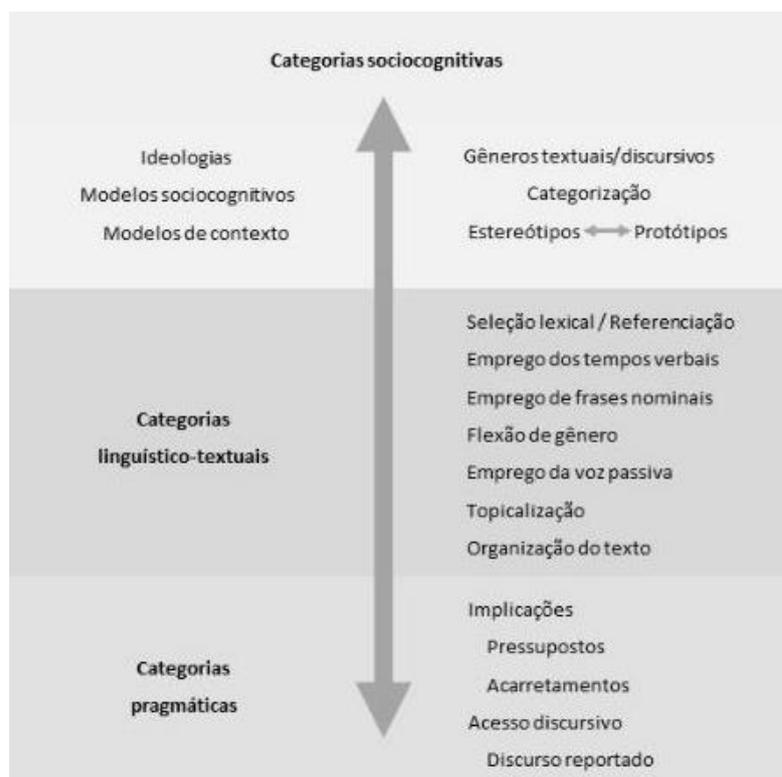
Além desses aspectos, observamos o emprego de algumas estratégias discursivas possibilitadas pelo uso do meio virtual como arena de discussão, como, por exemplo, o *emprego das hashtags* funcionando como enunciados, para além de sua função original de etiquetagem; o emprego de *gêneros textuais* próprios da esfera jornalística e institucional/publicitária e seus efeitos nos *modelos de contexto* construídos nas páginas do #OcupeEstelita e Novo Recife; e estratégias mais pontuais que ainda estão restritas ao meio virtual como o emprego da *flexão de gênero não binária* reforçando a ideologia da inclusão social.

Assim como no discurso veiculado no meio virtual, que apresenta possibilidades singulares, o texto jornalístico também oportuniza diferentes construções discursivas para além daquelas citadas anteriormente. Nesse subconjunto do *corpus*, foram analisadas questões que dizem respeito ao *acesso discursivo*, tanto em relação à visibilidade no discurso da imprensa como em relação às vozes que figuram de maneira *estereotipada* ou sob efeitos de *prototipicidade* nas notícias e reportagens. A *organização do texto jornalístico* também é analisada, observando-se a estrutura de relevância das notícias e reportagens a fim de verificar quais grupos e atores sociais figuram nas partes consideradas mais salientes, mais lidas, desses textos. Nesse ponto, a *topicalização* realizada não só dentro da própria notícia/reportagem, mas

já a partir das chamadas de capa também é analisada já que os tópicos se apresentam como orientadores de interpretação, guiando o leitor ao resgate de um ou outro modelo de evento e de contexto. De maneira mais pontual, observamos também o *discurso reportado* nas notícias e reportagens observando quais grupos sociais têm vez e voz nas reportagens; a escolha por certas *estruturas sintáticas* – como o emprego da voz passiva nas notícias sobre a reintegração de posse do terreno, subtraindo a agência da polícia no emprego da violência – e de determinados *tempos verbais* – como o presente do indicativo empregado para se falar do empreendimento Novo Recife com um grau de certeza que ignora os processos judiciais e embargos impostos sobre a obra.

Abaixo, tentamos sintetizar uma classificação das categorias analíticas mais específicas, embora seu reconhecimento, operacionalização e interpretação tenham sido realizados de maneira concomitante e simultânea, já que são estratégias empregadas organicamente no fazer discursivo e não devem, portanto, ser analisadas separadamente.

**Figura 2** – Classificação das categorias de análise



No diagrama, a separação das categorias sociocognitivas é utilizada, pois compreendemos que são categorias mais amplas, referentes aos sentidos mais globais dos textos, cuja estruturação e utilização estão em relação dinâmica e constitutiva com as categorias linguístico-textuais e pragmáticas, que operam no nível local do texto. São as categorias que atuam especificamente na interface sociocognitiva prevista na relação sociedade ↔ cognição ↔ discurso, conforme postulada por van Dijk (2010; 2012) e Marcuschi (2003; 2005; 2007).

### *Organização do trabalho*

Muitas das categorias de análise elencadas acima podem ser encontradas em diferentes subgrupos do *corpus*, porém, por motivos de organização da exposição de tal análise, o trabalho está dividido em etapas de acordo com esses subgrupos.

Assim, no Capítulo 2, discorremos sobre o aporte teórico que nos permite realizar a análise crítica sociocognitiva dos textos jornalísticos e daqueles que circulam no âmbito do espaço virtual. Nesse capítulo, é detalhada a natureza das categorias sociocognitivas apontadas acima, e que percorrem toda a análise.

No Capítulo 3, em uma primeira frente de análise, desenvolvemos a leitura crítica do discurso produzido pelo Novo Recife em sua página do Facebook, engendrando uma discussão sobre a ideologia que orienta o projeto de cidade/sociedade postulado pelo grupo nesse canal de divulgação e desvelando algumas estratégias de manipulação discursiva empregadas pelo grupo.

A segunda frente de análise (abordada no Capítulo 4) compreende o estudo do discurso produzido pelo Movimento #OcupeEstelita no âmbito virtual, refletindo sobre a natureza desse “novo” espaço de interação, recorrendo a teorias sobre a cibercultura e o universo virtual, suas potencialidades e limitações, e as estratégias discursivas próprias desse ambiente (como as *hashtags*, por exemplo). Além disso, nessa etapa, realizamos uma reflexão com base na Sociologia dos Movimentos Sociais acerca da relação constitutiva entre a Internet e os novos movimentos sociais virtuais.

Uma terceira frente de análise (tratada no Capítulo 5) diz respeito ao domínio jornalístico tradicional, representado nesse estudo pelo Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco, considerados os dois jornais de maior circulação na cidade. Nesses textos,

coletados das edições impressas bem como *online*, observamos a reprodução dos discursos (contra)hegemônicos, refletindo também sobre o papel da imprensa na era da revolução digital proporcionada pela web 2.0.

Finalmente, no Capítulo 6, uma quarta abordagem nos traz de volta ao ambiente virtual para o exame dos comentários realizados por internautas nas páginas do #Ocupe, do Novo Recife e de ambos os veículos jornalísticos. O objetivo é identificar a reverberação da prática discursiva institucional na sociedade. Os comentários são analisados, portanto, à luz do que foi elucidado nas outras frentes de análise, e nos permitem reconstruir os modelos sociocognitivos e ideologias que estão sendo acionados, recorrendo a muitas das mesmas categorias analisadas nas etapas anteriores a fim de verificar a penetração dos discursos dos grupos antagônicos na opinião pública.

Notar-se-á que algumas categorias de análise se repetem, principalmente aquelas mais gerais que refletem mais diretamente as estruturas de construção do conhecimento: referenciação e categorização, modelos sociocognitivos e ideologias. Outras são particulares a certos subgrupos do *corpus*, como a organização textual nos textos jornalísticos. Isso se deve ao fato de que as categorias sociocognitivas estão em um nível distinto, a saber, o nível da interface sociocognitiva entre discurso e sociedade, e, portanto, são ubíquas e intrínsecas a toda prática discursiva, seja de qual natureza for.

Finalmente, lembramos que nos Estudos Críticos do Discurso, parte-se do princípio de que o *corpus* informará quais categorias de análise serão pertinentes, e não de categorias estabelecidas *a priori*. As análises preliminares do *corpus* estendido servem, portanto, a esse propósito, bem como à restrição dos exemplares àqueles mais representativos.

No geral, o que buscamos evidenciar através do exame dessas categorias de análise é a relação que se estabelece entre discurso, cognição e sociedade, sendo a cognição compreendida como um aspecto tanto individual como socialmente construído, ou seja, como cognição social; daí a denominação como análise crítica *sociocognitiva* do discurso.

## 2 DISCURSO E (DES)LEGITIMAÇÃO SOCIAL NA ERA VIRTUAL

Ferdinand de Saussure, figura central para a Linguística, nos chamou a atenção para um fato irremediável: “Longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que *é o ponto de vista que cria o objeto.*” (SAUSSURE, 1975, p. 15). Com essa máxima, Saussure propõe que diferentes pontos de vista sobre o mesmo objeto, no caso, a língua, devem ser considerados válidos, passíveis de estudo, legítimos. Ele ressalta que a língua, enquanto objeto de estudo, não está dada previamente, mas deve ser delimitada e especificada pelo pesquisador.

Analogamente, tentaremos demonstrar nesse capítulo, como a realidade não está dada para nós enquanto algo que podemos compreender, descrever, identificar, manipular etc. A realidade, ou melhor dizendo, as realidades, são fabricações, como defende Blikstein (1985). Fabricações que construímos através do uso da língua, do discurso. Ou, como diria Mondada (2002, p. 119), o que há são *efeitos de objetividade e de realidade.*

Nessa pesquisa, aliamos os fundamentos teóricos da Análise Crítica do Discurso de perspectiva sociocognitiva aos estudos sobre os impactos das novas tecnologias da comunicação no espaço virtual para compreender como grupos sociais em relação assimétrica de poder tentam subverter ou manter sua posição de opressão/dominação social nessa nova configuração a partir, principalmente, da chamada Web 2.0<sup>4</sup>. Procuramos compreender, não só como se dá a relação entre discurso e sociedade, mas especificamente que efeitos essa relação sofre em consequência de ocorrer nesse novo ambiente com novas possibilidades de atuação e novas formas de interação, que, nas palavras de Castells (2009, p. 71, tradução nossa), “tem o potencial de tornar possível uma diversidade ilimitada e produção autônoma de maior parte dos fluxos comunicativos que constroem sentido nas mentes do público.”<sup>5</sup>

Partimos do pressuposto de que a sociedade está em relação constitutiva com o discurso, o que implica uma visão de língua distinta da visão tradicional representacionista. Ou seja, uma visão de língua que ultrapassa um sistema de correspondência entre palavras e referentes; uma visão de língua que surge com a virada pragmática e se aprofunda com os estudos do discurso em diálogo com os estudos cognitivos; uma visão de língua como forma de ação no mundo, como abordaremos no próximo tópico. Além disso, partimos do pressuposto de que a

---

<sup>4</sup> O conceito de Web 2.0 é discutido na sessão sobre as potencialidades da Internet, abaixo.

<sup>5</sup> No original: “has the potential to make possible unlimited diversity and autonomous production of most of the communication flows that construct meaning in the public mind” (CASTELLS, 2009, p. 71).

cognição não é algo restrito às mentes individuais das pessoas, mas construída socialmente. Tratamos, portanto, sobretudo de sociocognição:

Uma visão que incorpore aspectos sociais, culturais e interacionais à compreensão do processamento cognitivo baseia-se no fato de que grande parte dos processos cognitivos acontece na sociedade e não exclusivamente nos indivíduos. Essa visão, efetivamente, tem se revelado necessária para explicar tanto fenômenos cognitivos quanto culturais. (KOCH, 2015, p. 5)

A perspectiva sociocognitiva interacionista postulada por Koch (2015) e Marcuschi (2003, 2005, 2007) implica necessariamente uma relação estreita entre linguagem e sociedade, em que, conforme Koch (2015, p. 6), há “mútua constituição: a linguagem é tida como o principal mediador da interação entre as referências do mundo biológico e as referências do mundo sócio-cultural”. Para entender como a língua pode, de fato, ser uma forma de agir no mundo, como o discurso pode atuar na mudança social, como postula Fairclough (2001), é preciso compreender como a língua e o discurso atuam nas pessoas, pois são elas, concretamente, os agentes da mudança social. O aspecto sociocognitivo visa justamente a essa explicação, ambicionando explicar os efeitos do discurso nas mentes das pessoas, ou seja, como o discurso pode servir para a persuasão, convencimento, (des)informação, manipulação, doutrinação das pessoas.

## 2.1 A RELAÇÃO DISCURSO, SOCIEDADE, COGNIÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE REALIDADE(S)

Quando falamos em “Projeto Novo Recife”, em “Movimento #OcupeEstelita” (ou qualquer outro fenômeno social), não se trata do projeto ou movimento social em si, objeto-do-mundo, mas de um construto discursivo-cognitivo, um *objeto-de-discurso*, “cuja existência é estabelecida discursivamente, emergindo de práticas simbólicas e intersubjetivas” (MONDADA; DUBOIS 2003, p. 35). E é sobre esses objetos-de-discurso que se discute, se formam opiniões e atitudes, se tomam decisões etc. Até mesmo o “cais José Estelita”, como veremos, embora espaço físico, empírico, ao se tornar tema de amplo debate e disputa, elevando-se à condição de *objeto-de-discurso*, adquire um status polissêmico, que, a partir do ponto de vista lançado sobre ele, apontará para um ou outro “Cais”: o espaço público, ou o

espaço privado; o lugar de ocupação, ou de invasão; canteiro de obras, ou símbolo de resistência etc.:

Mesmo a designação de fenômenos com existência real como as vacas, os cachorros, as mesas, os sapatos e as lâmpadas, não se dá como designação de entidades absolutamente idênticas para todos nós e sim como entidades mediadas por uma complexa conceituação e pela mediação da língua. (MARCUSCHI, 2005, p. 273)

Isso não implica uma negação da existência do Projeto, do Movimento ou do próprio cais na realidade extra mental, mas que nossa relação, enquanto seres reflexivos (GIDDENS, 2003), com essa realidade não é direta nem objetiva, passando sempre por um processo de *semiotização*. Em outras palavras, quando tratamos do cais, do Movimento ou do Projeto, tratamos de nossas interpretações, de nossas ideias sobre eles, mais do que do objeto (de mundo) em si. Por isso, nem sempre as pessoas veem as mesmas coisas, eventos, pessoas etc. da mesma forma, conforme Marcuschi (2004, p. 268) nos lembra: “A depender do ponto de vista dos interlocutores, vamos construir os seres e objetos do mundo de uma ou outra forma. Para alguns, *Tiradentes* é um *traidor* e, para outros, um *herói*”.

Por isso também, não se trata apenas do Movimento em si, mas do que ele se torna, uma vez que se converte em *objeto-de-discurso*, interpretado e analisado por nós, que passamos a conferir a esse objeto diferentes atributos e sentidos. Afinal,

Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo, nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Ele *reelabora* os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. E essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. Também não se postula uma reelaboração subjetiva, individual: a reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua (MARCUSCHI; KOCH, 1998 apud KOCH 2011, p. 79-80).

A língua vai muito além de um sistema de representação: com ela, não só identificamos as coisas, mas organizamos discursivamente o mundo em nossos sistemas conceituais, em modelos sociocognitivos, como proposto por van Dijk (2010; 2012). Assim, observamos o discurso produzido sobre os grupos e atores sociais envolvidos nesse embate, através, por

exemplo, do processo de referenciação em relação a eles, pois, ao referirmo-nos a eles, de uma forma ou de outra estamos contribuindo para a (re)produção de concepções específicas, ideologicamente embasadas e discursivamente construídas, sobre esses atores e grupos sociais.

Não só atores e grupos sociais estão em relação constitutiva com o discurso por e sobre eles, mas também toda a sociedade, suas instituições e valores. Isso porque partimos do princípio de que as sociedades não são estruturas estanques, já prontas, a determinar o comportamento de seus agentes. Antes, com base em Giddens (2003), trabalhamos sobre a concepção de configurações ou sistemas sociais relativamente estáveis, em constante processo de (re)estruturação, como postulado pelo sociólogo: “os sistemas sociais, como práticas sociais reproduzidas, não têm ‘estruturas’, mas antes exibem ‘propriedades estruturais’” (GIDDENS, 2009, p. 20). Os sujeitos que constituem esses sistemas sociais, por sua vez, são sujeitos reflexivos, que não agem apenas automaticamente, mas também monitoram suas ações. Assim, a reflexividade ultrapassa a mera autoconsciência: “Reflexividade como algo assentado na monitoração contínua da ação que os seres humanos exibem, esperando o mesmo dos outros” (GIDDENS, 2009, p. 3).

Na concepção de Giddens (2009), os processos de (re)estruturação dos sistemas sociais dizem respeito às “Condições governando a continuidade ou transmutação de estruturas e, portanto, a reprodução de sistemas sociais” (GIDDENS, 2009, p. 29), tendo o discurso e a construção de conhecimento um papel preponderante nessa continuidade ou transmutação dos sistemas sociais. Segundo o autor:

Os tipos de circunstância que tendem a influenciar o nível e a natureza da “penetração” dos atores sociais nas condições de reprodução do sistema:

- Os meios de acesso dos atores ao conhecimento [...]
- Os modos de articulação do conhecimento;
- As circunstâncias referentes à validade das afirmações de crença interpretadas como “conhecimento”;
- Os fatores relacionados com os meios de disseminação do conhecimento disponível. (GIDDENS, 2009, p. 107)

Vemos, portanto, a importância da questão do acesso discursivo (tratado em detalhes mais à frente) para a disseminação e validação (legitimação) do que se concebe como “conhecimento”. Por sua vez, a atividade de construção de conhecimento é um processo essencialmente discursivo e social.

Lembramos que, de acordo com Marcuschi (2007, p. 90), “o saber sobre o mundo é uma fabricação socialmente elaborada”, daí a denominação de sociocognitivos para os modelos mentais, ou como preferiria Marcuschi (2003), modelos sociais<sup>6</sup>, que formulamos sobre as coisas do mundo. Em outras palavras, o conhecimento não está dado, mas o construímos situadamente em nossa convivência social operando através da linguagem/discurso e com modelos sociocognitivos: “o mundo físico externo existe [mas] ele não existe naturalmente *assim*, na forma como nós o identificamos como sendo isto ou aquilo. Pois a identificação dos fenômenos passa pelo filtro de nossas elaborações [cognitivas e linguísticas]” (MARCUSCHI, 2007, p. 90).

Assim, podemos dizer que não apreendemos as coisas diretamente do mundo retendo aquela experiência como conhecimento sem a transformarmos em algum modelo sociocognitivo, em algum tipo de conhecimento. No caso #OcupeEstelita, a relevância desse “filtro de nossas elaborações” é destacada, já que se trata de um movimento com formato inédito no Recife<sup>7</sup>, que irrompe literalmente da noite para o dia. E assim, da noite para o dia, a cidade do Recife vê-se às voltas com um “novo” grupo social, precisando então identificar, designar, denominar, categorizar esse grupo de acordo com a organização sociocognitivamente estabilizada da configuração social da cidade. Sem uma elaboração mental compartilhada sobre o Movimento, sobre o que ele defende, seria difícil falar sobre ele, discutir as ideias defendidas por ele, quanto mais apoiá-lo ou não.

Já o Projeto Novo Recife vinha se posicionando através de propagandas e notícias, ou seja, já tinha uma produção discursiva sendo trabalhada, conhecimento sendo formulado sobre o “empreendimento”, modelo predominante escolhido para enquadrar o Projeto. Contra esse “fato” social já bastante bem estabelecido, surge o #OcupeEstelita, organicamente. E, na ausência de meios formais, burocráticos ou institucionais, se consolida e se estabelece como movimento social, como algo a conhecer pela sociedade, através da ocupação, mas também do discurso, que é a força motriz por trás da própria ocupação, além, claro, da rede social on-line, meio de realização do Movimento. Conforme Marcuschi (2003, p. 254),

---

<sup>6</sup> Van Dijk (2010), com base na psicologia cognitiva, propõe o termo “modelo mental” para representar o conhecimento mais subjetivo, individual e o termo “representação social” para indicar modelos socialmente compartilhados. Porém, em concordância com a postura de Marcuschi (2003; 2005; 2007) sobre a constituição social do conhecimento, utilizaremos também o termo “modelo sociocognitivo” para representar tanto modelos mais subjetivos, como modelos amplamente compartilhados, já que entendemos que os modelos individuais se formam a partir daqueles que são construídos e circulam em sociedade.

<sup>7</sup> Consideramos que o #OcupeEstelita surge como movimento social em si, independente do grupo Direitos Urbanos, a partir da ocupação semipermanente iniciada no dia 21 de maio de 2014.

Considerando que as ações humanas são guiadas por sentidos e significações, “no centro das ações estão processos de interpretação”. Antes de agir, sempre interpretamos as situações com algum instrumento disponível, como, por exemplo, algum modelo de situação disponível para o momento da ação.

A ocupação ocorre porque havia um grupo de pessoas discutindo as questões referentes à compra e utilização da área do cais. Essas discussões levaram à construção do discurso sobre e do Movimento #OcupeEstelita, que culminou em uma ação de ocupação. Foi através dessas discussões que se formulou conhecimento sobre direitos urbanos, gestão da cidade, participação cidadã etc. Esse conhecimento compartilhado pelos membros do Direitos Urbanos e simpatizantes orientou as opiniões, crenças e, mais concretamente, as atitudes que essas pessoas adotaram como legítimas para subverter a lógica capitalista neoliberal que dominava a gestão da cidade à época. Mas como isso ocorre de fato? Como esse conhecimento compartilhado se organiza em nossas mentes e influencia nossas atitudes e decisões? Quais as estruturas que formam a cognição social, o conhecimento?

Apoiando-nos em van Dijk (2010; 2012), recorremos ao aspecto sociocognitivo para explicar essa operacionalização do discurso nas atitudes das pessoas. De acordo com os postulados da teoria sociocognitiva, o conhecimento que formamos e negociamos das coisas, eventos, processos, ações etc. é estruturado como modelos sociocognitivos – construtos relativamente estáveis em que os conceitos vão se sobrepondo e organizando em domínios, *scripts*, *frames*, ideologias<sup>8</sup> etc. em nossas memórias de curto prazo (mais rapidamente acessível e flexível, também chamada de memória de trabalho) e longo prazo (constituída de estruturas de significação mais rígidas e globais), acessados principalmente através do discurso. Esses modelos relativamente estáveis são necessários para que possamos avançar em nossas interações sem ter que explicar tudo sobre o que estamos falando, ou seja, atuam como uma base de conhecimento sobre a qual construímos nossas interações.

São modelos (mais ou menos) flexíveis e dinâmicos gerenciados, avaliados e ajustados continuamente e situadamente em contextos de interação discursiva: “Em outras palavras,

---

<sup>8</sup>Esses diversos termos (e outros) são utilizados por diferentes correntes da Linguística Cognitiva e Psicologia Cognitiva para tentar explicar a estruturação do conhecimento nas mentes. O conceito de *frames*, por exemplo, é empregado por Castells (2009), que se apoia principalmente em Lakoff (2008), para tentar explicar como o conhecimento político é estruturado nas mentes das pessoas. Adotamos, porém, para nosso trabalho, os conceitos advindos da psicologia cognitiva propostos por van Dijk (2003; 2010; 2012; 2015), pois ele confere uma abordagem mais integrada com o discurso do que outras propostas mais estritamente cognitivistas.

modelos corporificam tanto informações pessoais como sociais e, dessa forma, servem como o centro da interface entre o social e o individual” (VAN DIJK, 2010, p. 205). Assim, o autor concebe uma interinfluência entre o *discurso* e nossa *concepção* das coisas, que, por sua vez, orienta nossas ações e atitudes em práticas sociais concretas. Por exemplo, ao tratar os integrantes do #OcupeEstelita como “invasores”, como veremos em nossa análise no próximo capítulo, o Projeto Novo Recife aponta para um modelo sociocognitivo de pessoas que agem fora da lei, e que por isso, devem ser recriminadas pelas suas ações. Dessa forma, autoriza-se o uso de força policial contra essas pessoas, por exemplo. Vemos, portanto, um processo de referenciação agir sociocognitivamente na categorização de um grupo de pessoas, construindo conhecimento sobre elas a partir de modelos estruturantes (para utilizar o termo de Giddens) já conhecidas na sociedade, deslegitimando esse grupo social no decorrer do processo.

## 2.2 IDEOLOGIA(S), GRUPOS SOCIAIS E PROJETOS DE SOCIEDADE

Compreendendo que o conhecimento é formulado e acessado principalmente através de discurso, e compreendendo que ele se (re)estrutura continuamente em modelos sociocognitivos, cabe agora tentar compreender como eles surgem e o que rege os diferentes modelos. Como aludido acima, há estruturas cognitivas de conhecimento que são mais estáveis, afinal, é preciso um nível de estabilidade para que haja a construção do conhecimento, uma base em que se apoiar. Além disso, esse efeito de estabilidade do conhecimento atende a uma necessidade por segurança ontológica, como diria Giddens (2008), ou seja, a confiança em que os mundos natural e social são como parecem ser, incluindo os parâmetros existenciais básicos do self e da identidade social. Uma dessas estruturas, de acordo com a proposta desenvolvida por van Dijk (2010; 2015) é a ideologia.

Aqui, compreendemos uma ideologia não como um artefato para a dominação, ou como doutrina, mas como um tipo de cosmovisão, que promove a coesão grupal, fornece uma base epistemológica para as interações e negociações em sociedade, e, assim, motiva a adoção ou rejeição de diferentes modelos sociocognitivos que possam emergir na interação. Nessa proposta, a ideologia, ou melhor, as ideologias, são também modelos sociocognitivos que comportam atitudes, crenças e valores gerais para a sociedade.

### 2.2.1 Compreendendo as ideologias como construtos sociocognitivos

Concebidas como construtos sociocognitivos armazenados em nossa memória de longo prazo, mais especificamente na memória semântica ou social (VAN DIJK, 2010), passamos a compreender as ideologias como paradigmas de conhecimento que englobam atitudes, opiniões e crenças sobre as coisas do mundo, além de orientar a formação, resgate e aceitabilidade de modelos sociocognitivos mais específicos (modelos de evento, modelos de contexto etc.) (VAN DIJK, 2010):

Embora não haja ainda nenhuma teoria geralmente aceita para a estrutura interna das ideologias, podemos assumir provisoriamente que as ideologias são construídas em termos de um esquema com categorias que definem os principais parâmetros de grupos ideológicos, tais como sua Identidade, Ações, Objetivos, Normas e Valores, Grupos de Referência e Recursos. (VAN DIJK, 2015, p. 42)

Uma diferença entre as ideologias e outras estruturas sociocognitivas como, por exemplo, *scripts*<sup>9</sup>, é sua natureza mais rígida e complexa. Em se tratando delas como paradigmas, naturalmente são concebidas como estruturas de conhecimento que apresentam maior dificuldade para serem modificadas.

Para van Dijk (2010, p. 48) uma ideologia é “uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, a transformação e a aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais”, informando sobre as coisas do mundo segundo a cosmovisão de um dado grupo social; oferecendo para os membros de um dado grupo esquemas de crenças e conhecimentos, que “proporciona[m] coerência às atitudes sociais, que, por sua vez, codeterminam as práticas sociais [do grupo]” (VAN DIJK, 2010, p. 48). Além dessa funcionalidade social, as ideologias – e outras estruturas sociocognitivas – representam o ponto fulcral no processo de legitimação dos fenômenos sociais, pois elas orientam as opiniões e atitudes das pessoas em relação a esses fenômenos. Em nossas análises da disputa pelo caos José Estelita, veremos como emergem dois grandes

---

<sup>9</sup> Segundo van Dijk (2010, p. 203), os *scripts* seriam um tipo de modelo que organiza “conhecimentos sociais gerais sobre episódios convencionais (tais como compras num supermercado ou participação num congresso acadêmico) [...] consistindo em um número de categorias fixas, por exemplo, categorias para as situações, eventos, ações e participantes típicos de tais episódios”. Ainda segundo o autor, “Esses *scripts* são formados através de inferências a partir de modelos repetidamente compartilhados” (VAN DIJK, 2015, p. 24).

paradigmas ideológicos: ideologias socialistas por um lado, e ideologias capitalistas por outro, numa dualidade que vem se repetindo historicamente.

Além disso, essa perspectiva sociocognitiva da ideologia explica como atores de diferentes grupos sociais heterogêneos se organizaram em torno da questão sobre o destino do caos José Estelita, sendo o próprio debate, o conflito gerado, um critério definidor desses grupos. A disputa, ao polarizar a questão, incita o posicionamento a favor ou contra as diferentes perspectivas sobre o espaço urbano, de participação social e política, de cidadania etc. o que, por sua vez, provoca a polarização de dois grupos, identificados primariamente por seu posicionamento ideológico em relação a esses temas.

Van Dijk (2010; 2015) aponta a existência de uma polarização essencial e recorrente em contextos de conflito social, *Nós x Eles*, como uma estratégia ideológica empregada no discurso através da “auto-apresentação” positiva e da “outro-apresentação” negativa que corroboram a “polarização intragrupal-extragrupal em práticas sociais, discursos e pensamentos” (VAN DIJK, 2010, p. 137). A própria configuração dos grupos sociais envolvidos no debate, portanto, passa pelo conceito de ideologia postulado por van Dijk (2000) e adotado por nós para esse trabalho: “as ideologias e a condição de grupo parecem definir-se mutuamente: apenas os grupos podem desenvolver ideologias, e a definição de grupo, por sua vez, pressupõe [...] em especial, representações sociais compartilhadas, incluindo ideologias” (VAN DIJK, 2000, p. 183, tradução nossa).<sup>10</sup>

Assim, é possível identificar dois grupos ideologicamente constituídos e posicionados em pontos opostos sobre a questão: de um lado, um grupo hegemônico, apoiado em ideologias capitalistas, que defende a construção do Projeto Novo Recife; do outro, um grupo contra-hegemônico, apoiado em ideologias socialistas, que apoia o Movimento #OcupeEstelita. Ambos grupos mobilizarão em seus discursos modelos sociocognitivos correspondentes a suas visões de mundo e projetos de sociedade.

---

<sup>10</sup>No original: “las ideologías y la condición de grupo parecen definirse mutuamente: sólo los grupos pueden desarrollar ideologías, y la definición de grupo, a su vez, presupone [...] en especial, representaciones sociales compartidas, incluyendo ideologías” (VAN DIJK, 2000, p. 183).

### 2.2.2 Modelos mentais e de contexto: como as ideologias orientam a (re)produção de modelos sociocognitivos através do discurso

Se as ideologias formam paradigmas de conhecimento, cosmovisões, os chamados modelos mentais, ou modelos sociocognitivos, são os tijolos que compõem a arquitetura das ideologias. No esquema conceitual postulado por van Dijk (2010; 2015), com base na psicologia cognitiva, eles seriam representações de nossas experiências mais pessoais, contendo também uma estrutura esquemática com categorias fixas para situações, ações e participantes, por exemplo. Seriam as interpretações pessoais de diferentes tipos de eventos, ou seja, modelos mais subjetivos. Contudo, lembramos com Marcuschi (2003), que todo conhecimento é construído socialmente, na interação. Portanto, admitimos que haja interpretações mais pessoais, porém essas interpretações têm, em algum nível, um fundo comum, compartilhado. Por isso optamos por denominá-los como modelos sociocognitivos. O próprio van Dijk (2010; 2015) aponta para essa característica social intrínseca aos modelos mentais: “modelos corporificam tanto informações pessoais como sociais e, dessa forma, servem como o centro da interface entre o social e o individual” (VAN DIJK, 2010, p. 205). Esses modelos, ideologicamente orientados, formarão a base conceitual para o discurso, orientando a produção e compreensão dos discursos, desde a seleção lexical para referenciar os eventos, participantes etc., até a atribuição de coerência a um determinado texto pelo interlocutor (VAN DIJK, 2010, p. 204).

A relevância desses construtos sociocognitivos para a análise o discurso não está apenas em compreendermos essas estruturas como a base conceitual para as interações discursivas, mas também em compreendermos sua natureza mais dinâmica, em contraste com as ideologias, por exemplo. Essa natureza dinâmica é o que permite a mudança de interpretação de um dado evento. Por exemplo, ao passar a conhecer mais sobre as motivações e causas do #OcupeEstelita, ou compreender a ilegalidade do leilão em que ocorreu a venda do terreno do cais José Estelita, pode-se efetuar uma mudança no modelo sociocognitivo adotado para compreender o evento promovido pelo #Ocupe de uma *invasão* para uma *ocupação*. À medida que esse novo modelo é recursivamente disseminado, principalmente em veículos considerados de prestígio, ele ganha mais e mais legitimidade, podendo tornar-se o modelo preferido para designar a situação: “quando modelos são compartilhados, generalizados e socialmente normalizados, eles podem constituir a base da aprendizagem social e política experimentada” (VAN DIJK, 2010, p. 205), já que, “Se os receptores leem ou escutam muitos discursos

semelhantes de políticos ou da mídia e não têm informações alternativas concorrentes, tais modelos podem, por sua vez, ser generalizados para representações abstratas e socialmente partilhadas” (VAN DIJK, 2010, p. 207). Vemos que o acesso ao fazer discursivo é extremamente relevante, pois permitirá disseminar os modelos sociocognitivos de um ou outro grupo. Além disso, o fator da recorrência também é importante, pois permitirá a generalização de um dado modelo, passando de um modelo aceito por poucos, à naturalização desse modelo como a realidade. Desses fatores, decorre a importância de analisar o discurso jornalístico criticamente, já que ele viabiliza o acesso discursivo em massa a partir de uma posição de prestígio, tendo o potencial para generalizar ou naturalizar certos modelos, seja de situação, de eventos, ou, de forma mais difusa, da própria sociedade.

Além dos modelos sociocognitivos de eventos ou situações, há um tipo específico que precisa ser considerado para que a interface sociocognitiva entre discurso e sociedade seja mais bem compreendida. Trata-se dos modelos de contexto, tipo específico de modelo sociocognitivo, que, dentre outras funções, orienta a produção discursiva – bem como a compreensão pelo leitor/ouvinte –, controlando a expressão ou não do conhecimento no discurso a partir do julgamento de se esse conhecimento é partilhado pelo interlocutor ou não (VAN DIJK, 2012). O contexto, conceito discutido na linguística, pragmática e outras ciências, é aqui compreendido como um construto sociocognitivo, ou seja, como um modelo de contexto, e não como algo que existiria por si, independente do processamento de cada um dos envolvidos na situação de comunicação. Marcuschi (2005, p. 2) cita Cherbrat-Orecchioni (1996) para esclarecer essa concepção do “contexto”:

o contexto deveria ser visto menos como um entorno extra-lingüístico e muito mais como um “conjunto de representações que os interlocutores têm do contexto”, isto é, o contexto seria muito mais uma noção cognitivamente construída (uma espécie de modelo) do que algum tipo de entorno físico, social ou cultural. Para a autora (1996:42), o contexto seria “um conjunto de dados de natureza não objetiva, mas cognitiva”, que se achariam interiorizados pelos interlocutores e mobilizáveis sempre que necessário no ato da enunciação.

De maneira que, assim como outros modelos sociocognitivos, um mesmo “contexto” pode ser interpretado de formas sutilmente diferentes pelos participantes envolvidos, havendo, então uma multiplicidade de modelos de contexto, provavelmente bastante parecidos, mas com algumas diferenças entre si. Por isso falantes envolvidos em uma mesma situação de comunicação, mesmo abordando o mesmo tema, terão falas diferentes.

Como aponta van Dijk (2012, p. 87), “os contextos não são um tipo de situação social objetiva, e sim construtos dos participantes, subjetivos embora socialmente fundamentados, a respeito das propriedades que para eles são relevantes em tal situação, isto é, modelos mentais”. São, portanto, um tipo de modelo mental, mas, “Enquanto modelos mentais de eventos podem ser vistos como a base do ‘conteúdo’ ou do significado do discurso, modelos de contexto tipicamente controlam não apenas o que está sendo dito, mas especialmente como é dito” (VAN DIJK, 2010, p. 212). De modo que, ao analisar discursos buscando compreender os modelos sociocognitivos e ideologias que orientam a produção discursiva, é importante considerar também os modelos de contexto, pois eles estariam regulando mais diretamente as operações de referenciação, por exemplo.

### **2.2.3 Referenciação e categorização como processos discursivos de (re)produção de ideologias**

Tendo em vista a perspectiva sociointeracionista e sociocognitiva da linguagem, como exposta acima, partimos do pressuposto de que a referenciação, enquanto processo de semiotização do mundo, não é uma atividade de simples designação, afastando-nos das teorias representacionistas sobre a língua. Ao referirmo-nos a algo, portanto, inevitavelmente atribuímos valores que não necessariamente são naturais às coisas: “o mundo comunicado é sempre fruto de um agir comunicativo construtivo e imaginativo e não de uma identificação de realidades discretas e formalmente determinadas” (MARCUSCHI, 2007, p. 86). Sendo assim, o ato da referenciação<sup>11</sup> não é um movimento passivo (o simples reconhecimento de um objeto), mas ativo, em que se atribui uns e não outros valores e traços ao objeto-de-discurso:

A função das expressões referenciais não é apenas referir. Pelo contrário, como multifuncionais que são, elas contribuem para elaborar o sentido, indicando pontos de vista, assinalando direções argumentativas, sinalizando dificuldades de acesso ao referente e *recategorizando os objetos presentes na memória discursiva*. (KOCH, 2011, p. 106, grifo nosso)

---

<sup>11</sup> Na perspectiva proposta, tomamos como superada a concepção da referência como uma entidade estável, trabalhando na perspectiva da linguística textual sociointeracionista que concebe a referenciação como processo, como atividade (KOCH, 2005; CIULLA, 2014).

A referenciação, portanto, é uma operação de organização cognitiva das coisas do mundo, ou seja, é um processo de categorização, de organização em modelos sociocognitivos específicos, ou, de forma mais geral, de fazer sentido da nossa realidade:

a categorização é um fenômeno intimamente ligado à referenciação: todo ato de referir implica, também, categorizar, pois ao escolher uma expressão, entre todas as opções que julgar adequadas, [...] o falante privilegia alguns aspectos e algumas semelhanças de família em detrimento de outros, de acordo com as discriminações (ou abstrações ou generalizações, etc.) que a palavra escolhida pode comportar naquela situação de uso. (CIULLA, 2014, p. 255)

Além disso, lembramos que essas operações linguístico-cognitivas são levadas a cabo durante a interação com o mundo e o outro, de modo que, ao mesmo tempo em que são fundamentais para o pensamento simbólico humano, as categorizações e referenciações são essencialmente construções sociais, e construções necessariamente instáveis e plásticas (MONDADA, 2002).

Uma das maneiras de se exercer poder sobre grupos sociais através do discurso é pelo meio de estratégias de referenciação e categorização, de atribuição de identidades a atores sociais: o poder de nomear/nominar, de legitimamente identificar, de ter uma forma de controle discursivo sobre o outro e sobre a realidade. O processo de nomeação/nominação dos atores sociais no discurso da imprensa jornalística, através de estratégias de referenciação, participa da construção da categorização social desses atores. Vale ressaltar que tomamos o conceito de identidade como Buscholtz e Hall (2007), Hall (2005) e Mouffe (1996, 2003), dentre outros: como sendo um processo dinâmico, fluido, multifacetado e relacional, sendo a identificação *socialmente construída* e ao mesmo tempo individualmente performada. Dessa forma, o processo de categorização que leva à (re)produção de identidades sociais está imbricado também com questões de poder, além de, ao ser compreendido como um processo, abrir espaço para mudanças nas categorizações dos atores e grupos sociais.

Conforme Siblot (*apud* CORDEIRO, 2017, p. 71), “toda nomeação do outro tem por particularidade evidenciar por parte daquele que nomeia uma posição sobre o que é nominado; e essa tomada de posição implica em seu turno uma expressão e definição de si”. De modo que, ao utilizar um ou outro termo para nomear (ou até ao não nomear certos atores e grupos sociais), não só se constrói uma identificação para aquele grupo/ator social, mas também uma construção sobre si. Por exemplo, ao referenciar/categorizar os integrantes do #Ocupe como *invasores*, o

Consórcio Novo Recife se projeta como vítima de uma transgressão. Segundo van Dijk (2010, p. 229):

O uso de variantes lexicais específicas pode também ter efeitos de “enquadre” muito diferentes na ativação de atitudes e ideologias políticas e, portanto, na construção de modelos de evento. As elites podem, então, usar termos específicos no discurso da mídia ou da política para influenciar a opinião pública.

De acordo com a polarização ideológica postulada por van Dijk (2003; 2010), temos, nesse caso, o posicionamento do Novo Recife em termos de uma auto-apresentação positiva, como, conforme sugerido por Indursky (2002), sujeitos de direito, e os representantes do #OcupeEstelita como sujeitos fora da lei, numa outro-apresentação negativa – categorizações que exploraremos no Capítulo 5 de forma mais detalhada.

Esses processos de auto-apresentação e outro-apresentação, cognitivamente concebidos, são processos de categorização em que classificamos os atores sociais de acordo com os modelos sociocognitivos compartilhados socialmente e atualizados a cada situação de fala, ou modelo de contexto.

Categorizar é natural e necessário, já que seria impossível conhecer em detalhes, por exemplo, todos os indivíduos envolvidos em todas as notícias que lemos diariamente. De acordo com Lakoff (1987), “Não há nada mais básico do que a categorização para nosso pensamento, percepção, ação e discurso [...] A compreensão de como categorizamos é central para qualquer compreensão de como pensamos” (LAKOFF, 1987, p. 5-6, tradução nossa)<sup>12</sup>. Ou, ainda, nas palavras de Marcuschi (2004, p. 274, grifo nosso), “categorizar é *uma maneira de pensar* simbolicamente e não de nomear coisas, fatos, dados e assim por diante.” Porém, ainda mais importante do que perceber a importância do processo de categorização para o pensamento humano, é perceber que esse processo não é objetivo ou inconsequente, já que “a categorização de grupos/atores sociais como (des)legitimados é de extrema relevância para as pesquisas sociais, pois dela resulta várias outras ações, tais quais discriminação, preconceito, estereotipização e naturalização de poderes” (FALCONE, 2008, p. 99). Dessa forma, a categorização que é realizada em relação aos atores sociais integrantes do #OcupeEstelita terá

---

<sup>12</sup> No original: “There is nothing more basic than categorization to our thought, perception, action and speech [...] An understanding of how we categorize is central to any understanding of how we think” (LAKOFF, 1987, p. 5-6).

consequências em relação à legitimação ou deslegitimação do Movimento, e acarretará atitudes e ações contra ou a favor do grupo e sua proposta.

Além disso, lembramos, com Falcone (2008)<sup>13</sup>, que o processo de categorização ocorre dentro de um *continuum* entre efeitos de protótipos e estereótipos, a partir de uma perspectiva de categorização como uma atividade culturalmente situada. Assim como a autora, ressaltamos que não trabalhamos com a possibilidade da existência de protótipos categoriais em si, mas de efeitos de prototipicidade, posto que “não temos protótipos categoriais rígidos, já que as categorias são culturalmente sensíveis e a prototipicidade é muito mais um efeito do que um universal metafísico (como as categorias aristotélicas) com propriedades necessárias e suficientes” (MARCUSCHI apud FALCONE, 2008, p. 102)<sup>14</sup>. Além disso, o conceito de estereótipo em que nos apoiamos é aquele utilizado em Lakoff e Johnson (1999), assim como em outros estudos sobre estereótipos (SIEBRA, 2012, 2005) como sendo primariamente negativos, e utilizados estrategicamente para deslegitimar o outro (*Eles*) e legitimar o grupo social a que pertencemos (*Nós*). Assim, os estereótipos:

referem-se a uma forma de se identificar um indivíduo ou a si mesmo de acordo com a sua aparência, raça, crença religiosa, ideologia, idade, papéis sociais e de gênero, condição socioeconômica, cultural, enfim, usando, frequentemente, essa identificação para se rechaçar alguém que não corresponda ao ideal pretendido, ou para se privilegiar quem se enquadre no referido ideal [...] Como Hamilton et al. (1992) apontaram, estereótipos sociais amplamente compartilhados são suposições sobre determinados tipos de pessoas que estão representadas cognitivamente em esquemas extensos e bem organizados. (SIEBRA, 2012, p. 81).

Assim como Falcone (2008), que empregou esse aparato para a análise da categorização de fontes prototípicas ou estereotipadas na cobertura jornalística do caso de Eldorado de Carajás (FALCONE, 2008), nós empregamos essa mesma perspectiva sobre o processo de categorização para compreender como os grupos/atores sociais são tratados sob efeitos de prototipicidade ou estereotipados ao longo da cobertura do conflito em torno do Cais José Estelita, sem que seja necessária uma referência mais explícita em relação aos diferentes

---

<sup>13</sup> Conforme Falcone (2008), concebemos a categorização dos atores sociais como um processo que ocorre entre dois polos de um *continuum*: em um extremo, as categorizações prototípicas, atendendo aos modelos mentais preferidos; do outro, as categorizações estereotipadas, que visam ressaltar os atributos considerados negativos em relação àqueles atores sociais.

<sup>14</sup> Falcone (2008) traz uma discussão sobre como a teoria dos protótipos de Rosch foi revolucionária para os estudos da categorização, embora posteriormente criticada por uma aparente rigidez no conceito de protótipo.

grupos. Assim como os processos de referenciação, esse tratamento prototípico ou estereotipado atua na legitimação ou deslegitimação dos grupos/atores sociais perante a opinião pública.

Assim, as categorizações de grupos e atores sociais, concebidas como processo, como atividade, que oscila em um *continuum* (FALCONE, 2008) entre categorizações prototípicas (remetendo às classificações mais facilmente lembradas, acionadas em modelos cognitivos preferidos e dominantes) e estereotipadas (que seriam marcadas, estigmatizadas dentro das configurações sociais), estão relacionados a objetos-do-discurso e são levadas a cabo nas interações sociais:

considerando que são os falantes, em sua atividade interativa e social, os responsáveis pelas categorizações, afastamo-nos da idéia (*sic*) de protótipo-objeto (elemento concreto que seja prototípico) e aproximamo-nos de uma noção de *protótipo-entidade cognitiva*, isto é, *uma construção resultante de operações cognitivas*, que produziria um *efeito de prototipicidade*, devido ao caráter instável, múltiplo e flexível das categorias construídas pelos seres humanos. (CIULLA, 2014, p. 252)

Assim como Mondada (2002) refere-se a efeitos de objetividade resultantes da utilização da língua para referir e dizer o mundo, consideramos que alcançamos também efeitos de prototipicidade e ou estereotipia quando da categorização e tratamento discursivo de atores e grupos sociais. Porém, não podemos esquecer que esses efeitos provocam atitudes e ações concretas em relação a esses grupos, como veremos mais a frente (Capítulo 5) quando da ação da polícia contra o #OcupeEstelita durante a remoção do Movimento do terreno do cais.

### 2.3 PODER, ACESSO DISCURSIVO E (DES)LEGITIMAÇÃO

O embate em torno do destino do cais José Estelita é, na verdade, uma luta pela subversão da estrutura política de poder estabelecida pelo capitalismo neoliberal que impera na vasta maioria das sociedades ocidentais contemporâneas e, como no caso em questão, coloca os interesses comerciais/econômicos acima do bem-estar coletivo. Assim, as críticas e questionamentos empreendidos pelo #OcupeEstelita visam a subverter a hegemonia atual do capital, ou seja, subverter as relações atuais de poder como estão estabilizadas. Para tanto, é preciso que o Movimento primeiro seja reconhecido como legítimo ator social no embate pelo

destino do cais José Estelita. E esse processo de legitimação social, como veremos mais detalhadamente abaixo, passa pela questão do acesso discursivo, que, em tempos de Internet, ganha novos contornos, apresentando diferentes potencialidades e desafios.

### 2.3.1 Poder social, poder simbólico e a questão do acesso

O poder é aqui entendido como algo relacional – ou seja, contingente a uma relação, não podendo ser abstraído de tal relação (CASTELLS, 2009) – dinâmico e difuso, mais bem compreendido como poder social, e não ao nível do indivíduo (no sentido de alguém que detém o poder). Nas palavras de Fairclough (1989, p. 43, tradução nossa), “poder [...] nunca é definitivamente detido por uma pessoa, ou grupo social, porque poder pode ser obtido e exercido somente em situações de, e através de, luta social em que ele pode ser também perdido”.<sup>15</sup> Ou ainda, conforme Giddens (2003, p. 37) “Dominação e poder não podem ser considerados unicamente em termos de assimetrias de distribuição, mas têm de ser reconhecidos como inerentes na associação social.” De modo que poder é algo contingente, conjuntural e emergente das relações que se realizam em determinado momento histórico; é o *exercício* de poder. Exercício esse que independe de uma fonte absoluta de poder (como a figura do ditador, ou regimes de governo ditatoriais), mas que enquanto algo relacional, também é praticado por nós mesmos, atores sociais, sobre nós mesmos e sobre outros.

Uma das formas de se exercer o poder, de se produzir realidades, é através do discurso, como observamos nas configurações sociais ocidentais contemporâneas. Nas sociedades em que o poder se exerce e se mantém através de articulações estratégicas de interesses e projetos, ou seja, hegemonicamente, o discurso, mais que a força física ou mecanismos burocráticos de poder, é o caminho ora legitimado para a constante (re)estruturação da hegemonia social. Castells (2015) aponta que:

A coerção e intimidação, baseadas no monopólio do Estado sobre a capacidade de exercer violência, são mecanismos essenciais para a imposição da vontade daqueles que controlam as instituições da sociedade. Contudo, a construção de significados na mente das pessoas é uma fonte mais eficiente e estável de poder. A maneira como as pessoas pensam determina o destino das

---

<sup>15</sup> No original: “power [...] is never definitively held by any one person, or social grouping, because power can be won and exercised only in and through social struggles in which it may also be lost” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 43).

instituições, normas e valores através dos quais as sociedades são organizadas. (CASTELLS, 2015, p. 5, tradução nossa)<sup>16</sup>

Assim, o poder social converte-se em controle sobre o discurso, sobre sua produção e disseminação, ou seja, em poder simbólico, como colocaria Bourdieu (1989). Dessa forma, tanto a manipulação e o controle de grupos sociais como a contestação e subversão de relações assimétricas de poder podem ser discursivamente levadas a cabo.

No modelo tridimensional de análise do discurso de Fairclough (2001), em que o discurso é ao mesmo tempo texto, prática discursiva e prática social, a prática social é vista como sendo responsável por dar conta de “circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos referidos anteriormente” (FAIRCLOGUH, 2001, p. 22). A ideia central, portanto, é que, ao realizar análises de textos como práticas discursivas que constituem e são constituídos por práticas sociais, pode-se conferir os efeitos dessa mútua constituição. Agregando o aspecto sociocognitivo de análise tentamos explicar como a produtividade do poder funciona nas negociações de sentido entre as pessoas, levando-as à (re)formulação de conhecimento compartilhado sobre o que seria legítimo, sobre como agir, ou seja, levando-as a construir realidades. Daí a fundamental importância de Estudos Críticos do Discurso de perspectiva sociocognitiva, que, além de explicar os processos linguísticos e discursivos de construção de conhecimento, buscam explicar os investimentos cognitivos nesses processos, nos posicionamentos marcados, nas ideologias etc. como formas de controle, manipulação e exercício de poder.

Porém, nem toda produção discursiva é recebida da mesma forma, com o mesmo valor social ou com a mesma força legitimadora. O discurso produzido por instituições sociais (governo, academia, órgãos legisladores, imprensa) e atores sociais de prestígio é revestido de maior valor simbólico e cultural, tendo maior potencial para a produção de consenso e manutenção de hegemonia, até porque geralmente são os discursos com maior penetração social, os discursos das elites simbólicas<sup>17</sup> (VAN DIJK, 2010). Trata-se, portanto, de uma

---

<sup>16</sup> No original: “Coercion and intimidation, based on the state’s monopoly of the capacity to exercise violence, are essential mechanisms for imposing the will of those in control of the institutions of society. However, the construction of meaning in people’s minds is a more decisive and more stable source of power. The way people think determines the fate of the institutions, norms and values on which societies are organized” (CASTELLS, 2015, p. 5).

<sup>17</sup> Van Dijk (2010, p. 23) define as elites simbólicas como certas classes de atores sociais “tais como políticos, jornalistas, escritores, professores, advogados, burocratas e todos os outros que têm acesso especial ao discurso

questão de *acesso*. Castells (2009) propõe, dentro de seu modelo de sociedade em rede que uma forma de exercício de poder comum a todas as redes, em qualquer nível (macro ou micro) social, é através da exclusão de atores e grupos sociais das próprias redes, ou seja, restringindo de alguma forma seu acesso. Por outro lado, havendo a possibilidade de acesso aos espaços discursivos das elites simbólicas, abre-se a possibilidade da mudança social, pois, “os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22); é a produtividade do poder através do discurso.

A questão do acesso pode ser abordada de duas formas: uma diz respeito à (im)possibilidade de acesso à produção discursiva (quando e como os movimentos sociais falam diretamente na imprensa, interferem na criação de legislação etc.); outra se refere à qualidade da inserção de determinados grupos sociais em pautas e discursos da elite simbólica (por exemplo, de que maneira movimentos sociais aparecem representados em reportagens da imprensa, por exemplo) (VAN DIJK, 2010; FALCONE, 2003). Em nosso estudo, enfocaremos ambos aspectos na análise do acesso ao discurso jornalístico, uma das instituições de maior prestígio discursivo nas configurações sociais contemporâneas. Nessa análise, remeteremos à categorização e tratamento mais prototípico ou estereotipados dos diferentes grupos e atores sociais que têm acesso ao discurso jornalístico, por exemplo. Paralelamente, mais adiante neste capítulo, realizamos uma reflexão sobre as potencialidades que o espaço virtual apresenta nesse contexto para a subversão do monopólio discursivo instituído através das mídias de massa, bem como para a manutenção das relações assimétricas de poder e acesso como se configuram hoje.

### **2.3.2 A (des)legitimação como processo discursivo**

Considerando que as relações assimétricas de poder são intrínsecas à sociedade, e considerando que o discurso é um caminho para sua manutenção ou subversão, é importante distinguir entre o exercício de poder através do discurso que seria considerado legítimo e aquele que incide sobre as liberdades do outro, gerando situações de opressão, e/ou abuso de poder. A análise crítica do discurso, portanto, deve servir para desvelar essas situações de abuso de poder através do discurso. Van Dijk (2010; 2015) discute a diferenciação entre dois possíveis efeitos da prática discursiva: a persuasão, que constitui um efeito natural da argumentação discursiva;

---

público, ou os diretores empresariais que indiretamente controlam tal acesso, por exemplo, donos de impérios da mídia”.

e a manipulação, caso em que se verifica abuso de poder visando o benefício de alguns em detrimento de outros. Enquanto a persuasão constitui uma prática legítima, socialmente aceitável, a manipulação visa à desinformação ou doutrinação das pessoas de modo que elas venham a agir contra seus próprios interesses: “a manipulação é ilegítima em uma sociedade democrática porque (re)produz ou pode (re)produzir desigualdade: ela serve aos interesses dos grupos dos poderosos e seus falantes, e fere os interesses dos grupos e falantes menos poderosos” (VAN DIJK, 2010, p. 239). Dessa forma, a manipulação ou abuso de poder discursivo deve ser analisada em termos de suas consequências sociais e não em termos das intenções dos falantes ou até mesmo da capacidade dos receptores de entender as estratégias discursivas manipuladoras (VAN DIJK, 2010).

A manipulação, por sua vez, visa à dominação, a aceitação das pessoas de fazerem algo que talvez vá contra seus interesses, muitas vezes atingido através de um efeito de consenso produzido discursivamente:

Ela [a dominação] é também reproduzida ao legitimar esse acesso através das formas de ‘controle da mente’, tais como a manipulação e outros métodos para a busca de aceitação ou de adesão entre o grupo dominado. Em termos mais gerais, *isso pode ser visto como a produção de consentimento e consenso*. Mais uma vez, *o texto e a fala desempenham um papel fundamental* nos processos cognitivos envolvidos nesse processo de reprodução. Sua análise pode fornecer uma ideia explícita das noções – normalmente usadas, mas vagas – de manipulação. É tarefa [do analista] explicitar algumas das relações entre as estruturas e estratégias discursivas e as representações e processos cognitivos subjacentes à realização ou legitimação da dominação. (VAN DIJK, 2015, p. 22, grifos nossos)

A análise das práticas de (des)legitimação do movimento social, através da interação sociocognitiva e discursiva, apresenta-se, portanto, como um caminho para apontar se houve abuso de poder pelas elites simbólicas no caso ora estudado, já que, de acordo com Castells (2009, p. 12, tradução nossa), “a legitimação, cerne da teoria política de Habermas, é a chave que permite ao Estado estabilizar o exercício da sua dominação”<sup>18</sup>. E essa legitimação, em regimes de democracia constitucional como a nossa, conforme van Dijk apontou e também conforme Castells (2009, p. 12, tradução nossa), “depende amplamente do consentimento a

---

<sup>18</sup> No original: “legitimation, the core of Habermas’s political theory, is the key to enable the state to stabilize the exercise of its domination” (CASTELLS, 2009, p. 12).

partir da construção de sentidos compartilhados”<sup>19</sup>. Tal consentimento pode ser alcançado através da persuasão ou da manipulação, e é exponencialmente mais explorado em tempos de mídias digitais como vivemos hoje.

Aqui, retomamos o sentido habermasiano de legitimação, que, mais bem compreendido como um *processo de legitimação*, não se restringe às questões legais e jurídicas, mas ao que é aceito como fato, prática, conhecimento ou atitude válida em uma determinada configuração social. Essa perspectiva sobre o conceito de legitimidade como processo, além de incorporar o aspecto da dinamicidade do fenômeno, demonstrando que não há legitimidade intrínseca aos fatos sociais, está alinhada com a visão de sociedade adotada – como resultado(s) de processos constantes de (re)estruturação (GIDDENS, 2003) –, bem como o conceito de língua como forma de agir na sociedade, não apenas como representação das coisas do mundo. Partimos do pressuposto, portanto, de que a (des)legitimação é um processo contínuo, reflexivo (GIDDENS, 2003) e engendrado fundamentalmente pela prática discursiva na esfera pública, não se limitando a instâncias institucionalizadas de poder social (HABERMAS, 2003).

Sobre processos de legitimação através do consentimento baseado em conhecimento compartilhado, van Dijk (2010, 2012, 2015) nos fornece o aparato teórico para compreender como através do discurso, que (re)produz estruturas sociocognitivas como os modelos mentais e modelos de contexto, é possível manipular as mentes das pessoas. Por isso, defende o autor, “Muitas formas de poder contemporâneo [...] devem ser definidas como poder *simbólico*, isto é, em termos do acesso preferencial a – ou controle sobre – o discurso público” (VAN DIJK, 2010, p. 23).

Com o controle do acesso aos meios de produção e disseminação discursiva de maior alcance e prestígio, é possível controlar quais ideologias serão disseminadas, quais serão aquelas divulgadas como naturais e impulsionar o discurso que naturaliza certas crenças, atitudes e opiniões em detrimento de outras (em geral, as que não comungam com os propósitos empresariais, corporativos e comerciais da mídia tradicional). Portanto, o processo de (des)legitimação social de diferentes práticas passa pela questão do acesso discursivo, que se mostra como mais uma estratégia discursiva para a (des)legitimação do Movimento #OcupeEstelita.

---

<sup>19</sup> No original: “largely relies on consent elicited by the construction of shared meaning” (CASTELLS, 2009, p. 12).

Nesse ponto, os sites de redes sociais parecem apresentar a oportunidade de furar esse controle, possibilitando a diferentes grupos sociais divulgarem seu ponto de vista. No caso do #Ocupe, esse furo aparece tanto na voz do próprio Movimento em sua página, como através da divulgação por compartilhamento de notícias de veículos jornalísticos (tradicionais e alternativos) externos (Figura 3). Esse acesso a veículos externos, a partir de reportagem publicada em blog da revista Carta Capital em 29 de maio de 2014<sup>20</sup>, foi crucial para chamar a atenção para a página do #Ocupe e para exercer pressão para a cobertura efetiva das ações do Movimento por parte da mídia tradicional local.

**Figura 3** – Compartilhamento de reportagem do jornal Estadão (SP)



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita.

Além do impulso que essas publicações em veículos externos deram ao #Ocupe e sua página no Facebook, é importante lembrar que os sites de redes sociais, com seus formatos dinâmicos, possibilitaram o surgimento dos coletivos midiáticos e das mídias alternativas, a exemplo do Mídia Ninja (sigla para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), que ajudam a impulsionar a visibilidade de movimentos sociais como o #OcupeEstelita (Figura 4, abaixo) e tentam subverter os papéis tradicionais atribuídos aos diferentes atores sociais envolvidos na produção/divulgação de informação de massa.

<sup>20</sup> Link para o artigo do blog Intervenções da Revista Carta Capital: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervenoes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964/>. Último acesso em 25 de abril de 2020.

**Figura 4** – Compartilhamento de reportagem da Mídia Ninja



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita.

Embora, conforme aponta Primo (2007, p. 18), “seria incorreto concluir que os processos comunais acabam com qualquer hierarquia ou relação de poder ou, inversamente, que estas sejam uma ameaça fatal para aqueles”. O próprio Mídia Ninja, assim como outros coletivos midiáticos, e movimentos sociais como o #Ocupe, realizam um gerenciamento do acesso à produção discursiva em algum nível, retém algo de hierarquização mesmo que mais flexível e plural em suas estruturas. Ressalvamos também que, como mencionado anteriormente, esse canal de acesso ao fazer discursivo não garante que o discurso produzido detenha o mesmo prestígio e alcance de veículos jornalísticos da grande mídia tradicional. Porém, em alguns casos, como no caso do #Ocupe, consegue-se causar impacto, desestabilizando, pelo menos temporariamente, a prática jornalística tradicional e apresentando uma alternativa à população que compartilha da cibercultura e do ambiente virtual<sup>21</sup>. A penetração do #Ocupe na mídia tradicional é tão significativa que veremos, no Capítulo 5, como o Movimento chega a ser percebido por alguns internautas como que agindo estrategicamente

<sup>21</sup> Ressaltamos, também, a restrição de acesso, inclusive à produção discursiva pelos cidadãos em geral também no escopo do Movimento e/ou das mídias alternativas e coletivos midiáticos. Veremos como o indivíduo que fala como tal, tem acesso apenas aos comentários das páginas de Facebook ora analisadas, não podendo produzir conteúdo diretamente na *timeline* dessas páginas. Portanto, consideramos que sempre haverá algum nível de gerenciamento de produção e disseminação de discursos, mesmo no ambiente virtual. Assim, esses agentes alternativos da informação também funcionam como mediadores entre experiências particulares e aquelas que serão publicizadas em suas redes sociais virtuais para as massas, entre o privado e o público; o que os diferencia, é o esforço em dar voz a grupos tradicionalmente ignorados ou silenciados pela grande mídia.

junto à Rede Globo de televisão, historicamente uma instituição conservadora e que, no início das intervenções do #Ocupe ainda em 2014, silenciou sobre o Movimento, ignorando sua existência.

#### 2.4 AS REDES SOCIAIS ON-LINE E A HIPÓTESE DA SUBVERSÃO DA HEGEMONIA SIMBÓLICO-DISCURSIVA

Nesta seção, exploraremos a hipótese de que o espaço virtual se apresenta como uma esfera pública mais democrática e livre de controles sobre o acesso e o discurso, e que, por isso, oferece a possibilidade a grupos contra-hegemônicos de tentar subverter o poder das elites simbólicas. Com a crescente popularização e penetração do acesso à Internet, a promessa democratizadora do ambiente virtual vai se propagando como um fato dado, inquestionável e irrevogável. Porém, veremos que não basta estar conectado, não basta ter acesso à Internet, pois o acesso discursivo de que tratamos acima está também imbricado com questões sociais de prestígio e (des)legitimação, além de sofrer outros tipos de constrangimentos no espaço virtual.

A exploração da rede social online como matéria de pesquisa suscita, antes de qualquer coisa, uma reflexão sobre o espaço virtual e os desdobramentos de sua existência na vida diária de seus usuários. A noção de espaço virtual pode ser pensada a partir de diferentes perspectivas, mas enquanto no senso comum o virtual se opõe ao real, na perspectiva de Lévy (1996; 1999), e adotada por nós, o virtual deve ser pensado como sendo real, no sentido de que existe, ainda que num estado diferente do empírico.

Nesse sentido, propomos pensar também a relação entre a atuação dos movimentos sociais no ambiente virtual e suas ações no campo físico urbano onde normalmente promovem passeatas, eventos, bloqueios etc. O Movimento construído, organizado e realizado virtualmente atualiza-se no empírico, no espaço público em disputa nas diferentes intervenções físicas promovidas pelo grupo. Pode-se dizer que o virtual figura, nesse contexto, não só como um estágio na transformação do fenômeno discursivo-cognitivo em prática concreta, mas enquanto lugar de (re)organização do discurso e das ações do movimento no seu caminho para a realização de sua visão.

É inegável a penetração do on-line em nossas vidas. Inúmeras atividades são hoje realizadas via Internet, desde pagar contas a assistir aulas: “a Internet, em sua diversidade de aplicações, é o tecido comunicacional de nossas vidas, para o trabalho, para conexões pessoais,

para a sociabilidade, para a informação, para entretenimento, para serviços públicos e para a prática religiosa” (CASTELLS, 2009, p. 64, tradução nossa)<sup>22</sup>. O que provavelmente despertou o interesse dos movimentos sociais por esse “novo” espaço comunicacional, ainda na década de 90, é a grande promessa democratizadora da Internet através do alcance global e a relativa facilidade de acesso, oferecendo, potencialmente, a chance de romper o monopólio sobre o discurso pelas elites simbólicas, dando aos indivíduos e grupos marginalizados poder de voz em massa (CASTELLS, 2010; 2015; 2011; PINHO, 2011; PRIMO, 2007).

Nessa época, quando ainda era bastante rudimentar e caro o acesso à Internet, a primeira geração de internautas se vê com acesso a inúmeras fontes de informação de todo o mundo – *websites, homepages, blogs, e-mails, fóruns* e canais de *chat* que permitem alcançar pessoas do outro lado do globo. Mas essa geração ainda não alcançava o nível de interação que hoje tem-se disponível através de diferentes ferramentas e, principalmente, das plataformas de redes sociais atuais. Segundo Lemos (2009), essa primeira geração ainda operava num sentido mais próximo das mídias massivas, como a televisão e a rádio. Conteúdos eram publicados em *websites e homepages*, e poderiam ser lidos por milhares de pessoas, mas não havia ainda a possibilidade de diálogo e troca como vemos hoje. Alguns desenvolvimentos como a inserção de um espaço para comentários ao final de uma postagem de blog, por exemplo, e, especialmente, as chamadas redes sociais on-line com suas variadas ferramentas de acompanhamento de publicações, espaços para comentários, mensagens privadas e marcação/etiquetagem de usuários, possibilitaram o advento das mídias pós-massivas, como as chama Lemos (2009), ou da autocomunicação massiva, como diria Castells (2001; 2009; 2011; 2015), ou ainda, da nova grande mídia, como postula Malini (2014), com caráter mais interativo de fato. Segundo Lemos (2009), hoje as interações e conversações no ciberespaço são mais semelhantes a uma praça pública do que à lógica comunicacional televisiva, chegando a se comparar alguns ambientes virtuais a verdadeiras ágoras virtuais: “Há uma pulsão gregária e comunitária para além da apatia massiva característica da indústria cultural do início do século XX. Há aqui uma alternativa para a criação de esferas públicas realmente comunicativas” (LEMOS, 2009, p.18).

Lemos (2009), assim como Trejo Delarbre (2009), ao tecer considerações sobre o espaço virtual, remetem à esfera pública, conceito postulado por Habermas (2003) no contexto

---

<sup>22</sup> No original: “the Internet, in the diverse range of its applications, is the communication fabric of our lives, for work, for personal connection, for social networking, for information, for entertainment, for public services, for politics, and for religion” (CASTELLS, 2009, p. 64).

do surgimento da mídia impressa. Originalmente, o conceito habermasiano da esfera pública burguesa traz como principal objetivo o alcance do consenso com base na racionalidade dos argumentos, ou seja, a cooperação justa entre pessoas livres e iguais, visando à democracia deliberativa baseada no diálogo. Essa concepção do processo democrático perdura há décadas no senso comum. Contudo, críticas posteriores foram realizadas em relação a vários pontos da proposta como, por exemplo, ao postulado de uma única esfera pública, da igualdade entre os participantes dessa esfera, da eliminação de questões privadas nas discussões da esfera pública, dentre outros (LOSEKANN, 2009).

Posteriormente, Habermas (2003b) revisa alguns desses pontos, concedendo, por exemplo, a configuração da esfera pública como uma rede de esferas públicas parciais mais acessíveis aos diferentes grupos sociais (HABERMAS, 2003b). No caso aqui estudado, postulamos que os sites de redes sociais como o Facebook, por exemplo, fornecem um espaço público para a concretização da esfera pública em que se discute o destino do país. Contudo, nessa esfera pública virtual o limite entre o público e o privado se torna borrado; interesses privados são discutidos por atores sociais públicos, e vice-versa. É uma configuração que reflete a própria confusão sobre a ambiguidade do caráter público/privado que está em disputa em relação à área do país.

O próprio Habermas (2003b) repensa essa separação entre a esfera pública e privada a partir do eixo do sujeito que, ao assumir diferentes papéis sociais em ambas esferas, articula uma esfera a outra:

Os canais de comunicação da esfera pública engatam-se nas esferas da vida privada – as densas redes de interação da família e do círculo de amigos e os contatos mais superficiais com vizinhos, colegas de trabalho, conhecidos, etc. – de tal modo que as estruturas espaciais de interações simples podem ser ampliadas e abstraídas, porém não destruídas. De modo que a orientação pelo entendimento, que prevalece na prática cotidiana, continua valendo também para uma comunicação entre estranhos, que se desenvolve em esferas públicas complexas e ramificadas, envolvendo amplas distâncias (HABERMAS, 2003b, p. 98).

Além disso, a esfera pública virtual que se apresenta tampouco é composta de “pessoas livres e iguais” e em “cooperação justa”, como era originalmente postulado por Habermas (2003). Quando acrescentamos a uma visão de sociedade em que os sujeitos não são totalmente livres, mas sempre constrangidos por ideologias, por interesses, por relações de poder, pela exclusão social e econômica, elimina-se a possibilidade de igualdade total entre pares. Além

disso, questionamos o aspecto da necessária racionalidade dos argumentos, já que muitas vezes o argumento razoável pode ser empregado para a dominação, excluindo argumentos de natureza mais subjetiva e não necessariamente menos importantes. Por fim, questiona-se o postulado de o consenso ser alcançado com base no princípio da economia do desacordo moral. Segundo Guttman e Thompson (2004, p. 7, tradução nossa), de acordo com a teoria original habermasiana, “Ao fornecer razões para as suas decisões, os cidadãos e os seus representantes devem procurar encontrar justificações que minimizem as suas diferenças relativamente aos seus opositores.”<sup>23</sup> Porém, conforme Mouffe (2003, p. 19), entendemos que “Tal privilégio ao consenso é [...] prejudicial à democracia porque tende a silenciar vozes dissidentes”. Embora reconheçamos que o consenso possa ser temporariamente estabelecido (o que identificamos como hegemonia), também reconhecemos que o consenso sempre vai implicar uma exclusão, afinal, as relações (desiguais) de poder são constitutivas das sociedades (MOUFFE, 1996; FOUCAULT, 1999; GIDDENS, 2003; FAIRCLOUGH, 1989). Portanto, a busca pelo amplo debate, seja no espaço virtual ou empírico, a busca por um sistema de política alternativo ao democrático representativo deve prever espaço para o dissenso, para que os antagonistas sejam vistos como adversários legítimos.

Segundo a avaliação de Mouffe (1996), no sistema atual, a busca pelo consenso leva à tentativa de exclusão desse adversário, de diversas formas. Por isso a luta pela legitimação do #Ocupe se torna tão relevante. O reconhecimento desse movimento social como tal engendraria, dentre outras coisas, sua participação efetiva nas deliberações sobre o espaço do cais. O que observamos, contudo, é uma contradição no discurso do grupo hegemônico de poder (Estado e Novo Recife), que diz estar atendendo às demandas da sociedade, porém, não reconhece o Movimento como legítimo adversário nessa questão (por exemplo, não citam o #Ocupe em seus comunicados, nem recebem o Movimento em reuniões e assembleias). Vejamos o exemplo abaixo (Figura 5), em que o Novo Recife tenta convencer de que atendeu às reivindicações do #Ocupe. Embora não mencione o Movimento, entendemos que essa publicação, assim como outras da mesma natureza na página do Novo Recife, como veremos em mais detalhes no próximo capítulo, dialogam com as ideias defendidas pelo Movimento – nesse caso específico, de que a especulação imobiliária tem levado ao processo de gentrificação e deveria ser regulada, não impulsionada, pelos gestores da cidade.

---

<sup>23</sup> No original: “In giving reasons for their decisions, citizens and their representatives should try to find justifications that minimize their differences with their opponents” (GUTTMAN; THOMPSON, 2004, p. 7).

**Figura 5** – Apresentação de uma ação mitigadora do Projeto



Fonte: @novorecife

Interessantemente, um internauta percebe a manobra conciliatória por trás da publicação e a expõe em um comentário publicado em relação a essa postagem e reproduzido abaixo (Figura 6): “O Consórcio erra! Tenta conciliar as pretensões do grupo opositor ao NR [Novo Recife] [...] O consórcio, de forma INGÊNUA, tenta conciliar com os irresponsáveis, ‘legitimando’ o argumento que, em si mesmo, é FALSO!”.

Esse comentário suscita outro problema: quem vai e como vai decidir qual conhecimento, opinião ou argumento é falso ou verdadeiro? O processo de deliberação visando o consenso implica necessariamente a persuasão, função argumentativa intrínseca à prática discursiva. Porém, se postulamos a ausência de verdades absolutas, transcendentais, racionais e objetivas já que todo conhecimento é uma construção sociointeracional situada (VAN DIJK, 2010; MARCUSCHI, 2007), já que “todos os objetos de conhecimento são objetos de discurso” (MARCUSCHI, 2005, p. 5), temos que a estratégia da persuasão baseada em argumentação racional pode facilmente se converter em manipulação.

**Figura 6** – Comentário de internauta

**Marcilio Leao** O Consórcio erra! tenta conciliar as pretensões do grupo opositor ao NR, esquece porém, que esse grupo NUNCA vai se contentar com menos que 100%! O "Uso Social da Terra" - é uma pulha! , inicialmente aplicava-se a áreas rurais e seu sentido era confiscatório, isto é: terras "improdutivas" seriam confiscadas para reforma agrária. Como os invasores não querem terras devolutas, mas já produtivas, então esse dispositivo anacrônico se volta agora contra propriedades urbanas, legalizadas, muradas, registradas e legalmente compradas.... contudo essa é uma interpretação EQUIVOCADA que não cabe no texto constitucional. "Função Social da Terra" é exatamente esta que o consórcio NR pretende: utilização moderna, geração de empregos, criação de infra-estrutura, geração de receita municipal, construção de moradias de 1ª linha, produção de riqueza, movimentação da economia, etc... O consórcio, de forma INGÊNUA, tenta conciliar com os irresponsáveis, "legitimando" o argumento que, em si mesmo, é FALSO!

Curtir · Responder · 3 a · Editado  2

Fonte: @novorecife.

Observemos como o internauta coloca a (sua) “verdade” sobre a função social da terra: “utilização moderna, geração de empregos, criação de infraestrutura, geração de receita municipal, construção de moradias de 1ª linha, produção de riqueza, movimentação da economia etc.” Em relação a essas associações, todas aparentemente positivas e desejáveis, podemos levantar vários questionamentos: que tipos de empregos seriam gerados? A quem a infraestrutura criada atenderia? A quem estariam acessíveis essas “moradias de 1ª linha”? A riqueza produzida acabaria efetivamente destinada a que grupo social? Vemos, portanto, que estabelecer o consenso com base em “argumentos racionais” deve ser repensado à luz das teorias sociointeracionistas e sociocognitivista de negociação e elaboração de conhecimento.

Não obstante essas questões que serão exploradas em detalhe no Capítulo 3 quando da análise do discurso do Novo Recife, é possível afirmar que o ambiente virtual permite o surgimento de esferas públicas alternativas à da grande mídia tradicional, embora numa concepção diferenciada daquela originalmente proposta por Habermas (2003) e em que o dissenso muitas vezes se sobrepõe ao consenso. Nesse ponto, as críticas de Barassi (2009) e Fuchs (2009) ao otimismo exacerbado com que Castells (2009; 2010; 2015) percebe o advento da “nova” esfera pública virtual encontram também seu fundamento.

### 2.4.1 Potencialidades apresentadas pela revolução digital: uma leitura crítica

Antes mesmo do surgimento das plataformas de interação on-line como o Facebook, desde há décadas diferentes movimentos sociais têm ocupado o espaço virtual para promover sua causa, denunciar abusos e lutar contra situações de opressão, a começar pelo movimento Zapatista no México, considerado pioneiro nesse sentido e que mantém até hoje um *website*: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/>. No Brasil, o Movimento Sem Terra, umas das fontes de inspiração para o #OcupeEstelita, também criou na década de 90 e mantém até hoje uma presença *on-line* (<https://mst.org.br/>) que abriga informações e notícias sobre o movimento popular. Hoje, a ocupação do virtual pelos movimentos sociais se vê impulsionada pela Web 2.0 e seus sites de redes sociais como o Facebook, Instagram, YouTube, Twitter e tantos outros, possibilitando não só a disseminação de informação sobre os movimentos, mas também os aspectos de organização, articulação e mobilização.

Como apontado na introdução, a Web 2.0 caracteriza-se por uma ampliação dos recursos interativos: “A chamada Web 2.0 comporta um amplo e relativamente vago conjunto de aplicativos que usam a World Wide Web (WWW) como interface e que amplia consideravelmente as possibilidades interativas desse entorno da Internet” (PEREZ SALAZAR, 2011, p. 58, tradução nossa)<sup>24</sup>. Apesar de não ser um termo pacífico<sup>25</sup>, o utilizamos para designar especialmente o contexto mais recente de uso da Internet, contemplando, inclusive, os sites de redes sociais. Mais uma vez, Perez Salazar (2011) esclarece a questão terminológica:

A Web 2.0 é um termo cuja origem pode parecer um tanto tendenciosa, contudo, de forma mais ou menos implícita, destaca um aspecto fundamental nos processos de comunicação mediados por computador: a interatividade. Tecnologias como a *www* apresentam cenários complexos em que os criadores, usuários e os contextos em que se inserem dão lugar a diversas interpretações do que ela pode significar para cada um desses grupos de interesses. Enquanto para alguns setores podem ser uma oportunidade de

<sup>24</sup> No original: “La llamada Web 2.0 comprende un amplio y relativamente vago conjunto de aplicaciones que usa a la World Wide Web (WWW) como interfase y que amplía considerablemente las posibilidades interactivas de este entorno de internet” (PEREZ SALAZAR, 2011, p. 58).

<sup>25</sup> Tim Berners-Lee, que inventou e desenvolveu a World Wide Web, não reconhece uma inovação nas estruturas e preceitos básicos da Internet desde sua criação, ou seja, desmerece que haja uma Web 2.0, que seria em algum sentido mais evoluída (PEREZ SALAZAR, 2011).

negócios, para outros é uma ferramenta de caráter profundamente social. (PEREZ SALAZAR, 2011, p. 66, tradução nossa)<sup>26</sup>

Vemos que, assim como aponta Castells (2001, 2003), a internet hoje reflete não apenas as intenções de seus criadores originais (militares e acadêmicos), mas também de seus usuários mais ativos: empresas, hackers e grupos de contracultura, que cultivam principalmente o lado criativo oportunizado pela web. O autor chega a utilizar o termo Web 3.0 para designar especificamente as tecnologias e recursos mais recentes que dão suporte às redes sociais on-line: “o conjunto de tecnologias, aparatos e aplicativos que dão suporte à proliferação de espaços sociais na Internet graças à maior capacidade de banda larga, softwares inovadores abertos e interfaces e design gráfico otimizados para computadores” (CASTELLS, 2009, p. 65, tradução nossa)<sup>27</sup>.

É importante, nesse ponto, especificar uma distinção terminológica que apresenta implicações sobre a maneira de pensar as ditas redes sociais on-line. Recuero (2012) chama a atenção para o fato de que o Facebook, Twitter, Instagram e outros, não são redes sociais virtuais, mas *sites que mediam e gerenciam redes sociais* (re)construídas nessas plataformas on-line. A importância da distinção entre redes sociais virtuais e sites de redes sociais (ora abreviadas como SRSs) está no *gerenciamento* das redes sociais através de algoritmos, filtros e outras ferramentas de controle do fluxo infinito de informações na Internet. Castells (2003) também aponta de maneira detalhada algumas formas de controle em níveis mais altos ou globais, demonstrando uma contradição intrínseca à rede mundial virtual e concluindo que “tecnicamente, a Internet é uma arquitetura de liberdade. Socialmente, seus usuários podem ser reprimidos e vigiados mediante a Internet” (CASTELLS, 2003, p. 6, tradução nossa)<sup>28</sup>. Desvelar esse gerenciamento, discutir as formas de vigilância e bloqueio, nos ajuda a compreender uma falha significativa na promessa da democratização radical apresentada pela Internet e a analisar de maneira mais crítica o fenômeno do virtual.

---

<sup>26</sup> No original: “la Web 2.0 es un término cuyo origen puede resultar un tanto sesgado, sin embargo, de forma más o menos implícita, destaca un aspecto fundamental en los procesos de comunicación mediados por computadora: la interactividad. Tecnologías como la www plantean complejos escenarios en los que creadores, usuarios y los contextos en los que se ubican dan lugar a diversas interpretaciones de lo que puede significar para cada uno de estos grupos de interés. Mientras que para algunos sectores pueden ser una oportunidad de negocios, para otros son herramientas con un carácter profundamente social” (PEREZ SALAZAR, 2011, p. 66).

<sup>27</sup> No original: “the cluster of technologies, devices, and applications that support the proliferation of social spaces on the Internet thanks to increased broadband capacity, innovative open-source software, and enhanced computer graphics and interface. (CASTELLS, 2009, p. 65)

<sup>28</sup> No original: “Técnicamente, Internet es una arquitectura de libertad. Socialmente, sus usuarios pueden ser reprimidos y vigilados mediante Internet” (CASTELLS, 2003, p. 6).

Consideramos que há um efeito de equivalência e horizontalidade gerado através do pretense acesso democrático a meios de produção e disseminação de discursos e informação, que muitas vezes não se realiza dadas as restrições materiais veladas pela evidência ideológica do capital da tecnologia:

a defesa da liberdade na Internet tende a ser seletiva. Reage-se contra o Estado, mas se descuida da defesa da liberdade dos usuários, dos cidadãos e dos trabalhadores, em um mundo em que os abusos de poder e a desigualdade não desapareceram perante a magia da rede. Por um lado, muitos prestadores de serviços impõem condições econômicas leoninas para se ter acesso à rede, invadem a privacidade de seus usuários e organizam *links* na rede segundo seus interesses comerciais, por exemplo, hierarquizando os *websites* nos buscadores. (CASTELLS, 2003, p. 20, tradução nossa)<sup>29</sup>

Vemos que, assim como outros fenômenos sociais, a Internet surge e se desenvolve com contradições entre sua configuração e possibilidades técnicas, e a utilização que as sociedades fazem dessas ferramentas, muitas vezes, servindo mais ao mercado ou aos governos, do que à população de fato. Como adverte González (2008), uma inclusão digital forçada e compulsória, como vem se observando no mundo todo, acaba resultando em novos processos de exclusão, principalmente em sociedades tão desiguais como as latino-americanas, e servindo especialmente aos interesses do capital:

A ansiedade política e também mercantil por alcançar os prometidos benefícios da «sociedade da informação» não permite, em muitas ocasiões, entender que é um falso dilema pensar que os povos pobres podem apenas estar dentro ou fora [da rede], sem mais. O problema não se reduz apenas ao acesso por meio das TICs à informação e ao conhecimento. Também não se limita, uma vez conectados, a dotar e prover de «conteúdos» adequados para a aprendizagem na rede. Nem inclusão forçada para «se desenvolver», nem isolamento eterno. (GONZÁLEZ, 2008, p. 123).

O autor levanta a questão de que muitas vezes populações são compelidas de forma irrefletida e automática por seus governos – que, por sua vez, são pressionados pelo próprio processo de globalização a adotar medidas para participar desse mercado de forma ampla – a

---

<sup>29</sup> No original: “la defensa de la libertad en Internet tiende a ser selectiva. Se reacciona contra el Estado, pero se descuida la defensa de la libertad de los usuarios, de los ciudadanos y de los trabajadores, en un mundo en que los abusos de poder y la desigualdad no han desaparecido ante la magia de la red. Por un lado, muchos prestadores de servicios imponen condiciones económicas leoninas para acceder a la red, invaden la privacidad de sus usuarios y organizan enlaces en la red según sus intereses comerciales, por ejemplo, jerarquizando los web sites en los buscadores” (CASTELLS, 2003, p. 20).

participar do mundo digital sem ter o conhecimento necessário para fazê-lo de forma adequada ou que a beneficie de fato. São decisões e políticas públicas impostas de maneira vertical e com base apenas em necessidades técnicas, que desconsideram as necessidades locais e sociais dessas populações.

Nota-se, na colocação de González (2008), a percepção baseada no senso comum de que a inclusão digital – mesmo que apenas a nível básico e técnico – seria uma solução para diversos problemas sociais mais fundamentais. Na prática, sabemos que boa parte da população não está preparada para lidar com essa tecnologia de forma significativa. Castells (2003) parece concordar com essa avaliação:

Os cidadãos, em geral, tendem a fazer um uso instrumental e pouco ideológico da Internet: a utilizam para o que lhes serve e consideram a liberdade na Internet um tema fundamental, quando já há algum tempo se acostumaram ao controle político e comercial de sua principal fonte de informação: a televisão. (CASTELLS, 2003, p. 3, tradução nossa)<sup>30</sup>

Assim, não basta ter acesso à Internet; é preciso também saber usá-la e de forma crítica, poder gerar conteúdo para a transformação social e não apenas ser consumidores passivos e acríticos de conteúdo.

Além dessas questões mais macrossociais sobre as políticas públicas envolvidas no processo de inclusão digital, há as questões que dizem respeito ao gerenciamento mais localizado e pontual nos e por trás dos *sites* de redes sociais on-line (RECUERO, 2012). Por exemplo, como veremos no próximo capítulo, comentários publicados em relação às postagens no Facebook podem ser apagados pelo administrador da página, ou denunciado como impróprio por outros usuários do site. O gerenciamento e controle dos discursos no site de rede social não se restringe a forças externas e/ou superiores, mas também é realizado horizontalmente:

[...] a “arquitetura de participação” de muitos serviços online pretende oferecer não apenas um ambiente de fácil publicação e espaços para debate, mas também recursos para a gestão coletiva do trabalho comum. Além dos processos de negociação coletiva, alguns sistemas incluem recursos para a gestão do trabalho em rede. (PRIMO, 2007, p. 6)

---

<sup>30</sup> No original: “Los ciudadanos, en general, tienden a hacer un uso instrumental y poco ideológico de Internet: lo utilizan para lo que les sirve y consideran la libertad en Internet como un tema fundamental cuando hace tiempo que se han acostumbrado al control político y comercial de su principal fuente de información: la televisión” (CASTELLS, 2003, p. 3).

Primo (2007) considera principalmente a gestão coletiva do trabalho em rede, como, por exemplo, na elaboração de entradas do Wikipedia, que é realizada coletivamente. Porém, vislumbramos espaços também para a gestão individual, como nos casos mencionados de denúncia e apagamento de comentários no Facebook. Afinal, “não se pode pensar [...] que as relações [assimétricas] de poder dêem (*sic*) lugar a relações sociais absolutamente planas e estáveis” (PRIMO, 2007, p. 6). Consideramos que o espaço virtual, portanto, não pode ser tomado como espaço totalmente livre de restrições e interdições em que tudo e todos podem dizer e fazer. Mittmann (2013, p. 234) nos lembra que:

[...] a internet, embora tenha se apresentado como um acontecimento que pode levar à abertura ao diferente, também pode ser utilizada para a repetição, sem deslocamentos, dos discursos mais conservadores de nossa sociedade – até porque foi na perspectiva capitalista e imperialista que a internet se desenvolveu.

Desmistifica-se, assim, a amplamente divulgada democratização atribuída ao advento da Internet, já que agora vemos que o espaço virtual, como produto de uma conjuntura sócio-histórica e cultural específica, também reflete o funcionamento ideológico na sociedade como um todo, afinal, conforme Mayans (apud TREJO DELARBRE, 2009, p. 83),

O ciberespaço não é uma rede de computadores, mas o resultado da atividade social dos usuários e usuárias dos computadores conectados entre si espalhados – desigualmente, isso sim – por todo o mundo. Portanto, o ciberespaço é sociedade e não pode ser outra coisa que não sociedade.

De forma que não separamos “a sociedade” do que acontece no espaço virtual. Os postulados que investigamos nessa pesquisa se sustentam justamente nesse fato. A atividade do #Ocupe na Internet, é atividade social, é essencial para a (des)legitimação do Movimento, e não apenas um adendo ou acessório às atividades *in presencia* (ocupação, marchas, palestras etc.).

A própria noção de espaço se mostra central para esta articulação entre virtual e empírico. Grigoletto (2011) postula a consideração do espaço virtual como um “entremeio do empírico e do discursivo” (GRIGOLETTTO, 2011, p. 51), constituído por e constitutivo de ambos, o que nos possibilita explorá-lo como lugar de condições de produção específicas. O espaço virtual deixa de ser visto como simples suporte para a circulação de discursos e passa a

ser considerado como lugar de ação de diferentes forças (ideológicas, tecnológicas, sociais etc.) sobre os discursos que por ele perambulam. Conforme Grigoletto (2011, p. 50): a passagem dos discursos pelo espaço virtual “não se dá sem determinação dos lugares, das relações de poder sócio-historicamente constituídas e sedimentadas.” Isto por que o espaço virtual em si é produto cultural, ainda que não acabado, de um momento histórico específico (SILVA SOBRINHO, 2011; MITMANN 2013). A atuação do movimento social no Facebook, portanto, não ocorre de forma alheia ao próprio espaço virtual, já que a página de Facebook se mostra como “um espaço de discursividade com características próprias, com especificidades que não estão presentes em práticas discursivas que acontecem fora da rede” (GRIGOLETTO, 2011, p. 52). Assim, produzem-se postagens configuradas de acordo com as condições de produção deste espaço: em geral, curtas, visualmente telegráficas, polêmicas, imediatas, passíveis e estimulantes ao compartilhamento, sensacionalistas e permeadas por hiperlinks e hashtags . Da mesma forma, o Movimento é compelido a compartilhar, a postar, a estar sempre ativo e ativando outros para manter-se vivo neste espaço virtual, principalmente em momentos quando não há ações prementes sendo realizadas pelo próprio #OcupeEstelita.

Não é de se surpreender, portanto, que os meios de comunicação mais tradicionais têm cada vez mais adentrado esse universo virtual, apropriando-se muitas vezes de conteúdos produzidos por pessoas que os lançam nas redes sociais e reproduzindo-os em seus perfis e páginas online:

As tecnologias da Web 2.0 empoderaram consumidores a produzir e distribuir seu próprio conteúdo. O sucesso viral dessas tecnologias impulsionou organizações midiáticas a cultivar o poder de produção dos tradicionais consumidores. Quase toda grande empresa de notícias oferece aos visitantes de seus *websites* a oportunidade de fornecer conteúdo que, se interessar o suficiente, será publicado on-line e um crescente número de programas de televisão figuram conteúdos gerados por seus consumidores. (CASTELLS, 2009, P. 97, tradução nossa)<sup>31</sup>

Com fundos para financiar todo tipo de ação online (anúncios pagos, posicionamento inicial nos *feeds* de notícias, propagandas, *softwares* que rastreiam nossos *clicks* etc.), o alcance dos veículos tradicionais consegue ser maior também no espaço virtual; a dominação discursiva

---

<sup>31</sup> No original: “Web 2.0 technologies empowered consumers to produce and distribute their own content. The viral success of these technologies propelled media organizations to harness the production power of traditional consumers. Almost every major news organization offers site visitors the opportunity to upload content that, if compelling enough, will be featured online and in an increasing number of television programs that feature user-generated content” (CASTELLS, 2009, p. 97).

da imprensa tradicional procura se refazer no meio virtual. Além disso, é preciso considerar a infinidade de discursos produzidos e pulverizados na grande rede mundial, dentre eles as *fake news* e outros conteúdos sensacionalistas, que também disputam espaço e visibilidade com os discursos contra-hegemônicos como do #OcupeEstelita, por exemplo.

O termo *fake news* é empregado por nós para designar principalmente publicações on-line (seja em sites de redes sociais, seja em blogs e websites) que visam à manipulação ou desinformação, muitas vezes relacionadas a questões políticas, embora não sejam publicações de fácil definição e/ou identificação, conforme nos alerta Genesini (2009). Além do que talvez não nos caiba uma definição em termos de estruturas textuais (como gênero textual), mas sim, a consideração desses textos enquanto fenômeno sócio-histórico. Apesar de o termo *fake news* ganhar notoriedade, principalmente a partir de 2016, dois anos após iniciado o conflito entre Novo Recife e #OcupeEstelita, estudos apontam que já em 2013, com as manifestações de junho de 2013 sendo consideradas catalizadoras desse processo, circulavam nas redes on-line notícias falsas. Afinal, segundo Figueiredo e Cavalcanti (2019, p. 132), “As fake news não são algo novo. O dicionário Merriam-Webster (2017) aponta para sua existência ainda que de forma incipiente já na década de 1890.” De modo que, ainda com Genesini (2018), o que torna as *fake news* relevantes contemporaneamente é a sua disseminação on-line. Assim, as *fake news* são um fenômeno impulsionado também pela Web 2.0, e que, em conjunto com essas tecnologias vêm desestabilizando o monopólio da imprensa tradicional, ao mesmo tempo em que são também um efeito dessa desestabilização.

De modo que, conforme aponta Barassi (2009), autonomia comunicativa, nos termos de Castells (2009) não implica necessariamente autonomia política ou social, ao que acrescentaríamos, ideológica. Em suas obras sobre os efeitos revolucionários que a Internet e os “novos” meios de comunicação digitais apresentam, Castells (2001; 2009; 2010) postula uma autonomia determinante aos usuários da Internet, que nós preferimos considerar com mais cautela, pois consideramos que a questão do acesso à Internet não é só uma questão técnica (como colocou González (2008), estar ou não conectado), mas é também uma questão ideológica de legitimação e prestígio, que conferem valor ao que é dito, escrito, produzido e difundido também na Internet.

Reconhecemos que a utilização da Internet e dos *sites* de redes sociais especificamente para propósitos de manipulação da informação ocorrem, portanto, e já há um certo tempo. Porém, apenas há alguns anos (principalmente desde a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2016) vem se falando de maneira mais ampla sobre esses usos, que vão

desde a contratação de pessoas (ou robôs digitais) para publicação de conteúdo extremista e incitador de questões polêmicas a estratégias consideradas mais aceitáveis, como a publicação em horários de pico de uso (potencializando, assim, o alcance das publicações). Decidir o que é aceitável ou não, o que seria prática legítima na Internet é um processo contínuo e mais uma problemática que se revela em relação ao espaço virtual e seu potencial democratizador, já que, de tão “livre”, acaba sendo também de difícil fiscalização (se é que deveria ser fiscalizado).

De qualquer forma, consideramos que há, sim, enorme potencial para a disseminação de discursos contra-hegemônicos, como do #OcupeEstelita, no ambiente virtual, e que, de certa forma, o surgimento dos *sites* de redes sociais foi fundamental para o surgimento do próprio Movimento, que, como demonstraremos no capítulo 4, apresenta propriedades e formas de atuação específicas desse “novo” mundo comunicacional. Ainda mais, a proposta do Movimento, e outros, de uma retomada do exercício democrático de forma mais direta pelas populações, tem nesse ambiente uma chance renovada de se realizar. Afinal, o ambiente virtual é idealizado, conforme Castells (2001; 2003) como uma arquitetura de liberdade, embora, como ele mesmo aponta: “A democracia só pode ser reconstruída nas condições específicas da sociedade em rede se a sociedade civil, em toda sua diversidade, conseguir romper as barreiras corporativas, burocráticas e tecnológicas da produção de imagens social” (CASTELLS, 2009, p. 298, tradução nossa)<sup>32</sup>, sendo a produção de imagens de que fala Castells, justamente a produção de conhecimento de que tratamos acima com Marcuschi (2003; 2005; 2005; 2007) e van Dijk (2003; 2010; 2012; 2015).

#### **2.4.2 A prática jornalística na era virtual**

Antes mesmo de pensar a prática jornalística na era virtual, é pertinente refletir sobre a importância dessa instituição para as sociedades contemporâneas. Sendo assim, buscamos apoio na Antropologia Linguística para compreender artefatos culturais tais quais os textos prototípicos jornalísticos que ajudam as coletividades a se organizarem e fazer sentido de sua vivência diária. São textos “através [dos quais] os indivíduos retomam regularmente o contato com a realidade caótica” (MOTTA, 2002, p. 13). Adotando a visão de cultura como conhecimento socialmente compartilhado (DURANTI, 1997), fica ainda mais clara a

---

<sup>32</sup> No original: “Democracy can only be reconstructed in the specific conditions of the network society if civil society, in its diversity, can break through the corporate, bureaucratic, and technological barriers of societal image-making” (CASTELLS, 2009, p. 298).

contribuição do trabalho do jornal para a tessitura cultural: o que é importante conhecer, o que é relevante etc.

Embora seja importante ressaltar que o discurso jornalístico não tem poder absoluto de determinar e definir o conhecimento para uma dada conjuntura cultural, consideramos que ainda é uma das fontes que informam esse conhecimento de uma posição privilegiada. Lembramos com Duranti (1997, p. 32) que a diversificação é a norma e não a exceção, e que a cultura é mais bem compreendida como a *organização da diversidade*. Em tempos de disseminação de notícias (assim como *fake news*) via diversos canais on-line e off-line, o jornalismo institucional vem se posicionando cada vez mais como organizador e legitimador de notícias de “qualidade”. A produção jornalística atua diretamente na organização da diversidade de informações e conhecimentos, postulando, por exemplo, quem ou o que é bom e quem ou o que é mau; o que é condenável e o que é louvável; o que é moral, o que é imoral etc. estabelecendo valores, crenças e, portanto, reforçando ou subvertendo ideologias.

Nesse sentido, o fator “recorrência”, é de suma importância para entender o poder formativo das notícias. Segundo Motta (2002, p. 14): “A recorrência regular de conteúdo (crimes, corrupção, julgamentos, punições, vitórias, derrotas, recompensas), cristalizados em conteúdos diversos, reforça as percepções de padrões culturais e de arquétipos no inconsciente coletivo”. Tais conteúdos, na verdade os padrões culturais e arquétipos, seriam (re)produzidos a partir de modelos sociocognitivos, na perspectiva sociocognitiva postulada por van Dijk (2010, 2012). Dessa forma, as histórias que se repetem nas notícias se tornam uma só “fábula da vida moderna” (MOTTA, 2002, p. 14): o crime passionai é, essencialmente, um só; os protestos são, para os jornais, os mesmos. Dessa recorrência se constrói a necessária estabilidade do conhecimento para a continuidade da evolução.

Podemos considerar que é a partir de modelos de conhecimento básicos sobre, por exemplo, “invasões” e/ou “ocupações” e “propriedade privada” e/ou “espaço público” que podemos ler e compreender notícias mais detalhadas e complexas em torno de um caso específico, que podemos preencher as lacunas, os não-ditos nos discursos retomados por esses textos. Os modelos sociocognitivos sobre eventos específicos podem ser contraditórios, e diferentes séries de notícias podem construir e remeter a diferentes modelos, mas a questão é que eles existem e são necessários à tessitura cultural.

Reconhece-se amplamente a importância da mídia jornalística na construção dessas cosmovisões (assim como outras mídias envolvidas em práticas discursivas de grande alcance). Percebe-se que a imprensa não reflete “a realidade dos fatos”, mas recria os fatos de acordo

com diferentes visões de mundo. Opinião esta compartilhada por Lakoff, R. (2000, p. 206, tradução nossa):

Tradicionalmente, o governo gerava a história, a mídia a contava, e o povo a recebia e decidia o que fazer com ela. A realidade era criada em ambos os polos, não no meio. Mas agora o intermediador, o empreendedor da informação, quer atuar tanto como criador e consumidor do produto. A mídia está se transformando na criadora de nossa realidade, não somente seu condutor.<sup>33</sup>

Mas essa “criação de nossa realidade” não é iniciativa individual e autônoma de um jornalista/redator. Em relação especificamente à *produção* jornalística, Motta (2002, p. 14) diz que “É como se os jornalistas estivessem sempre à espera de acontecimentos que apenas vêm preencher os seus moldes ontológicos, formas que revelam os dramas e as tragédias da humanidade”. Da mesma forma, os leitores dos jornais abordam as notícias com estes “moldes ontológicos” em mente. Explorando o discurso construído pelas notícias, podemos reconstruir estes “moldes” (modelos sociocognitivos), e os valores, crenças, fábulas e mitos culturais elaborados e reproduzidos por ele.

Ainda conforme Motta (2002, p. 13, grifo nosso),

O ato de consumir notícias transformou-se num ato culturalmente importante porque se agregou ao ritmo do mundo da vida do homem moderno enquanto ato antropológicamente significativo, independentemente dos conteúdos veiculados e consumidos. É claro que o conteúdo explícito das notícias importa. Mas *importa menos pela absorção de seus significados imediatos e muito mais pelos sentidos culturais que disseminam.*

A análise da notícia deve ir muito além do contexto imediato de veiculação dela, mas também sua produção e leitura deve ser mais crítica, pois os sentidos produzidos têm consequências muito além da mera transmissão e absorção de informação.

Além disso, e provavelmente mais significativamente, consideramos a possibilidade de que não haverá bom ou mau jornalismo, não haverá melhor ou pior abordagem jornalística, mas, sim, abordagens *contingentes e necessárias* às culturas a que servem tais práticas sociais.

---

<sup>33</sup> No original: “Traditionally, the government made the story, the media told it, and the people received it and decided what to do about it. Reality was created at both ends, not in the middle. But now the middleman, the information entrepreneur, wants to act as both maker and consumer of the product. The media are becoming the creators of our reality, not merely its conduit” (LAKOFF, R., 2000, p. 206).

Como outros produtos culturais, as notícias vão servir às comunidades para que, e em que são produzidas, sem que seja possível atribuir valor a essa prática ou a essa cultura. Isso não impede, contudo, que em casos específicos, identifique-se abuso de poder e manipulação por grupos sociais que dominam e têm acesso a esse capital cultural específico. O #OcupeEstelita identificou o abuso de poder da imprensa tradicional local, posicionando-se como alternativa à cobertura que estava sendo realizada do entrave em torno do cais, respondendo a uma demanda real e urgente: pela participação mais efetiva do cidadão na geração e gestão de pautas jornalísticas e/ou políticas.

Como discutido na seção anterior, a revolução digital implica mudanças não só nas rotinas diárias, na sociabilidade das pessoas, e em sua prática democrática, mas também em práticas institucionalizadas há décadas, como a prática jornalística. Como tudo que a virada virtual vem tocando, as mudanças iniciam-se aos poucos, restritas a certos grupos sociais de maior poder aquisitivo, para logo adquirir uma velocidade quase vertiginosa e capilaridade extensa. Segundo Fausto Neto (2011, p. 25), no que diz respeito à prática jornalística, “Sua estrutura, ambiência, narratividade, a autoralidade de sua narrativa, a identidade de seus atores e, principalmente, o seu papel mediacional, são submetidas às novas processualidades dinamizadas por novas condições de circulação dos discursos.” Inicialmente, as mudanças ocorrem no sentido da informatização e digitalização dos processos e produtos jornalísticos, o que resulta em mudanças nas funções – em que algumas desaparecem – bem como nas rotinas jornalísticas que se veem aceleradas. Essa aceleração continua e se intensifica com o tempo, principalmente com o advento da chamada Web 2.0, trazendo consequências paradoxais para a qualidade do trabalho jornalístico:

o processo de convergência nas redações com a incorporação das tecnologias móveis digitais [...] conduz o trabalho do repórter para um comprometimento da produção e da prática jornalística em condições de mobilidade, por um lado, e para a potencialização ou otimização da produção. (SILVA; RODRIGUES, 2014, p. 30)

A potencialização e otimização das rotinas e produção jornalística, por outro lado, pode vir a significar uma queda na qualidade da apuração, bem como do texto em si, como relatado por editores e jornalistas (ANDRADE; BELARMINO, 2014). Ainda mais, com a penetração cada vez maior de coletivos midiáticos e até formas desarticuladas de produção de conteúdo

informativo, o jornalismo tradicional se vê mais pressionado para produzir de forma a competir com essas diversas fontes de informação:

O empoderamento de jovens ativistas (CASTELLS, 2009) através da apropriação de tecnologias móveis, redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, aplicativos de streaming) e outros dispositivos visam a transmissão ao vivo (smartphones e tecnologia 3G e 4G) exige, igualmente, o “aparelhamento” da mídia tradicional para fazer frente à instantaneidade e ao volume de notícias em circulação. (SILVA; RODRIGUES, 2014, p. 28).

Não obstante essas mudanças, o fato permanece que o jornalismo ainda é prática relevante para as culturas ocidentais, e, potencialmente, mais ainda na era da informação (CASTELLS, 2009) pelo seu poder moderador, mediador e legitimador de eventos e fatos:

Apesar de a função de mediador social enfraquecer, segundo afirma Fausto Neto (2011), o contrato pragmático fiduciário dos meios de comunicação ainda existe. Conforme explica Alsina (2009), *o público acredita que o jornalismo é fonte de informação confiável e crível, graças à construção da credibilidade no decorrer dos anos*. Dessa forma, o jornalista tem a função de separar os boatos, as informações desencontradas e esclarecer os fatos. (ANDRADE; BELARMINO, 2014, P. 86, grifo nosso)

Em tempos de disseminação intensa de “notícias” de todo tipo e através de todo tipo de canal e suporte, os grandes veículos vêm se posicionando como filtradores de informações fidedignas e “de qualidade”. O Jornal do Commercio, por exemplo, apresenta em sua página inicial na Internet o *banner* (Figura 7) que clama pelo combate à notícia falsa, além de participar no Projeto Credibilidade, uma “versão brasileira do The Trust Project, consórcio global de veículos de mídia que busca desenvolver ferramentas e estabelecer indicadores de qualidade no jornalismo digital” (JORNAL DO COMMERCIO, s/d, s/p)<sup>34</sup>, e o Diário de Pernambuco propaga que o leitor encontrará em seu jornal “o melhor conteúdo” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, s/d, s/p)<sup>35</sup>. Dessa forma, em certa medida, o fenômeno das *fake news* podem potencialmente dar novo fôlego à pretensa objetividade propagada pelos veículos jornalísticos: “Os veículos do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação são pautados pelo absoluto respeito à verdade e pelo exercício diário de ouvir os diferentes pontos de vista que envolvem

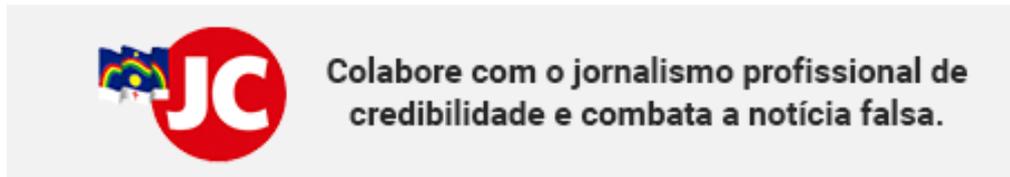
---

<sup>34</sup> Fonte: <https://jc.ne10.uol.com.br/melhores-praticas/>

<sup>35</sup> Fonte: <https://www.diariodepernambuco.com.br/>

a divulgação de uma informação” (JORNAL DO COMMERCIO, s/d, s/p)<sup>36</sup> e “Em tempo de *fake news*, nunca foi tão importante ter uma fonte confiável para se informar” (DIARIO DE PERNAMBUCO, s/d, s/p)<sup>37</sup>.

**Figura 7** – Banner Jornal do Comercio



Fonte: <https://jc.ne10.uol.com.br/>

Vemos, portanto, que provavelmente não haverá o desaparecimento da grande mídia, da qual faz parte o jornalismo tradicional, mas o surgimento de uma nova grande mídia<sup>38</sup>, como postulado por Malini (cf. SILVA e RODRIGUES, 2014), ou, até certo ponto, a fusão ou interpenetração dos diferentes canais midiáticos, postulada por Castells (2001; 2009; 2010; 2015).

O emergente domínio midiático vê-se cada vez mais como um campo aberto a produções independentes, alternativas ou midialivristas<sup>39</sup> (SILVA; RODRIGUES, 2014), incorporando um jornalismo móvel digital, que seria uma prática baseada no uso de tecnologias móveis, que podem vir a ser apropriadas por cidadãos para uma “cobertura” com valor jornalístico. Veremos exemplos dessa apropriação da cobertura com valor jornalístico no exame das publicações realizadas pelo #OcupeEstelita no âmbito de sua página no Facebook, e como essa apropriação promove uma desestabilização da cobertura tradicional no contexto estudado:

<sup>36</sup> Fonte: <https://jc.ne10.uol.com.br/melhores-praticas/>

<sup>37</sup> Fonte: <https://www.assineodiario.com.br/#services>

<sup>38</sup> A ideia de uma nova grande mídia de Malini corrobora a relevância de sites de redes sociais on-line como o Facebook para a comunicação social, demonstrando seu grande alcance: “Malini (2014) constrói o seu argumento de nova grande mídia a partir de pesquisa empírica de seleção de 300 canais que atuam como divulgadores de ações midialivrista na rede social Facebook. O autor obtem como resultado do cruzamento de dados de que esses 300 canais arregimentam em torno de 15 milhões de usuários. Deste modo, conclui Malini, estaríamos diante de uma nova grande mídia funcionando fora do circuito tradicional de formação da opinião pública” (SILVA; RODRIGUES, 2014, p. 36).

<sup>39</sup> O conceito de midialivrismo (cunhado por Malini e Antoun (2013)) diz respeito à concepção de uma mídia livre pela ruptura com o monopólio das mídias massivas, mas que não deve substituir, e sim coexistir com formas mais tradicionais de mídia (SILVA; RODRIGUES, 2014). “O midialivrista é o *hacker* das narrativas, tipo de sujeito que produz, continuamente, narrativas sobre acontecimentos sociais que destoam das visões editadas pelos jornais, canais de TV e emissoras de rádio de grandes conglomerados de comunicação” (MALINI; ANTOUN apud SILVA; RODRIGUES, 2014, p. 35).

“Os cidadãos-repórteres contribuem com seu protagonismo ou *ciberprotagonismo midiático* para um contexto mais plural e democrático de informações, que descentraliza o polo emissor e multiplica os fluxos de emissão-recepção de conteúdos” (ALMEIDA; PAIVA, 2014, p. 48).

Nesse contexto, os *sites* de redes sociais têm um papel preponderante, como já apontou Malini (2014) e como Silva e Rodrigues (2014, p. 37) reforçam: “através de *smartphones* com conexões sem fio, a apropriação e *sites* de redes sociais tem sido um ponto de congruência das manifestações e como espaços conversacionais e de divulgação, alterando o panorama midiático contemporâneo.” É uma leitura otimista, por certo, assim como a de Castells (2009; 2010; 2012), que atribui enormes mudanças, potencialidades e responsabilidades a essas atuações em redes digitais. Embora otimistas, não são avaliações totalmente ingênuas, pois tanto os autores brasileiros como o sociólogo espanhol veem sérios desafios a serem superados a fim de evitar possíveis configurações de opressão e dominação amplamente observados nas sociedades também nos ambientes virtuais. Mais uma vez, com Silva e Rodrigues (2014, p. 39), essa nova configuração do universo da comunicação social apresenta “implicações sociotécnicas e desafios teórico-conceituais para a compreensão das redefinições em jogo em torno dos formatos e narrativas em desenvolvimento dentro do jornalismo tradicional e fora do *mainstream*”.

O fato é que o surgimento e a democratização da Internet (no sentido da ampliação do acesso, ou possibilidade de acesso) tem modificado o fazer jornalístico, inclusive conferindo uma abertura à produção de conteúdos audiovisuais e textuais informativos ou de entretenimento que desafiam o monopólio da grande mídia, principalmente a partir da articulação de atores sociais através das redes sociais on-line em diferentes plataformas (Facebook, Twitter, Instagram etc.). Segundo Lévy (1999, p. 25), o ciberespaço “acompanha, traduz e favorece uma evolução geral da civilização”, não necessariamente configurando essa evolução diretamente<sup>40</sup>, num sentido mais determinista, mas viabilizando a inevitável mudança provocada pelo desenvolvimento dessas tecnologias.

---

<sup>40</sup> Fuchs (2009) alerta para o fato de que, em *Communication Power*, Castells (2009) desenvolve uma teoria sobre as sociedades em rede utilizando uma metáfora que corporifica a sociedade em rede como uma rede de computadores – lançando mão de termos como *programmers* e *switchers* para tratar dos atores sociais, por exemplo – que, se não for lida com cuidado, pode aparentar certo determinismo tecnocrático em sua visão. Para Fuchs (2009), a linguagem tecnocrática empregada por Castells (2009) é desnecessária e leva a um enfraquecimento de sua proposta. Barassi (2009) considera que esse tecno-determinismo obscurece as complexidades sociais por trás do desenvolvimento e usos dessas tecnologias. Em certa medida, concordamos com os autores, e, por isso, prescindimos de expor essa metaforização em nossas reflexões, atendo-nos aos princípios mais gerais da teoria de Castells (2009; 2010; 2015) e compreendendo que a tecnologia é uma parte (cada vez mais) importante da sociedade e que a sociedade constrói a tecnologia, mas não é a tecnologia.

A importância dessas considerações está no fato de que, como postula Castells (2009), e como preveem as teorias da formação de conhecimento através do discurso e da linguagem (MARCUSCHI, 2003; 2005; 2007; FAIRCLOUGH, 1989; 2001; VAN DIJK, 2003; 2010; 2012; 2015), o exercício do poder (e do contrapoder) passa necessariamente e ocorre nos espaços de comunicação. Advém dessa hipótese, o título de um dos livros de Castells (2009), *Communication power*, que, embora ofereça considerações por vezes exageradas ou extremadamente otimistas (FUCHS, 2009; BARASSI, 2009), reafirma o poder do discurso, pois ele atua justamente na construção de conhecimento nas mentes das pessoas e, assim, para a perpetuação ou transformação das configurações sociais.

Nas palavras do autor, “o processamento mental é condicionado pelo ambiente comunicativo” (CASTELLS, 2015, p. 6, tradução nossa)<sup>41</sup>. Nessa afirmativa, vemos que há certo exagero e determinismo do tecnológico sobre o mental, e conseqüentemente, o social, com o qual discordamos, já que prevemos uma relação constitutiva entre mente, sociedade e discurso/comunicação, implicando necessariamente uma via de mão dupla. Porém, entendemos que por vezes, o autor lança mão desse tipo de declaração para avançar com sua proposta, que, a nosso ver, resume-se a entender que “a disputa fundamental pelo poder está na batalha pela construção de significados nas mentes das pessoas” (CASTELLS, 2015, p. 5, tradução nossa)<sup>42</sup>, como explicamos acima.

Além disso, compreendemos com Castells (2009; 2010) que o exercício do poder, embora ocorra de maneiras diferentes em diferentes âmbitos da sociedade (ou diferentes redes, na terminologia do autor), sempre resulta em um elemento de exclusão das relações (ou redes) de poder. Sendo assim, a questão do acesso à produção discursiva com o potencial de grande alcance, do acesso às mentes das pessoas, é essencial para a reprodução ou subversão das relações de poder/contrapoder. Desse reconhecimento decorre o potencial subversivo das “novas” tecnologias da comunicação e informação no ambiente virtual, intensificadas ainda mais pelos sites de redes sociais on-line, como vimos acima, em romper com o monopólio discursivo dos meios massivos.

Não obstante essa potencialidade apresentada pela Internet e seu aparato interativo-comunicacional, concordamos com Castells (2009) sobre o prestígio e poder que o jornalismo tradicional enquanto prática informativa e de elaboração de conhecimento ainda detém:

---

<sup>41</sup> No original: “mental processing is conditioned by the communication environment” (CASTELLS, 2015, p. 6).

<sup>42</sup> No original: “the fundamental power struggle is the battle for the construction of meaning in the minds of people” (CASTELLS, 2015, p. 5).

Ela [a mídia tradicional] não é o quarto poder. Ela é muito mais importante: ela é o espaço de fabricação do poder. A mídia constitui o espaço onde relações de poder são decididas entre atores políticos e sociais em embate. Portanto, quase todos os atores sociais e mensagens precisam passar pela mídia para atingir seus objetivos. (CASTELLS, 2009, p. 194, tradução nossa)<sup>43</sup>

Portanto, veremos como, embora a Internet e os sites de redes sociais tenham produzido novos espaços para a troca de informações, o lugar privilegiado de circulação de discursos de prestígio, principalmente à época em que surge o #OcupeEstelita, ainda era a mídia tradicional legitimada, mesmo que seja através de seus canais on-line. O que o #Ocupe e outros movimentos sociais conseguem realizar, é penetrar no espaço da mídia tradicional através de sua atuação no espaço virtual, para além do espetáculo do protesto<sup>44</sup>, promovendo debates e discussões públicos numa velocidade, dimensão, intensidade e alcance até então inéditos, chegando, em alguns casos como no Egito<sup>45</sup>, à derrubada de regimes opressores em pouco menos de um mês. Como diria Castells (2015, p. 5, tradução nossa), “onde há poder, há contrapoder, que entendo como a capacidade de atores sociais desafiarem o poder investido nas instituições sociais para reclamar a representação de seus interesses e valores”<sup>46</sup>. Entendemos, assim como postula o sociólogo espanhol, que o ambiente virtual, principalmente os sites de redes sociais, não obstante todos os obstáculos e potenciais excludentes, são instrumentais nesse processo, pois:

a liberdade de expressão e comunicação encontraram na Internet seu suporte material adequado. Porém, tanto a Internet como a liberdade, só podem viver nas mentes e nos corações de uma sociedade livre, livre para todos, que modele suas instituições políticas à imagem e semelhança de sua prática de liberdade (CASTELLS, 2003, p. 26, tradução nossa)<sup>47</sup>

---

<sup>43</sup> No original: “They [the media] are not the Fourth Estate. They are much more important: they are the space of power-making. The media constitute the space where power relationships are decided between competing political and social actors. Therefore, almost all actors and messages must go through the media in order to achieve their goals” (CASTELLS, 2009, p. 194).

<sup>44</sup> Para Castells (2009, p. 164), a imprensa tradicional “tende a marginalizar vozes dissidentes [...], e frequentemente focam no espetáculo do protesto em si, ao invés de no posicionamento dos manifestantes”.

<sup>45</sup> Uma das manifestações da chamada Primavera Árabe ocorreu no Egito, entre janeiro e fevereiro de 2011, quando manifestações populares resultaram na dissolução do regime de Mubarak.

<sup>46</sup> No original: “wherever there is power there is also counterpower, which I understand to be the capacity of social actors to challenge the power embedded in the institutions of society for the purpose of claiming representation for their own values and interests” (CASTELLS, 2015, p. 5).

<sup>47</sup> No original: “la libertad de expresión y de comunicación ha encontrado en Internet su soporte material adecuado. Pero tanto Internet, como la libertad, sólo pueden vivir en las mentes y en los corazones de una sociedad libre,

É evidente que esse “novo” ambiente e suas diversas possibilidades de interação representam mudanças não só na prática jornalística, mas em toda a sociedade, seja por inserção voluntária ou compulsória. Resta investigar a extensão a que podemos levar essas potencialidades, tanto para libertar como para oprimir: “Tem-se conhecimento da força que manifestações virtuais podem ter, porém restam dúvidas quanto à importância deste espaço (internet) em relação aos espaços formais de poder, num sentido de transformação da sociedade” (BRITO D’ANDRÉA; ALCÂNTARA, 2009, p. 300-301).

Veremos, nos próximos capítulos, como o Movimento #OcupeEstelita tenta promover mudanças através desse ambiente, ao mesmo tempo em que luta para ser legitimamente reconhecido como movimento social.

---

libre para todos, que modele sus instituciones políticas a imagen y semejanza de su práctica de libertad” (CASTELLS, 2003, p. 26).

### 3 PROJETO NOVO RECIFE: UMA CIDADE PARA QUEM?

Para compreender a produção do Movimento #OcupeEstelita, assim como o discurso da imprensa tradicional local em relação à disputa pelo terreno do Cais José Estelita, é preciso antes conhecer o que propõe o empreendimento imobiliário chamado Projeto Novo Recife. Como apontado anteriormente, o Projeto visa à construção de edifícios para uso comercial e residencial em uma grande área da zona portuária da cidade do Recife, conhecida como Cais José Estelita. Pela extensão da área – mais de 100 mil metros quadrados – e sua localização na bacia do Pina – local historicamente importante, de grande relevância geográfica, cultural e arquitetônica para a cidade – o empreendimento apresentaria grande impacto na redondeza imediata, assim como na identidade urbana do Recife. Além disso, pela maneira como foi conduzido todo o processo de venda e aprovação do Projeto, levantou questionamentos em relação à especulação imobiliária e o papel do governo local na gestão do espaço urbano.

Neste capítulo, voltamo-nos ao discurso diametralmente antagônico ao Movimento #OcupeEstelita, analisando a produção discursiva do Consórcio Novo Recife em sua página no site de rede social Facebook a fim de compreender a proposta do Projeto e como ele baliza um determinado projeto de sociedade para a cidade do Recife.

#### 3.1 O QUE É (OU PRETENDE SER) O PROJETO NOVO RECIFE?

Como vimos no segundo capítulo, definir o que é o Projeto Novo Recife é uma tarefa que passa por diferentes considerações sobre o que ele representa para a cidade, sobre as possíveis contribuições ou impactos desse tipo de empreendimento; considerações que são, por sua vez, ideologicamente orientadas, construídas e disseminadas através do discurso. À primeira vista, como veremos no Capítulo 3, o Projeto se apresenta como uma promessa para a salvação da cidade da ruína, apoiada nas ideias de progresso e desenvolvimento, duas palavras que aparecem com frequência em sua página do Facebook, e dois conceitos que não devem ser tomados de forma irrefletida.

As ideias de progresso e desenvolvimento, ou seja, os modelos sociocognitivos, mais comumente disseminados sobre esses conceitos, tratados como sinônimos no discurso do Consórcio, se apoiam em uma ideologia capitalista neoliberal e envolvem, principalmente, a acumulação de bens econômico-financeiros, tratando de forma secundária aspectos voltados

para a qualidade de vida dos cidadãos (desenvolvimento humano) e do meio ambiente (desenvolvimento sustentável).

Nas discussões sociológicas e políticas do último século, o conceito de progresso, atrelado ao da modernização, abriu espaço ao de desenvolvimento, pois este “pretende evidenciar todas as dimensões - econômica, social e cultural - da transformação estrutural da sociedade. [...] Nesta visão, a dimensão econômica interage de modo recíproco com os aspectos socioculturais (ALMEIDA, 1995, p. 36). Porém, o próprio conceito de desenvolvimento acaba sendo considerado de forma mais restrita, dizendo respeito ao desenvolvimento técnico e econômico, e ainda, dentro de um modelo globalizante que apaga as especificidades de diferentes localidades, em detrimento das necessidades dessas comunidades:

E mais: a noção de desenvolvimento *não se impõe somente como evidente, mas também como universal*. O desenvolvimento é um bem para todos os lugares. É por isso que foi pensado e aplicado de maneira uniformizante. Ao invés das originalidades se exprimirem e se fortificarem, aparecem as características singulares dos povos e das culturas. É um modelo idêntico que se propaga em detrimento de todas as diferenças de situação, de regime e de cultura. (ALMEIDA, 1995, p. 37, grifo nosso)

A adoção desse modelo de desenvolvimento leva, portanto, a situações como a que se observa na cidade do Recife, em que o projeto imobiliário de grande porte é proposto atendendo a uma ideia de progresso/desenvolvimento hegemônica globalizada, a uma pequena parcela de pessoas que vivem nos espaços fluidos (*space of flows*, conforme CASTELLS, 2009) do capital financeiro, da comunidade globalizada, ignorando as necessidades e peculiaridades do local, das pessoas que vivem nos espaços concretos urbanos. Conforme Dupas (2007), o conceito de progresso/desenvolvimento, da forma como é caracterizado nos discursos das elites simbólicas, alija de suas prioridades os próprios cidadãos, já que depende da omissão da massa popular, da omissão de sua ação e participação nos processos que levariam a esse “progresso”.

O discurso do Consórcio Novo Recife, apoiado na ideologia capitalista neoliberal, procura demonstrar o seu papel em relação a esse “destino certo e glorioso” do progresso. Coloca como evidente a equivalência entre maior circulação de dinheiro (progresso econômico) e melhoria de qualidade de vida (desenvolvimento) para todos os cidadãos do Recife. Porém, observaremos como há falhas nessa argumentação e como essa “equação” deve ser vista de

forma mais crítica, pois: “esse *progresso*, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais” (DUPAS, 2007, p. 73, grifo do autor).

Tentaremos demonstrar, portanto, como o discurso do Novo Recife reproduz esse modelo de progresso/desenvolvimento apoiado na ideologia capitalista, tentando posicionar o empreendimento como benéfico para a população, quando, na verdade, é um projeto de gentrificação<sup>48</sup>, que exclui parcelas já marginalizadas da população, de seus eventuais benefícios.

### 3.1.1 Implicações, pressupostos e acarretamentos em prol do discurso hegemônico

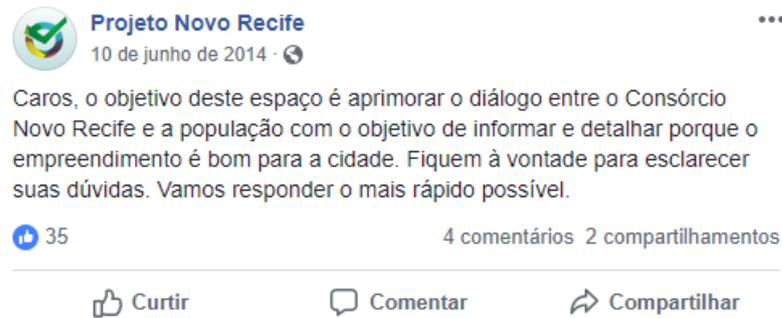
Embora a página do Novo Recife no Facebook não seja mais utilizada, com sua última postagem datando de 1 de outubro de 2015, consideramos importante analisar o discurso construído nesse ambiente, principalmente porque ele foi produzido durante os períodos de embate mais intenso com o #OcupeEstelita, no início dos conflitos em torno da área do Cais. Dessa forma, a página concentra não só informações sobre o que seria o Novo Recife, mas também indica como ele se posiciona no cenário de disputa pelo Cais.

As primeiras postagens/publicações da página do Novo Recife no Facebook surgem em 10 de junho de 2014, quase vinte dias após a tentativa de demolição dos galpões no cais José Estelita, possivelmente em resposta à mobilização on-line que o Movimento #OcupeEstelita vinha realizando. Deduzimos isso ao analisar a sua proposta, de acordo com a primeira publicação representada na Figura 8, de “aprimorar o diálogo [...] com a população”, já que um dos questionamentos realizados pelo #Ocupe se refere à forma unilateral como foi conduzido o processo decisório em relação ao Projeto, excluindo a população do Recife da discussão sobre o destino da área do Cais. Ao dizer que será aprimorado o diálogo com a população, o Consórcio Novo Recife tenta se resguardar de novas acusações nesse sentido.

---

<sup>48</sup> O termo *gentrificação* é um neologismo adaptado do termo em inglês *gentrification*, cunhado pela socióloga britânica Ruth Glass em 1964. Tem sua origem na palavra *gentry*, que, de acordo com o dicionário Merriam-Webster, remete a grupos sociais de maior poder aquisitivo, sendo utilizado para designar famílias possuidoras de grandes extensões de terra, de origem “nobre” ou a chamada aristocracia. O termo foi utilizado pela socióloga ao discutir um processo de reconfiguração de bairros operários londrinos a partir da entrada de grupos sociais de maior poder aquisitivo nessas áreas. A partir da década de 1980, o conceito é retomado pelo geógrafo Neil Smith que o discute em termos mais amplos, ligado aos processos de globalização e do capitalismo neoliberal no contexto dos Estados Unidos, e a partir de então, recebe ampla aplicação em diferentes contextos, inclusive o latino-americano.

**Figura 8** – Primeira postagem da página do Novo Recife



Fonte: @novorecife

O que o Consórcio ignora é que a crítica do Movimento é anterior e mais básica. Como veremos em maior detalhe no próximo capítulo, ele não reivindica apenas a escuta da população (muitas vezes sem efeitos práticos concretos) em relação a esse projeto pontual, mas uma forma de fazer política mais participativa, que possa talvez contornar o sistema democrático representativo atual que abre margem para a especulação do poder hegemônico do capital em detrimento dos interesses da coletividade.

Além disso, o suposto diálogo com a população falha, pois vemos que as respostas às dúvidas e comentários dos internautas (Figura 9) não se propõem ao debate, mas antes cumprem outro objetivo: promover o Projeto, esquivando-se das questões mais amplas sobre a gestão do espaço urbano, o processo de gentrificação, os valores dos imóveis, dando destaque às ações mitigadoras propostas, no intuito de mitigar, de fato, os protestos em relação ao empreendimento. Destacamos ainda, nessa publicação, a impossibilidade de visualizar as perguntas e comentários realizados pelos internautas, ao que retornaremos mais à frente.

**Figura 9** – Respostas do Novo Recife a internautas



Fonte: @novorecife

Essa intenção, inclusive, é explicitada na primeira postagem da página, que diz que seu objetivo é “informar e detalhar *porque o empreendimento é bom* para a cidade”. Nota-se como nessa colocação já está dado que o Projeto Novo Recife teria impactos positivos na cidade, sendo apenas necessário que as pessoas compreendam isso.

Uma das formas de atuação do discurso na (re)produção de conhecimento é, paradoxalmente, através do que não é explicitamente dito. Esse *não dizer* pode funcionar de várias formas: através do silenciamento e apagamento de grupos sociais como forma de deslegitimação, como veremos no quinto capítulo; através das implicações, acarretamentos e pressupostos que são tomados como conhecimento tácito, estabilizado e/ou partilhado entre os interlocutores, como ocorre aqui. Nesse trecho, por exemplo, está implicado um pressuposto como fato dado: de que o Projeto é benéfico para a população. Outros pressupostos que podemos inferir desse curto enunciado é de que os leitores não sabem de todos os dados e apenas por isso há resistência por parte da população à sua realização.

Ao produzir discurso, é necessária a economia de informações. Caso contrário, a comunicação jamais avançaria (ou terminaria). Para tanto, em diferentes situações de interação, tomamos certas informações (a vasta maioria) como dadas, sabidas, de conhecimento de nossos interlocutores. Essas “decisões” sobre o que é conhecido ou não pelo nosso interlocutor, seriam regidas pelo contexto comunicacional em que estamos inseridos. Contudo, como vimos, o contexto não existe em si e *a priori*. Na verdade, o(s) contexto(s) em termos de situações de

comunicação, pelo menos, devem ser compreendidos também, assim como os fatos e coisas do mundo, como elaborações sociocognitivas (VAN DIJK, 2010; 2012).

Os pressupostos em que se baseiam a afirmação do Novo Recife, portanto, evidenciam que se toma como conhecimento comum que o Projeto é bom para a cidade, eliminando-se o debate dessa questão, até porque, para que esse enunciado seja considerado coerente pelo leitor, esse pressuposto precisa ser aceito.

A página do Novo Recife, portanto, é destinada a apontar os benefícios do projeto, ou seja, à sua auto-apresentação positiva. Isso é realizado principalmente através de várias postagens compostas, em geral, de um curto texto ressaltando algum aspecto do Projeto a ser enfatizado (restauração da igreja Matriz de São José, entrega de uma ciclovia, retirada do viaduto das 5 pontas etc.) e uma imagem contendo uma fotografia e/ou um *slogan*<sup>49</sup> (Figura 10). Essa configuração provavelmente se deve ao meio utilizado, ao site de rede social, em que geralmente os conteúdos são apresentados de forma rápida e resumida, cabendo ao leitor/internauta buscar mais informações em outros sítios, como fica evidenciado pelo uso do “Saiba mais” com um link para um *website* dedicado ao Novo Recife (desativado).

---

<sup>49</sup> Frases curtas e com intenção de chamar a atenção, geralmente utilizadas no discurso publicitário.

**Figura 10** – Postagem informativo-publicitário do Novo Recife



Fonte: @novorecife

Essas publicações, todas produzidas pelo próprio Novo Recife – em contraste com a página do #Ocupe que reúne posts produzidos por uma multiplicidade de fontes, embora por vezes, tratados para se alinhar com a identidade visual do Movimento –, por apresentarem um teor informativo superficial e com apoio de imagens e *slogans*, além do emprego dos verbos no tempo futuro do indicativo – implicando que a obra ocorrerá, independentemente de protestos da sociedade civil –, apresentam-se, portanto, como estratégia de convencimento em relação ao Projeto Novo Recife. Vemos essa tentativa de convencimento sendo realizada através de outros gêneros textuais<sup>50</sup> empregados na página: depoimentos em favor do Projeto e pesquisas de popularidade (Tabela 2 – Detalhamento de gêneros textuais utilizados na página @novorecife).

<sup>50</sup> Utilizamos a noção de gênero textual desde uma perspectiva voltada para a prática social, e não a aspectos textuais formais e/ou estruturais, possibilitando perceber esses tipos de textos como construtos sociocognitivos que compõem os modelos de contexto conforme postulados por van Dijk (2012) e orientam a produção e recepção do discurso na interação. Conforme Falcone (2011, p. 65), com base em Miller (1994), nos explica: “os gêneros são, fundamentalmente, formas de ação social”.

**Tabela 2** – Detalhamento de gêneros textuais na página @novorecife

<b>Gênero textual/discursivo</b>	<b>Nº de Ocorrências</b>
Informativo (publicitário)	109
Depoimentos	43
Pesquisas/Enquetes	5
Entrevistas	2
Notas públicas	6
Chamadas públicas	8
Links externos (artigos de opinião)	2

À primeira vista, muitas publicações na página do Novo Recife parecem simplesmente informar sobre o Projeto. Contudo, muitas “informações”, ou seja, fatos relatados, são na verdade opiniões, ou baseadas em pressupostos que não se sustentariam se postos em debate. Por exemplo, uma postagem de 11 de junho de 2014 traz apenas os dizeres: “O Novo Recife representa mais uma variável do novo eixo de desenvolvimento da cidade” (Figura 11). Apresenta-se como uma informação, mas, de fato, trata-se de uma opinião, já que toma como pressuposto que desenvolvimento equivale a desenvolvimento econômico; que a ideia de “desenvolvimento” seja algo pacífico, estabelecido, quando a polêmica em torno do cais coloca esse mesmo conceito em pauta, promovendo sua desnaturalização. Assim, transita-se sobre a linha tênue entre a persuasão (que, segundo van Dijk (2010), seria uso legítimo da argumentação) para a manipulação do discurso informativo (que pode indicar abuso de poder discursivo). Além disso, sendo o objetivo pragmático da página “vender” o Projeto Novo Recife para a opinião pública, consideramos que todas as postagens têm, na verdade, um intuito publicitário, de modo que, as publicações “informativas” sobre o Projeto servirão para sua promoção, da mesma forma que publicações dessa mesma natureza buscam promover o #Ocupe em sua página.

Outro ponto que chama a atenção e aponta para um fechamento do diálogo, em lugar de uma abertura, é o fato de que muitos dos comentários de internautas não estão mais disponíveis para visualização (Figura 11). A partir do ponto de vista exterior à página, é impossível saber o

porquê disso (se foram apagados, se foram denunciados como impróprios por usuários do Facebook etc.). Apenas não é possível visualizá-los.

**Figura 11** - 12 comentários originais, dos quais, apenas 6 permanecem visíveis.

**Projeto Novo Recife** 11 de junho de 2014 · 🌐

O Novo Recife representa mais uma variável do novo eixo de desenvolvimento da cidade.

👍 30 12 comentários 2 compartilhamentos

👍 Curtir Comentar ➦ Compartilhar

Todos os comentários ▾

Escreva um comentário...

Vão queremos que os galpões fiquem abandonados, queremos que sua área seja usada para o bem da nossa cidade e população. 👍 3

Prefiro ser um burro que pensa em um desenvolvimento sustentável, seja nos âmbitos sociais, arquitetônicos e ambientais, que ser um "inteligente" que defende um projeto que vai beneficiar uma pequena minoria da nossa cidade. 👍 5

A cidade do Recife precisa crescer, "SEM SACRIFICAR NOSSA QUALIDADE DE VIDA, NÃO CONCORDO COM CONSTRUÇÕES DE PREDIOS ALTOS, ELES COMPROMETEM A VENTILAÇÃO DA CIDADE BENEFICIANDO UMA MINORIA. TEMOS QUE CRESCER ORDENADAMENTE COM MELHORIA PARA TODOS, NUM PROJETO QUE RESPEITE A TODOS E O BEM ESTAR DE TODOS SEM RESTRIÇÕES. 👍 1

**Projeto Novo Recife** A ventilação não será problema, a sequência de edificações foi projetada de forma a traçar uma linha sinuosa leste-oeste, no sentido da brisa, sem oferecer obstáculo para a circulação de ar nos arredores. 👍 3

Desenvolvimento que exclui? Que limita? Que ataca nosso ecossistema? Que burla a nossa história? Tudo isso em nome de uma pequena porção de privilegiados? 👍 7

**Projeto Novo Recife** A memória do cais será preservada, a partir da recuperação de 28 galpões da antiga rede ferroviária da RFSA. Todos os equipamentos do projeto: biblioteca, parque, centro cultural, estarão à disposição de todos os recifenses. 👍 4

Escreva uma resposta...

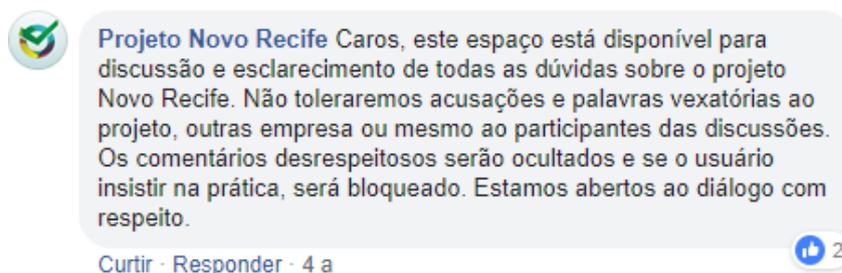
Escreva um comentário...

Fonte: @novorecife

Isso remete ao questionamento da propagada democratização do acesso à informação através da Internet, quando, como vimos no segundo capítulo, há práticas de censura, manipulação, silenciamento e apagamento sendo exercidas também no ambiente virtual. É preciso um olhar crítico em relação a esses processos de democratização, que quiçá não tenha alcançado (ainda) seu potencial completo.

Ainda em relação à questão do “diálogo” com a população, em suas primeiras publicações, o Projeto Novo Recife alerta que não tolerará comentários acusatórios e palavras vexatórias no espaço (Figura 12), num movimento da política tradicional, de buscar apagar os antagonismos, quando essa natureza antagônica é essencial à natureza política intrínseca ao convívio em sociedade (MOUFFE, 1996). Diz-se aberto ao diálogo, embora com uma restrição: “diálogo com respeito”, o que abre possibilidade de interdição e apagamento de discursos. O Novo Recife se diz aberto ao diálogo, porém, fica subentendido, implicado, que essa abertura abrange apenas o que ele(s) considera(m) como sendo respeitoso.

**Figura 12** – Advertência do Novo Recife a internautas



Fonte: @novorecife

Observamos, assim, a falha do acesso irrestrito à produção discursiva, ao poder dizer na Internet, já que é possível para um administrador de uma página bloquear, apagar, silenciar atores e grupos sociais, pelo menos no espaço que ele administra no meio virtual. De forma que algumas formas de restrição ao acesso discursivo identificadas por van Dijk (1988) e Falcone (2002) em suas pesquisas sobre as mídias impressas tradicionais se repetem no meio virtual. Uma diferença em relação às mídias tradicionais é que no virtual, no Facebook, outras páginas com igual (ou até maior) visibilidade são acessíveis aos internautas silenciados.

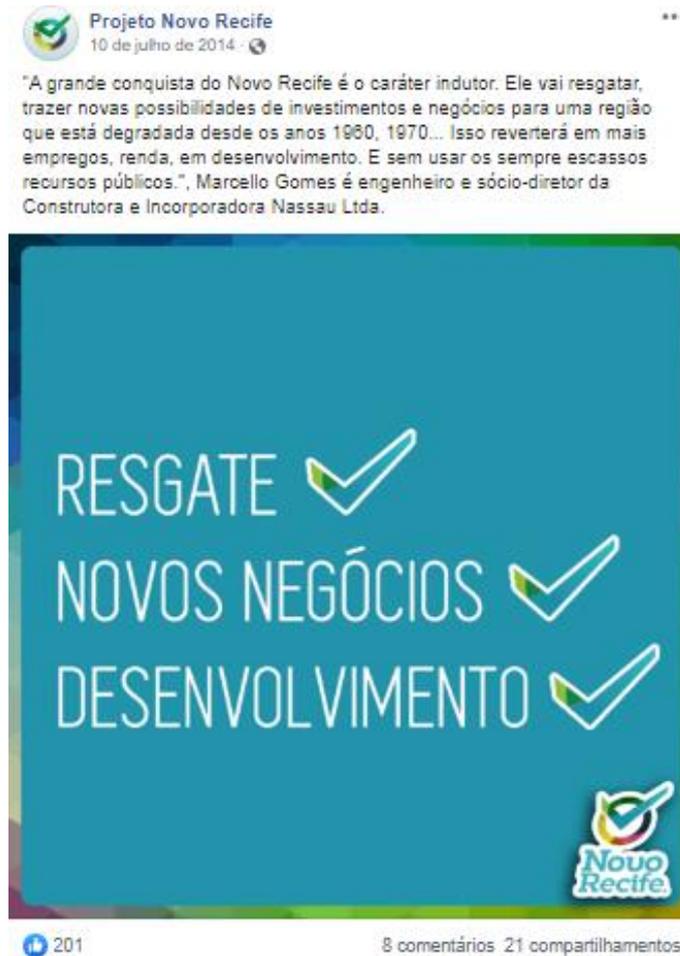
Também fica claro que, embora a página se proponha como um canal de comunicação com os cidadãos recifenses, ela funciona como mais um espaço de divulgação, de auto-

apresentação positiva do Novo Recife. Não fossem os comentários (aqueles que resistiram à censura do Consórcio), poderíamos dizer que se trata de uma *homepage* que abriga informações favoráveis ao Projeto.

### **3.1.2 Ideologias capitalistas e modelos sociocognitivos de cidade/cidadão, desenvolvimento e progresso**

Como foi aludido na introdução dessa seção, o discurso tecido na página do Novo Recife trabalha na sua auto apresentação positiva através da (re)construção de um modelo sociocognitivo complexo de acordo com o qual a cidade do Recife precisa ser resgatada do atraso, representado pelo Cais José Estelita como está hoje: “O Cais José Estelita precisa de utilização adequada, que atenda as (*sic*) necessidades dos cidadãos e transforme a região. O Novo Recife realizará intervenções capazes de levar a uma ruptura no processo de degradação do território” (Figura 13). Nesse modelo, o Consórcio representa o novo – como o próprio nome do Projeto sugere –, o moderno, que trará todas as soluções de mobilidade, emprego, sustentabilidade etc., resgatando um modelo sociocognitivo de progresso/desenvolvimento hegemônico capitalista (Figura 13), baseado no pressuposto de que o que é novo, moderno, é intrinsecamente bom.

**Figura 13** – Postagem de 10 de julho de 2014



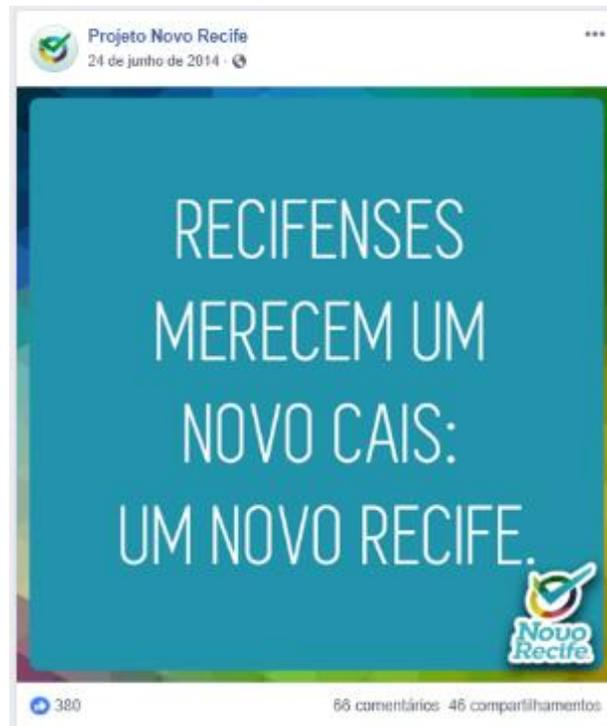
Fonte: @novorecife

Metonimicamente compreendidos como parte da cidade do Recife, os cidadãos recifenses serão também “salvos” pela iniciativa do Novo Recife (Figura 9) e aqueles que se opõem a tal projeto, os integrantes do #OcupeEstelita, são vistos como agentes que interferem na “missão” do Consórcio de salvar a cidade da ruína econômica e social em que se encontra, ou seja, são vistos como inimigos do progresso/desenvolvimento.

Desenvolvimento esse, que traz de forma naturalizada e implícita a necessidade de “ações mitigadoras”, medidas adotadas para tentar prevenir ou minimizar de alguma forma os impactos ambientais provocados pela intervenção humana no meio-ambiente. Nas notícias, em geral, a apresentação dessas ações ocorre sem maiores explicações sobre o que elas seriam, tomando-as como algo tácito, dado, em relação ao Projeto. Essa naturalização da necessidade de haver ações mitigadoras é em si uma evidência do funcionamento da ideologia capitalista,

já que, não se questiona a realização em si do empreendimento, mas toma-se como pressuposto que ele será realizado não obstante danos já previstos e antecipados por tais ações mitigadoras.

**Figura 14** – Postagem de 24 de junho de 2014



Fonte: @novorecife

Afirmações como a da postagem exibida na Figura 14, de forte apelo sentimental, velam uma questão fundamental na “missão” do Novo Recife: *quais* recifenses serão de fato beneficiados pelo Projeto? Quais merecem um novo cais? Por que eles *merecem* isso? Antes mesmo de abordar a questão da categorização dos cidadãos recifenses, refletimos sobre a escolha pelo verbo merecer. O verbo merecer remete à ideologia da meritocracia, que, por sua vez, sustenta a ideologia capitalista neoliberal e abre espaço implicitamente para a exclusão de determinados grupos sociais dos benefícios dos serviços públicos, das decisões sobre a cidade etc.

Dessa forma, nesse caso específico, são excluídos da categorização de cidadãos aqueles que não fazem por merecer, não trabalham formal ou informalmente, não contribuem para o crescimento econômico da cidade, em suma, não participam como sujeitos de direito da sociedade. Nesse grupo estariam compreendidos, por exemplo, os atuais moradores do Cais (famílias que se alojaram nas antigas linhas férreas), integrantes do #OcupeEstelita (por isso é

tão importante para o discurso hegemônico categorizá-los não só como “invasores”, mas também “desocupados”), e os grupos sociais tradicionalmente marginalizados e que constantemente são referenciados pelos internautas no discurso a favor do Novo Recife: prostitutas, usuários de drogas, bandidos, “marginais” etc. Esses grupos não se enquadrariam na categorização de “cidadãos”, já que não contribuem positivamente para o crescimento e desenvolvimento da cidade de acordo com a ideologia meritocrática, que dá sustento à ideologia capitalista neoliberal promovida pelo Novo Recife. Podem ser, portanto, silenciados, apagados e excluídos de todo o processo decisório sobre o que fazer com a área do cais.

Disso decorre a falácia intrínseca a afirmações como a da Figura 15 abaixo, “um cais para todos”. Um cais verdadeiramente pensado para todos implicaria o acolhimento das famílias que vivem ali hoje, o que não é previsto pelo Novo Recife. Com esse tipo de *slogan* reforça-se o discurso de que o cais está “sequestrado” por drogados, prostitutas e criminosos o que impede o usufruto da região do cais por “todos”, sendo que esse “todos”, na verdade, é apenas uma parcela da população.

**Figura 15** – Postagem de 17 de agosto de 2014

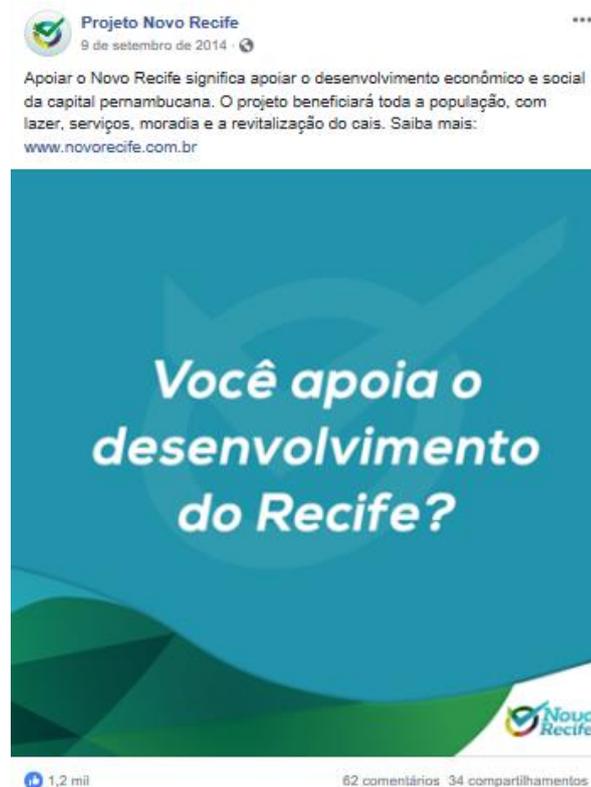


Fonte: @novorecife

O texto que introduz a publicação (Figura 15), inclusive, incita o leitor a se enquadrar em uma das categorizações polarizadas apresentadas pela discussão: “E você, também quer o melhor para o Recife?”, em um dos movimentos do discurso manipulador apontados por van Dijk (2010, p. 254): “ênfatisar ‘Nossos’ valores fundamentais [progresso econômico], contrastando-os com os valores ‘maléficos’ [invasões; desordem; criminalidade] atribuídos aos outros. [...] E aqueles que não aceitarem tal argumentação talvez então sejam acusados de não serem patriotas”, ou, no caso aqui estudado, não quererem *o melhor* para a cidade. Aqui, ressaltamos o pressuposto de que o Novo Recife seria *o melhor* para a cidade e o acarretamento de que se você não apoia esse projeto, você não quer o melhor para a cidade. Dessa forma, não se discute o Projeto, seus impactos, ou sua validade, mas se as pessoas estão do lado do bem (implicitamente, do Projeto), ou do mal (implicitamente, do #OcupeEstelita).

Esse acarretamento de que aqueles que são contra o Projeto seriam contra o desenvolvimento econômico, contra a geração de empregos etc., fica evidenciado também pela publicação da Figura 16. Esse tipo de implicação ficará mais explicitado ainda em relação ao #OcupeEstelita durante a cobertura jornalística de 2019, quando o Movimento é categorizado como sendo contra a geração de empregos com o início das obras do Novo Recife.

**Figura 16** – Postagem de 9 de setembro de 2014



Fonte: @novorecife

Em 2019, com a tentativa de demolição dos antigos armazéns sendo novamente freada pelo #OcupeEstelita, o Consórcio Novo Recife retoma essa promessa de empregar milhares de trabalhadores ao anunciar (dessa vez, através das mídias tradicionais) que receberia currículos lá mesmo na área do cais. Porém, mais uma vez, nessa outra série de notícias analisada no Capítulo 5, ignora-se a discrepância entre o que se oferece à população em geral – subempregos com salários baixos – e a expectativa de lucro de um pequeno grupo social; ignora-se a questão mais profunda de por que 1% da população controla a riqueza disponível e submete os outros 99% a competir por um emprego.

Voltando à questão sobre quem estaria incluído no “cais para todos”, a publicação abaixo (Figura 17), ignora que atualmente há pessoas utilizando a área, que é mais que um “ponto de passagem”. Mais uma vez, surge a questão: quem são “os recifenses”? Quem se enquadra nessa categorização?

**Figura 17** – Postagem de 22 de julho de 2014



Fonte: @novorecife

Esse depoimento, assim como os outros publicados na página do Novo Recife, vem acompanhado da profissão do entrevistado e, ao mesmo tempo em que ilustra como atores de diferentes grupos sociais seriam a favor do Novo Recife, evidencia a importância da identificação do cidadão como um ser trabalhador, produtivo, e portanto, merecedor de um “novo” país; evidencia a objetificação do homem em sua função de trabalho, processo base para a instituição do capitalismo:

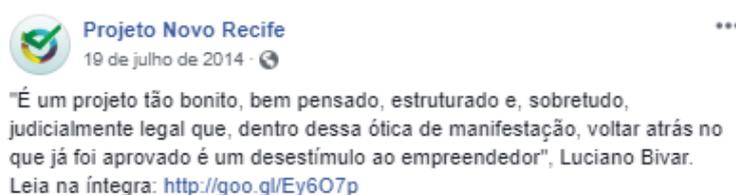
No modo de produção burguês (e em toda forma de sociedade baseada na existência da propriedade privada), o trabalho perde a sua condição fundamental de ser atividade vital humana e torna-se uma atividade estranhada (*entfremdete*), que conduz o homem à perda de sua essência ao objetivar-se nos produtos do trabalho. (OLIVEIRA, 2010, p. 78)

O modelo sociocognitivo cidadão-trabalhador, opondo-se ao vagabundo ou desocupado, se sustenta justamente nessa objetificação do homem em relação ao seu trabalho. Apontamos ainda, um modelo sociocognitivo muito similar, e que vem a atender a uma necessidade do mercado neoliberal avançado, que é o cidadão-empendedor. Inicialmente utilizado para designar aqueles que criativamente transformavam os cenários econômicos, o termo empreendedor foi tomando contornos mais simplistas e radicalmente neoliberais ao enfatizar cada vez mais o enfoque individualista. Assim, o empreendedor é compreendido muitas vezes como o *indivíduo* que consegue agarrar oportunidades e superar adversidades para ser produtivo, obscurecendo-se muitas vezes os padrões sociais, a história de processos econômicos etc. (SILVA, 2009). Hoje, vemos através principalmente da proliferação de serviços como o Uber e serviços de entregas (Rappi, Uber Eats e IFood, por exemplo), que o chamado empreendedorismo pode, muitas vezes, significar uma precarização das condições de trabalho, já que os motoristas e entregadores não têm os mesmos direitos trabalhistas como os empregados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, nem alcançam o nível de independência financeira e de retornos que os empreendedores alcançam. Sob a máxima do empreender, da obrigação de se ocupar, de produzir, são subjugados a trabalhar em condições muito precárias.

Abordando outro tipo de publicação na página do Novo Recife, com um link para uma entrevista de um político recifense à época candidato a deputado federal, observamos a referência ao modelo do cidadão-empendedor como o grupo social estaria sendo prejudicado com o impedimento do andamento do Projeto, e, portanto, qual grupo social teria suas

necessidades priorizadas pelo poder hegemônico: "É um projeto tão bonito, bem pensado, estruturado e, sobretudo, judicialmente legal que, dentro dessa ótica de manifestação, voltar atrás no que já foi aprovado *é um desestímulo ao empreendedor*" (Figura 18, grifo nosso).

**Figura 18** – Postagem de 19 de julho de 2014



Fonte: @novorecife

Na lógica do capitalismo neoliberal, o empreendedor deve ser estimulado, sempre, podendo-se inclusive ignorar maneiras escusas de realizar esse estímulo. É o império do capital sobre a democracia, em que, conforme Peschanski (2012), os ricos têm mais acesso e influência no âmbito político, ou seja, acesso a e influência sobre os que decidem sobre políticas públicas e gerenciam a cidade. Ainda conforme o autor, “há um viés nas arenas políticas para atender aos interesses da parcela da população que controla os fluxos de investimento” (PESCHANSKI, 2012, p. 30). Como adiantado na introdução à seção, o Projeto visa a atender o grupo de poder, os reais empreendedores, que detém o aporte financeiro para investimentos, e que, geralmente, não ocupa de fato os espaços que domina através desses investimentos, como alerta Castells (2009).

Também de acordo com a ideologia capitalista neoliberal, o governo é tradicionalmente visto como agente de entraves, atrapalhando o desenvolvimento do livre mercado. Combinando-se isso ao histórico de decepções e frustrações que marcam a relação da população com seus governantes, e a intensa falta de confiança na política enquanto instituição representativa (CASTELLS, 2009), fortalece-se a ideia de que o setor privado, nesse caso, o consórcio de construtoras, nos salvará não só do atraso, mas também do governo incompetente. Nas palavras de Dupas (2007, p. 77), “o Estado voltou a ser o grande vilão e o mote bíblico ‘abram, privatizem e estabilizem que tudo lhes será dado por acréscimo’ varreu os céus como verdade que prometia o progresso e a redenção”.

Além disso, a naturalização da corrupção na política, leva a uma naturalização da corrupção de forma geral, o que pode gerar sentimentos de resignação e/ou resistência, mas

nunca de apoio aos governos: “Governar se torna uma prática a ser suportada com resignação, ou resistência, quando possível, ao invés de ser apoiada pós-deliberação. Quando cidadãos pensam que o governo e instituições políticas burlam leis regularmente, todos se sentem no direito de se tornar burladores das leis também” (CASTELLS, 2009, p. 288, tradução nossa).<sup>51</sup> Dessa forma, legitima-se a atuação do Consórcio Novo Recife, embora sejam levantadas questões sobre a legalidade do leilão que cedeu o terreno ao Consórcio, por exemplo; legitima-se as formas escusas de agir em prol do capital.

Em toda a página é construída uma equivalência entre o êxito do Novo Recife e a ascendência social da população, já que, além do impulso econômico, à população, o Projeto ofereceria 24 mil empregos temporários durante sua construção e 2 mil empregos fixos após sua conclusão (Figura 19), obstando-se, contudo, de se detalhar que sorte de empregos seriam esses, a quem seriam destinados e o contraste entre os salários desses empregos e os lucros provenientes do empreendimento que beneficiariam de forma exponencial um grupo reduzido de investidores. Mais uma vez surge a questão de quem, de fato, seria beneficiado pelo Projeto Novo Recife e a extensão desse benefício.

**Figura 19** – Promessa de empregos



Fonte: @novorecife

A lógica capitalista neoliberal apoiada pelo cinismo em relação ao sistema político vigente induz à conclusão de que se o Projeto Novo Recife promete resgatar a cidade trazendo

<sup>51</sup> No original: “Governance becomes a practice to be endured with resignation, or resisted when possible, rather than supported after deliberation. When citizens think that government and political institutions cheat on a regular basis, everybody feels entitled to become an equal-opportunity cheater” (CASTELLS, 2009, p. 288).

*progresso e desenvolvimento*, seria então legítimo e escusado explorar uma área pública (independentemente de para que finalidade) se há demanda para isso. Ignora-se, portanto, que esse “progresso” atenderia apenas uma parcela específica e restrita da população, aqueles #PorDentroDoNovoRecife, como diz a própria *hashtag*<sup>52</sup> promovida pelo Novo Recife (Figura 20). Embora a *hashtag* pretenda representar a inclusão das pessoas no Projeto Novo Recife, que estariam assim informadas e “por dentro” do Projeto, uma análise crítica da conjuntura discursiva mais geral, revela a falácia por trás dessa intenção agregadora.

**Figura 20** – A *hashtag* #PorDentroDoNovoRecife



Fonte: @novorecife

O discurso do Consórcio Novo Recife, portanto, é intrinsecamente paradoxal, deixando perceber as contradições em postagens como essa, em que se tenta defender que uma grande parte do Projeto seria dedicado ao usufruto de “todos”, enquanto a estrutura linguística aponta que apenas aqueles “por dentro” do Projeto poderão acessar esses serviços: “Dentro do terreno

<sup>52</sup> A *hashtag* é um tipo de indexador virtual que se inicia pelo símbolo #, seguido de um enunciado (nome, frase etc.) que se queira repercutir. O uso desse recurso digital será analisado em maior profundidade no terceiro capítulo, quando observarmos seu uso na página do #OcupeEstelita.

do Projeto Novo Recife, 10.600 m<sup>2</sup> serão dedicados a atividades de comércio e serviços”. Há serviços sendo oferecidos a “todos”, porém, *dentro do terreno do Projeto Novo Recife*, uma propriedade privada. Além disso, resta a questão de que tipos de atividades de comércio e serviços? Financeiramente acessíveis a quem?

Outros grupos sociais, lembramos, permanecem *por fora* do Novo Recife, incluindo os moradores atuais dos bairros circunvizinhos, que dificilmente conseguiriam manter-se no local se houver uma valorização desproporcional da área, e principalmente aqueles que historicamente são ignorados, silenciados e marginalizados pelos grupos de poder, continuam excluídos de projetos desse tipo, que seguem um:

modelo de desenvolvimento urbano-industrial fundamentado na lógica da racionalidade técnico-instrumental capitalista neoliberal em uma realidade de região subdesenvolvida, a qual desconsidera tudo o que está presente no território que, pelo menos diretamente, não contribua para a acumulação de lucro tais como os pobres e as suas atividades “informais”. (CASTILHO E SOUZA, 2012, p. 542-543).

O Novo Recife, portanto, não é um projeto de desenvolvimento e progresso, e sim, de gentrificação. De acordo com Bataller (2012, p. 10), o processo de gentrificação “caracteriza-se normalmente pela ocupação dos centros das cidades por uma parte da classe média, de elevada remuneração, que desloca os habitantes da classe baixa, de menor remuneração, que viviam no centro urbano.”

O conceito de gentrificação, porém, vem sendo estudado no âmbito da geografia, da demografia, da arquitetura, da sociologia, dos direitos urbanos, dentre outras áreas e mostra-se muito mais complexo do que aparenta, especialmente no que concerne seus efeitos (SMITH, 2007) socioculturais e ideológicos. Por exemplo, ainda segundo Bataller (2012), o processo de gentrificação, vem “acompanhado de investimentos e melhorias tanto nas moradias (que são renovadas ou reabilitadas) quanto em toda área afetada, tais como comércio, equipamentos e serviços” (BATALLER, 2012, p. 10). Não obstante os diferentes tipos de processos de gentrificação (renovação, reabilitação, regeneração e/ou requalificação (MENDES, 2014)), nota-se em suas descrições, a possibilidade de considerá-lo como processo positivo, de “melhorias”. Porém, essas “melhorias”, escondem processos de exclusão e “reduz[em] as possibilidades de encontrar moradia para as classes inferiores em tais áreas e favorece o seu deslocamento, seja voluntário ou forçado” (BATALLER, 2004, p. 15). Ou seja, as ditas “melhorias” não são sempre acessíveis à população que originalmente habitava a área, o que

provoca a crítica a esse processo por parte de diferentes setores da sociedade [acadêmico, político, associações populares, movimentos sociais como o #Ocupe etc.] (SMITH 2007).

Além, disso, ressaltamos o papel do poder público nesse processo, que, “está sendo redefinido em relação às tendências gerais de desregulamentação e privatização de muitas áreas que, tradicionalmente, têm permanecido sob tutela governamental” (BATALLER, 2004, p. 16). O Estado tem papel proeminente em processos de gentrificação, principalmente no contexto brasileiro, conforme apontam Mendes e Rocha (2018), em que esses processos são geralmente empreendidos de forma sistêmica e “costumam adquirir grandes escalas, frequentemente associadas a renovações urbanas (de áreas consideradas degradadas), grandes projetos urbanos (GPUs) e megaeventos (eventos esportivos, exposições)” (MENDES; ROCHA, 2018, p. 1894).

Assim, o Novo Recife, enquanto projeto de renovação de uma grande área urbana, necessita da mediação do Estado para sua realização. Essa mediação, por sua vez, é realizada mediante diferentes mecanismos, dentre os quais estão as políticas públicas de gerenciamento do espaço urbano, como planos diretores, definição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), planejamentos estratégicos etc., que, em vista da inserção no mercado neoliberal global, tornam-se essenciais para a gestão pública: “Esse tipo de planejamento [...] tem orientado os órgãos governamentais a partir de uma visão de *empreendedorismo urbano* (HARVEY, 1994) onde, segundo esse ideário, *a cidade torna-se uma mercadoria gerenciada por um empreendedor*” (MENDES; ROCHA, 2018, p. 1895, grifo nosso). Nesse sentido, a partir da construção discursiva do Novo Recife, temos um modelo sociocognitivo de *cidade-empresendimento*, em oposição a uma *cidade-vivência*, como veremos na construção discursiva do #OcupeEstelita no capítulo 4.

A gentrificação é, portanto, um processo de transformação social, espacial, político e econômico orientado por uma ideologia capitalista neoliberal que, em casos como o do Novo Recife colocam em evidência os interesses dos diferentes grupos sociais em suas assimétricas relações de poder no contexto urbano.

O discurso construído na página do Novo Recife revela o funcionamento dessa ideologia capitalista neoliberal que, além do modelo de cidade-empresendimento, aporta um modelo sociocognitivo de cidadão como o indivíduo que trabalha, que produz, e que, por isso, teria direito aos bens sociais, excluindo-se aqueles indivíduos que não produzem, que não trabalham formalmente. Porém, realiza-se isso de maneira sub-reptícia, falaciosa, pois a todo momento postula-se que o Novo Recife será um “Cais para todos”. É nesse movimento manipulador que se centra nossa atenção, já que o discurso é sempre argumentativo, porém, devemos apontar

criticamente à distinção entre a persuasão (uso legítimo do potencial argumentativo do discurso) e a manipulação (que leva ao abuso de poder através do discurso) (VAN DIJK, 2010). Segundo o autor, é preciso examinar algumas condições que podem configurar o discurso manipulador: “a posição dominante do manipulador, a falta de conhecimento relevante dos receptores e a condição de que as consequências prováveis dos atos de manipulação sejam do interesse do grupo dominante e contra os interesses do grupo dominado” (VAN DIJK, 2010, p. 254). Todas essas condições se verificam, como tentamos demonstrar ao longo desse capítulo e do restante do trabalho, em relação ao discurso não só do Consórcio Novo Recife, mas também da imprensa tradicional local.

### **3.1.3 Referenciação e categorização dos integrantes do #OcupeEstelita e a criminalização do movimento**

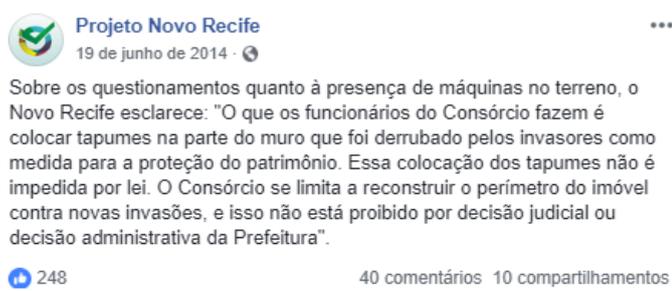
Na seção anterior, vimos que, através de diferentes implicações (pressupostos e acarretamentos), o discurso do Novo Recife realiza uma categorização dos cidadãos recifenses como merecedores ou não do “novo” cais, e, de forma mais essencial, como cidadãos em si – e por isso sujeitos de direito – ou não – e por isso, sujeitos fora-da-lei.

Contudo, para além das implicações analisadas que dão suporte à naturalização dos modelos sociocognitivos capitalistas neoliberais, em algumas ocasiões são empregadas estratégias de referenciação que trabalham essa categorização de maneira mais direta, principalmente em relação aos integrantes do #OcupeEstelita.

Em uma das primeiras postagens, ainda em 2014, o Consórcio faz referência ao Movimento, a partir do posicionamento de sujeitos de direito, na passagem: “colocar tapumes na parte do muro que foi derrubado pelos *invasores* como medida para a *proteção do patrimônio*” da postagem de 19 de junho de 2014 (Figura 21, abaixo, grifos nossos). Assim como no caso analisado por Indursky (2002), temos no conflito que emerge da ocupação do cais, o “encontro [de] dois sujeitos antagônicos, aquele que desde sempre teve direito de falar sobre a questão da terra e a dela considerar-se proprietário, portanto, um *sujeito de direito*, e o que surge do *não-lugar*, de dentre os excluídos” (INDURSKY, 2002, p. 113). Assim, no discurso hegemônico do Consórcio Novo Recife, colocados diametralmente em oposição aos “sujeitos de direito”, os integrantes do Movimento só podem ser categorizados como sujeitos sem direitos, como sujeitos fora da lei.

Dessa forma, na publicação ora analisada, ao ser referidos como “invasores”, são categorizados como criminosos de acordo com a ideologia capitalista que tem como um de seus pilares a proteção à propriedade privada; movimento que fica evidenciado também pelo alinhamento do Consórcio com as instâncias legais e institucionais: “não é impedida por lei. [...] não está proibido por decisão judicial ou decisão administrativa da prefeitura” (Figura 21).

**Figura 21** – Postagem de 19 de junho de 2014



Fonte: @novorecife

Vimos como a referenciação não é um ato objetivo de representar linguisticamente algo que está no mundo, mas uma forma de atuar sobre a organização do mundo em si. De modo que essa referência aos integrantes do #Ocupe como “invasores” gera efeitos como, por exemplo, o resgate de modelos sociocognitivos balizados pela ideia de invasão para compreender o #Ocupe, e, claro, a criminalização do Movimento, que serve duplamente para deslegitimá-lo perante a sociedade e para legitimar o uso da força policial contra o Movimento. Veremos como a categorização dos integrantes do #Ocupe como sujeitos fora da lei é reforçada no discurso jornalístico, analisado no Capítulo 5.

Conforme Dupas (2007, p. 8), “Manter uma visão crítica sobre a direção do progresso é ser capaz, justamente, de separar dele o seu elemento de discurso hegemônico”. Ao questionar a manipulação discursiva do Consórcio Novo Recife, ao imprimir uma visão crítica a seu discurso hegemônico, o #OcupeEstelita torna-se alvo de ataques pelo Consórcio, como vimos acima, sendo criminalizado através da categorização de seus integrantes como “invasores”. Inicia-se, assim, o embate discursivo no âmbito da grande mídia e no âmbito mais amplo social, pela (des)legitimação do #Ocupe.

#### **4 O #OCUPEESTELITA E A SUBVERSÃO DO DISCURSO HEGEMÔNICO ATRAVÉS DO AMBIENTE VIRTUAL**

No início do conflito em torno do cais, percebemos que a organização, as atividades e as intervenções promovidas pelo #Ocupe, embora juridicamente legais, não são consideradas legítimas pelo poder hegemônico da sociedade recifense, que não reconhece o Movimento e seus integrantes como atores sociais a serem ouvidos em relação ao destino que deveria ser dado à área do cais, e conseqüentemente, rejeitam as reivindicações e propostas do #Ocupe. Dessa forma, a legitimação da visão de sociedade do Movimento #OcupeEstelita passa pela legitimação do próprio movimento.

Assim, uma das lutas (talvez a mais importante) do #OcupeEstelita foi por sua legitimação enquanto movimento social, discutindo-se essa questão principalmente nos sites de redes sociais on-line. Neste capítulo, tentaremos demonstrar a constituição ideológica e discursiva do movimento social, em grande parte, através do Facebook. Nesse estabelecer-se do movimento social, o discurso mostra-se como ferramenta fundamental para a coesão ideológica do grupo e, portanto, voltamos nossa atenção para o processo de constituição discursiva do Movimento em relação dialógica com a imprensa tradicional local, pois é no enfrentamento ao discurso e poder hegemônico que o #Ocupe tem sua origem e ganha forma.

Pretendemos, portanto, analisar as estratégias empregadas pelo #OcupeEstelita para fomentar sua legitimação perante a sociedade recifense. Porém, antes mesmo de examinar essa prática discursiva, refletimos sobre o que constitui um movimento social com base na Sociologia dos Movimentos Sociais, tendo em vista as recentes mudanças nas formas de articulação desses grupos geradas pelas novas tecnologias da informação e comunicação e seus impactos nas relações sociais e políticas. Uma vez considerado o que constituiria um movimento social na contemporaneidade, empreendemos (no quarto e no sexto capítulo) a análise da recepção desse fenômeno pela sociedade – examinando tanto o discurso dos jornais tradicionais locais, bem como os comentários de internautas no Facebook.

##### **4.1 O QUE É (OU PRETENDE SER) O #OCUPEESTELITA?**

Como dito anteriormente, a luta do #Ocupe é multifacetada, indo além da reivindicação pelo uso público da área do Cais José Estelita. No embate contra o Novo Recife, esse espaço

representa, metonimicamente, toda a cidade: a venda da área (pública, patrimônio histórico) é a venda da cidade (cada vez mais “privatizada”, mas que deveria ser pensada para todos); as irregularidades legais e jogo de interesses no processo da venda do local são as irregularidades e jogo de interesses que se perpetuam nas opressões diárias da política do capital sobre o cidadão.

O #Ocupe é um movimento que aflora de uma necessidade latente e vai tomando proporções maiores à medida que a sociedade vai conhecendo sua reivindicação mais essencial: orientada por ideologias social-democráticas, encontrar formas de uma participação social mais efetiva nos processos decisórios sobre a cidade, que ajude a assegurar uma política urbanística voltada para o bem-estar coletivo; encontrar formas de devolver o protagonismo cidadão para essas questões, indo na contramão da omissão das multidões que Dupas (2007, p. 89) aponta: “O progresso, assim como hoje é caracterizado nos discursos hegemônicos de parte dominante das elites [...] dependeria mais da omissão embevecida das multidões do que da sua vigorosa ação e da crítica de seus intelectuais.”

Uma dessas formas, já empregada por movimentos e demonstrações anteriores como a chamada Primavera Árabe, Occupy Wall Street e as Jornadas de Junho de 2013, é a utilização dos sites de redes sociais para além da mobilização imediata, direcionada também ao debate e à construção do conhecimento. Nesse sentido, a organização e atuação do Movimento no site de rede virtual assemelha-se à esfera pública postulada por Habermas (2003, p. 51-53) em que todos devem poder participar; não deve haver hierarquização; em que seja feita a problematização de setores antes considerados inquestionáveis; e, finalmente, que reivindica aparecer como porta-voz do grande público. Podemos dizer que o #Ocupe, ao tecer uma rede de *hashtags* e compartilhamentos, tenta criar uma esfera pública para o debate político. Porém, da mesma forma como quando analisamos a Internet como um espaço mais democrático para debates, aqui também é preciso um olhar crítico.

Da mesma forma que os coletivos midiáticos, o #Ocupe realiza algum gerenciamento de conteúdo em sua página, embora essa página tenha uma configuração muito mais plural e aberta do que a do Novo Recife, por exemplo. Além disso, pode-se dizer que há, sim, algum nível de hierarquização entre os membros do grupo, aqueles que geralmente protagonizam as ações do Movimento, lideram assembleias e eventos etc. Ainda mais, é importante considerar que a organização fluida e aberta do Movimento pode representar também uma fraqueza, já que de tão plural e aberto, diferentes interesses e vozes disputam o foco, como alerta Barassi (2009b,

s/p), e como veremos mais adiante, no Capítulo 4, abre-se a possibilidade de discordâncias fundamentais dentro do Movimento.

Para além dessas questões internas, é importante avaliar criticamente o impacto da atuação on-line do Movimento. Muito embora as plataformas on-line confirmem uma eficiência maior à organização das ações e aos debates ideológicos, ela também pode apresentar uma ameaça à coesão do grupo e realização de sua visão, conforme Barassi (2009) novamente alerta em relação aos grupos insurgentes que atuam principalmente virtualmente: “o passo [acelerado] de troca de informações reduz as discussões políticas e cria redes insurgentes de ação que se apoiam em redes sociais e afinidades fracas, não em projetos políticos compartilhados” (BARASSI, 2009, s/p, tradução nossa)<sup>53</sup>.

Não obstante essas ressalvas, tentaremos demonstrar como o Movimento consegue romper a barreira hegemônica do discurso capitalista neoliberal através do ambiente on-line, não desconsiderando, claro, a importância das ações de rua. Porém, como Castells (2009) aponta, essas ações tendem a ser recebidas no nível do espetáculo do protesto, enquanto a atuação discursiva on-line, ao provocar debates, tem o potencial de influir no nível da cognição social, promovendo a desestabilização do conhecimento coletivo sobre o movimentos de protesto como o #Ocupe, sobre empreendimentos como o Novo Recife, sobre a cidade em si.

Além de oportunizar a comunicação e mobilização dos membros do #Ocupe e a formação de uma rede de movimentos sociais, em um nível ainda mais elementar, a inserção no espaço virtual permite ao Movimento ter *acesso* à produção e disseminação discursiva que alcance um número expressivo de pessoas.

Quando o Movimento tem seu ápice de atuação na rede, ainda não se falava tanto em estratégias de utilização dos sites de redes sociais virtuais com o fim de maximizar o potencial de alcance dos conteúdos, mas já se colocava algumas delas em prática, e o Movimento é pioneiro nesse sentido também, desenvolvendo uma identidade visual marcada inicialmente pelo uso do símbolo de localização em forma de gota invertida “emprestado” dos sistemas de GPS (conforme Figura 22), mobilizando simultaneamente várias plataformas online de redes

---

<sup>53</sup> No original: “The [fast] pace of information exchange reduces political discussions and creates insurgent networks of action, which rely on weak networks and affinities, and not on shared political projects” (BARASSI, 2009, s/p).

sociais (Facebook, Twitter, YouTube e outras), realizando publicações em momentos de maior tráfego na rede, promovendo tuitaços<sup>54</sup> etc.

Figura 22 – Imagens do #Ocupe postadas em maio de 2014



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

Assim, o #OcupeEstelita consegue chamar a atenção de tantos internautas que circulam pelo Facebook, despertando o interesse de alguns (evidenciado pelo número de “curtidas” e compartilhamentos das publicações), e inclusive de figuras públicas tanto locais como de outros estados e internacionais que demonstram apoio à causa (Figura 23).

Figura 23 – Cantor Otto e David Harvey em apoio ao Movimento



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

<sup>54</sup> Manifestação feita na Internet através da publicação intensa de tuítes, geralmente de forma concertada e com uma hashtag comum. (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/tuita%C3%A7o>. Acesso em 25/09/2019.)

Quando falamos das oportunidades que o espaço virtual apresenta para que o sujeito possa se expressar e ser ouvido, estamos falando de *acesso*. Esse aspecto da produção e circulação de discursos, já bastante estudado no âmbito dos Estudos Críticos do Discurso, deve ser revisitado tendo em vista a natureza do espaço virtual. Nas pesquisas que contemplam as mídias tradicionais, principalmente o jornal impresso (VAN DIJK, 1998, 2010; FALCONE, 2004), a questão do acesso é explorada buscando identificar quais atores sociais figuram nas notícias e reportagens, em que posição na estrutura de relevância do texto aparecem, qual a qualidade desse acesso etc.

Embora esse tipo de estudo seja ainda importante (e contemplado aqui quando da análise das reportagens jornalísticas realizada no próximo capítulo), é preciso repensá-lo quando temos como objeto de estudo páginas do Facebook, que apresentam diversos meios de interação entre os internautas criadores e moderadores dessas páginas e outros, simpatizantes ou não com o Movimento ou o Novo Recife. Conforme Silva e Rodrigues (2014, p. 35) concluem, em interpretação análoga à nossa, “a digitalização e as redes digitais quebraram o monopólio abrindo espaço para a liberação do polo emissor (LEMOS, 2010) com a participação do cidadão que pode confrontar pontos de vista nesse ambiente.”

Ao refletir sobre como as novas tecnologias da comunicação impactam no acesso discursivo dos grupos dominados, ponderamos até que ponto esses “novos” espaços podem impulsionar as lutas de subversão do poder hegemônico, a denúncia de abusos de poder e manipulação discursiva, a luta pela (des)legitimação de diferentes grupos sociais etc.

#### **4.1.1 Ocupações como movimentos sociais e o papel das “novas” tecnologias da informação e comunicação**

Classicamente associados às lutas de classes, contemporaneamente entende-se que os movimentos sociais têm se diversificado, abarcando ações coletivas e associações preocupadas com diferentes causas sejam elas econômicas, políticas, identitárias ou socioculturais (ou um misto delas). Os próprios sujeitos dos movimentos sociais não mais podem ser vistos como que formando grupos sociais homogêneos, e inclusive lutaram para que sua individualidade, diferença e identidade particular fosse reconhecida (GOHN, 2008), surgindo daí movimentos como o feminismo negro, por exemplo.

Outro aspecto que diferenciaria os movimentos sociais clássicos dos chamados novos movimentos sociais, seria a falta de uma figura de liderança e hierarquia clara dentro do movimento (como é a pretensão do #Ocupe): propõe-se que se discuta as ações em assembleias e que a coordenação dessas assembleias seja alternada entre os membros, por exemplo. É questionável, contudo, até que ponto essa configuração horizontal e democrática radical de fato se realiza. No caso do #Ocupe, por exemplo, há um envolvimento proeminente de alguns membros do Direitos Urbanos e outros que, ao longo do tempo, se destacam na coordenação e proposição de ações, como Liana Cirne Lins – advogada e professora da Faculdade de Direito da UFPE – e Leonardo Cisneiros – representante do Direitos Urbanos, professor de filosofia da UFRPE.

Não obstante esse questionamento, consideramos que o #OcupeEstelita se apresenta como um novo movimento social por diferentes motivos, embora sua principal estratégia, de ocupação do espaço público como forma de protesto, não seja nova, nem recente no Brasil. O Movimento Sem Terra (MST) – que, por sinal, foi um dos primeiros movimentos sociais no Brasil a utilizar meios digitais para fortalecer sua causa – usa essa estratégia há várias décadas, lutando contra a injusta distribuição de terras através de ocupações pacíficas de áreas rurais inutilizadas. A luta do MST ecoa hoje, inclusive, no grito de ordem do Ocupe: “Ocupar, resistir!”. A ocupação produtiva e consciente de espaços públicos tomados pelo capital é uma prática antiga. Nas palavras de Andrade (2014, p. 143), “a ocupação física é uma forma de atuação política mediante a qual se publiciza o espaço, tornando-o coletivo através da presença de pessoas e faz com que elas se apropriem do que nunca deixou de ser delas.”

As semelhanças entre os dois movimentos ainda vão além: como vimos no capítulo anterior, o #Ocupe, assim como ocorre com o MST, é posicionado pelo discurso do Novo Recife e imprensa tradicional como sendo composto de sujeitos fora da lei contra um grupo hegemônico composto de sujeitos de direito (INDUSRKY, 2002); em ambos os casos a questão ética da privatização de grandes extensões de áreas públicas para benefício de poucos é colocada em questão; ambos movimentos sociais questionam a legitimidade das ações jurídicas que legalizam essa privatização do espaço público; e, assim como o MST travou e trava até hoje uma batalha discursiva enfrentando a grande mídia, o #OcupeEstelita também se constitui discursivamente no enfrentamento à mídia tradicional.

Um dos problemas enfrentados à época pelo MST, de acordo com Indursky (2002), foi a ausência de uma cena discursiva de interlocução, ou seja, o fato de que a esfera pública, no entendimento da autora, resumia-se à mídia tradicional, à imprensa, que dava voz aos grandes

proprietários de terra e silenciava os Sem Terra. Na conjuntura do #OcupeEstelita, porém, reconhecemos que a dita esfera pública pode ser compreendida de maneira diversa, mais ampla, pela inserção de novos canais de comunicação. Essa diversificação de cenas de interlocução tem um significativo impacto nos movimentos sociais mais recentes.

Tratamos das novas tecnologias de comunicação e interação, mais especificamente, do impacto da Internet e dos sites de redes sociais on-line sobre essas práticas sociais (CASTELLS, 2015; GOSS & PRUDÊNCIO, 2004). É importante frisar, contudo, que há muito já se reconhecia a configuração em redes de movimentos sociais (GOHN, 2008; MELUCCI apud GOHN, 2008), ou como os movimentos sociais começaram a se organizar em pontos nodais que formavam redes de associações entre diferentes grupos sociais, de modo que o fator inovador diz respeito ao aspecto virtual possibilitado pelo advento da Internet. Mais recentemente, portanto, a articulação dos pontos nodais das redes sociais vem acontecendo cada vez mais através do meio virtual, como “coletivos em rede”, que, segundo Goss e Prudêncio (2004, p. 83) são “conexões em primeira instância comunicacional de vários atores ou organizações através da Internet, principalmente, para difundir informações, buscar apoio ou estabelecer estratégias de ação conjunta”, ou seja, formas de “instrumentalização das redes de movimentos [...] partes constitutivas dos movimentos sociais na sociedade da informação” (GOSS & PRUDENCIO, 2004, p. 83).

Assim, podemos conceber o Movimento #OcupeEstelita como organizado on-line em uma rede de movimentos, caracterizado pela “[...] associação múltipla, pela militância parcial e efêmera, e pelo desenvolvimento pessoal e solidariedade afetiva como condições de participação” (GOSS & PRUDENCIO, 2004, p. 81). Há cinco anos o #Ocupe se articula através de sua página do Facebook e outros sites a vários outros movimentos e causas na cidade do Recife e em outras localidades, formando uma rede de movimentos discursivamente constituída no espaço virtual, que contribui para a legitimação do #Ocupe como um movimento social em si ao mesmo tempo em que projeta uma visão de sociedade e de fazer política diferentes do que se vivencia hoje, ou seja, promove uma ideologia política e social contra-hegemônica.

O que marca, portanto, um novo movimento social em rede como o #OcupeEstelita não é o perfil social de seus integrantes, ou mesmo uma proposta de intervenção clara e definida, mas a convivência em espaços virtuais e empíricos interligados, o conhecimento construído sobre quem ou o que se combate, o que deve ser melhorado e como isso deve ser alcançado. Esse conhecimento, formulado e compartilhado discursivamente, engloba atitudes, crenças,

opiniões e outros tipos de elementos cognitivos, formando uma ideologia compartilhada por um grupo de pessoas que visam a intervir na sociedade, e que, através da ação orientada por esse conhecimento, compõem o movimento social.

É uma forma de existir mais flexível – líquida, diria Bauman (2001) – do que, por exemplo, movimentos sindicalizados ou institucionalizados de alguma forma, apresentando um desafio ainda maior para esses novos movimentos sociais em termos de sua legitimação. Sendo, acima de tudo, elementos sociocognitivos (ideologias) aqueles que marcam um movimento social na contemporaneidade, nos debruçamos nessa pesquisa sobre uma das formas sociocognitivas de constituição e (des)legitimação do #OcupeEstelita: o discurso produzido pelo e sobre o Movimento e da causa que defende. Assumindo papel central na constituição do #Ocupe e na maneira como a sociedade compreende esse fenômeno, o discurso se apresenta como via de construção das atitudes para com o #Ocupe, bem como uma maneira de diagnosticá-las.

A importância dessa luta pela legitimação do #OcupeEstelita pode ser ilustrada a partir da análise do texto emitido pelo desembargador-substituto do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que autorizou a ação de reintegração de posse do terreno do Cais José Estelita ao Consórcio Novo Recife, justificando que:

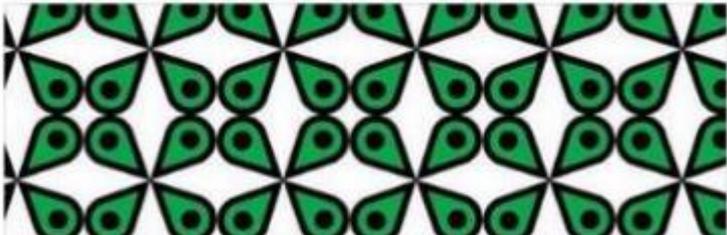
*não há sequer indícios de que se trata de movimento social organizado, tentando proteger interesse público, muito ao revés, temos um aglomerado de pessoas, sem qualquer liderança, que se reuniram, provocando tumulto, e invadindo propriedade privada [...] De um lado, estão os invasores imbuídos do espírito de defesa de supostos interesses da sociedade, sem qualquer organização ou hierarquia, sem qualquer característica de movimento social organizado, assim, destituídos de qualquer legitimidade.* (Fonte: @MovimentoOcupeEstelita, grifos nossos, Figura 24)

Figura 24 – Postagem contendo parte do texto da decisão do TJPE

 Movimento#OcupeEstelita compartilhou a foto de Bruna Pedrosa.

29 de maio de 2014 · 🌐

" O Tribunal de Justiça de PE acaba de proferir decisão de reintegração de posse no caso do Cais José Estelita. Como isso aconteceu? O processo estava em curso na Justiça de 1º grau e o juiz proferiu um despacho de mero expediente ("Vistas ao MP"), para ouvir o Ministério Público. O Consórcio Novo Recife recorreu desse despacho e o Tribunal concedeu a liminar. Ocorre que despacho de mero expediente não é decisão sujeita a recurso, porque não possui qualquer carga decisória. Demais, o TJPE (Justiça de 2º grau) só pode anular, modificar ou substituir uma decisão que já existe na instância inferior. E nenhuma decisão foi proferida pelo Juízo de 1º grau. Assim, sem analisar o conteúdo da decisão, houve por parte da Justiça de 2º Grau clara e manifesta supressão de instância, o que torna a decisão nula por agredir frontalmente a independência do Poder Judiciário e o Estado Democrático de Direito." Belize Camara.



muro e que sofreu ameaças (fl. 119). Analisando a situação posta, constata-se que não há sequer indícios de que se trata de movimento social organizado, tampouco tentando proteger interesse público, muito ao revés, temos um aglomerado de pessoas, sem qualquer liderança, que se reuniram, provocando tumultuo e invadindo propriedade privada. Sucedo que como restou demonstrado, de fato, a Novo Recife detém o domínio útil, na qualidade de proprietária do imóvel, e possui licença da Prefeitura para proceder à demolição de parte das construções nele existentes, consoante se denota do alvará de fl. 176/177. Registre-se, ademais, que não há qualquer discussão sobre domínio, tão somente se verifica a insatisfação dos invasores quanto ao projeto que ali será iniciado, sem qualquer respaldo legal. Necessário, portanto, sopesar os direitos que estão em discussão. De um lado, estão os invasores imbuidos do espírito de defesa de supostos interesses da sociedade, sem qualquer organização ou hierarquia, sem qualquer característica de movimento social organizado, assim, destituídos de qualquer legitimidade. Do outro lado, temos o direito de propriedade e da livre iniciativa, constitucionalmente protegidos. A Constituição de 1988

Bruna Pedrosa

#OcupeEstelitaAGORA #ResisteEstelita #NegociaPrefeito #RevogaMarcioAguilar

Curtir · Comentar · Compartilhar · 📌 13 · 🔄 1 · 📩 3

Fonte: @MovimentoOcupeEstelita.

A questão da legitimação do Movimento enquanto tal é relevante, inclusive para (des)legitimar ações de violência contra seus integrantes, como veremos no próximo capítulo, quando da análise da cobertura da ação de remoção do grupo do terreno.

Não há, portanto, características essenciais e objetivas a que se possa recorrer para determinar a categorização de um fenômeno como “movimento social”, ou que determine sua legitimação, já que tal processo ocorre organicamente em um determinado tempo, espaço e vivência de uma conjuntura social.

#### **4.1.2 A construção discursiva do #OcupeEstelita no âmbito virtual: ideologias socialistas e modelos sociocognitivos de cidade/cidadão, democracia e o papel do Estado**

Como discutido no segundo capítulo, partimos do pressuposto de que a língua não é um sistema de etiquetas para as coisas do mundo (MARCUSCHI, 2005). Ironicamente, um exemplo de elemento linguístico que vai além de simples etiquetas para as coisas no mundo são as *hashtags*, concebidas originalmente como etiquetas virtuais.

A *hashtag* é uma ferramenta de marcação de metadados que funciona através da utilização do símbolo # (*hash*, em inglês) no início de uma palavra/termo/frase (a *tag*, ou etiqueta). Foi criada e utilizada primeiramente no site de rede social Twitter, mas posteriormente veio a permear outros sites, incluindo o Facebook, objeto deste estudo, e até âmbitos fora do virtual, como demonstrou Oliveira (2017). Sua popularização nos últimos anos, de acordo com Oliveira (2017) deve-se, dentre outros motivos, pela possibilidade do dizer rápido, o dizer fácil. Através da utilização de uma *hashtag*, não apenas se atribui uma etiqueta, mas se resgata todos os outros dizeres, publicações e postagens, ou seja, outros discursos que também estão marcados por essa etiqueta; se diz muito com poucos caracteres – característica típica do discurso virtual.

Dessa forma, as *hashtags* #OcupeEstelita, #ResisteEstelita, ou até #DerrubaEstelita, dentre outras, passam de simples etiquetas a verdadeiras unidades de sentido que não só identificam o/a internauta simpatizante, e o Movimento, por exemplo, mas também remetem às ideias defendidas por ele/a, constituindo enunciados que apontam para modelos mentais sobre o #Ocupe. Por exemplo, muitos dos comentários às postagens<sup>55</sup> se restringem a esses

---

<sup>55</sup> As *hashtags* em apoio ao #Ocupe são encontradas tanto na página do próprio Movimento como na página do Projeto Novo Recife, o que consideramos um sinal de sua penetração através de rede de conhecimento no espaço

enunciados, não sendo, portanto, necessária uma elaboração por parte da/o internauta sobre o que ela ou ele defende (Figura 25).

Ademais, chamamos a atenção aqui para os enunciados em si que compõem as *hashtags* em tela – “OcupeEstelita”, “ResisteEstelita” e “DerrubaEstelita” – e o que eles desvelam. Nas duas *hashtags* promovidas pelo Movimento, o Estelita representa metonimicamente a cidade e seus cidadãos; é a cidade que devemos ocupar, viver; é a cidade, e seus cidadãos que devem resistir à opressão dos interesses particulares do capital. Por trás dessas implicações, está a ideia de que a cidade somos nós, seus cidadãos, e, por isso, ela é a coletividade, para a coletividade, num discurso de inclusão. Já a *hashtag* #DerrubaEstelita suscita uma representação do Cais José Estelita como uma parte da cidade, uma das propriedades que estão à disposição (nesse caso do mercado imobiliário), que podem ser utilizadas por quem a puder comprar. Nesse caso específico, um espaço considerado degradado da cidade-empreendimento, como vimos na lógica da gentrificação no Capítulo 3, e que deve ser derrubado, destruído, apagado, bem como as pessoas que o habitam. Mais uma vez, um discurso excludente, e que desconsidera por completo a memória e a história dos espaços urbanos.

**Figura 25** – Uso da hashtag #ResisteEstelita



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita.

virtual. Em uma análise informal, notamos sua ocorrência também em diferentes perfis de outras redes sociais (Instagram e YouTube), porém, essas não foram objeto do presente estudo.

Estudiosos do *hashtag activism* (uma forma de ciberativismo baseada no compartilhamento de *hashtags*) apontam o recurso da *hashtag* como uma maneira de organizar no mundo virtual espaços para o compartilhamento de conhecimento e consequente ensino/aprendizagem sobre as causas destacadas através do uso do símbolo #. De fato, as *hashtags* surgem “para agrupar diferentes tweets [e postagens] em torno de um determinado assunto” (OLIVEIRA, 2017, p.58-59). Funcionam, portanto, construindo arquivos dinâmicos na Internet sobre determinados temas, eventos etc.

De acordo com Fang (2016, p. 139, tradução nossa), “os ativistas do *hashtag* propuseram uma nova ideia: que o compartilhamento de ideias em espaços digitais pode ser ele mesmo uma forma de resistência radical.”<sup>56</sup> Por exemplo, a *hashtag* propicia o acesso a uma rede de troca de conhecimentos sobre as causas defendidas pelo Movimento, ao mesmo tempo em que promove a resistência da causa, até pelo próprio termo empregado “#ResisteEstelita”. Ao utilizá-la em uma dada postagem ou marcando uma notícia compartilhada, o internauta está contribuindo com essa rede, reforçando ou produzindo conhecimento novo. Ao acessar ou buscar a *hashtag*, entra na rede procurando informações sobre o #Ocupe. Por isso também é possível perceber dentre os integrantes e simpatizantes do #Ocupe atores sociais de diferentes históricos, classes sociais, interesses e até crenças, que navegam por diferentes redes, e acabam “esbarrando” na #OcupeEstelita ou #ResisteEstelita, dentre outras.

O compartilhamento de informações no ciberespaço sempre existiu, o que o *hashtag activism* faz é modificá-lo, tornando esse compartilhamento mais eficaz já que a *hashtag* pode ser utilizada para marcar publicações em qualquer plataforma virtual (Facebook, Twitter, Instagram, websites, blogs etc.), tornando possível localizar conteúdos pulverizados na Internet. Observamos, portanto, a utilização dessas *hashtags* como uma estratégia discursivo-cognitiva própria do ambiente virtual funcionando para a coesão ideológica do grupo, e indiretamente, para a legitimação do Movimento. Alguns estudos, inclusive, sugerem que o compartilhamento de *hashtags* fortalece o sentimento de pertencimento de grupo dos movimentos sociais (MOSCATO, 2016; FANG, 2016).

Por outro lado, o Projeto Novo Recife também emprega *hashtags*, como a #PorDentroDoNovoRecife, como forma de inserção na cibercultura. Porém, a *hashtag* aparece

---

<sup>56</sup> No original: “hashtag activists offered a new idea: that the sharing of ideas in digital spaces might itself be a form of radical resistance” (FANG, 2016, p. 139).

principalmente nas próprias postagens da página do Projeto, não sendo incorporada ao discurso dos internautas que acompanham e comentam sobre a evolução de sua implantação. Compara-se essa tentativa de criação de uma *hashtag* pelo Novo Recife, com a #DerrubaEstelita, que surge de forma espontânea em outra página a favor do Novo Recife, cuja autoria é anônima: @derrubaestelita. Ali, e através dos usuários que acessam essa página, surge a *hashtag* que, por sua vez, é reproduzida por internautas em outras páginas e ambientes virtuais. Nota-se uma marcante diferença no emprego dessa estratégia do cyber discurso: por um lado, um *slogan* de divulgação do Novo Recife, uma *hashtag* artificial (OLIVEIRA, 2017), por outro, as *hashtags* funcionando de maneira orgânica (OLIVEIRA, 2017) como enunciado de constituição do próprio #OcupeEstelita.

Assim, as *hashtags* se apresentam como uma marca do discurso da Internet potencialmente empreendidas para a legitimação de um dado movimento ou fenômeno social através do compartilhamento de conhecimento, opiniões e informações sobre ele. Mas, antes mesmo de legitimá-lo, as *hashtags* (e outros recursos discursivos) agem na construção do objeto-de-discurso “Movimento #OcupeEstelita”, que, na ausência de qualquer artifício formal, institucional ou legal, toma forma a partir do discurso, a partir da criação da rede de conhecimentos sobre esse mesmo movimento.

O discurso é constitutivo do #OcupeEstelita, que ainda nas primeiras postagens em sua página, utilizava a *hashtag* #OcupeEstelita2014 (Figura 26), marcando uma edição do evento no ano de 2014. Com a crescente mobilização, essa marcação temporal foi abandonada, e o nome “Movimento #OcupeEstelita” adotado. Nas primeiras postagens na página do #Ocupe, portanto, o que encontramos são traços do processo de construção discursiva do que seria o Movimento, o que ele defende, o que ele reivindica, o que ele condena.

**Figura 26** – Publicação sobre a edição do #Ocupe de maio de 2014



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

Além do emprego das *hashtags*, o #OcupeEstelita se constrói discursivamente através da produção no Facebook (e outros sites de redes sociais) por outras estratégias. Uma delas, mais óbvia, é a sua autodescrição (auto-apresentação positiva, nos termos da polarização ideológica) no perfil da página @MovimentoOcupeEstelita:

O Movimento #OcupeEstelita luta contra um modelo de desenvolvimento urbano guiado apenas por interesses econômicos, que destrói a identidade de nossa cidade e promove uma ideia ultrapassada de progresso e modernização. [...] Desejamos uma cidade mais inclusiva, que respeite pedestres, ciclistas, usuáři@s de transporte público, ambulantes, pessoas sem-teto, quem sofreu remoção pela Copa 2014, morador@s de áreas de baixa renda, mulheres, homens, LGBTs e dissidentes, crianças, adolescentes, e outros grupos sociais estigmatizadas na sociedade. Lutamos por uma cidade que preserve o meio-ambiente, os recursos naturais, a cultura, a história, a memória, as identidades e, principalmente, pelos direitos mais básicos da população. [...] Junt@s, vamos garantir a construção de uma cidade humana, que represente as pessoas que nela vivem. Ocupar! resistir! A CIDADE É NOSSA! OCUPE-A!! (Fonte: @MovimentoOcupeEstelita)

Nesse texto, são expressos os valores que norteiam o Movimento, a saber, do direito à cidade, à inclusão social, à equidade, ao desenvolvimento humano, não apenas econômico, e, possivelmente o mais importante, a ideia de que “A CIDADE É NOSSA”. Observamos em outros textos e postagens essa expressão de uma ideologia inclusiva, como na postagem acima (Figura 26), que, além de afirmar que “Recife PRECISA se tornar uma cidade PARA TODOS”, utilizando a fonte em caixa alta para ênfase, faz um jogo com a expressão “n’OVO Recife”. Esse jogo de palavras remete a uma conhecida expressão “Recife é um ovo”, utilizada para expressar a perplexidade de se encontrar pessoas conhecidas em todo lugar que se frequenta na cidade, o que, na realidade, demonstra a vivência parcial e compartimentalizada da cidade, e não uma experiência integrada entre diferentes grupos sociais. Ao empregar a expressão “n’OVO Recife”, o #Ocupe critica essa vivência compartimentalizada, propondo em contraponto a ela uma visão inclusiva para a vivência da cidade.

Além de explicitamente afirmar que adota uma ideologia inclusiva, a descrição sobre o #Ocupe emprega o símbolo @<sup>57</sup> no lugar da flexão de gênero binária tradicional, demonstrando na prática a inclusão de outros gêneros sociais que não apenas o masculino ou feminino: “usuári@s de transporte público, [...] morador@s de áreas de baixa renda, [...] Junt@s, vamos garantir a construção de uma cidade humana” (Figura 26).

Em sua descrição, vemos que é contra a primazia do direito à propriedade privada sobre os direitos coletivos que o Movimento #OcupeEstelita se posiciona. Conforme Harvey (2014, p. 27) aponta, hoje vive-se sob as ideologias individualista e privatista neoliberais, em que “os direitos de propriedade privada [...] se sobrepõem a todas as outras noções de direitos”, como direito à salubridade, direito ambiental, direito à educação de qualidade e, claro, o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), que implica, dentre muitos aspectos, o direito de decisão sobre o planejamento urbano.

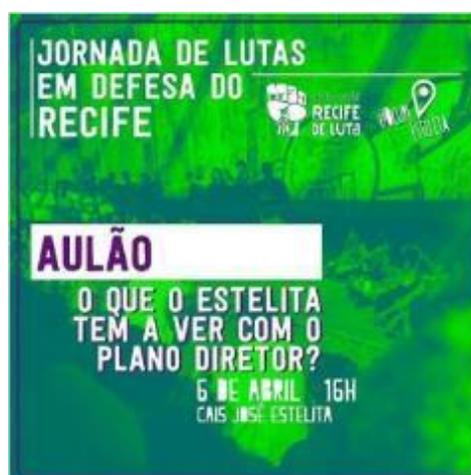
A proposta fundamental que está em jogo na assertiva “A CIDADE É NOSSA” é a subversão de um modelo sociocognitivo estabilizado e naturalizado que define a cidade como um campo aberto à exploração do capital privado, como cidade-empreendimento – como vimos na *hashtag* #DerrubaEstelita –, para que predomine um modelo sobre a cidade como um bem público e, por isso, de direito de todos, uma cidade-coletividade.

---

<sup>57</sup> A descrição do perfil do Movimento foi publicada quando ainda se utilizava o símbolo @ para designar o repúdio ao machismo e exclusão linguística empregando-se apenas o masculino plural. Em postagens mais recentes, o Movimento utiliza a letra “x” para realizar esse mesmo movimento de inclusão, abarcando, inclusive, outras identificações de gênero social além do binário masculino / feminino.

É na tentativa de retomar o poder coletivo sobre o processo de urbanização que o #OcupeEstelita se posiciona como um movimento social, promovendo aulas abertas, e sugerindo outras formas de ocupação da cidade (Figura 27).

**Figura 27** – Publicação produzida pelo #OcupeEstelita

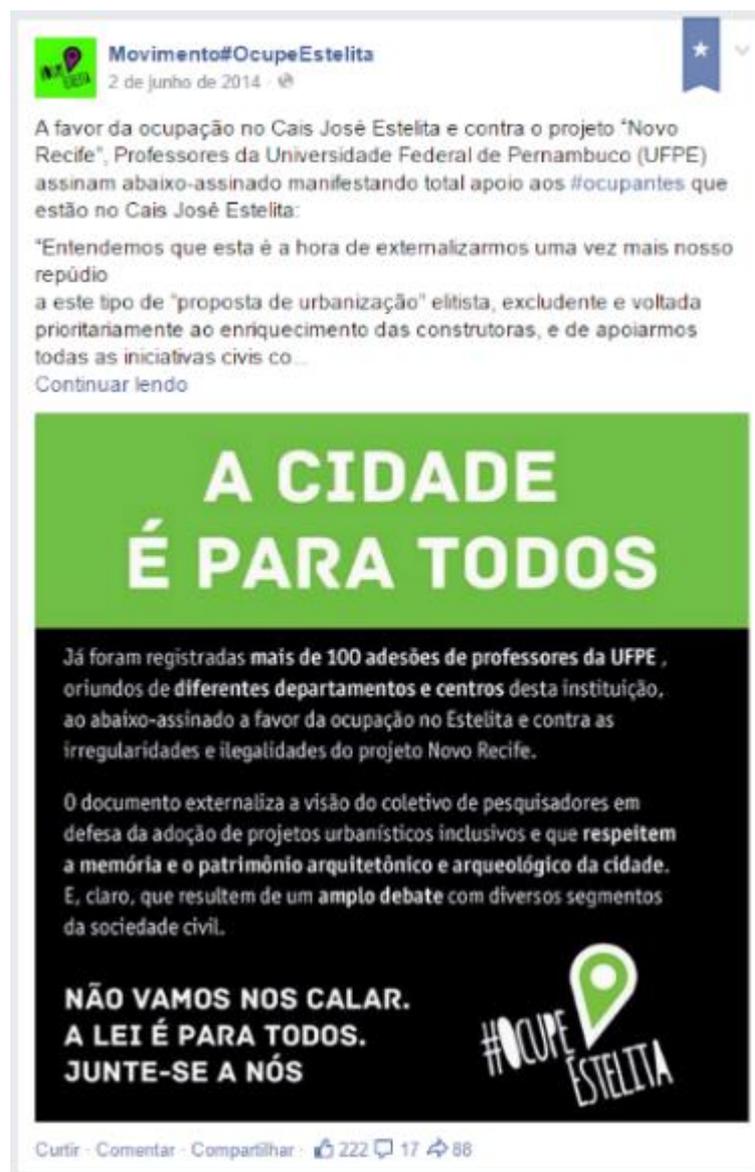


Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

É interessante notar na chamada acima o resgate de um modelo sociocognitivo similar àquele acionado pelo Novo Recife, em que a cidade precisa ser salva, resgatada ou defendida (como no caso em tela). Aqui também se propõe a defesa da cidade do Recife, muito embora contra inimigos diferentes: o capital, a gentrificação, a especulação imobiliária, a política de exploração do espaço urbano etc. Já de acordo com o modelo sociocognitivo construído pelo Novo Recife, a cidade deve ser resgatada do “atraso” e degradação, ou ainda dos marginais e prostitutas que utilizariam a área do cais, sendo então essas pessoas os inimigos.

A questão sobre a qual nos debruçamos é: o que seria a cidade, de acordo com cada um desses modelos? No modelo que o #Ocupe suscita em seu discurso, como na postagem acima e na utilização das *hashtags* #OcupeEstelita e #ResisteEstelita, a cidade é espaço de luta, de resistência da memória, patrimônio de todos, da coletividade, é a própria coletividade. No modelo postulado pelo Novo Recife, a cidade é uma coleção de patrimônios privados delimitados, campo para exploração e especulação imobiliária, espaço de competitividade, excluindo aqueles que não são proprietários do usufruto desses espaços. Temos então dois modelos sendo sugeridos para compreender a cidade, e de acordo com cada um deles, será proposto um modelo sociocognitivo para compreender o Movimento e seus integrantes. Assim, de um lado teremos “invasores”, de outro, “#ocupantes” (Figura 28).

Figura 28 – Categorização como #ocupantes



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

Nessa publicação, o #Ocupe se auto-apresenta positivamente como #ocupantes, na tentativa de desconstruir o discurso criminalizante do Novo Recife. Para tanto, também cria alianças na tentativa de se legitimar perante a sociedade, como o alinhamento junto ao grupo social de professores universitários federais: “Já foram registradas mais de 100 adesões de professores da UFPE [...] ao abaixo-assinado a favor da ocupação” (Figura 28, acima).

Também nessa mesma postagem, ao apontar que atuam “em defesa da adoção de projetos urbanísticos inclusivos e que respeitem a memória e o patrimônio arquitetônico e arqueológico da cidade. E, claro, que resultem de um amplo debate com diversos segmentos da

sociedade civil”, o Movimento implica que o Novo Recife e aliados fazem o contrário, ou seja, excluem as pessoas tanto do debate público como do seu plano urbanístico.

Vemos, portanto, que é no embate com o Novo Recife e com a mídia hegemônica que o #OcupeEstelita se constitui. Nesse encontro com o outro, dentro de uma arena ideológica polarizada entre *Nós* e *Eles* (conforme apontado por VAN DIJK, 2010), o Movimento constrói um *Nós* na sua página do Facebook, antagonizando o Projeto, a imprensa tradicional e a Prefeitura da cidade, *Eles*. Afinal, a auto-apresentação positiva vem sempre acompanhada da outro-apresentação negativa, pois é nessa interface que o objeto-de-discurso se constitui.

Por exemplo, na Figura 29, abaixo, vemos uma postagem com uma citação extraída do artigo que ela divulga. Vemos nessa citação a referência ao “novo”, em claro diálogo com o Novo Recife, criticando a forma nada inovadora de especulação imobiliária adotada pelo Consórcio Novo Recife: “É preciso entender que o novo realmente só acontece quando aprendemos que as ruínas do passado não devem ser o álibi para que a iniciativa privada invada o poder público, transgrida as leis e subjugue o Estado ao interesse das empreiteiras e dos seus capatazes vestidos de imprensa e políticos profissionais.” }

**Figura 29** – Publicação de artigo sobre o #OcupeEstelita



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

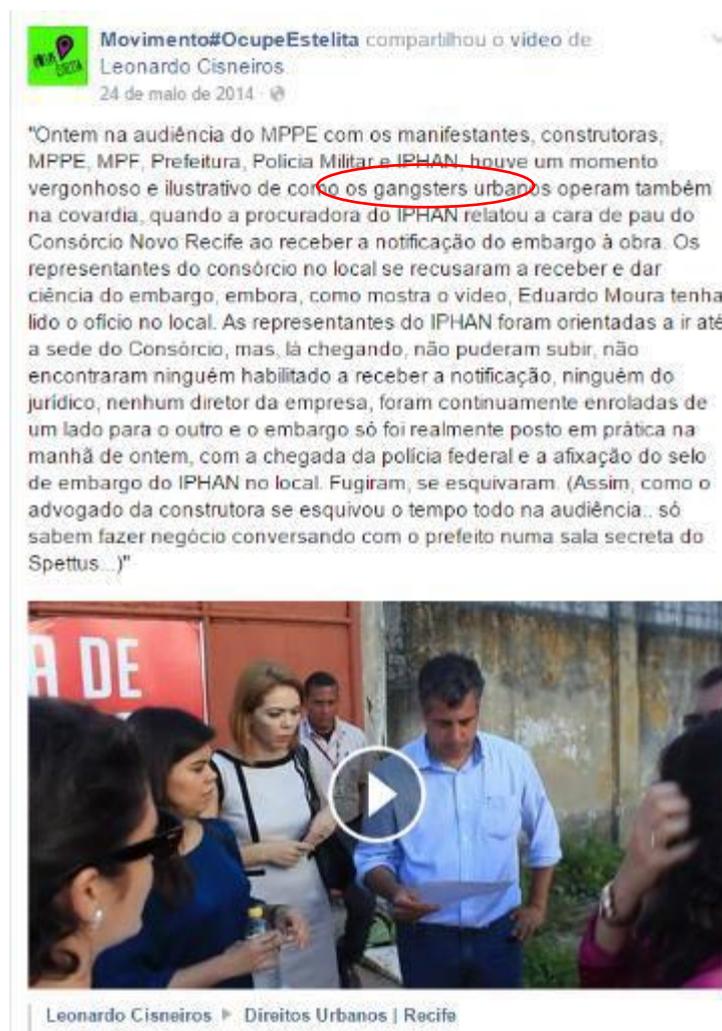
Ao criticar a forma como o Novo Recife discursiviza a área do cais como “degradada”, “atraso” que deve ser eliminado para realizar seus interesses capitalistas, o #Ocupe se coloca como oposto disso, como alternativa; constrói-se discursivamente nessa oposição, tentando responder às questões colocadas por Almeida (1995, p. 37): “Não existiriam outras maneiras de defender a razão sem se opor à tradição? Não seria também com o passado que se construiria o futuro, antes mesmo de se fazer tábula rasa das aquisições devidas às culturas e tradições?” Além disso, como vemos pelo título do artigo, posiciona-se como grupo representante da verdadeira democracia, tentando desvelar o que realmente está em jogo, tentando politizar, no sentido postulado por Mouffe (1996), a questão: “Estelita ocupado: democracia viva”.

Ainda em relação a essa postagem, observamos uma tentativa de criminalizar o Novo Recife através da outro-apresentação negativa do grupo, ao empregar-se o termo “álibi”, implicando que o Projeto age criminosamente, e por isso precisaria de um álibi. Seguindo essa mesma estratégia, o #Ocupe se refere aos atores sociais envolvidos com o grupo hegemônico de poder como, por exemplo, “gangsters (*sic*) urbanos”<sup>58</sup> (Figura 30). Dessa maneira, categoriza os representantes do Novo Recife como criminosos, num movimento discursivo-sociocognitivo similar àquele empreendido pelo Projeto em sua página.

---

<sup>58</sup>A palavra gângster vem do inglês e usualmente designa uma pessoa envolvida em algum tipo de organização criminosa (gang). De acordo com o dicionário online da Houaiss, um dos sentidos figurados da palavra é: “indivíduo inescrupuloso, disposto a tudo para atingir seus objetivos.” (<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v5-2/html/index.php#1>)

**Figura 30** – Categorização *gângsters*



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

A mesma tentativa de categorização do Consórcio e seus aliados como criminosos é empreendida quando da construção de um modelo sociocognitivo a partir do qual a cidade do Recife foi “roubada”, similar ao modelo de cidade sequestrada construído pelo Novo Recife. Isso pode ser observado, por exemplo, pelo título de um vídeo produzido por integrantes do #Ocupe, intitulado “Recife, cidade roubada”. Isso é reforçado em outras construções em que os adjetivos qualificativos “ilegal” ou “irregular” são atribuídos às ações do Consórcio Novo Recife (Figura 31).

**Figura 31** – Emprego do atributo “ilegal”



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

Essas estratégias de categorização tentam reverter o modelo construído pelo Projeto, colocando-o na posição de sujeito fora da lei, e o #OcupeEstelita como sujeito de direito. É interessante notar que, assim como ressaltou van Dijk (2010), as estratégias linguístico-discursivas, retóricas e sociocognitivas são as mesmas empregadas pelos grupos opostos, porém, o que determina a manipulação discursiva, ou ainda o abuso de poder, é o lugar de fala de um grupo, privilegiado, com acesso privilegiado a espaços de produção e disseminação de discursos legitimadores.

Finalmente, além dessas estratégias de outro-apresentação negativa, uma estratégia de auto-apresentação positiva empregada pelo #Ocupe através da página do Facebook é o apoio a diferentes causas (principalmente outras ocupações) e movimentos sociais como a

descriminalização das torcidas de futebol, a descriminalização da maconha, os direitos indígenas, a agroecologia etc. tentando trazer para dentro do modelo sociocognitivo de cidade, esses grupos tradicionalmente marginalizados. Publicações como a da Figura 32, abaixo, ilustram a divulgação e chamada para apoio de diferentes grupos excluídos. Assim, tenciona-se criar um perfil plural e diverso, reunindo diferentes grupos sociais sob uma ideologia comum de subversão da hegemonia do capital, embora essa reunião não seja imune a momentos de turbulência e discordância, deixando entrever algumas fissuras no tecido ideológico do grupo.

**Figura 32** – Publicação em apoio à Torcida Jovem

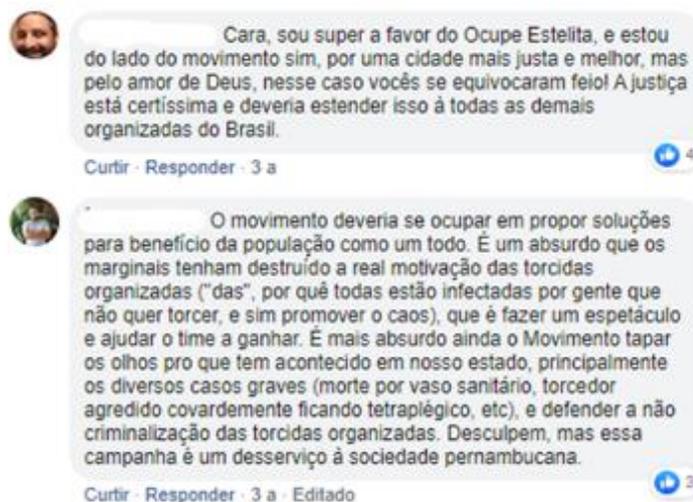


Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

É possível esse apoio a causas diversas gere conflitos para os apoiadores do Movimento, como vemos nos comentários (Figura 33) que reagem contra a proposta de apoio do #Ocupe de apoio à Torcida Jovem (organização de torcedores do time de futebol Sport Club do Recife): “Cara, sou super a favor do Ocupe Estelita, e estou do lado do movimento sim, por uma cidade mais justa e melhor, mas pelo amor de Deus, *nesse caso vocês se equivocaram feio!*” (Figura 33, grifo nosso). Esses movimentos de discordância parecem corroborar a visão de Barassi (2009b, s/p) de que os integrantes dos novos movimentos insurgentes muitas vezes compartilham laços tênues, e não necessariamente um projeto político coeso. No mínimo, essas discordâncias apontam para a natureza líquida (BAUMAN, 2001) desses movimentos.

Além disso, essa controvérsia demonstra uma falha na tentativa do Movimento em se posicionar como defensor dos interesses da população do Recife como um todo (Figura 34). Na publicação mais abaixo, vemos como o #Ocupe tenta estabelecer uma relação de identificação: “Nós somos a cidade!!”.

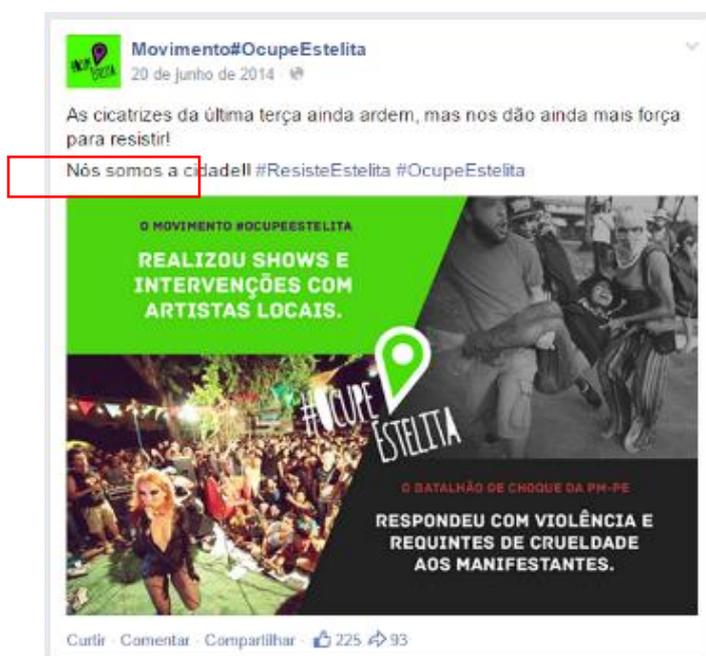
**Figura 33** – Comentários referentes ao apoio à Torcida Jovem



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

Os integrantes do Movimento representariam, portanto, metonimicamente, toda a população da cidade. Porém o discurso do #Ocupe por vezes também ignora que “a cidade” é um tecido de múltiplos fios que se entrecruzam, atravessam uns aos outros, nem sempre caminhando em paralelo. O questionamento dessa categorização, dessa identificação do Movimento com a cidade como um todo, com a sociedade, surge, inclusive, na voz de muitos internautas que recorrem aos comentários nas páginas do Facebook para contestar esse posicionamento, como veremos no quinto capítulo.

**Figura 34** – “Nós somos a cidade!!”



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

Essa falha demonstra mais uma vez como o #Ocupe é diferente dos movimentos sociais normalmente suscitados pelo conhecimento geral: não há um direcionamento claro, preciso e contínuo; não há uma organização hierárquica; não há homogeneidade dos membros do Movimento, nem de suas intenções. Há vontades, muitas, plurais e aí está um ponto de tensão e a força do #OcupeEstelita porque ele traz para dentro da categoria “cidade” aqueles grupos normalmente excluídos, marginalizados, esquecidos e silenciados, embora, ao fazer isso, arrisque que outros grupos se des-identifiquem com essa categorização.

#### 4.2 OS SITES DE REDES SOCIAIS ON-LINE E O ACESSO AO FAZER DISCURSIVO

Como apontado no segundo capítulo, a questão do acesso discursivo é central para a (des)estabilização do produzir discursivo na(s) esfera(s) pública(s), e, conseqüentemente, para a manutenção ou subversão das relações de poder nas sociedades ocidentais contemporâneas. Também discutimos como a Internet, principalmente a partir da Web 2.0 no início do século XXI e do desenvolvimento dos sites de redes sociais, se apresenta como um espaço para a formação de uma autêntica esfera pública.

Contudo, é notável também a penetração da mídia tradicional nesse espaço de liberdade representado pela Internet, inclusive nos sites de redes sociais, o que torna esse espaço tão disputado quanto a esfera pública tradicional das mídias massivas. Embora o jornalismo tenha que se inovar, é uma indústria que detém os meios e alianças de poder para fazê-lo sem perder a posição mediadora da opinião pública.

É nesse contexto pouco favorável que o #OcupeEstelita trava sua batalha contra a imprensa tradicional local para legitimar-se enquanto movimento social e fazer-se ouvir pelo grupo hegemônico de poder. Para tanto, uma das estratégias que empregará, além de postular-se como defensor dos reais interesses da população, além de apontar as falhas e falácias do Novo Recife, além da reunião de diferentes grupos sociais marginalizados, é o posicionamento como fonte de informações sobre o caso.

#### 4.2.1 Gêneros textuais aplicados à subversão da prática jornalística tradicional

Como parte do questionamento crítico da prática política na gestão do espaço urbano, o Movimento estimula a população do Recife a refletir sobre o papel do cidadão e da cidadã na organização da cidade que ele/a ocupa, levantando questões sobre quem deve participar dos processos decisórios, como é possível contribuir, que ideologia(s) pode(m)/deve(m) orientar essa gestão do espaço urbano etc. Dessa forma, o #Ocupe promove uma ruptura com um modelo estabilizado de que a participação em questões políticas estaria limitada a intervenções pontuais (greves, passeatas etc.), a organizações criadas para esses fins ou se restringe ao voto durante a época de eleições. Lembramos, aqui o postulado de Mouffe (1996) de que o político é condição ontológica humana, presente em todas as dimensões de nossas vidas privadas e públicas:

o político não pode ser limitado a um certo tipo de instituição ou encarado como constituindo uma esfera ou nível específico da sociedade. Tem que ser concebido como *uma dimensão inerente a todas as sociedades humanas e que determina a nossa própria condição ontológica*. (MOUFFE, 1996, p. 13, grifo nosso)

Como o Movimento promove essa ruptura? Em várias frentes, iniciando-se com a ocupação do espaço onde seria construído o Projeto Novo Recife, mas simultaneamente, através de sua atuação nos sites de redes sociais. Postulamos que é nesse âmbito que o #Ocupe provoca essa subversão de variadas formas, sendo uma delas ao promover a desestabilização da práxis jornalística tradicional quando se coloca como fonte alternativa de notícias sobre o conflito em torno do cais.

A começar pela imbricação que o Movimento promove entre lugar concreto/espaço urbano e lugar/espaço virtual ao emanar notícias e informações diretamente da ocupação, do local em disputa. Dessa forma, o #Ocupe retoma uma questão importante na prática informativa que tende a uma encarnação no espaço físico e imediatismo para a disseminação de notícias, o que Medeiros (apud SILVA; RODRIGUES, 2014, p. 31) chamam de Comunicação Locativa, “caracterizada pelo envio de informações que emanam do lugar diretamente para estes dispositivos, capaz de retomar o alto grau de relevância do lugar na comunicação”, devolvendo à área concreta do cais, incrustada no coração cultural e histórico da cidade, sua relevância simbólica.

Os veículos tradicionais locais analisados nesse estudo, por sua vez, realizam sua cobertura a partir da exterioridade da ocupação, sempre com um afastamento indicativo do

posicionamento desses veículos com relação ao Movimento. Como veremos em mais detalhes no Capítulo 5, os jornais não se preocupam em informar sobre os propósitos do #Ocupe ou suas propostas, realizando uma cobertura superficial do espetáculo do protesto/ocupação (CASTELLS, 2009). O olhar da imprensa tradicional local, inclusive em relação à cobertura fotojornalística, permanece na exterioridade, tanto em relação ao local da ocupação, como em relação ao #OcupeEstelita.

Observando novamente as páginas @novorecife e @MovimentoOcupeEstelita na plataforma Facebook, vemos que a configuração das páginas do #Ocupe e do Novo Recife é marcadamente distinta. Por um lado, a página do Novo Recife trabalha predominantemente com o gênero textual informativo-publicitário, como vimos no terceiro capítulo, e as postagens são todas produzidas pelo Novo Recife, conferindo um aspecto institucional e corporativo a essa página.

Já na página do #Ocupe, encontramos diversos gêneros textuais, em publicações de autoria tanto do Movimento, como de terceiros<sup>59</sup>: artigos de opinião, infográficos, chamadas/convocações, notícias, notas públicas, divulgação de atividades (oficinas, palestras, shows etc.), vídeos, reportagens, informativos, dentre outros, que, através desse ecletismo, demonstra o caráter heterogêneo do próprio Movimento.

Embora isso possa parecer positivo, em certa medida, também enfraquece os esforços de legitimação do #Ocupe à medida que dificulta seu reconhecimento pela população em geral ao mesmo tempo em que remete a certa desorganização (como vimos transparecer no parecer dado para a remoção do grupo do terreno). Ao longo do tempo o Movimento elabora uma identidade visual, desenvolvida e empregada em suas publicações (embora não em todas, nem de maneira uniforme) por uma equipe de comunicação visual voluntária. Isso aponta para uma tentativa de legitimação a partir de um reconhecimento gráfico-visual, e também para o fato de que embora haja uma diversidade de “autores” na página, o conteúdo pode ser “tratado” para se adequar à identidade visual do #Ocupe, o que constitui uma instância de gerenciamento do acesso discursivo na página.

Não obstante essas questões, ao criar publicações que utilizam gêneros textuais que normalmente encontramos no âmbito jornalístico, o #Ocupe constrói modelos de contexto em

---

<sup>59</sup> Os exemplares na página @MovimentoOcupeEstelita são demasiado numerosos para sua quantificação, além de não ser esse o foco de nossa investigação, pelo que prescindimos de realizar um levantamento similar ao que foi feito com a página do Novo Recife. Esperamos que os exemplos de publicações utilizados ao longo do trabalho ilustrem a diversidade genérica empregada pelo Movimento.

sua página em que se informa, se denuncia, presta-se serviços, promovem-se eventos etc. conforme exemplo da Figura 36, abaixo. Ressaltamos a orientação para essa função informativa de maneira explícita com a categorização da postagem: “PAINEL DE NOTÍCIAS”.

**Figura 35** – Publicação categorizada como PAINEL DE NOTÍCIAS



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

Aqui, é preciso evitar classificações baseadas em características formais e estruturais e perceber os gêneros textuais como os aparatos sociocognitivos que são, orientando nossa prática comunicativa (MILLER, 2009; BAZERMAN, 2005, 2006; MARCUSCHI, 2008; FALCONE, 2011), ou seja, como “dimensões maiores do discurso que são controladas pelas estruturas contextuais e, inversamente, [...] podem, por sua vez, influenciar os modelos de contextos dos participantes, isto é, sua interpretação do evento comunicativo em curso (VAN DIJK, 2012, p. 159). Por isso, também, os gêneros representam o lócus da possibilidade de mudança social, pois *“a força ‘influenciadora’ crucial não está na sociedade ou na estrutura social propriamente dita, mas nas representações ou construções que os membros da sociedade fazem dessa estrutura social e dessas situações sociais”* (VAN DIJK, 2012, p. 170, grifos do autor). Essas representações e construções mentais são o lócus da mudança social; é através de sua reformulação que se promove a mudança de paradigmas; ou, inversamente, através da reprodução dos modelos de conhecimento vigentes que se perpetua *o status quo*.

Nesse sentido, as práticas engendradas pelos diferentes gêneros textuais utilizados na página do #Ocupe promovem o posicionamento do Movimento como fonte de informações

sobre o caso em questão. Uma demonstração disso é o fato de veículos externos reconhecerem sua legitimação nesse sentido, ao mesmo tempo em que repreendem a imprensa local (MARTINS; MOREIRA, 2014; RABONI, 2014).

Outro fator que aponta a essa desconcentração dos serviços informativos na imprensa tradicional é o fato de que, com os sites de redes sociais on-line, cada vez mais as pessoas buscam se informar a partir dessa própria rede, de certa forma “terceirizando” o trabalho de buscar notícias e informações sobre um dado tema (FANG, 2016): em lugar de ir em busca de notícias nos jornais impressos ou até mesmo em sites de jornais, o/a internauta segue a trilha das *hashtags* e *hiperlinks* que aparecem para ele ou ela a partir de sua rede de contatos. Castells (2009), postula que a configuração em redes da sociedade em rede<sup>60</sup>, como chamada por ele, favorece a disseminação de informação entre pares, com igual ou quase equivalente valor de verdade que as informações propagadas pelas elites simbólicas, com base na confiança que a fonte da informação desperta.

Por outro lado, essa terceirização tem se mostrado problemática em função da formação das chamadas “bolhas” de conhecimento ou convivência nos sites de redes sociais, já que hoje se sabe da existência de algoritmos criados e empregados para direcionar conteúdo a partir da interação do/a internauta com a rede social on-line (o que ele/ela comenta, em que postagens ele/ela clica para saber mais sobre um dado tema, quais ele/ela compartilha etc.). Com essas ferramentas gerenciando nossas interações, a tendência é acompanharmos e sermos notificados das publicações daqueles perfis que mais acessamos, com os quais, às vistas dos algoritmos, comungamos. Caberia à/ao internauta fazer um esforço consciente de seguir aqueles perfis e páginas que não necessariamente apresentam um alinhamento ideológico a fim de manter uma maior abertura e diversidade de pontos de vista à sua disposição. Esse fenômeno de fechamento, as bolhas informacionais, apresentam outro ponto que enfraquece a tese da democratização através da Internet, e corroboram um questionamento do próprio Castells (2005, p. 23) sobre o possível surgimento de uma “sociedade de indivíduos em rede”, no lugar de uma sociedade em rede, como ele mesmo propõe:

---

<sup>60</sup> Castells (2001; 2009; 2010) postula uma nova configuração social a partir do advento e desenvolvimento das tecnologias digitais virtuais de comunicação, notavelmente, a partir da expansão e popularização da Internet. Contudo, questionamentos são levantados em relação à originalidade desse tipo de configuração proposta pelo autor, uma vez que em quaisquer configurações sociais serão encontradas redes sociais (FUCHS, 2009). Contudo, não é do escopo desse estudo discutir essa questão, pelo que adotaremos a terminologia proposta pelo autor para a discussão ora desenvolvida.

a emergência do individualismo em rede (enquanto a estrutura social e a evolução histórica induz a emergência do individualismo como cultura dominante das nossas sociedades) e as novas tecnologias de comunicação adaptam-se perfeitamente na forma de construir sociabilidades em redes de comunicação auto-selectivas, ligadas ou desligadas dependendo das necessidades ou disposições de cada indivíduo. Então, *a sociedade em rede é a sociedade de indivíduos em rede*. (CASTELLS, 2005, p. 23)

Pensar a sociedade em rede dessa forma permite entrever algumas dificuldades enfrentadas pelo #Ocupe em seu constituir-se e legitimar-se, já que dificultaria até mesmo o alcance do discurso do Movimento, quanto mais a sua capacidade de subversão de modelos sociocognitivos preferidos, estabilizados e naturalizados desde há décadas.

Porém, na época em que o #Ocupe atinge seu ápice de atividades no Facebook (entre 2014 e 2015), não havia tanto conhecimento público sobre essas ferramentas de gerenciamento das redes sociais on-line. Provavelmente, portanto, muitos dos seguidores da página do Movimento acabavam sendo notificados de novas publicações e reforçando seu status como simpatizantes ou mesmo integrantes do #Ocupe.

Não obstante essas limitações, podemos dizer que houve penetração do discurso do Movimento na sociedade já que ele passou a figurar nas notícias da imprensa tradicional local, não só de forma periférica, mas também protagonizando algumas delas, rompendo, portanto, com o monopólio informativo da instituição jornalística (como veremos no Capítulo 5, a seguir); o reconhecimento por veículos externos que passam a dar voz ao #OcupeEstelita; os debates entre apoiadores e pessoas contrárias que acontecem na própria página do Movimento, demonstrando que, de alguma forma, apesar dos algoritmos, a página do #Ocupe se apresenta como uma plataforma para a discussão do tema. Além disso, e talvez de maneira mais significativa, os órgãos governamentais (Prefeitura, Conselho de Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Desenvolvimento Urbano) pedem o redesenho do Projeto com base nas reivindicações do Movimento (embora esse redesenho e o processo que levou a ele não tenha sido conduzido da forma mais democrática e/ou aberta como o #OcupeEstelita esperava).

No próximo capítulo examinaremos como o discurso dos jornais tradicionais locais (re)produzem esses movimentos (des)legitimadores a partir dos discursos do Novo Recife e do #OcupeEstelita.

## 5 A COBERTURA DA IMPRENSA TRADICIONAL LOCAL E A (DES)LEGITIMAÇÃO DO #OCUPEESTELITA

Embora tenham surgido nas últimas décadas movimentos contestadores do posicionamento pretensamente neutro e objetivo da grande mídia jornalística<sup>61</sup>, principalmente de dentro da academia através dos estudos críticos do discurso, por exemplo, consideramos que o jornalismo tradicional constitui, todavia, uma instituição social poderosa pelo acesso quase exclusivo a um meio de produção discursiva de massa que ainda atinge a grande maioria da população através da televisão. A mídia impressa também detinha acesso privilegiado especialmente durante os anos iniciais de nossa pesquisa, entre 2014 e 2015, configurando-se, portanto, a importância de se analisar a produção dos veículos tradicionais locais, vistos como formadores de opinião. Ao controlar o acesso ao discurso público de massa, a imprensa detém a possibilidade de controlar os modelos sociocognitivos que circulam de forma recorrente, facilitando sua naturalização e generalização (VAN DIJK, 2010).

Em lugar de constituir canais neutros de veiculação de informação objetiva, como se posicionam ainda alguns jornais tradicionais, os textos jornalísticos, assim como qualquer outro texto, configuram espaços discursivos abertos a processos ideológicos. A análise das estratégias linguístico-discursiva e sociocognitivas empregadas nesses textos, aliada às considerações sobre o contexto sociopolítico e sócio-histórico, conduz a diferentes compreensões (ideológicas) que se pode obter a partir do discurso jornalístico tradicional.

Van Dijk (2010) ressalta ainda que, por serem textos públicos, as notícias podem ser avaliadas por diferentes grupos com os mais variados níveis de criticidade. Isso acarreta que, apesar de ainda postularem objetividade e neutralidade, nos textos jornalísticos existe a “[...] possibilidade de o poder ser exercido e formulado de maneiras mais indiretas, veladas e formalizadas, em especial, quando tal poder não é estabelecido legal ou organizacionalmente [...]” (VAN DIJK, 2010, p. 73). Isso implica a utilização de técnicas argumentativas e persuasivas nos textos, muitas vezes, veladas, ou seja, manipuladoras. Insere-se nesse contexto, a importância do trabalho analítico para desvendar esses empregos linguístico-cognitivos e possíveis movimentos manipuladores dos discursos midiáticos.

---

<sup>61</sup>Como, por exemplo, através dos coletivos midiáticos e jornais alternativos, que, além de produzirem narrativas alternativas, propõem formas diversas e distintas de se gerar conteúdo informativo.

Um dos objetivos desta pesquisa, portanto, é verificar, através da análise da (re)produção discursiva de modelos sociocognitivos de conhecimento, se os veículos jornalísticos manipulam ou desinformam, privilegiando o discurso hegemônico (do Consórcio Novo Recife e aliados) em detrimento do discurso contra-hegemônico (do Movimento #OcupeEstelita). Assim, “[...]o que está em jogo não é o jornalismo ser o retrato da realidade, mas ser o sujeito [ou grupo social] privilegiado que propõe sua versão pública dos fatos [e silencia outras]” (SILVA, 2009, p.187). Averiguar se ocorre esse silenciamento em relação a grupos desfavorecidos, dominados, é o dever do analista do discurso. Dessa forma, buscamos reaver o protagonismo desses grupos na vida social, que se vê ameaçado pelo atual funcionamento dos sistemas democráticos representativos que funcionam muitas vezes a serviço do capital. Os veículos jornalísticos, que têm o potencial para atuar como aliados da população em denunciar abusos desse tipo, hoje, conforme Trejo e Delarbre (2009, p. 77), limitam a cidadania contemporânea, pois “habitualmente são orientados por interesses tão parciais que, longe de constituir territórios de socialização e deliberação, atuam como poderes antagônicos à democracia”.

Portanto, nessa sessão lançamos esse olhar crítico sobre o domínio jornalístico tradicional através da análise de seu produto mais representativo: as notícias. Com apoio na Antropologia Linguística para compreender a relevância sociocultural dessa instituição social (a imprensa), consideramos, com Motta (2002, p. 12) que “a notícia é um produto cultural cuja magnitude vai além do ato de informar, situando o indivíduo na complexa sociedade contemporânea”, fornecendo modelos e cosmovisões aos indivíduos integrantes das comunidades a que as notícias são direcionadas.

Assim sendo, compreendemos que os textos jornalísticos (re)constroem e disseminam modelos de conhecimento explicadores de nossa cultura ocidentalizada, grafocêntrica e informatizada. Dessa hipótese, deduz-se o potencial manipulador intrínseco ao discurso jornalístico. Além disso, percebe-se o fazer (e consumir) jornalístico como uma prática constitutiva de nossa cultura, e, desse modo, necessária. Em nossa cultura ocidentalizada, “estar informado” é um princípio de valor. A informação converteu-se em capital cultural no sentido postulado por Bourdieu (1989), e com isso, configura-se o *poder por trás do discurso* de que Fairclough (1989, p. 43, tradução nossa) fala: “poder por trás do discurso [diz respeito a] como ordens do discurso, enquanto dimensões das ordens sociais de instituições sociais ou

sociedades, são em si moldadas e constituídas por relações de poder”<sup>62</sup>. As notícias são instâncias de ordem do discurso jornalístico que impõem limites de acesso, padrões de linguagem, e modelos sociocognitivos de compreensão dos eventos reportados que afetam não só o ator social que trabalha dentro dela, mas todos aqueles que consomem esses produtos jornalísticos.

## 5.1 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS EM TRÊS CICLOS DE COBERTURA

Nesta seção, exploramos algumas categorias de análise que estão relacionadas à organização do texto noticioso e outras, já apresentadas, que remetem às estratégias linguístico-cognitivas na constituição de um discurso sobre a questão do destino da área do Cais José Estelita. Faremos a exposição da análise mais detalhada do discurso jornalístico tradicional em três partes, cronologicamente dispostas, divididas a partir dos eventos que foram mais repercutidos: a ocupação original, com início em maio de 2014; a aprovação do Projeto de Lei 08/2015, que regulamenta o Plano Específico para o Cais de Santa Rita, José Estelita e Cabanga, em maio de 2015; a demolição dos armazéns do Cais José Estelita em março de 2019. Os exemplares referentes a esses eventos compõem o *corpus* jornalístico restrito de nossa investigação.

A *organização da notícia* é um aspecto que, de forma geral, aponta para informações consideradas relevantes nas notícias e reportagens, ajudando-nos a perceber o que deve ser tomado como essencial para o entendimento do evento noticiado, na visão do jornal. Trata-se do que é chamado de estrutura de relevância (VAN DIJK, 1988): títulos, subtítulos, lides (primeiros parágrafos, contextualizadores, das notícias) e partes destacadas (gráficos, quadros informativos, olho etc.) que devem ser analisadas com especial atenção, pois ajudará a revelar os grupos sociais e ideologias salientados (geralmente figurando nas estruturas iniciais referidas acima) e quais são considerados menos relevantes (geralmente figurando nas estruturas finais, últimos parágrafos). Nesse sentido, apontamos desde já a maior incidência do grupo hegemônico representado pelo Consórcio/Projeto Novo Recife nos títulos, subtítulos e lides das notícias analisadas, conforme tabela abaixo (Tabela 3). Nela, vemos que há quase o dobro de

---

<sup>62</sup> No original: “power behind discourse [relates to] how orders of discourse, as dimensions of the social orders of social institutions or societies, are themselves shaped and constituted by relations of power” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 43).

referenciações ao Novo Recife nos títulos e subtítulos, comparadas às ocorrências referentes ao #OcupeEstelita.

**Tabela 3** – Ocorrência dos grupos sociais na estrutura de relevância das notícias

Nome	Ocorrências
Projeto/Consórcio Novo Recife	91
Movimento Ocupe Estelita	50

Esse dado em si já demonstra a visibilidade e acesso que o Projeto Novo Recife recebe na imprensa tradicional local, em oposição àquele que é concedido ao #OcupeEstelita. Essa discrepância se dá, em parte, pelo silenciamento em relação ao Movimento nas primeiras notícias sobre o caso, publicadas em 2014. Para Castells (2005), isso é um problema grave, que dificulta, inclusive, a construção de uma política contra-hegemônica: “Este modo binário da política mediática [presença/ausência] [...] implica que a presença nos *media* é essencial para construir uma hegemonia política ou uma contra-hegemonia” (CASTELLS, 2005, p. 25). Para o sociólogo, é uma simples questão de estar ou não nas mídias massivas. Já nós consideramos que esse acesso deve ser avaliado também em termos de sua construção. Como veremos no Capítulo 5 que analisa a cobertura jornalística do caso, não basta estar na mídia; é preciso que esse acesso seja conferido de forma menos estigmatizada em relação a grupos sociais tradicionalmente estereotipados e marginalizados nos meios massivos.

Como discutido no quarto capítulo, leva algum tempo para que o #Ocupe alcance visibilidade na imprensa tradicional local. Nessa amostra do *corpus*, notamos que não há menção ao Movimento #OcupeEstelita anterior a junho de 2014, ou seja, durante as duas últimas semanas de maio quando eclode o conflito sobre o destino da área do cais. Além disso, veremos que são poucas as notícias que mencionam exclusivamente o #OcupeEstelita, em contraposição ao acesso que quase sempre é contingenciado às ações referentes ao Novo Recife, embora essa seja uma vitória do grupo, antes totalmente silenciado.

Essas notícias protagonizadas pelo Movimento são publicadas nos *websites* de ambos os veículos jornalísticos, Jornal do Commercio (<https://jconline.ne10.uol.com.br/>) e Diário de Pernambuco (<https://www.diariodepernambuco.com.br/>). São exemplares que expõem a proposta do Movimento, dão voz a integrantes e lideranças do #Ocupe, que divulgam ações do

Movimento, com discurso reportado direto inserido desde a estrutura de relevância das notícias, como destacado no exemplar abaixo, publicado no website do Jornal do Commercio, em outubro de 2015:

### **Protesto do Ocupe Estelita programado para esta quinta-feira**

Movimento quer que município suspenda a tramitação de todos os processos de licenciamento do empreendimento

Publicado em 01/10/2015, às 09h11

Da editoria de Cidades

Um dia após a operação da Polícia Federal, *o movimento Ocupe Estelita prepara um protesto para hoje à tarde*, pedindo à Prefeitura do Recife que adie a reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da cidade que analisaria amanhã o projeto arquitetônico redesenhado do Novo Recife. A alegação da PF de que constatou fraude no leilão do terreno no Cais José Estelita deve reforçar o discurso do grupo contrário ao projeto.

*"A gente acha que o projeto não pode ser aprovado. Desde maio, estamos questionando a legalidade do plano urbanístico (lei que regulamenta a ocupação da área do Cais José Estelita, Cais de Santa Rita e Cabanga, no Centro do Recife). Agora com essa informação a reivindicação da gente ganha força", afirmou Leonardo Cisneiros, um dos líderes do movimento.*

*"A prefeitura não pode validar algo que, possivelmente, foi produto de um crime, algo que está sendo questionado e investigado pela Polícia Federal. Se a prefeitura quiser ser responsável, não deveria realizar a reunião da sexta", argumentou.*

Além de adiar a apreciação do projeto, o Ocupe Estelita também quer que o município suspenda a tramitação de todos os processos de licenciamento do empreendimento. A concentração do protesto foi marcada para as 16h, na Praça do Derby, e os manifestantes devem seguir pela área central do Recife.

*Cisneiros lembra que o movimento já vinha denunciando irregularidades na venda do terreno. Atendendo a apelos do grupo, o Ministério Público Federal (MPF) chegou a entrar com uma ação na Justiça Federal pedindo a anulação do leilão.*

**CORRUPÇÃO** - Ele diz ainda que não ficou surpreso ao descobrir que a Polícia Federal também investigará possível tráfico de influência e crime de corrupção no processo de venda da área. Segundo Cisneiros, o Ocupe Estelita defende que as suspeitas sejam investigadas "doa a quem doer" e espera que os envolvidos respondam pelas eventuais irregularidades cometidas.

*"A gente sabe que houve muita influência do interesse privado. Não é de se espantar. Em todo esse projeto, as instituições estavam sendo pressionadas a*

favorecer o interesse privado. É muito provável que tenha ocorrido tráfico de influência”, disse.<sup>63</sup>

Vemos nesse exemplar publicado no *website* do Jornal do Commercio, que o #Ocupe é o único ator social que tem seu discurso reportado; que a proposta do Movimento é mais detalhada, embora não por completo, indicando a legitimação (pelo menos temporária) do Movimento enquanto grupo social a ser ouvido sobre o caso. Postulamos que isso tenha ocorrido especificamente por se tratar do ambiente virtual, em que (à época) o jornalista talvez pudesse atuar com maior liberdade, e que apresentasse menor controle institucional e empresarial da produção jornalística. Além disso, como defendem Almeida e Paiva (2014), pode ser um indício de como os novos formatos jornalísticos, como o jornalismo móvel digital, têm provocado mudanças nos conteúdos e pautas até mesmo dos veículos mais tradicionais: “ao permitir que jornalistas produzam matérias e as publiquem antes mesmo de chegar à redação, o processo produtivo passa a ser menos rígido, mais fluido” (ALMEIDA; PAIVA, 2014, p. 48).

Além dessa análise mais geral, na próxima seção nos debruçamos sobre questões pontuais de composição dos títulos, subtítulos e lides das reportagens, bem como de seleção e organização do discurso reportado (como as diferentes vozes de diferentes grupos sociais são incorporadas no texto jornalístico) e de seleção e distribuição das informações no texto. A seleção lexical para a referenciação aos atores sociais e para descrever suas ações também é considerada, pois atua no processo de categorização dos grupos sociais antagônicos, que, por sua vez, incide sobre a construção de conhecimento e (des)legitimação desses mesmos grupos.

### **5.1.1 1º Ciclo: da não nomeação à visibilização**

Nesta seção, iniciamos a análise com as duas primeiras notícias publicadas no início do embate entre o #OcupeEstelita e o Novo Recife, coletadas on-line, e publicadas em maio de 2014. Nelas, um dos aspectos que podemos apontar é em relação à visibilidade conferida aos atores sociais envolvidos na questão. Como aludido na seção anterior, nessas primeiras notícias

---

<sup>63</sup> Notícia coletada em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/10/01/protesto-do-ocupe-estelita-programado-para-esta-quinta-feira-201676.php>

há a identificação de apenas um grupo, a saber, aquele representativo do Projeto Novo Recife, enquanto o outro grupo, representantes do #OcupeEstelita, é referido de maneira genérica, e como um grupo desarticulado: “pessoas contrárias ao projeto” e “ativistas” (*Começa demolição de armazéns*, JC, ed. impressa, 22/05/2014). A Figura 37 (abaixo) traz uma imagem dessa notícia, em que vemos no lide (primeiro parágrafo da notícia) a referência ao Projeto Novo Recife, e logo em seguida à Secretaria de Planejamento Urbano, que, juntos, compõem o grupo hegemônico de poder. Apenas no penúltimo parágrafo da notícia, há menção aos integrantes do grupo contra-hegemônico como “pessoas contrárias ao projeto” e “ativistas”. Além disso, a notícia de fato desinforma ao ignorar a ocupação que teve início naquela mesma noite.

Figura 36 – Notícia veiculada no JC, edição 142, de 22 maio 2014

## Começa demolição de armazéns

**C**omeçou na noite de ontem a demolição dos armazéns do Cais José Estelita, no Bairro de São José, área central do Recife. Para a área está prevista a implantação do Projeto Novo Recife, que inclui a construção de 12 torres ao longo do cais, por um consórcio integrado pelas empresas Moura Duheux, Queiroz Galvão e GL.

Em dezembro, a Secretaria de Planejamento Urbano do Recife anunciou 16 intervenções consideradas mitigadoras no projeto, como a cons-



trução de um parque linear com 90 mil m<sup>2</sup> do Pina ao Recife Antigo.

Após o início da demolição, houve mobilização nas redes sociais de pessoas contrárias ao projeto. No grupo Direitos Urbanos, no Facebook, ativistas prometeram acampar no local. Também foi questionado se a obra teria autorização.

A assessoria do Consórcio Novo Recife informou em nota que a demolição iniciada atende às exigências municipais e a ação tem alvará para ocorrer.

**JOSÉ ESTELITA** Ativistas estiveram no local ontem à noite

Lembrando o *continuum* de categorização dos atores sociais, em que as representações dessas pessoas e grupos podem oscilar entre mais prototípicas (naturalizadas) ou estereotipadas (marcadas) ((LAKOFF, 1987; FALCONE, 2008), vemos que o grupo hegemônico aparece mais prototipicamente, como atores sociais legítimos, e o grupo contra-hegemônico, de forma mais estereotipada, quase que excluído por completo da notícia. O mesmo ocorre com a notícia veiculada pelo Diário de Pernambuco, também em edição impressa (Figura 38).

**Figura 37** – Notícia veiculada no DP, edição impressa de 22 maio 2014

## Consórcio inicia demolições de armazéns

Publicação: 22/05/2014 03:00



Obra no Cais José Estelita começou ontem à noite

Foi iniciada na noite de ontem a demolição dos armazéns do Cais José Estelita, no Bairro de São José. No local está prevista a implantação do Projeto Novo Recife, aprovado pela Prefeitura do Recife, que inclui a construção de 12 torres por um consórcio integrado pelas empresas Moura Dubeux, Queiroz Galvão e Gerson Lucena.

Em nota, o Consórcio Novo Recife informou que as demolições atendem a todas as exigências municipais. O Consórcio informou que possui alvará judicial para realizar a ação. Após o início da demolição, houve debate nas redes sociais de pessoas contrárias e favoráveis ao projeto. Foi questionado se a obra teria autorização.

A Secretaria de Planejamento Urbano do Recife anunciou, em dezembro, 16 intervenções mitigadoras no projeto, como a construção de um parque linear com 90 mil m<sup>2</sup> do Pina ao Bairro do Recife, acesso viário ao Cabanga, ciclovia no Cais José Estelita, demolição do Viaduto das Cinco Pontas, desapropriação na Avenida Central e alargamento de ruas do entorno e alargamento entre as ruas General Estilac Leal e Dilemano Reis. O projeto prevê investimento de R\$ 800 milhões e ocupará 101,7 mil m<sup>2</sup>.

Nela, podemos observar a mesma estrutura de sentido em que o grupo representado pelo Consórcio Novo Recife é nomeado e tem destaque, enquanto o grupo representado pelo #Ocupe é referido como “pessoas contrárias [...] ao projeto”, novamente como um grupo desarticulado, quando, na verdade, já vinha atuando na cidade desde 2012, articulado ao grupo Direitos Urbanos. Além disso, essa notícia também ignora a ocupação, relatando apenas que “houve debate nas redes sociais” (*Consórcio inicia demolição de armazéns*, DP, ed. impressa, 22/05/2014).

Outro ponto notável nas duas notícias é a presença do detalhamento do Projeto Novo Recife e das chamadas ações mitigadoras como forma de dar a conhecer o que é o Projeto, outorgando maior relevância e saliência a esse grupo/ator social. Lembramos, com van Dijk (2010), que essa é uma estratégia de auto-apresentação positiva bastante comum: dar detalhes e informações, geralmente consideradas positivas, sobre o grupo.

Além disso, apontamos a utilização dos verbos no modo indicativo para introduzir as ações do Projeto, dando sua execução como certa, e não algo todavia sob discussão: “*está prevista* a implantação do Projeto Novo Recife, que *inclui* a construção de 12 torres ao longo do cais [...] a construção de um parque linear com 90 mil m<sup>2</sup> do Pina ao Recife Antigo” (*Começa demolição de armazéns*, JC, ed. impressa, 22/05/2014, grifos nossos). O mesmo ocorre na notícia do Diário de Pernambuco:

*está prevista a implantação do Projeto Novo Recife, aprovado pela Prefeitura, do Recife, que inclui a construção de 12 torres [...] a construção de um parque linear com 90 mil m<sup>2</sup> do Pina ao Bairro do Recife, acesso viário ao Cabanga, ciclovia no Cais José Estelita, demolição do Viaduto das Cinco Pontas, desapropriação na Avenida Central e alargamento de ruas do entorno e alargamento entre as ruas General Estilac Leal e Dilemano Reis. O projeto prevê investimento de R\$ 800 milhões e ocupará 101,7 mil m<sup>2</sup>. (Consórcio inicia demolição de armazéns, DP, ed. impressa, 22/05/2014, grifos nossos)*

É relevante, também, na notícia do Diário de Pernambuco, a qualificação em relação ao Projeto Novo Recife, como “aprovado pela Prefeitura do Recife”. Esse atributo será ressaltado em outras notícias em que o Projeto é mencionado, principalmente no início da cobertura, quando entende-se que é necessária uma maior contextualização do caso. Na tabela abaixo (Tabela 4), sintetizamos os apostos e orações qualificadoras associadas a cada um dos grupos sociais e seu número de ocorrência. Notamos, ao longo das análises, que os apostos e orações explicativas em relação ao Projeto eram sempre mais elaboradas do que aquelas utilizadas para descrever, qualificar ou contextualizar o #Ocupe. Assim, compilamos na Tabela 4 como apareciam os nomes/temas relativos a cada um dos grupos: se acompanhados de qualificadores (apostos, orações explicativas, restritivas etc.), que atributos esses qualificadores ressaltavam, e o número de ocorrências de cada tipo. As estruturas variavam bastante, mas foi possível encontrar alguns padrões. Por exemplo, podemos observar que o nome/tema Projeto ou Consórcio Novo Recife é utilizado muito mais frequentemente sem qualificador (56 ocorrências) do que o #Ocupe (5 ocorrências). Isso demonstra que o Novo Recife já era considerado pelos jornais como fato social de conhecimento geral, prescindindo de uma necessidade de contextualização ou qualificação do termo.

**Tabela 4** – Ocorrência dos qualificadores nas notícias

Nome/Tema	Qualificador	Ocorrências
<b>Projeto/Consórcio Novo Recife</b>	<i>Sem qualificador</i>	56
	que inclui/prevê a construção de 12/13 torres empresariais e habitacionais; que prevê a construção de um complexo imobiliário/ empresarial, residencial e de lazer (no Cais José Estelita)	33
	aprovado pela prefeitura do Recife / governo municipal / Conselho de Desenvolvimento Urbano	8

	alvo de insatisfação dos manifestantes	1
	que aguarda decisão judicial	1
<b>(Movimento) Ocupe Estelita</b>	<i>sem qualificador</i>	5
	contrário à construção das torres na área do Cais José Estelita	4
	que é contra / contrários ao projeto (Novo Recife)	7
<b>Pessoas / Grupos / Ativistas / Manifestantes / Movimentos Sociais</b>	<i>sem qualificador</i>	12
	contrárias ao projeto/à obra/ao empreendimento/ao Projeto Novo Recife	21
	que ocuparam a área / que acampam no terreno / que ocupavam o Cais José Estelita	7
	que reivindicam a alteração do empreendimento imobiliário	1
<b>Ativistas/Integrantes/Manifestantes / Militantes</b>	do (Movimento) Ocupe Estelita	36

Além disso, ressaltar o atributo de “aprovado pela Prefeitura do Recife” como relevante para a compreensão do que seria o Projeto (terceiro qualificador mais utilizado, conforme Tabela 4) favorece a legitimação do Novo Recife, demonstrando que os jornais em questão constroem um discurso a favor do Novo Recife, enquanto posicionam o #Ocupe, como “contrário ao empreendimento/à obra/ao projeto” (conforme Tabela 4), ou seja, contrário a algo que já foi legitimado pela instância maior administrativa da cidade. Nessas primeiras notícias, portanto, movimentos de legitimação do Projeto são realizados enquanto o #Ocupe não é reconhecido pelos jornais.

Esse silenciamento em relação ao #OcupeEstelita também é realizado através do discurso imagético, que, segundo Wanderlei (2015) resulta numa posição de não-registro fotojornalístico do #Ocupe. Segundo a pesquisadora, as imagens que acompanham as primeiras notícias sobre a ocupação (entre 22 de maio e 17 de junho), quando ocorrem, registram apenas o espaço do Cais, e ainda de uma posição de exterioridade, ignorando a ocupação que se mantinha no interior do terreno.

O Movimento #OcupeEstelita alcança alguma visibilidade na imprensa local, principalmente a partir do segundo ciclo de notícias (de 2015 em diante). Porém, vemos pela Tabela 4, que o próprio Movimento só é mencionado como tema/nome em 16, das 129 notícias coletadas, e nessas ocorrências, sem qualificador (5 vezes) ou posicionado como contrário ao Novo Recife (11 vezes). Dessa forma, a agência em relação às ações desenvolvidas ao longo dos protestos é, em geral, atribuída aos integrantes do #OcupeEstelita (construção que ocorre em 36 dos exemplares, conforme Tabela 4), reforçando a representação sociocognitiva do Movimento como uma articulação de pessoas, não como entidade em si, além de des-enfatizar o protagonismo do Movimento no conflito.

Além do mais, observamos que não há uma contextualização do que seria o #OcupeEstelita. Nas 15 ocorrências em que o termo “(Movimento) Ocupe Estelita” é utilizado como tema, ele é qualificado como contrário ao Novo Recife, ou não recebe qualificador, mas não se entra em detalhes sobre o que seria a proposta do Movimento. Lembramos com KOCH (2015, p. 14, grifos nossos), que, dentre as diferentes estratégias de referenciação, as descrições nominais definidas “caracterizam-se por operar uma *seleção*, dentre as diversas propriedades de um referente — reais, co(n)textualmente determinadas ou intencionalmente atribuídas pelo locutor —, daquela ou daquelas que, em dada situação de interação, *são relevantes para os propósitos do locutor*”, ou seja, são escolhidas estrategicamente para salientar um ou outro aspecto, podendo influenciar na orientação argumentativa do discurso. No caso, a descrição do #Ocupe como “contrário ao Novo Recife” não é uma inverdade, porém, escamoteia os princípios que regem a proposta do Movimento, reduzindo-o a uma oposição sem causa, cega ou fanática. Assim, os jornais mantêm sua aura de objetividade – pois não mentem – ao mesmo tempo em que reproduzem o discurso hegemônico ao enfatizar aspectos negativos sobre o #Ocupe e prescindir de detalhamento sobre sua causa (VAN DIJK, 2010).

Por outro lado, a descrição do empreendimento planejado para o Novo Recife, presente em quase um terço das reportagens e notícias (Tabela 5, abaixo), além de conferir relevância ao Projeto, aciona, já desde as primeiras notícias, o modelo sociocognitivo capitalista de desenvolvimento/progresso para a área, de cidade-empreendimento, elencando o número de torres a serem construídas, comércio a ser gerado etc.

**Tabela 5** – Ocorrência de descrição de proposta de cada um dos grupos

Notícias e Reportagens contendo descrição do Projeto Novo Recife	37
Notícias e reportagens contendo proposta do Movimento #OcupeEstelita	10

Além disso, nessas descrições, aponta-se às ações mitigadoras (construção de parques, biblioteca, ciclovias etc.), realizando mais um movimento de auto-apresentação positiva ao fornecer uma riqueza de detalhes em relação a essas ações (VAN DIJK, 2010), configurando uma das estratégias discursivas direcionadas a ativar modelos preferidos e construir atitudes positivas em relação a *Nós* (Novo Recife) e negativas em relação a *Eles* (#Ocupe). Esse dado é relevante principalmente quando comparado ao pequeno número de notícias em nosso *corpus* que apresentam de alguma forma a proposta do Movimento #OcupeEstelita: 10.

Observa-se, portanto, que o #Ocupe tem um grau de visibilidade relativamente alto ao longo dos anos, porém, a qualidade desse acesso é questionável, já que em menos de 10% das notícias (10 de 129 exemplares) tem-se alguma informação mais aprofundada sobre o Movimento e/ou sua proposta.

Em contraponto, a descrição do Projeto em algumas notícias chega a ocupar boa parte das páginas dedicadas a ela. Por exemplo, em notícia publicada em edição impressa do *Jornal do Comercio*, de 23 de maio de 2014, todo um bloco é dedicado à descrição dos benefícios que o Novo Recife traria à cidade (Figura 39, abaixo). Embora essa informação esteja situada na parte de baixo da página, a presença dos subtítulos destacados e a utilização do quadro síntese – que torna o acesso à informação mais fácil e rápido, pretendendo atingir até aqueles leitores que não leem além dos títulos das notícias – sugerem um tratamento de destaque para essa descrição do empreendimento. Além, claro, da presença de 2 imagens com perspectivas do Projeto.

Figura 38 – Notícia veiculada no JC, edição impressa de 23 maio 2014

# Demolição é embargada

NOVO RECIFE Ighite cobra documentação para liberar o projeto. Uniter de Justiça Federal também suspendeu destruição dos galpões

**A** demolição de quatro galpões do Centro Sul Recife, no bairro de São Francisco, foi suspensa, assim como a construção de outros três edifícios, após o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Arqueológico (COPHAR) pedir 17 itens de documentação para a Uniter de Justiça Federal. O conselho também suspendeu a demolição dos galpões, e o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Arqueológico pediu 17 itens de documentação para a Uniter de Justiça Federal. O conselho também suspendeu a demolição dos galpões, e o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Arqueológico pediu 17 itens de documentação para a Uniter de Justiça Federal.

**MOBILIZAÇÃO**  
Centenas de cidadãos se reuniram na frente dos galpões para protestar contra a demolição. Os manifestantes exigem a preservação do patrimônio histórico e a realização de estudos arqueológicos antes da destruição das estruturas.





## Dos 12 prédios, 8 são residenciais

O projeto Novo Recife tem 12 prédios, dos quais 8 são residenciais. Os outros 4 são comerciais. O projeto prevê a construção de 1.200 unidades habitacionais e a revitalização de áreas históricas do bairro.

## R\$ 62 milhões em ações mitigadoras

O projeto Novo Recife prevê a realização de ações mitigadoras no valor de R\$ 62 milhões. Essas ações incluem a preservação do patrimônio histórico, a realização de estudos arqueológicos e a implementação de medidas de sustentabilidade ambiental.

Além dessas inserções no corpo das notícias, é notável a ocorrência de anúncios publicitários por parte do Consórcio Novo Recife (Figura 40), principalmente no Jornal do Commercio. Páginas inteiras são dedicadas aos anúncios, o que não necessariamente comprometeria a suposta objetividade do veículo. Porém, é notório que o sistema de comunicação Jornal do Commercio é presidido por João Carlos Paes Mendonça, um dos grandes investidores em empreendimentos imobiliários do Recife.

Figura 39 – Nota e informe publicitário do Consórcio Novo Recife

**NOTA DE ESCLARECIMENTO**

O Consórcio Novo Recife adquire o sítio do Cais José Estelita, situado na Avenida de S. José, número 719561234, 719561334, 719561434 e 719561534, inscrito no RUI de matrícula 3024, a partir da 18ª, a concessão de demarcação de parte das galpões localizados no terreno, no respectivo de 100 mil m<sup>2</sup>, e a área de 90 mil m<sup>2</sup>, a partir da área sob o Viaduto Capão Tenente, abarcando o Cais José Estelita sob o Forno das Cinco Pontas, e uma cidade que integra a Via Mangue ao Centro de São José.

O projeto atual, resultado de um longo processo de negociação, que prevê 40% de área verde, inclui em seu plano de desenvolvimento uma maior participação na qualificação e manutenção de espaços públicos, na construção de equipamentos de lazer, esporte e cultura, como a inclusão de quadras poliesportivas e de um complexo público de parques, na abertura do sistema viário e a substituição do Viaduto das Cinco Pontas por um túnel, na preservação e recuperação de 13000 metros quadrados em áreas de preservação ambiental do Parque de São José. Essas intervenções fazem parte do conjunto de ações integradas negociadas entre o Consórcio e a Prefeitura de Recife.

É importante esclarecer que a concessão de demarcação e a indenização por desapropriação não impedem a retomada da posse pública da área, de matrícula 3024, arrolada pela Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental da Prefeitura de Recife.

**CONHEÇA O QUE O PROJETO NOVO RECIFE VAI PRESERVAR E TRAZER PARA NOSSA CIDADE.**

- 40% de área verde em totalidade
- 7,7% de espaços públicos em totalidade
- 90 mil m<sup>2</sup> de área
- 13000 m<sup>2</sup> de área de preservação ambiental
- 13000 m<sup>2</sup> de área de preservação ambiental
- 13000 m<sup>2</sup> de área de preservação ambiental

**Lazer, esporte, cultura e desenvolvimento.**

**Presente e passado em harmonia.**

**Preservação e restauração.**

**CONSORCIO NOVO RECIFE**

Fonte: JC, edição impressa de 23 maio 2014.

Concluimos, portanto, dessas primeiras notícias, que, embora tenha havido uma cobertura dos acontecimentos na área do Cais José Estelita, essa cobertura foi enviesada, privilegiando o Projeto Novo Recife e silenciando o Movimento #OcupeEstelita.

O próximo evento de grande repercussão no ciclo de notícias de 2014 foi a ação de “reintegração de posse”<sup>64</sup> realizada no dia 17 de junho de 2014, dia em que também ocorreu um jogo da seleção brasileira de futebol pela Copa do Mundo, o que pode ser apontado como um fator motivador para a realização da remoção do #Ocupe nessa data, já que as atenções da população estariam voltadas ao jogo.

Após essa ação que ocorre no dia 17 de junho, a cobertura dos jornais, inclusive a cobertura fotojornalística, sai de seu posicionamento de silenciamento, pois já não pode ignorar o Movimento, que mesmo antes, era um movimento cultural expressivo, promovendo *shows*, palestras, oficinas, performances e exposições de artes. Esses eventos culturais promovidos pelo #Ocupe (antes mesmo da ocupação estendida) atraíam milhares de pessoas ao Cais José Estelita,

<sup>64</sup>As atas indicam o questionamento da nomeação desse evento como reintegração de posse já que, quando o Movimento #OcupeEstelita reivindica a posse pública da área, trata-se de um movimento contrário, subversivo, mas quando o Consórcio Novo Recife reivindica a posse do terreno, trata-se apenas de um processo juridicamente legitimado como a reintegração de posse. A questão que levantamos, e que o Movimento levantou, é sobre a compreensão do conceito mesmo de posse: por que a posse apenas se configura a partir de um enquadramento capitalista, de propriedade privada? Por que o bem comum pôde ser vendido para o benefício de alguns indivíduos, transformado em propriedade privada sem a devida consulta prévia da população?

mas não passavam de uma nota nos cadernos culturais. Contudo, ao protagonizar um momento de conflito com a polícia, o #Ocupe irrompe na imprensa tradicional local. O acesso e visibilidade que o Movimento recebe nesse momento da cronologia do conflito não é pautado por sua proposta, mas novamente pela oposição ao Novo Recife e pelos transtornos gerados por sua remoção, ou seja, de forma estereotipada, a partir da ótica do espetáculo do protesto, como diria Castells (2009). Inclusive, o registro fotojornalístico realizado a partir de então, segundo Wanderlei (2015), é pautado na *fotografia-documento*, ou seja, na “crença na objetividade e transparência da imagem [...], na distância do autor em relação ao tema [...], demarcando uma posição de exterioridade do fotógrafo” (ROUILLE apud WANDERLEI, 2015, p.147).

Assim, os registros fotográficos sobre o #Ocupe que figuram na imprensa tradicional são marcados pelo distanciamento do olhar, pela exterioridade, pela exclusão, posicionamento diametralmente oposto ao que o Movimento propõe. Assim como a cobertura fotojornalística desse evento, a série de notícias que faz sua cobertura apontará para os transtornos gerados na redondeza por conta da ação de remoção – como o estancamento das vias de acesso ao centro da cidade, interrompendo o fluxo dos carros, essencial para o funcionamento da máquina capitalista – e para a polícia militar como agente responsável pela ação e pela violência empregada na ação, em geral, provocada pelos ativistas.

Como vimos anteriormente, as notícias tendem a seguir modelos sociocognitivos preferidos, criando uma recorrência sobre eventos do mesmo tipo. Com essa cobertura não é diferente: os policiais cumprem mandado de justiça, agindo de forma “legítima”, portanto, enquanto o grupo alvo da remoção apresenta resistência “provocando transtornos” e a “necessária” reação violenta policial. Veremos algumas construções linguísticas que demonstram esse posicionamento por parte dos veículos analisados.

Em relação à legitimação da ação policial, apontamos, por exemplo, os trechos: “Polícia Militar cumpre mandado de reintegração de posse no Cais José Estelita”, título da primeira notícia publicada pelo Jornal do Commercio sobre o evento (JC, ed. on-line, 17/06/2014); “Ação policial em cumprimento a ordem judicial começou de manhã”, subtítulo de notícia publicada pelo Diário de Pernambuco em edição impressa (*Reintegração de posse no Estelita*, DP, 18/06/2014). A força policial, mesmo que excessiva, é legitimada pela ordem jurídica, já que agiam “em cumprimento à ordem judicial”.

Utilizando outra estratégia, um trecho de notícia publicada pelo JC Online demonstra como a responsabilidade pela violência empregada é atribuída ao grupo alvo da desocupação:

Por volta das 4h30, 210 policiais chegaram ao terreno para iniciar a retirada dos ativistas. "A Polícia Militar costuma atuar em superioridade numérica para que as pessoas naturalmente se retirem e atendam a medida judicial. *As pessoas insistiram em resistir e foi necessário o uso progressivo da força*", afirmou o comandante geral da PM, coronel Carlos Pereira, em entrevista à Rádio JC News. (*Polícia Militar cumpre mandado de reintegração de posse no Cais José Estelita*, JC, ed. on-line, 17/06/2014)

A fala do comandante da Polícia Militar, portanto, tenta justificar a ação violenta dos militares como resposta necessária *provocada* pela resistência do #OcupeEstelita. Além de atribuir a culpa pelo uso de violência aos ativistas, exime a polícia de qualquer responsabilidade. Essa perspectiva é reforçada, por exemplo, no comentário do colunista da seção *JC nas ruas* da edição impressa, analisada em maior detalhe abaixo: "E, como não há trabalho do Batalhão de Choque sem conflito, *o desfecho violento era inevitável e previsível*" (*O novo e o velho no Estelita*, JC, ed. impressa, 18/06/2014). Ressaltamos a naturalização da violência, suscitada pelas necessidades do capital e legitimada pelo Estado, em situações como essa.

Outra estratégia discursiva para eximir a Polícia Militar de responsabilidade pela violência empregada é a utilização de formas apassivadas com ou sem o agente da passiva presente. Por exemplo, em "Manifestantes que ocupavam o terreno do Cais José Estelita, desde o último dia 21 de maio, *foram retirados* pela polícia no início da manhã desta terça-feira" (*Polícia Militar cumpre mandado de reintegração de posse no Cais José Estelita*, JC, ed. on-line, 17/06/2014), e "Oito pessoas *foram detidas* e dez *se feriram*" (*Reintegração de posse no Estelita*, DP, 18/06/2014). Dessa forma, os jornais tratam eufemisticamente a ação da polícia, amenizando a responsabilidade pela violência empregada.

Além disso, a maior parte das notícias desse ciclo da cobertura ora ignora a participação dos órgãos governamentais no processo da "reintegração de posse", ora dá acesso a esse grupo para que se exima também da responsabilidade sobre a ação. São notícias em que a Prefeitura e/ou o Prefeito Geraldo Julio afirmam não ter autorizado a desocupação sem aviso prévio, como por exemplo: "Prefeitura defende diálogo e negociação [...] a gestão municipal ressaltou que garantiu a participação social e entende que o melhor caminho para a desocupação do terreno seria através de uma solução negociada e pacífica." (*Prefeitura defende diálogo e negociação*, DP, ed. impressa, 18/06/2014).

Uma notícia do Jornal do Commercio, contudo, é mais elucidativa ao expor uma tentativa de distanciamento do caso pela gestão municipal utilizando o governador à época,

João Lyra, como “bode expiatório”: “Para não afetar Eduardo [Campos] e Geraldo Julio, direção da sigla responsabiliza governador pela ação da PM no Cais José Estelita” (*Cúpula do PSB expõe Lyra*, JC, ed. impressa, 18/06/2014). Porém, a notícia publicada no caderno Política ignora o Movimento ou sua luta junto à Prefeitura pelo seu reconhecimento, enquadrando a ação de desocupação como um evento que apenas revela conflitos partidários, e não como uma demonstração do abuso de poder das gestões governamentais.

Ainda em relação à remoção do #OcupeEstelita, na mesma edição do Jornal do Commercio, são publicadas duas notícias que denunciam os abusos de violência cometidos contra o Movimento – “Tumulto, prisões e feridos” e “Detidos relatam truculência” (JC, ed. impressa nº 169, 18/06/2014) – apontando a polícia militar como agente dessa violência e mantendo o modelo sociocognitivo de evento preferido para a cobertura de ações de remoção na mídia tradicional. Esse modelo é suscitado já através da estratégica topicalização dessas reportagens. A forma como são topicalizados os textos tende a servir de guia para a interpretação/compreensão do texto: “Tópicos são cruciais para o entendimento geral de um texto, por exemplo, no estabelecimento de coerência global; além disso, no micronível [local], eles agem como um controle semântico *top-down* sobre a compreensão local [...]” (VAN DIJK, 1988, p. 35, tradução nossa)<sup>65</sup>. Van Dijk (1988) parte do pressuposto de que as notícias têm uma macroestrutura semântica que é construída desde o título da notícia, e que orienta a compreensão da notícia pelo leitor. Durante o processo de leitura, realizamos tanto movimentos de compreensão *top-down* – partindo da macroestrutura de significado para compreender informações mais locais no texto –, assim como o caminho inverso, *bottom-up* – a partir de informações localizadas, se reforça a macroestrutura semântica da notícia (VAN DIJK, 1988). De modo que o que é posto como tópico ajuda a guiar a interpretação de proposições locais, que, por sua vez, geralmente reforçam o sentido global do texto.

A chamada de capa para essas notícias refere-se à ação da remoção utilizando novamente o termo jurídico “reintegração de posse” (*Reintegração de posse no Estelita*, JC, ed. impressa, 18/06/2014 - Figura 41), remetendo à legitimidade jurídica da ação, e ao modelo sociocognitivo capitalista para esse tipo de evento já que se tratava do “terreno do Consórcio Novo Recife”, conforme o subtítulo da chamada. Ressaltamos aqui a (re)categorização da área do cais, não mais compreendida como o Cais José Estelita, área pública, e sim, como o terreno

---

<sup>65</sup>No original: “Topics are crucial in the overall understanding of a text, e.g., in the establishment of global coherence; and they act as a semantic, top-down control on local understanding at the microlevel” (VAN DIJK, 1988, p. 35).

que pertence ao Consórcio, área privada; categorização essa, construída desde exemplares anteriores. Por exemplo, nas notícias do Diário de Pernambuco de maio de 2014, encontramos a classificação do terreno como “propriedade privada”: “*por se tratar de propriedade privada urbana*, cujas limitações foram impostas pelo poder público através de alvarás e licenças, não haveria justificativa para os manifestantes permanecerem” (*Justiça concede liminar de reintegração de posse*, DP, ed. impressa, 30/05/2014, *grifo nosso*). Ao enquadrar a ação do Movimento contra uma propriedade privada, é realizada a categorização e processo de criminalização do #Ocupe, uma estratégia que fica mais clara a partir da cobertura das intervenções de 2015, como tentaremos demonstrar mais adiante neste capítulo.

Figura 40 – Imagem publicada na capa do JC



Fonte: edição 169, 18 jun 2014

Já dentro do caderno Cidades, as notícias são intituladas utilizando apenas substantivos que reconstróem o modelo de evento esperado para uma “Remoção” ou “Reintegração de posse” conforme as recorrentes notícias e reportagens sobre esse tipo de acontecimento: tumultos, prisões, feridos. Apagam-se os indícios de agência e naturalizam-se esses atributos relacionados a esse tipo de evento, pela recorrência. Além disso, a opção pelo termo “truculência” demonstra um movimento de eufemismo em relação à ação policial extremada.

Essas notícias ocupam duas páginas do caderno Cidades, com direito a chamada de capa com foto e um título destacado. Embora o modelo de evento seja ainda aquele que enfatiza mais a violência policial (provocada) do que um que buscasse explicar as causas por trás da ocupação

e da própria remoção, elas demonstram o rompimento do monopólio discursivo da imprensa tradicional que o #Ocupe promove, no sentido de que dão visibilidade ao Movimento.

A imagem escolhida para ilustrar a chamada de capa (Figura 41, acima), embora à primeira vista pareça demonstrar o abuso de violência por parte da polícia militar, que agride os integrantes do Movimento sentados na rua, na área externa do terreno, também pode sugerir outras interpretações: a força policial, grande, superior, impõe-se (legitimamente) sobre os frágeis, pequenos e pouco numerosos ativistas que não apresentam uma força em si, mas uma inconveniência a ser eliminada. Outras imagens, contudo, utilizadas para ilustrar as notícias remetem de forma mais contundente ao abuso de força policial (Figura 42), além de virem acompanhadas do discurso reportado direto das ativistas, com direito a destaque.

**Figura 41** – Imagens reportagem “Tumulto, prisões e feridos”



Fonte: JC, edição 169, 18 jun 2014

A cobertura fotojornalística da remoção favorece o Movimento no sentido de que denuncia o abuso de poder por parte da Polícia Militar. Porém, de acordo com Wanderlei (2015) até essas imagens velam mais do que revelam, pois focalizam o protesto e deixam de lado, mais uma vez, a causa do Movimento, as disputas jurídicas envolvendo o espaço, o papel do Estado em todo o conflito etc. Mais uma vez, observamos que a cobertura da remoção do #Ocupe do terreno do cais “revela” o Movimento para a sociedade em geral, mas ao mesmo tempo ignora seu posicionamento, suas reivindicações, silenciando-o; é a cobertura do espetáculo do protesto, como colocaria Castells (2009), e não das propostas do Movimento.

As notícias, embora aparentemente tratem de forma mais prototípica o grupo social contra-hegemônico, os ativistas sociais, conferindo-lhes a palavra, retratando os abusos por eles sofridos, e mostrem a ação policial de maneira mais estereotipada, ao ilustrarem o abuso de força policial, todavia adscvem a um modelo preferido para esse tipo de evento, ou seja, das remoções “provocadas” pelas invasões. Ressaltamos ainda que o Consórcio Novo Recife não é visualizado durante a cobertura da remoção da ocupação a não ser como legítimo detentor do terreno.

Como é comum em outras reportagens e notícias sobre esse tipo de ação, os atores sociais que promovem a remoção apenas cumprem um ato legitimado por instâncias jurídicas; já os atores sociais que são removidos, em geral, são retratados como sujeitos fora da lei (INDURSKY, 2012), invasores, incitadores da violência (FIGUEIREDO; AMORIM, 2019; AMORIM, 2017), e os reais interessados/beneficiados pela ação de remoção são convenientemente ignorados pelos jornais. O que ocorre, portanto, nessas reportagens, é a naturalização desse tipo de evento, além da categorização estereotipada do Movimento, mais uma vez, como “invasor”, sendo, portanto, legítimo retirá-lo do terreno que não lhe pertence.

Questionamos até que ponto de fato essas notícias denunciam abusos contra um grupo social desfavorecido, ou, por trás da cortina de objetividade da cobertura, de certa forma celebram a violência contra o Movimento e seus integrantes. Vemos escapar tal celebração em comentários como o realizado na mesma edição, quando o colunista diz que houve, durante a remoção, a “Democratização da truculência”, num jogo irônico com uma reivindicação base do Movimento pela democratização do processo de planejamento urbanístico. Diz a nota:

*A entrada em cena do Batalhão de Choque teve um viés inédito ao tornar democrático o tratamento policial antes dispensado a pretos e pobres. No último dia 29, sem-teto foram removidos de um terreno na Encruzilhada, na Zona Norte, numa ação igual a de ontem. O médico João Veiga atendeu dois dos feridos de ontem. Um deles ostentava mais de 15 ferimentos por estilhaços de bomba. Com o Choque não tem diplomacia ou negociação. Ele entra para decidir. Os que estão acima dele é que deveriam esgotar os canais de diálogo. (O novo e o velho no Estelita, JC, ed. impressa, 18/06/2014)*

É especialmente problemática a naturalização da atuação do Batalhão de Choque no discurso construído na nota. Ao invés de problematizar a aplicação da “truculência” seja a quem for, o jornalista parece de fato celebrar sua aplicação a mais grupos sociais. Em contraponto, fecha a nota chamando atenção àqueles que deveriam de fato ser responsabilizados pela ação

de remoção: “os que estão acima dele”, os governantes. Também nas notícias de 18 de junho de 2014, são feitas alusões à parcela de responsabilidade que cabia ao poder público nessa ação, porém, em partes consideradas de menor relevância das reportagens (ao final das reportagens).

Postulamos, portanto, que o discurso da imprensa tradicional local sobre o Movimento e sobre o Novo Recife, pelo menos no início do embate entre esses dois grupos sociais, promove a legitimação (e até mesmo a celebração) da violência contra os ativistas. Primeiro, ao silenciar sobre o #Ocupe e não reconhecer o grupo como um movimento social legítimo; segundo, ao enfatizar o posicionamento contrário a um projeto já aprovado pela Prefeitura; terceiro, ao enfatizar o desenvolvimento econômico que o Novo Recife traria para a cidade; e, finalmente, ao categorizar os integrantes do #OcupeEstelita como violadores de propriedade privada, estereotipando e criminalizando-os através dessa categorização.

Castells (2009, p. 416, tradução nossa)<sup>66</sup> adverte: “a habilidade de engajar-se com sucesso em ações violentas ou intimidação requer o enquadramento das mentes individuais e coletivas”, ou seja, é preciso que o uso da violência seja legitimado para que ele não seja visto como condenável e essa legitimação é uma construção discursiva. A violência legitimada contra o #OcupeEstelita começa, pois, já nas primeiras notícias sobre o Movimento e suas ações.

### **5.1.2 2º Ciclo: da categorização prototípica à estereotipização dos atores sociais**

Em maio de 2015, quase um ano após a ocupação do Cais José Estelita, reacende-se o conflito em torno da questão com a votação do Projeto de Lei 08/2015 que regulamenta o Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga, que incluía a execução do Projeto Novo Recife. Com a votação e aprovação realizada extra pauta pela Câmara de Deputados, e sancionada a distância pelo prefeito Geraldo Júlio, novos protestos são realizados, culminando numa intervenção denominada “A praia do GeJu”<sup>67</sup> na forma de um acampamento em frente ao edifício onde residia o prefeito, Geraldo Julio.

---

<sup>66</sup> No original: “the ability to successfully engage in violence or intimidation requires the framing of individual and collective minds” (CASTELLS, 2009, p. 416).

<sup>67</sup> Assim como quase todas as grandes intervenções e atos promovidos pelo #OcupeEstelita, a “Praia do GeJu” foi organizada através dos sites de redes sociais e surgiu frente à recusa da Prefeitura em receber os integrantes do #Ocupe quando da votação do Projeto de Lei 08/2015. A partir de um encontro na Praça do Derby, no dia 7 de maio de 2015, os ativistas se dirigiram à residência do prefeito reivindicando que fossem reconhecidos como participantes do debate e que não deveriam ter sido excluídos da deliberação dois dias antes. Com o passar dos dias, vai se configurando mais uma demonstração sobre o conflito em que os integrantes do Movimento ocupam,

Ao analisar duas notícias das edições impressas do Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco do dia 09 de maio de 2015 sobre essa intervenção, que já durava dois dias, nota-se que ambos os veículos constroem modelos sociocognitivos convergentes em relação ao Movimento e seus integrantes, e que, mais uma vez, falham em contextualizar como a ação veio a se realizar, concentrando-se novamente no espetáculo do protesto.

Mais uma vez, na construção das reportagens e notícias é adotada uma macroestrutura semântica, ou seja, uma estrutura global de sentido (VAN DIJK, 1988), que posiciona o #Ocupe como ameaça à propriedade privada (o edifício) de acordo com a ideologia capitalista neoliberal. Isso é realizado tanto por meio de estruturação das notícias, como por meios mais localizados como a referenciação/categorização, não só através da seleção lexical, mas também da escolha das imagens utilizadas para “retratar” os integrantes do Movimento, como veremos mais adiante.

Iniciamos a análise dessas duas notícias pelo exame da localização das informações e do discurso reportado nas notícias. Com base na análise da topicalização das notícias, apontamos que, embora a manchete da reportagem do Jornal do Commercio não trate diretamente dos transtornos e danos causados às propriedades privadas, a chamada na capa do caderno em que foi publicada a notícia o faz: “Condomínio pede saída de ativistas e denuncia depredação”, bem como o subtítulo: “Representante do edifício onde o prefeito Geraldo Júlio mora alega que os ativistas fazem barulho, dificultando a acessibilidade das 74 famílias residentes” (*Síndica pede saída de manifestantes*, JC, ed. impressa, 09/05/2015). No Diário de Pernambuco, a manchete é mais contundente: “Protesto continua e transtornos aumentam” (*Protesto continua e transtornos aumentam*, DP, ed. impressa, 09/05/2015). Além disso, ambos os lides reforçam os temas dos danos materiais sofridos pelos moradores e do conflito entre os atores sociais:

O condomínio do Edifício Laura Caúla, na Torre, onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio, e que teve o jardim externo ocupado pelo movimento Ocupe Estelita, quinta-feira à noite, pediu aos integrantes do grupo a desocupação da área. Hildete Tenório, síndica do prédio, conversou com representantes do movimento, ontem à tarde, e entregou o documento elaborado pelos condôminos. Os moradores também *prestaram queixa* na Delegacia do Cordeiro *contra a depredação do patrimônio*. (*Síndica pede saída de manifestantes*, JC, ed. impressa, 09/05/2015, grifos nossos)

---

mais uma vez, lugar antagônico em relação à prefeitura da cidade (metonimicamente compreendida na figura do prefeito), que, nesse contexto, tem como aliados, os moradores do edifício, seus vizinhos.

No segundo dia de acampamento de integrantes do Movimento Ocupe Estelita em frente ao prédio onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio, na Rua Neto Campelo, Torre, se *acentuou o desgaste entre os manifestantes e moradores e comerciantes. (Protesto continua e transtornos aumentam, DP, ed. impressa, 09/05/2015, grifos nossos)*

Nas duas notícias, os atores sociais prototípicos que tiveram maior acesso ao discurso dos jornais, são as “vítimas”, os moradores do prédio, e um delegado – opção que demonstra tendência à criminalização dos atos dos ativistas:

“Vamos apurar, *depredação do patrimônio é crime* e quem fez, se for identificado, vai responder *inquérito policial*”, informa o delegado. Pelo menos 22 imóveis, duas paradas de ônibus, três postes e duas placas de propaganda amanheceram *pichadas (Síndica pede saída de manifestantes, JC, ed. impressa, 09/05/2015, grifos nossos)*.

A inserção do discurso reportado do delegado não acontece por acidente, e opera na construção de uma categorização violenta e estereotipada dos integrantes do Movimento. Categorização, essa, latente na sociedade quando se trata de grupos contestadores e reforçada pelo foco da cobertura fotojornalística nas intervenções de pichação (Figura 43).

**Figura 42** – Imagens publicadas nas reportagens



Fonte: DP (à esquerda) e JC (duas à direita).

O ato da pichação, em sua origem um ato de resistência, nas notícias analisadas é retomado a partir da lógica dos danos materiais, num modelo de contexto já estabilizado para esse tipo de cobertura, e que, novamente, subscreve-se a uma ideologia privatista capitalista, como comenta Tiburi (2013, p. 44):

A pichação é, na cidade, o antissistema, daí a sensação de terrorismo conceitual, furo no padrão tanto estético, quanto teórico da identidade ditada pelo capital e que se impõe à força pela ideologia do muro branco e pela administração da fachada.

A pichação, vista como violação da propriedade privada, como “[...] heresia justamente contra a sacrossanta propriedade privada por meio de uma curiosa tomada de posse [...]” (TIBURI, 2013, p. 41), nos remete novamente à ideologia privatista capitalista de compreensão dessas superfícies expostas (de edifícios tanto privados como públicos). Vejamos, como exemplo, a fala da síndica do edifício, quando diz que: “eles estão acampados numa *propriedade privada*, esse jardim é *nosso*” (*Síndica pede saída de manifestantes*, JC, ed. impressa, 09/05/2015, grifos nossos), em tom de queixa. Ao colocar essa informação como relevante, a síndica e o jornal, que reporta essa fala diretamente, projetam como sendo natural um valor próprio da ideologia capitalista de acordo com a qual, acima de tudo, deve-se proteger a propriedade privada.

O modelo de contexto comunicativo mais geral é o da notícia. Porém, se analisarmos mais detidamente o modelo sociocognitivo de evento que se está noticiando, com a escolha de tópico sendo “transtorno”, “danos” e “prejuízos” causados pelo acampamento do Movimento, notamos que se trata de uma notícia que denuncia e condena a ação do #OcupeEstelita. Muito aos moldes ontológicos das notícias que reportam os danos e prejuízos provocados por grevistas, por exemplo (FALCONE, 2003; MELO, 2012). O que os jornais consideraram como informação relevante, e em que partes da estrutura da notícia essas informações figuram, indicam esse modelo de contexto adotado para a reportagem e para o evento em si.

Além disso, percebemos que ambos os jornais selecionam e salientam como sendo relevantes as informações que reforçam o modelo de “transtornos” e “depredação” quando utilizam mais da metade do corpo das notícias para relatar as ações contra a integridade física do edifício, dos estabelecimentos comerciais e propriedades do entorno (no Jornal do Commercio, 6 de 8 parágrafos, e no Diário de Pernambuco, 6 de 9 parágrafos). Dessa forma, as notícias desenvolvem sua macroestrutura discursivo-cognitiva apoiada no modelo sociocognitivo do dano físico à propriedade privada, em que há um agente que danifica e um paciente que é danificado/lesado, como demonstrado pelo campo lexical selecionado para qualificar as ações realizadas pelos integrantes do Movimento: “depredação”, “pichação”, “destruir” etc. Vejamos abaixo alguns trechos:

Os moradores também prestaram queixa na Delegacia do Cordeiro contra a *depredação* do patrimônio. De acordo com a síndica, integrantes do OcupeEstelita *picharam* o muro, *quebraram* câmera e refletor, além de *destruir* a grama.

[...]

“o proprietário [...] teve o muro *pichado* e as câmeras de segurança *danificadas*” [fala do delegado].

[...]

“Vamos apurar, *depredação* do patrimônio *é crime* e quem fez, se for identificado, vai responder *inquérito policial*”, informa o delegado.

Pelo menos 22 imóveis, duas parada de ônibus, três postes e duas placas de propaganda amanheceram *pichadas*.

(*Síndica pede saída de manifestantes*, JC, ed. impressa, 09/05/2015, grifos nossos)

Protesto continua e *transtornos* aumentam [manchete]

O proprietário de uma empresa de segurança da rua que teve câmeras *danificadas* *prestou uma queixa* na Delegacia do Cordeiro.

“A *queixa* menciona a *depredação* do prédio, que foi *pichado*.” [fala do delegado]

[...]

“Plantas do prédio foram danificadas, ovos foram atirados na guarita e uma câmera foi quebrada”, contabilizou a síndica do edifício.

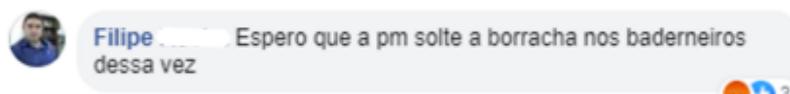
(*Protesto continua e transtornos aumentam*, DP, ed. impressa, 09/05/2014, grifos nossos)

Ressaltamos mais uma vez que a citação<sup>68</sup> da fala do delegado recupera um modelo sociocognitivo predominante, que resulta na categorização dos que realizaram a depredação como criminosos e suscita modelos de participantes, eventos etc. a partir desse campo semântico. Ainda em outro trecho da reportagem, o delegado é citado dizendo que: “Esse cidadão [proprietário de uma casa vizinha] entregou imagens que provam o ato de *vandalismo*, gravadas às 6h de hoje (ontem)” (*Síndica pede saída de manifestantes*, JC, ed. impressa, 09/05/2015, grifo nosso), novamente categorizando os atos supostamente realizados pelos integrantes do #OcupeEstelita no domínio do “criminal”, categorização que metonimicamente

<sup>68</sup> Tratamos as citações diretas como parte do discurso tecido pelos jornais, já que, uma vez incorporadas ao contexto da matéria, passam a significar aí e não podem ser tomadas como não-porosas. Seus sentidos contribuem para a macroestrutura da matéria, e vice-versa. Cunha (2008, p. 131) explica que o discurso reportado é o “[...] fenômeno dialógico por meio do qual os sujeitos desconstruem o discurso alheio e constroem o próprio para se posicionar em relação a um conteúdo ou temática, ao outro, a ele mesmo, ao seu próprio discurso.”

se estende ao próprio Movimento, e é reproduzida em outras esferas discursivas, por exemplo, nos comentários Facebook (Figura 44).

**Figura 43** – Naturalização da violência contra integrantes do #Ocupe



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

Além de contribuir para a deslegitimação do Movimento, essa categorização, promove mais uma vez a legitimação e naturalização da aplicação de violência policial contra os integrantes do #Ocupe, por exemplo, quando da desocupação realizada em 17 de junho de 2014.

Um ponto interessante a se ressaltar é a visibilidade dada ao Movimento nessas duas notícias. Porém, como argumentado anteriormente, não basta conferir acesso ou visibilidade aos grupos sociais marginalizados pela mídia hegemônica. É preciso verificar a *construção* desse acesso. Assim, há inserções de discurso reportado direto de integrantes do #Ocupe, porém, é de acordo com a ideologia neoliberal que orienta o discurso jornalístico em toda a reportagem que é tomada a fala dos representantes do Movimento. No JC, por exemplo, um integrante é citado, embora no último parágrafo da reportagem, espaço menos privilegiado, dizendo que “Reunimos milhares de pessoas para protestar contra um prefeito autoritário e o projeto de um condomínio de luxo que não é bom para a cidade”, afirma o rapaz” (*Síndica pede saída de manifestantes*, JC, ed. impressa, 09/05/2015). Porém, se interpretado sob uma ideologia capitalista, que supervaloriza a propriedade privada, seu comentário chega a ser incoerente. Dentro de um modelo sociocognitivo de gentrificação (conforme discutido no Capítulo 3), de progresso como avanço econômico, como poderia um condomínio de luxo *não* ser bom para a cidade? Esse questionamento do integrante do #Ocupe só pode ser considerado coerente de acordo com um modelo de cidade-coletividade, compreendida como as pessoas que nela vivem, e não um modelo de cidade-emprego, que vê a cidade como uma coleção de propriedades e empreendimentos em potencial.

Notamos que o discurso construído pelas duas notícias apresentou tanto estratégias conteudistas (seleção lexical), como estratégias estruturais/formais (distribuição de informações no corpo da notícia, seleção de imagens, seleção de citações diretas) para montar seus esquemas sociocognitivos de representação para a compreensão do evento noticiado. Ao final, o que se vê nas reportagens é a construção sociocognitiva e discursiva da intervenção do

Movimento de acordo com a ideologia capitalista de compreensão do espaço privado, e dos direitos e deveres de cada participante nesses modelos sociocognitivos. Os jornais tradicionais colaboram, portanto, com “todo um empreendimento que busca nos convencer dos perigos presentes nas tentativas de romper com os valores capitalistas de referência, como se eles garantissem algum tipo de segurança ou ordem” (MANSANO, 2009, p. 112).

Por outro lado, as propostas do #Ocupe passam à margem das reportagens, embora ainda sejam abordadas, principalmente na reportagem do DP, que dedica 03 parágrafos no início da reportagem para descrever as ações desenvolvidas durante o acampamento. Em um trecho inicial lê-se:

Os manifestantes protestam contra a sanção do plano específico que define parâmetros construtivos e urbanísticos para as áreas do Cais José Estelita, Cais de Santa Rita e Cabanga. O plano, aprovado pela Câmara de Vereadores, abrange o projeto Novo Recife. (*Protesto continua e transtornos aumentam*, DP, ed. impressa, 09/05/2014)

Desse trecho, em que não se explica por que o grupo protesta contra a sanção do plano, observamos novamente a problemática redução da motivação por trás dos protestos do #Ocupe que “não quer apenas impedir a destruição do cais, mas também mais participação pública nas decisões da cidade” (BUENO, 2014, p. 7). Essa redução é problemática, pois em debates em outras esferas (principalmente no que observamos nos comentários do Facebook) deixa-se de lado o político (nos termos de MOUFFE, 1996) e prioriza-se o enfoque do aproveitamento do espaço urbano, em que o modelo do progresso econômico é mais facilmente (re)produzido. Como alerta Rolnik (2015, s/p):

Assim que o Ocupe Estelita eclodiu, a pergunta que faziam os promotores do empreendimento, apoiados pela Prefeitura do Recife, era: vocês preferem as ruínas e os ratos aos empregos e à paisagem modernizada das torres?

Essa pergunta, capciosa, revela a trama perversa que capturou as políticas do setor em tempos de urbanismo especulativo: não são as necessidades dos habitantes –muito menos o seu desejo– que determinam o destino dos lugares, mas sim as expectativas dos investidores em relação a possíveis retornos financeiros que possam render no futuro.

Assim, parece que a única resposta possível ao abandono do lugar é a sua captura pelo circuito imobiliário-financeiro.

Essa mesma “trama perversa” a que Rolnik (2015) se refere, é reconstruída nas notícias do Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio. Já a proposta de ativismo social, de política participativa que o #Ocupe tenta construir, passa ao largo dos textos jornalísticos. Em outro trecho do Diário, diz-se dos integrantes do Movimento que:

fizeram oficinas e um debate sobre produção cinematográfica, mediado por professores da UFPE que transferiram a aula para o local. “O dia foi tranquilo e, para nossa surpresa, recebemos o apoio de muitos moradores da rua”, ponderou o universitário Otho Paiva, 20.

Enquanto alguns tomavam banho de piscina, outros tocavam instrumentos e cantavam. Outro grupo se dividia para organizar a cozinha improvisada. [...]

Mas os problemas que aconteceram no dia anterior se agudizaram. O delegado João Godoy, do Cordeiro, informou que um inquérito foi instaurado para identificar os responsáveis pelos danos à empresa de seguro [localizada na mesma rua]. (*Protesto continua e transtornos aumentam*, DP, ed. impressa, 09/05/2014)

Nesse trecho, embora se descreva as diferentes atividades promovidas pelo #Ocupe durante o acampamento, não se explica a motivação por trás delas: de praticar um ativismo irreverente, de ruptura cultural com o império do capitalismo neoliberal. Afinal, além de uma proposta política, o #OcupeEstelita traz uma proposta cultural para repensar a cidade, ou, nas palavras da advogada, professora de direito da UFPE, Liana Cirne Lins, apoiadora do Movimento: “Nosso discurso do direito à cidade é do direito de fruir, de aproveitar tudo o que ela tem para oferecer, de ser feliz nela. A cidade é para isso: para ocuparmos seus espaços públicos dando-lhes uma destinação social, cultural e popular” (in BUENO, 2014, p. 7). Na falta dessa contextualização, o público leitor do Diário de Pernambuco não pode compreender as ações do #Ocupe além do enquadre dos transtornos e depredações, modelos de evento preferidos para manifestações populares de acordo com a cultura hegemônica capitalista.

Avançando na cronologia da cobertura, em 22 de dezembro de 2015, o plano urbanístico do Novo Recife é aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano, gerando nova movimentação em relação à questão. Em notícia de 23 de dezembro de 2015, ancorada na capa (Figura 45), o Jornal do Commercio apresenta predominantemente aspectos técnicos e econômico-financeiros em relação ao Projeto Novo Recife.

Figura 44 – Chamada de capa



Fonte: JC, edição 357, de 23 dez 2015.

Apontamos o destaque dado ao desenho do Projeto na capa e a utilização de quadro síntese informativo, além do emprego na notícia do recurso chamado de “olho”, quando uma citação é destacada em fonte maior (Figura 46), estratégias empregadas para tentar garantir a leitura da informação, já que muitas vezes o leitor se atém apenas aos elementos de destaque e não lê a reportagem completa. No caso, é relevante que as informações destacadas apontem para os benefícios econômicos gerados pelo Novo Recife, reforçando a ideologia capitalista que alicerça o discurso da imprensa tradicional.

Figura 45 – Quadro síntese e olho com fala do secretário João Braga

**Detalhes do Projeto Novo Recife aprovado pelo CDU**



● O novo Recife projeta a abertura da Avenida Dantas Barreto para a Baía do Pina e a construção de uma grande praça cívica com 15 mil metros quadrados.



● Com a mudança do projeto, os edifícios terão uso misto (residencial e comercial), não haverá mais muros isolando as edificações e serão construídos um parque, praças, vias, calçadas e equipamentos urbanos.

101,7 mil	metros quadrados é a área onde o será implantado o projeto
1,3 km	é a extensão do terreno
10	edifícios residenciais (1.042 unidades habitacionais)
1	empresarial
1	edifício misto (empresarial e flat)
1	hotel (com 308 leitos)
1	centro de convenções
60 mil	metros quadrados destinados a áreas públicas
10.600	metros quadrados de área destinada para uso ativo de comércio e serviços
1,8 km	de ciclovia em todo o binário
62 milhões	de reais em ações mitigadoras

**Mais na web**

● Apresentação completa do projeto arquitetônico no [www.jconline.com.br/cidades](http://www.jconline.com.br/cidades)



**“**

O Recife só tem a ganhar com esse projeto. Ele vai dialogar com a cidade, gerar empregos e beneficiar os mais pobres. Agora, caberá aos construtores conseguir a licença de construção”, diz o secretário João Braga

Fonte: JC, edição 357, de 23 dez 2015.

Tal parcialidade não é de surpreender, como dito anteriormente, tendo em vista que o *Jornal do Commercio* é de propriedade de um grupo que detém também posse de um centro comercial próximo à região do cais, dentre outros interesses comerciais e imobiliários na cidade. É notável, portanto, o favorecimento em termos de acesso discursivo ao consórcio imobiliário.

Essa é uma questão bastante discutida nos estudos críticos do discurso jornalístico: o caráter empresarial dos veículos jornalísticos, que visam ao lucro, e não apenas à prestação de um serviço social (de informatividade), como se postula geralmente. Em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas (2003) aponta como a imprensa tem papel preponderante na transformação da esfera pública, servindo aos interesses privados da burguesia do século XVIII, sendo utilizada por esse grupo social para influenciar o poder decisório do Estado sobre políticas públicas. Em outra obra, o filósofo aponta para o conflito de interesses gerado pela gradual transformação dos jornais em empresas privadas, que deixariam de lado interesses públicos para servir a interesses privados (HABERMAS, 2002). A penetração da esfera privada (e seus interesses particulares) na esfera pública originalmente identificada pelo filósofo, atualmente, vê-se cada vez mais intensificada, especialmente com as transformações impostas pelos “novos” canais virtuais de comunicação. Além disso, os jornais hoje passam por mudanças profundas em sua configuração financeira/comercial, já que o modelo antigo de renda baseada na venda de exemplares já não se aplica. Estão cada vez mais dependentes, portanto, de seus patrocinadores/financiadores.

Concebida por Habermas (2003) como um espaço de deliberação livre e intermediação entre o Estado e as necessidades da sociedade, a esfera pública originalmente pensada pelo filósofo fora engendrada por um grupo social muito específico: os burgueses leitores do século XVIII. A esfera privada, por sua vez, compreendia o espaço íntimo da família e estava atrelada ao trabalho e à preservação da propriedade privada. Posteriormente, Habermas (2003b) postula que na esfera pública sejam deixadas de lado as questões privadas e que apenas questões referentes ao bem geral deveriam ser deliberadas nesse âmbito. Porém, com o advento da Internet e todo um espaço virtual, essa separação entre público e privado vai ficando cada vez mais borrada.

Com a imprensa subjugada a interesses privados de grupos sociais hegemônicos, grupos contra-hegemônicos como o #Ocupe encontraram na Internet uma esfera pública alternativa em que se poderia discutir questões de interesse dos grupos normalmente marginalizados da

sociedade recifense. Como apontado anteriormente, o site de rede social virtual fornece um espaço para a concretização da esfera pública em que se discute o destino do cais, “livre” do controle de um grupo social específico, como ocorre na imprensa tradicional. Segundo Losekann (2009, p. 43), “O que determina a passagem de um tema privado para uma esfera pública é a capacidade dos atores articularem tal temática num debate que se mostre relevante para o interesse geral”. No caso do #Ocupe, o site de rede social Facebook e outras mídias digitais foram fundamentais nessa articulação.

Ao mesmo tempo, observamos com preocupação esse borrar de fronteiras entre o público e o privado quando instituições públicas (como os braços dos governos municipais, estaduais e federais) se apropriam do espaço público urbano para alimentar interesses privados, como o que acontece no caso do Cais José Estelita. Lembramos, com Losekann (2009), que originalmente o critério para a legítima participação na esfera pública *burguesa* era de ser homem (culto, detentor de propriedade privada) e cidadão: “havia um fator que trazia unidade de interesses entre estas pessoas: a propriedade privada e a necessidade de sua manutenção” (LOSEKANN, 2009, p. 40). Vê-se como na conjuntura estudada nessa pesquisa, a configuração da esfera pública burguesa do século XVIII de certa forma se repete no domínio da imprensa tradicional, em que a propriedade privada e sua preservação são os valores que orientam a construção do discurso sobre os eventos noticiados.

Essencialmente, as notícias e reportagens sobre o caso resgatam um modelo de evento predominante capitalista de progresso econômico, de desenvolvimento urbano orientado pelos preceitos do capitalismo neoliberal, ignorando os efeitos nocivos de processos de gentrificação. O domínio jornalístico representado aqui pelos dois veículos de maior circulação na cidade, reproduz, pois, esse discurso já sinalizado na página do Novo Recife (conforme Capítulo 3). Em suma, o discurso do progresso é (re)construído de modo a favorecer o Novo Recife e essencialmente ignora o #OcupeEstelita e suas reivindicações.

Desde o início do embate discursivo, o jornalismo tradicional local destaca principalmente os valores da ideologia capitalista neoliberal na gestão da cidade, compreendida como um aglomerado de espaços privados, como cidade-empreendimento. Veremos a seguir, de maneira mais detalhada, como esse discurso é construído através da categorização e estereotipização dos atores sociais apoiadores do #OcupeEstelita.

Nas notícias de 9 de maio de 2015, como vimos acima, os integrantes do #OcupeEstelita são comparados (em suas ações e atitudes) e colocados em posição antagônica em relação às famílias moradoras do edifício em frente ao qual protestavam e aos donos de estabelecimentos

comerciais da rua. Enquanto as famílias apenas *moram* e *vivem* ali, os manifestantes *picham*, *quebram* e *vandalizam*, ou fazem aula de ioga e tomam banho em piscina de plástico (*Protesto continua e transtornos aumentam*, DP, ed. impressa, 09/05/2014). Lembramos, com Buscholtz e Hall (2007), que identidades sociais são construídas em relação ao outro, contingentes a essas relações de alteridade. De modo que o modelo sociocognitivo do ativista é construído em oposição ao modelo sociocognitivo do morador do edifício, da vítima. Novamente, suscitando os modelos de sujeitos de direito (prefeito e moradores do prédio) e sujeitos fora da lei para os integrantes do #OcupeEstelita.

Essa categorização estereotipada é realizada também através da cobertura fotojornalística, o que não surpreende já que a fotografia, diferentemente do que se acredita no senso comum, não representa um evento como uma verdade total, mas um fragmento, um recorte dessa verdade, e não se presta à representação direta da realidade (conforme ENTLER *apud* WANDERLEI, 2015).

Assim como em todas as interações discursivas, a mídia em geral, e aí incluída, a imprensa, trabalha na (re)produção de categorizações através do discurso com efeitos de prototipicidade e estereotipização (LAKOFF, 1987; FALCONE, 2008) que se alastram pela sociedade dado o alcance extenso desses meios comunicacionais. Isso não quer dizer que essas representações sociais projetadas pela mídia “nascem” do meio midiático, mas são retomadas e reproduzidas por esses veículos, reforçando e legitimando certos efeitos de prototipicidade e/ou estereotipização. Também não quer dizer que se tratam de fenômenos estanques, identidades totalizantes, mas que acabam sofrendo um efeito de estabilidade, pois operam com uma concepção de essência identitária que “colabora para que a nossa vida seja organizada de maneira bastante fixa, valendo-se de regras e valores instituídos que, ao ganharem uma configuração dominante, são legitimados como algo que deve assim permanecer” (MANSANO, 2009, p. 111).

As categorizações aqui analisadas e projetadas a todo momento pela mídia partem de modelos hegemônicos de ser e de viver, são recorrentemente naturalizadas e, dessa forma, legitimadas, e ainda contribuem para a construção dos modelos preferidos de nossas vidas cotidianas, proporcionando formas relativamente estáveis com as quais podemos nos identificar e identificar os outros, sendo esses movimentos de (des)identificação vistos como ideologicamente motivados, como atos políticos, no sentido de Mouffe (1996).

No caso em questão, observamos como o discurso jornalístico (re)produz categorizações em que são atribuídas aos integrantes do #Ocupe características que enquadram

os ativistas dentro de variadas categorias de atores sociais: o vândalo, o desocupado, o drogado, o baderneiro etc. Os integrantes do #Ocupe, não são tratados como ativistas sociais “prototípicos”, mas como figuras estereotipadas da sociedade.

**Figura 46** – Foto do banho de piscina



Fonte: DP de 09 maio 2015.

Na fotografia destacada na matéria do DP de 9 maio de 2015 (Figura 47, acima), vemos como a pessoa que representaria o ativista social é colocada de maneira a suscitar um modo de vida que vai de encontro aos modelos preferidos para o sujeito ativista social. Ignora-se que o #OcupeEstelita, inspirado no Occupy Wall Street, propõe novas formas de ativismo que despertem na sociedade novas maneiras de ser e viver, rompendo com os modelos tradicionais de conhecimento sobre o ativismo. No contexto norte-americano, contra a máxima “tempo é dinheiro”, realizavam-se demonstrações de como viver fora desse padrão, por exemplo, engajando-se em atividades de lazer em espaços e tempos não normalmente associados a esse tipo de prática. O #Ocupe inspira-se, pois, nesse tipo de demonstração, e, propondo um ativismo irreverente, engaja-se em intervenções irônicas como banhos de piscina, e outras mais didáticas como aulas públicas, feiras orgânicas etc. Porém, o jornal se apropria dessa performance e a reproduz sob a lógica da ideologia capitalista neoliberal que permeia todo seu discurso.

É imprescindível, portanto, considerar o contexto geral de produção desse discurso jornalístico para compreender como possíveis gestos de auto-apresentação positiva realizados

pelos integrantes do Movimento são tomados e apropriados pelo discurso da mídia e transformados em discursos satirizados, que, no lugar de suscitar outros modos de ser, contra-hegemônicos, suscitam o grotesco. A maior foto da matéria (Figura 48), por exemplo, ilustra o acampamento do Movimento e seus membros fazendo ioga em outro claro contraste com o modelo sociocognitivo dominante referente ao ativista como sujeito político.

**Figura 47** – Foto do acampamento



Fonte: DP de 09 maio 2015.

A identificação dos atores sociais nas notícias sobre o #OcupeEstelita opera tanto através do discurso verbal como imagético na sua (re)categorização em um *continuum* que vai de uma categoria esvaziada de sentido “pessoas”, como nas primeiras notícias, até a categoria estereotipada de “vândalos”. Essas categorizações, além de deslegitimar o ator social ativista frente à sociedade, contribui para o descrédito do próprio #OcupeEstelita.

### 5.1.3 3º Ciclo: a reprodução do discurso hegemônico

Nos últimos dias de março de 2019 é noticiada a retomada das demolições dos armazéns do Cais José Estelita. À maneira como as primeiras notícias sobre o caso foram construídas, essa nova série de notícias apresenta a demolição dos armazéns como fato certo, dado e esperado, não como algo novo ou surpreendente. Vejamos os títulos das duas primeiras notícias veiculadas a respeito do caso: “Demolição de galpões no Cais José Estelita é retomada” (JC, ed. on-line, 25/03/2019) e “Demolição de galpões no Cais José Estelita é retomada nesta segunda-feira” (DP, ed. on-line, 25/03/2019). Não há menção sobre o tempo que se passou (5 anos) entre a primeira tentativa de demolição e a atual; não há menção às disputas jurídicas ainda enfrentadas pelo Consórcio Novo Recife; não há menção aos impedimentos legais que foram suspensos para que se pudesse retomar as demolições, dentre outros fatores relevantes.

Esse mesmo movimento de pressuposição é observado nos parágrafos iniciais da notícia do Diário de Pernambuco, que trata da construção dos primeiros edifícios do Projeto, através do emprego dos verbos conjugados no futuro do indicativo (indicando certeza de sua realização): “A primeira etapa, o Mirante do Cais, *será* composta por duas torres, que *compartilharão* de uma área de lazer completa [...] Ainda *será* construído um edifício garagem de cinco andares para carros elétricos” (*Demolição de galpões no Cais José Estelita é retomada nesta segunda*, DP, ed. on-line, 25/03/2019, grifos nossos). O Jornal do Commercio retoma uma estratégia similar (e que vem sendo aplicada nas notícias desde 2014) de utilização da construção “está previsto”, pressupondo, também, que é um planejamento apenas aguardando a concretização: “Para a área *está prevista* a implantação do Projeto Novo Recife, que inclui a construção de torres ao longo do cais” (*Demolição de galpões no Cais José Estelita é retomada*, JC, 25/03/2019, grifo nosso).

O #OcupeEstelita é mencionado, como tal, liderando os protestos em relação à tentativa de realização do Projeto Novo Recife, embora, novamente, nos parágrafos finais de ambas as notícias. Como visto anteriormente, é uma posição de pouca relevância na notícia, se ela chegar a ser lida por completo, indicando um tratamento estereotipado do Movimento e o protagonismo conferido ao Consórcio como no primeiro ciclo de notícias.

Em geral, os discursos produzidos pela cobertura jornalística tradicional mais recente enfocam principalmente a questão do progresso/desenvolvimento econômico, resgatando o modelo cidadão-trabalhador, mesma estratégia empregada pelo Consórcio Novo Recife para tentar manipular a opinião pública em favor do empreendimento desde o princípio. Através do

modelo de contexto de “geração de empregos” num momento de economia estagnada e altas taxas de desemprego, o Novo Recife mobiliza pessoas a favor de sua realização. Essa é uma estratégia bastante comum aos processos de gentrificação do capitalismo avançado, que tendem a incidir sobre localidades onde, historicamente, há acentuado desinvestimento (SMITH, 2007). Os jornais locais, alinhando-se mais uma vez ao discurso hegemônico, submetem seus pontos de vista à ideologia capitalista, construindo reportagens com títulos como “Fila de emprego para o projeto Novo Recife, no Cais José Estelita, continua grande” (DP, ed. on-line, 01/04/2019), “Trabalhadores formam fila em busca de emprego no Projeto Novo Recife” (JC, ed. on-line, 27/03/2019) e “Projeto Novo Recife diz que fará contratações já na próxima semana” (JC, ed. on-line, 29/03/2019), focalizando esse aspecto em relação aos desdobramentos mais recentes do conflito.

Percebemos que esse discurso e o discurso que categoriza o integrante do Movimento como vagabundo (em oposição ao trabalhador) estão em relação dialógica, têm origem e se desenvolvem de acordo com a mesma ideologia neoliberal capitalista. Nas reportagens mais recentes, o #Ocupe será posicionado novamente como um agente que atrapalha o desenvolvimento econômico, e, mais diretamente, que impede que as pessoas trabalhem, ao ponto de integrantes do #Ocupe terem que abordar essa questão diretamente:

De acordo com Gabriela, uma das líderes do Ocupe Estelita, a pauta do movimento também (*sic*) pela geração de empregos para os trabalhadores que formam a fila no Cais José Estelita. "O movimento é absolutamente favorável à geração de emprego, o que o movimento quer é alinhado com a geração de muitos empregos, mas também é alinhado com um modelo de cidade menos excludente, inclusive para esses trabalhadores que estão aqui", disse ela. "Por isso, vamos continuar ocupando aqui", continuou. (*Projeto Novo Recife diz que fará contratações já na próxima semana*, JC, ed. on-line, 29/03/2019)

A inserção do discurso reportado de Gabriela, como na maioria dos casos, ocorre no final da estrutura da notícia, nesse caso, no último parágrafo. Enquanto o discurso reportado de representantes do Consórcio Novo Recife é inserido em partes mais proeminentes da estrutura de relevância (VAN DIJK, 1988) das notícias. Tomamos como exemplo o discurso reportado do representante da construtora Moura Dubeux (uma das integrantes do Consórcio) que, além de estar no 3º parágrafo da notícia, condiciona a geração de empregos à continuidade das obras:

“A partir deste momento, já iremos iniciar a contratação de pessoas, a obra retoma e empregos serão gerados aqui. Esperamos que acabe em no máximo uma semana, pode ser mais rápido do que a gente imagina”, disse o engenheiro Eduardo Moura, representante da Moura Dubeux. (*Consórcio Novo Recife retoma a demolição dos galpões do Cais José Estelita*, JC, ed. on-line, 28/03/2019)

Outra estratégia utilizada pelos jornais nessa última série de notícias é a inserção de discurso reportado das pessoas que estavam em busca de emprego, num movimento de forte apelo emocional:

Já Fábio José, 46 anos, desempregado há 6 anos, disse que ficou sabendo pela televisão que o Consórcio Novo Recife estaria com vagas de emprego abertas. Para ele, que chegou cedo ao local, a construção é uma oportunidade para quem está sem emprego. “Cheguei aqui de sete e meia e *vim procurar vaga de qualquer coisa que aparecer aí*. Já trabalhei como ajudante, pintor, vigilante, várias funções. Eu fiquei sabendo aqui das vagas pela TV, dizendo que ia começar com a obra fazendo 13 torres e *é uma oportunidade para a gente que está sem emprego, que é pai de família e é uma luz que veio para nós desempregados*”, afirmou ressaltando que “*Pernambuco está precisando de uma área de lazer*” como a que será construída no empreendimento. (*Trabalhadores formam fila em busca de emprego no Projeto Novo Recife*, JC, ed. on-line, 27/03/2019, grifos nossos)

Nesse relato, ressaltamos não só o apelo feito pelo entrevistado (“para que a gente que está sem emprego, que é pai de família”), como o reforço do modelo de cidade-emprego, construído através do discurso que favorece a construção do Novo Recife: “*Pernambuco está precisando de uma área de lazer*”. O discurso que constrói o modelo de progresso proveniente da realização do Novo Recife reverbera de maneira tão vibrante que, na visão do entrevistado, o Projeto beneficiaria todo o estado de Pernambuco, não só sua capital.

Finalmente, como nas notícias de 2015 analisadas acima, mais uma vez a cobertura fotojornalística é utilizada para intensificar o discurso verbal. Nesse ciclo, diferentemente do anterior, são exploradas imagens das pessoas nas filas segurando seus currículos, como é de praxe em reportagens sobre desemprego (Figura 49). Postulamos que essas imagens contrastam diretamente na memória discursiva da sociedade com as imagens dos ativistas do #Ocupe realizando aulas de ioga e tomando banho de piscina durante os protestos.

**Figura 48** – Homem segura currículo

Fonte: DP on-line, 01 abr 2019

Com isso, a polarização *Nós x Eles* (VAN DIJK, 2010), se um pouco borrada no segundo ciclo de cobertura, fica novamente mais claramente definida, e ganha contornos ainda mais precisos, sendo o grupo hegemônico, *Nós*, os cidadãos que buscam trabalhar procurando “vaga de qualquer coisa que aparecer”, e *Eles*, dentre os quais o #OcupeEstelita e seus integrantes, insensíveis às dificuldades por que passa um “pai de família”. O #Ocupe e seus apoiadores são tratados novamente de forma estereotipada, frente ao tratamento prototípico estendido aos desempregados e representantes do Consórcio.

Sendo assim, as notícias mais recentes fazem um movimento de retorno de um pêndulo, que por algum tempo pendeu mais para o lado do #OcupeEstelita, mas que agora volta a favorecer a ideologia capitalista neoliberal na sociedade recifense, ao mesmo tempo em que deslegitima o #OcupeEstelita. Através da análise desses três ciclos de notícias, pudemos observar como o acesso discursivo conquistado pelo Movimento cresce, desde seu silenciamento total até notícias que descrevem e ilustram de forma mais detalhada suas ações e atividades, com discurso reportado direto de integrantes do grupo e com o Movimento protagonizando de fato algumas delas.

Para nós, isso é um claro indício de que o #Ocupe consegue, pelo menos até certo ponto e por um tempo, desestabilizar a práxis jornalística, irrompendo através do monopólio dessa elite discursiva, fazendo tamanho barulho (não só nas ruas, mas também nos debates que promove on-line) que não pode mais ser ignorado. Ao ser reconhecido como ator social pelo poder hegemônico, o #Ocupe demonstra que vence, naquele momento, a batalha por sua

legitimação, embora, à medida que o governo vacile e outras causas ganhem mais visibilidade, o pêndulo retorne ao discurso orientado pelas ideologias capitalistas.

Lembramos, contudo, com Motta (2002, p. 15) que as notícias “não constituem um corpo de sentidos elaborados e definitivos e só adquirem esses sentidos fabulares na imaginação dos leitores, telespectadores ou ouvintes”. Ou seja, mais uma vez, fica a (inquietante) ideia de que os jornais tradicionais locais reforçam os modelos sociocognitivos de progresso/desenvolvimento neoliberal simplesmente porque são produto e ao mesmo tempo processo constitutivo de uma cultura capitalista neoliberal. Para fazer frente a isso, há de ser empreendida uma revolução profunda que, segundo Boggs (apud FANG, 2016) envolve a transformação das próprias pessoas que atuam na configuração social que produz essa cultura.

Uma revolução como essa necessariamente passa pelo questionamento crítico de conhecimentos naturalizados, pela subversão e reorganização de modelos sociocognitivos dominantes, de modelos de contexto recorrentes etc. Em outras palavras, é uma revolução sociocognitiva, e “É por isso que a luta fundamental pelo poder é a luta pela construção de sentido nas mentes das pessoas. (CASTELLS, 2015, p. 5, tradução nossa)<sup>69</sup>. Compreendemos, portanto, que o caminho para essa revolução na construção de sentidos nas mentes das pessoas passa necessariamente pelo discurso.

---

<sup>69</sup> No original: “This is why the fundamental power struggle is the battle for the construction of meaning in the minds of the people” (CASTELLS, 2015, p. 5).

## 6 A DISPUTA PELO PODER REVERBERA NA SOCIEDADE: ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS NO FACEBOOK

Neste capítulo, pretendemos desenvolver uma análise qualitativa de comentários publicados em relação a algumas postagens nas páginas de Facebook do Movimento #OcupeEstelita, Projeto Novo Recife e dos jornais Jornal do Commercio e Diario de Pernambuco. Nosso intuito é observar como os discursos construídos pelos dois grupos antagônicos na questão reverberam na sociedade.

Partimos do pressuposto de que o espaço para os comentários é um espaço aberto no ambiente virtual, não obstante algumas possíveis estratégias que se podem empregar para silenciar ou apagar comentários, como apontamos no terceiro capítulo, por exemplo. A princípio, qualquer internauta pode acessar essa área das páginas citadas e comentar. Dessa forma, diferentes atores sociais, simpatizantes com qualquer um dos grupos, podem expor suas opiniões, bem como engajar-se em debates com outros internautas.

Nossa análise se centrará, portanto, em averiguar os modelos sociocognitivos recorrentemente (re)ativados nas discussões sobre o caso, a fim de verificar quais ideologias predominam na opinião pública. Faremos isso através da análise das mesmas categorias apontadas nos capítulos anteriores, especialmente as implicações, referência e categorização.

### 6.1 O FACEBOOK COMO ÁGORA VIRTUAL

Além de oportunizar o acesso discursivo para movimentos sociais como o #Ocupe, sites de redes sociais também facilitam a interação entre pessoas de diferentes classes sociais, crenças, ideologias, históricos e vivências a qualquer hora e de qualquer lugar. Com o virtual, o tempo e o espaço já não apresentariam limitações para a interação entre pessoas (CASTELLS, 2005; 2010; 2015; LÉVY, 1999). Nesse sentido, o espaço virtual apresenta-se como um fórum para discussão ao qual o internauta pode aceder e onde pode engajar-se em debates através de diversas ferramentas. Uma delas, como mencionado no capítulo 4, é a *hashtag*.

Outra via de debate aberta pela plataforma Facebook é através do comentário em relação às publicações/postagens. Ao realizar um comentário em relação a alguma publicação, o/a internauta passa a acompanhar respostas e outros comentários em relação àquela publicação

que são sinalizados para ele via notificações (automáticas, a não ser que a pessoa as desative). Isso pode ser feito em páginas pessoais (desde que as publicações estejam abertas ao público), e em páginas de empresas, movimentos sociais, instituições sociais etc. Nesse aspecto – e por isso analisamos essa ferramenta especificamente – o Facebook proporcionaria um autêntico espaço de trocas e debates, convertendo-se em esfera pública, ou, como Pierre Lévy (1999), no âmbito dos estudos da cibercultura, pontua, em ágora virtual.

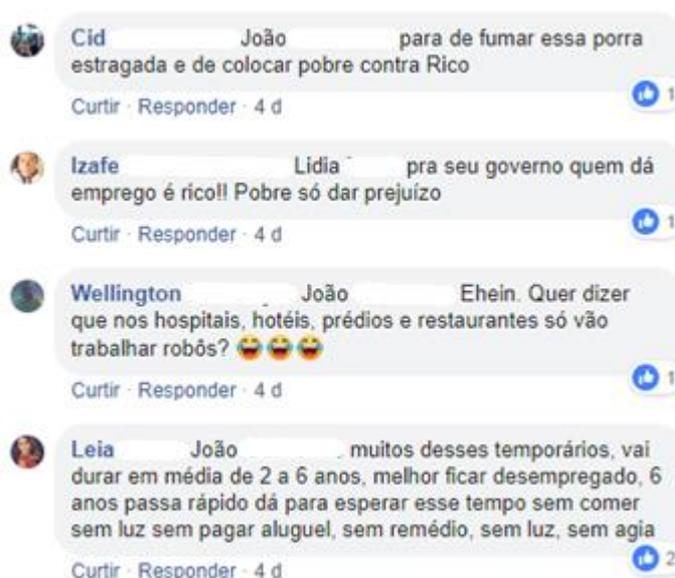
Por outro lado, como temos alertado, é importante ter em mente que há ferramentas de silenciamento também disponibilizadas pelo site de rede social, permitindo, por exemplo, que se apague comentários, ou os bloqueie para visualização de alguma forma. Normalmente, ao visitar uma página, visualiza-se alguns comentários logo abaixo da postagem. Esses comentários mais visíveis seriam aqueles marcados como “Mais relevantes” pelo site, embora o critério dessa relevância não seja claro. É possível para o visitante escolher visualizar “Todos os comentários” ou os mais “Novos”. Contudo, o leitor desavisado muitas vezes poderá não se dar ao trabalho de fazer isso. Assim, em geral, parte dos comentários está “escondida” à primeira vista. Também é possível que um/a internauta denuncie um comentário como sendo impróprio, fazendo com que o Facebook avalie tal comentário e possivelmente o exclua. Além desses, há aqueles mecanismos de gerenciamento que escapam do controle ou mesmo ciência do usuário, como a utilização de algoritmos para filtrar o conteúdo oferecido a cada internauta baseado em suas buscas e cliques anteriores. Não obstante essas possíveis barreiras comunicativas, o comentário no site Facebook a princípio se mostra como um instrumento de diálogo e debate em larga escala, potencialmente aberto à toda a sociedade, inclusive global.

Esse gênero textual remete diretamente ao dialogismo intrínseco à linguagem e ao discurso, pois ele dialoga com o texto fonte (a postagem, por exemplo), num dialogismo interdiscursivo, e com outros comentários, num dialogismo interlocutivo (CUNHA, 2012). Além de proporcionar a oportunidade de os internautas se posicionarem em relação ao tema, muitas vezes esse dialogismo interlocutivo se sobrepõe e acaba predominando nas discussões ensejadas sobre o #Ocupe e o Novo Recife, configurando, portanto, um autêntico debate entre os internautas. Nas palavras de Siblot (apud CUNHA, 2012, p. 26) “as palavras não dizem o objeto ‘em si’, mas nossa relação com ele”. Ao comentarem a questão do destino da área do cais, os internautas se posicionam a favor ou contra o #Ocupe ou o Novo Recife, provocando e motivando os outros participantes do debate, e frequentemente “apontando” para esses outros interlocutores específicos para que eles estejam atentos à resposta direcionada a eles (Figura 50). Ainda de acordo com Cunha (2012), muitas vezes o intuito do enunciador é provocar a

adesão dos outros interlocutores para o seu ponto de vista, ou seja, “provocar pró-discursos” (CUNHA, 2012, p. 27) e por isso os debates são tão carregados de apelos a valores e ideologias que fundamentam seus argumentos apresentados como fatos.

Observamos em muitos comentário a tentativa de persuadir o interlocutor a concordar com um ou outro ponto de vista sobre o tema, utilizando-se várias estratégias, desde a argumentação, com exposição de fatos, dados, compartilhamento de notícias e reportagens para corroborar argumentos etc., mas também insultos direcionados diretamente a outros interlocutores (Figura 50). Aqui, consideramos que não há manipulação do discurso e das mentes dos outros usuários, mas persuasão, pois compreendemos, com apoio em van Dijk (2010), que a manipulação, em seu sentido como abuso de poder, ocorre na interação entre atores sociais em posições assimétricas de poder. No contexto da página de Facebook, entre os comentários, há uma horizontalidade das relações de poder, eliminando-se a possibilidade da manipulação abusiva por parte de uma elite simbólica, por exemplo.

**Figura 49** – Comentários de internautas em postagem do DP



Fonte: @jornaldiariodepernambuco

Através dos comentários, o Facebook proporciona a possibilidade de a sociedade em geral se colocar em relação a diferentes temas de maneira amplificada e, como apontado acima, horizontal. Porém, é preciso ser cautelosos em relação a essas potencialidades, assim como alertamos no segundo capítulo sobre a promessa democratizante da Internet. É preciso ter em mente que, apesar de o Facebook e outros sites de redes sociais oferecerem espaço para debate,

e apesar de esse debate ocorrer com frequência e com intensidade, essas ocorrências não podem ser consideradas isoladamente para acessar e identificar as atitudes, opiniões e crenças, os modelos sociocognitivos preferidos, o que poderia ser considerado conhecimento partilhado, enfim, a configuração da opinião pública.

Apesar disso, acreditamos que o discurso produzido nesses espaços pode e deve ser analisado em relação a outros discursos que circulam na sociedade, como um dos elementos constitutivos das relações de poder vigentes. Por isso realizamos o exame qualitativo de discussões que se desenrolaram em relação a certas publicações na página do #Ocupe e do Novo Recife. Os comentários analisados foram aqueles referentes às publicações que geraram maior número de comentários, compartilhamentos ou “curtidas”, que, no caso das publicações da página do #Ocupe eram geralmente aquelas que anunciavam ou informavam sobre alguma intervenção do Movimento.

Pretendemos, através dessa análise, identificar quais relações de poder, saberes, ideologias e modelos sociocognitivos foram questionados, desestabilizados e quais foram reproduzidos através de diferentes estratégias discursivo-sociocognitivas.

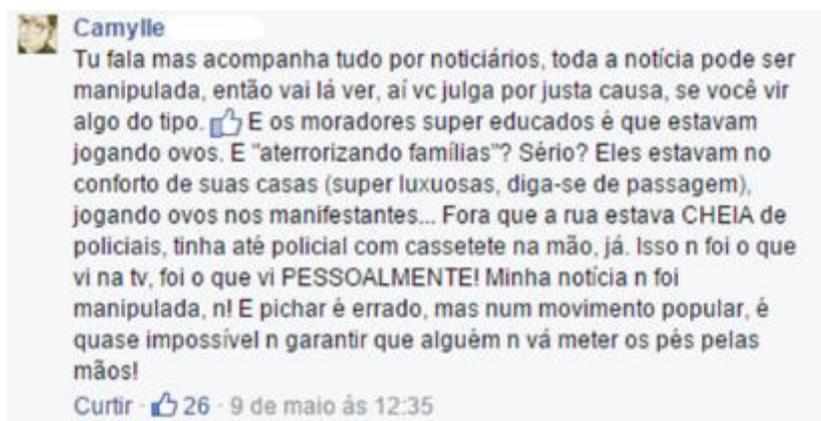
## 6.2 “VAGABUNDOS”, “DEMOCRACIA” E “PROGRESSO”: DAS CATEGORIZAÇÕES À REPRODUÇÃO IDEOLÓGICA

Acerca da intervenção do #Ocupe denominada “Praia do GeJu”, tratada nas reportagens de 2015 analisadas no Capítulo 5, o Movimento publicou várias notas e convocações em sua página. Uma única publicação referente a esse evento gerou 155 comentários (e respostas aos comentários) de pessoas a favor e contrárias ao acampamento, ao Movimento e ao Novo Recife, 366 compartilhamentos e 1,4 mil curtidas. Aliada a outras publicações que também geraram comentários e compartilhamentos, embora em menor número, nota-se a repercussão dessa intervenção na opinião pública.

Ao realizar a análise desses comentários, foi possível perceber a retomada dos modelos sociocognitivos suscitados nas notícias dos jornais. Por exemplo, o modelo sociocognitivo capitalista de cidade-emprego, que engloba o modelo de evento referente aos danos à propriedade privada, se mantém saliente através da discussão sobre a pixação e depredação, que são problematizadas tanto por aqueles contrários ao Movimento, como pelos apoiadores do #OcupeEstelita (Figura 51), ignorando-se o porquê da intervenção em frente à casa do prefeito:

“E pichar é errado, mas num movimento popular, é quase impossível n garantir que alguém n vá meter os pés pelas mãos!” (Figura 51). Discute-se, portanto, a (des)legitimação da ação do Movimento, e não a pauta que ele tenta abordar.

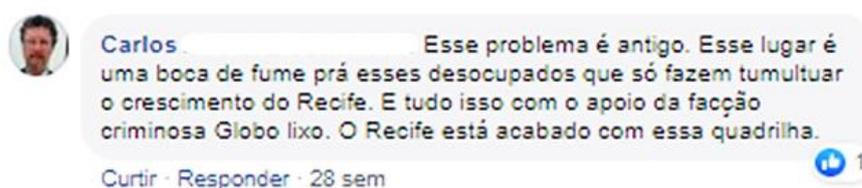
**Figura 50** – Comentário sobre a ação Praia do GeJu



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

Ao se concentrar nos danos à propriedade privada, os comentários dos internautas resgatam também a categorização dos integrantes do #Ocupe como criminosos, vândalos, sujeitos fora da lei, assim como foi realizada essa associação nas notícias jornalísticas. Essa categorização criminalizante do #Ocupe é realizada de maneira indireta no comentário acima, que corrobora a ilegitimidade do ato de pichação, mas também aparece de maneira explícita em outras ocasiões, como no comentário abaixo (Figura 52).

**Figura 51** – #Ocupe categorizado como quadrilha



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

Nesse comentário, a rede Globo de televisão é posicionada como veículo que apoia o Movimento – provavelmente pela visibilidade que deu ao #Ocupe durante a cobertura da demolição dos armazéns em março de 2019. Além disso, na percepção de alguns grupos mais conservadores, a rede Globo tem assumido um posicionamento mais crítico em relação ao governo Bolsonaro desde as eleições de 2018, o que tem levado muitos a classificarem a emissora como “esquerdista”. Nesse comentário, publicado em março de 2019, enquanto a

Globo é categorizada como “facção criminosa”, ambos (rede Globo e Movimento) são enquadrados dentro da categoria “quadrilha”.

No comentário da Figura 53, abaixo, vemos a retomada do modelo sociocognitivo postulado pelo Novo Recife em sua página, de “salvador” da cidade, resgatando-a do atraso. Isso fica claro através do emprego do termo “refém”: “O Recife não será refém desse grupo [#OcupeEstelita]”. Aqui, novamente, vemos a cidade ser compreendida como sendo “sequestrada” por bandidos, prostitutas e marginais. Além de resgatar esse modelo sociocognitivo, o comentário mais uma vez categoriza o #Ocupe de forma criminosa, como sujeitos fora da lei.

**Figura 52** – Comentário sobre o acampamento em frente à casa do prefeito



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

Ainda em relação a esse comentário, destacamos o valor da proteção da propriedade privada, e a concepção de cidade como cidade-empreendimento, mercadoria à venda: “Falam tanto que o ‘Recife é de todos’ e não respeitam a propriedade das pessoas que batalharam a vida inteira para adquiri-las” (Figura 53).

Por outro lado, o comentário demonstra a penetração do discurso do #Ocupe quando o internauta põe em questão o conceito de democracia, redirecionando a discussão sob uma perspectiva política. Uma das mudanças promovidas pelo #OcupeEstelita, portanto, está nesse debate político ensejado principalmente nas redes sociais on-line.

Realizando uma leitura dos implícitos nesses trechos do comentário, observamos que o internauta resgata um conceito de democracia baseado em um racionalismo positivista – já que no comentário se condenam as intervenções radicais como aquelas promovidas pelo #Ocupe – e na deliberação – já que o comentário reclama por mais diálogo entre as partes: “sem espaço para o diálogo” (Figura 53). É interessante notar que o internauta acusa o Movimento de fechamento para o diálogo, da mesma forma que o #Ocupe acusa o poder público de um processo decisório unilateral, autoritário.

Além disso, vemos como na compreensão do internauta, é o #Ocupe que se impõe violentamente, já que ele comenta: “a democracia não é impor violentamente sua vontade acima das leis quando ela não for integralmente satisfeita. A democracia não apenas lhe outorga direitos, mas também lhe exige deveres” (Figura 53). Ao criticar as ações do #Ocupe, demonstra que adota o modelo sociocognitivo construído pelo discurso hegemônico de que o grupo insurgente é um grupo violento, que age fora da lei.

Além disso, de acordo com esse trecho do comentário, o dever do cidadão que pretende negociar com o Estado é o de aceitar a satisfação parcial de sua vontade, ou seja, de tentar não permanecer em desacordo, mas buscar o consenso. Porém, em conjunturas assimétricas de poder entre o capital, governantes, e cidadãos é ingênuo pensar que essa busca pelo consenso se realizaria pela via da racionalidade e “cooperação justa”, como postulado na teoria inicial habermasiana. De modo que, apesar de realizar movimento de legitimação da causa mais geral levantada pelo #Ocupe – de questionamento da prática política –, predomina ainda, a ideologia neoliberal, que se impõe, inclusive, sobre a compreensão da ação política possível ao cidadão.

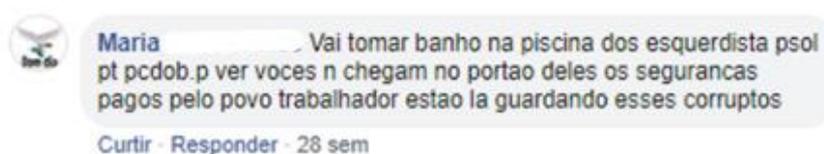
Assim, o comentário aponta para um debate da questão política, porém limita-se a um modelo positivista que se baseia numa pretensa isonomia entre as partes envolvidas, além de basear-se no modelo sociocognitivo preferido para a compreensão de eventos de protesto, a saber, em que os ativistas são violentos e responsáveis por atos criminosos.

Dentro do marco da ideologia capitalista neoliberal mais geral, outro modelo sociocognitivo discutido anteriormente (Capítulos 3 e 5) é suscitado nos comentários para discutir a (des)legitimação do Movimento: o de cidadão-trabalhador, ou seja, que tem o dever

(e legitimação através) do trabalho. Esse modelo, apesar de não referido diretamente no discurso jornalístico ou no discurso do Novo Recife, está, todavia, implicado nos modelos sociocognitivos instanciados pela ideologia capitalista e nas categorizações realizadas implicitamente, como vimos no terceiro capítulo.

Como vimos, na lógica capitalista, serão reconhecidos como cidadãos, como sujeitos de direito, aqueles que trabalham, que contribuem para o capital. De modo que, ao publicar a foto (Figura 46) do ativista tomando “banho em piscininha de plástico”, o jornal Diário de Pernambuco põe em contraste o retrato dos representantes do Movimento em situações de lazer (tomando banho de piscina, fazendo aulas de ioga etc.) e o modelo de cidadão-trabalhador, elaborando uma categorização dos ativistas como “desocupados”. Essa categorização aparece, então, em outros discursos, em outras esferas, como possivelmente motivadora do comentário publicado na página do #Ocupe (Figura 54), reproduzido abaixo:

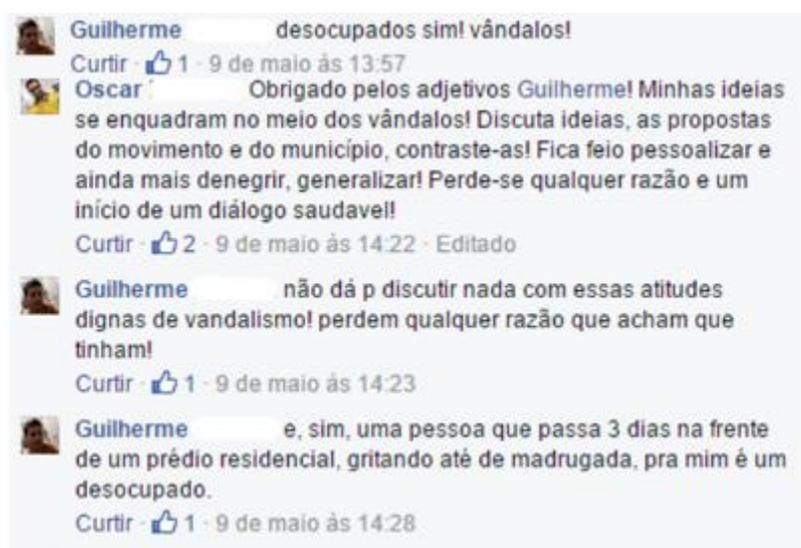
**Figura 53** – Possível resgate da imagem do ativista tomando banho de piscina



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

Indiretamente, essa categorização construída desde o início do embate em que o #OcupeEstelita não produz, não agrega à cidade-emprego, é suscitada em outras referências/categorizações dos ativistas como desocupados (Figura 55).

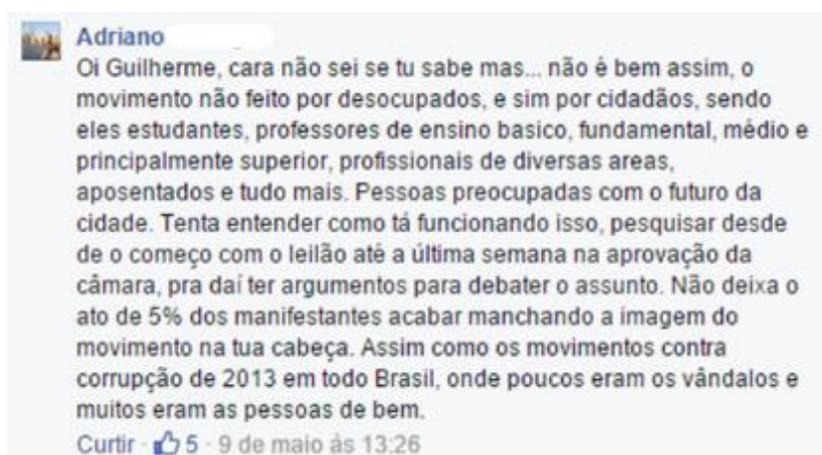
**Figura 54** – Referência/categorização de “desocupado”



Fonte: @Movimento#OcupeEstelita

Mais interessante, contudo, é ver que apoiadores do Movimento também retomam esse modelo sociocognitivo do cidadão-trabalhador, reproduzindo o discurso hegemônico da legitimação através do trabalho, ao tentar refutar as acusações de que seriam “desocupados”. Vejamos como esse processo funciona no comentário abaixo (Figura 56):

**Figura 55** – Resposta à categorização dos ativistas como desocupados



Fonte: @Movimento#OcupeEstelita

Nesse comentário, reafirma-se o valor do trabalho na sociedade configurada de acordo com ideologias capitalistas, ao elencar as profissões e ocupações dos supostos “desocupados”, pressupondo que assim se contribui para a legitimação do Movimento. Ressaltamos também o ato de valorização modalizada pela expressão “principalmente superior” para caracterizar os professores apoiadores do #OcupeEstelita.

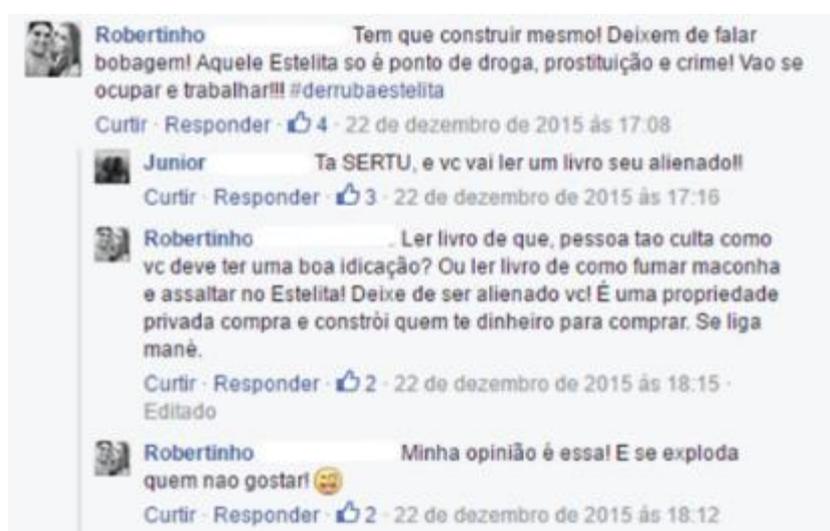
Entendendo a categorização como um processo contínuo e dinâmico entre os dois polos de efeitos prototípicos e estereotipização (LAKOFF, 1987), observamos que em diferentes textos em domínios distintos, encontramos recorrentemente categorizações em relação aos integrantes do Movimento que apontam para as categorizações elaboradas pelo discurso hegemônico capitalista – invasores, sujeitos fora da lei, desocupados, vândalos –, baseadas, principalmente em efeitos de estereotipização desses atores sociais.

As identificações motivadas por processos de estereotipização prescindem de um maior conhecimento sobre o fenômeno ou ator social sendo categorizado. Não se faz necessário saber mais sobre o assunto, sendo suficiente que se consiga resgatar um modelo preferido sobre a figura do ativista e sobre o que seria um movimento social para poder participar no debate sobre o caso. Isso, por sua vez, representa uma barreira para a mudança de modelos de conhecimento sobre o tema e, conseqüentemente, para a mudança social. O trabalho de reprodução de modelos

e representações preferidos é sempre mais fácil do que aquele de subversão desses modelos e representações. Principalmente quando esses modelos e representações preferidos são reforçados pelo discurso da imprensa tradicional, que ainda detém poder simbólico. Os jornais locais, por trás do marco da objetividade, relatam e descrevem as ações do #OcupeEstelita de forma estereotipada ao passo que alimentam o modelo sociocognitivo de “desocupados” em contraponto ao modelo de cidadão-trabalhador. Esse modelo, por sua vez, é (re)construído nos comentários do Facebook.

Vemos nos comentários que as generalizações estereotípicas relacionadas à categorização dos apoiadores do #Ocupe estão focalizadas em alguns aspectos particulares, como, por exemplo, o consumo de maconha, que ainda é considerado prática criminosa (Figura 57), principalmente se praticada por grupos sociais estigmatizados<sup>70</sup>.

**Figura 56** – Comentário que focaliza o estereótipo “maconheiro”



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

De acordo com Siebra (2012), é comum esse tipo de focalização em aspectos negativos e silenciamento de características positivas que seriam incompatíveis com os estereótipos já formados sobre os grupos/atores sociais como uma estratégia de manutenção desses estereótipos. Dessa forma, normalmente se enfatizam as características transgressoras e radicais

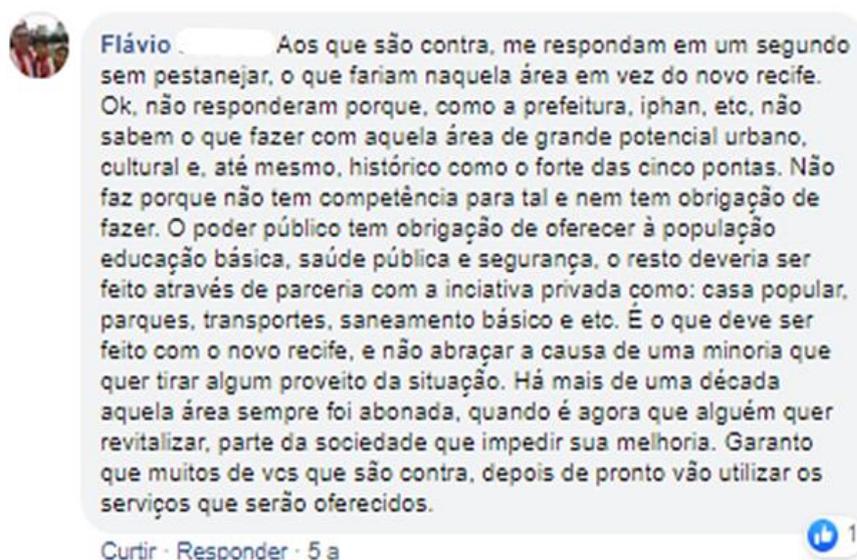
<sup>70</sup> Remetemos aqui à criminalização do consumo da maconha quando esse consumo é realizado por atores sociais estigmatizados (pobres negros, principalmente). Porém, quando atores sociais associados a grupos hegemônicos de poder (brancos de classe média) consomem maconha, esse uso é considerado recreacional ou indício de uma condição de saúde (vício) a ser tratada.

de grupos insurgentes como o #Ocupe, ao mesmo tempo em que são des-enfatuadas as ações positivas e construtivas, como as aulas públicas e oficinas gratuitas promovidas pelo Movimento, por exemplo.

Além da manutenção do estereótipo de “maconheiro” para categorizar o integrante do #Ocupe no comentário acima (Figura 57), ressaltamos o tom intolerante utilizado pelo apoiador do Novo Recife – “Minha opinião é essa. E se exploda quem não gostar!” – e do apoiador do #Ocupe – “Tá SERTU, e vc vai ler um livro seu alienado!!” Como apontado anteriormente, é bastante comum nas trocas nos comentários ver esse tipo de fechamento para o diálogo, em que as ofensas tomam o espaço dos argumentos.

Identificamos a ideologia capitalista neoliberal sendo resgatada também em instâncias em que se discute qual seria o papel do Estado no caso. Por exemplo, no comentário abaixo (Figura 58), observamos como se espera pouco do governo: “Não faz porque não tem competência pra tal e *nem tem obrigação de fazer*. O poder público tem obrigação de oferecer à população educação básica, saúde pública e segurança, o resto deveria ser feito através de parceria com a iniciativa privada”.

**Figura 57** – Comentário sobre o papel do governo



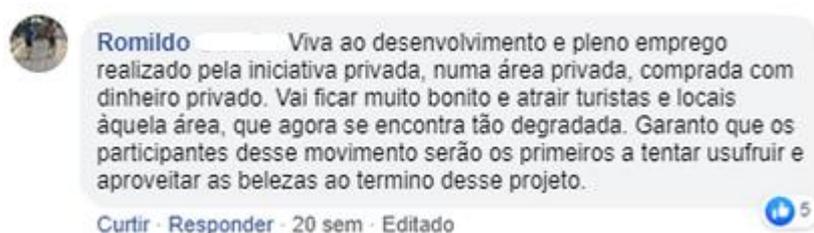
Fonte: @novorecife

Ou seja, o papel do Estado deveria ser mínimo. Além disso, vemos nesse comentário a reprodução de um dos alicerces da ideologia capitalista, de que o Estado não deve interferir porque é incompetente para lidar com certas questões: “Não faz porque não tem competência”. Essa é uma estratégia que impulsiona a ideologia da privatização, empregada por alguns grupos

para abrir espaço para a especulação do capital, para a gentrificação e outros processos. Ao deixar que certos espaços e serviços sejam sucateados, constrói-se essa ideia de que o poder público não tem a competência para lidar com a situação, cabendo, então, à iniciativa privada “resgatar” aquele espaço ou serviço público.

Por vezes, o debate toma contornos mais gerais, como no comentário abaixo (Figura 59), ilustrativo do embate ideológico fundamental entre o capitalismo e socialismo ensejado pelos grupos antagônicos e motivado por uma questão pontual: a quem pertencem os espaços urbanos? Novamente, a gentrificação, a ideologia da privatização e ideologias capitalistas em geral se fazem presentes, através da compreensão da natureza privada da área: “desenvolvimento e pleno emprego realizado pela *iniciativa privada*, numa *área privada*, comprada com *dinheiro privado*” (Figura 59). Note-se que os benefícios apontados pelo internauta focalizam, novamente, aspectos econômicos, ignorando questões de desenvolvimento humano e/ou sustentabilidade.

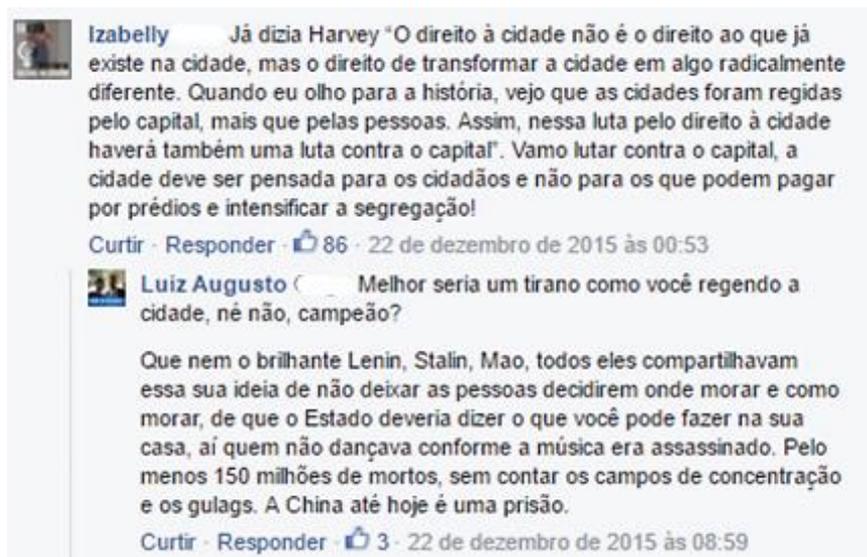
**Figura 58** – Comentário que resgata a ideologia da privatização



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

Em outros momentos, há uma discussão ideológica direta entre internautas através dos comentários. A dicotomização entre Capitalismo e Comunismo ressurgue dando respaldo aos argumentos de um e de outro lado da questão (Figura 60). É interessante notar a categorização que a internauta realiza em relação aos cidadãos em que fica subentendido que todos, independentemente de sua condição social ou poder aquisitivo, sejam compreendidos como cidadãos: “a cidade deve ser pensada para os cidadãos e não para os que podem pagar por prédios e intensificar a segregação!” Em oposição ao discurso excludente baseado na meritocracia construído na página do Novo Recife, vemos uma categorização mais inclusiva nesse comentário, refletindo o discurso de apoio ao #Ocupe.

**Figura 59** – Embate ideológico Capitalismo x Comunismo/Socialismo



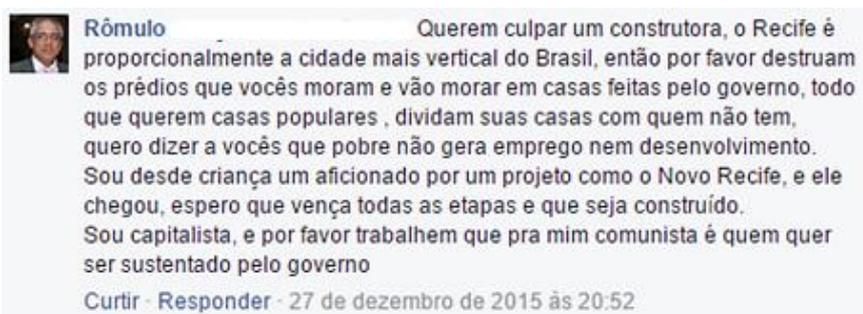
Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

Na resposta a esse comentário, o internauta parece dialogar com um todo imaginário ideológico e não com a internauta a quem responde como se estivesse falando com um homem: “Melhor seria um tirano como você regendo a cidade, né não, campeão” (Figura 60). Claramente o internauta não está atento à discussão que se apresenta, demonstrando, dessa forma, um posicionamento já intolerante, que nem considera a fala do outro antes mesmo de engajar-se no debate. Além disso, distorce o discurso dela, numa falha de interpretação acidental ou mesmo estratégica: “essa sua ideia de não deixar as pessoas decidirem onde morar e como morar”. Ele atribui essa imposição aos apoiadores do #Ocupe, ao próprio #Ocupe, quando pode-se argumentar que é o Novo Recife que se impõe à cidade e aos cidadãos. Como Indursky (2002) apontou no caso por ela estudado, nesse caso também há uma desconexão provocada pelos referentes distintos. Para o #Ocupe e apoiadores, o Capitalismo se impõe sobre os direitos dos cidadãos; para o Novo Recife e apoiadores, o #Ocupe se impõe sobre a vontade e liberdade individual.

Já em outros comentários, percebemos de forma ainda mais direta a reprodução do discurso excludente, baseado na ideologia capitalista (Figura 61): “quero dizer a vocês que pobre não gera emprego nem desenvolvimento”. Além de pressupor que emprego e desenvolvimento são os objetivos a se almejar, essa afirmação provoca um acarretamento de que, se eles não levam a esses objetivos, os pobres podem ser ignorados, rejeitados, pois não contribuem para o “progresso/desenvolvimento”, não podem ser, portanto, categorizados como

cidadãos-empresendedores. Novamente, a questão é: o que é progresso e desenvolvimento? Para quem? Nesse exemplar, e no discurso hegemônico do Novo Recife e imprensa tradicional local, a concepção de desenvolvimento construída e reproduzida é aquela baseada na geração e acúmulo de capital. Nesse modelo sociocognitivo sobre desenvolvimento, é desconsiderado qualquer fator relacionado ao desenvolvimento humano.

**Figura 60** – Comentário que resgata discurso de exclusão



Fonte: @MovimentoOcupeEstelita

Porém, não apenas o discurso do progresso como acúmulo de capital reverbera nos sites de redes sociais; também se faz presente a voz do #Ocupe, ressoando nos discursos de seus apoiadores e/ou simpatizantes, como nos comentários que vimos acima, em defesa do Movimento, e nos comentários abaixo (Figura 62), que não tratam do #Ocupe em si, mas trazem ideias defendidas pelo grupo num debate sobre o que seria progresso de fato. Esses discursos apoiadores, em geral, prevalecem em espaços como a página do Movimento e do Diário de Pernambuco, embora também figurem nas outras duas páginas abordadas, @novorecife e @jornaldocommercioPE.

Observamos, contudo, como esses discursos apoiadores do #Ocupe têm dificuldade em subverter a lógica da racionalidade técnico-instrumental capitalista neoliberal em relação à utilização do solo e espaços urbanos a que se referiam Castilho e Souza (2017): “Está desativado a mas de 20 anos nunca gerol nada”; “Tiago [...] qual é a utilidade daquele cais” (Figura 62). O imperativo maior é utilizar o espaço, e ainda para algo “produtivo” – no caso, geração de lucro, mesmo que seja para poucos.

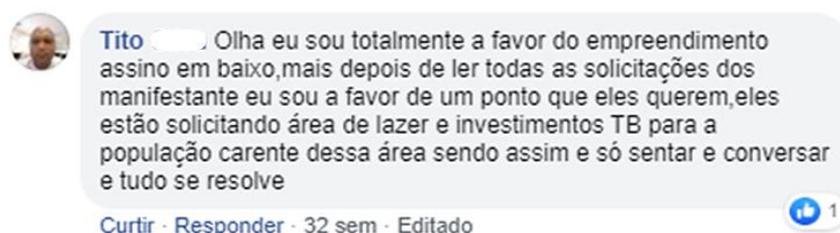
**Figura 61** – Debate sobre o conceito de progresso



Fonte: @jornaldocomercioPE

Foi possível verificar também o efeito do discurso do #Ocupe sobre alguns discursos de internautas, que parecem abrir a possibilidade para a consideração de pontos divergentes, como no comentário reproduzido abaixo (Figura 63), em que o internauta admite ser “a favor de um ponto que *eles querem*”. Contudo, mais uma vez a polarização ideológica *Nós x Eles* (VAN DIJK, 2010) transparece no comentário do internauta, demonstrando, apesar de sua aparente abertura ao diálogo, uma cisão com o que o #Ocupe representa: são *eles* que querem, não *nós*.

**Figura 62** – Polarização *Nós x Eles*



Fonte: @jornaldocomercioPE

Lembramos com Mouffe (2003), que nosso conceito de cidadania está em relação constitutiva com o os projetos de sociedade e de sistema político que se nos apresentam: “Para cada interpretação dos princípios ético-políticos corresponde um entendimento diferente de cidadania: liberal, neoliberal, conservador, social-democrata, radical-democrata, etc.” (MOUFFE, 2003, p. 17). Assim, os discursos disseminados nos sites de redes sociais sobre o que significa ser um cidadão, sobre o que é uma cidade, no caso ora estudado, reproduzem os modelos capitalistas do discurso hegemônico e os modelos socialistas, impulsionados, principalmente por simpatizantes do #Ocupe. Observamos, contudo, que há uma penetração intensa do discurso hegemônico, reproduzido nos jornais e pelo Novo Recife, em detrimento do discurso contra-hegemônico que aparece, prioritariamente nas falas de integrantes e/ou simpatizantes do Movimento. Vemos isso pelo domínio de certos conceitos, como o direito à cidade, citado pela internauta (Figura 60), por exemplo, que a maior parte da sociedade não domina e que demonstram um envolvimento maior com a causa. Além disso, ressaltamos a penetração do discurso hegemônico capitalista inclusive nas falas de apoiadores do #OcupeEstelita, como no caso da internauta que condena a pichação e do internauta que baliza a legitimação do Movimento a partir das profissões de seus integrantes, adscrevendo à lógica do cidadão-trabalhador, cidade-empreendimento, enfim, à lógica exploratória capitalista.

Reconhecemos a impossibilidade de precisar em que esfera as categorizações e modelos sociocognitivos são fundados e delineados, mas reconhecemos a força simbólica por trás dos discursos disseminados a partir de posições de poder, como no âmbito jornalístico, por exemplo. Também é possível entrever a identificação ideológica entre diferentes grupos sociais através da análise desses elementos sociocognitivos suscitados nos discursos tecidos por atores associados e/ou simpatizantes desses grupos. De modo que, fica o alerta para a maneira como esses elementos (referenciações, implicações etc.) comumente tratados como estritamente linguísticos têm consequências sociocognitivas reais, muitas vezes generalizando e naturalizando cosmovisões particulares e podendo ser empregados visando ao “controle das mentes” de que trata van Dijk (2010).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O embate entre o #OcupeEstelita e o Novo Recife é um embate que transcorre diferentes territórios e compreensões sobre eles. Disputa-se *um território* público, tornado privado; disputa-se *em territórios* diversos: espaço urbano, espaço virtual, domínio jornalístico, esfera pública; essencialmente disputa-se *o controle sobre um território*: a cognição social, já que, de acordo com a perspectiva sociocognitiva sobre o discurso e seu papel na (re)construção do conhecimento (VAN DIJK, 2010; 2012; MARCUSCHI, 2004; 2007) é nela que os processos de (des)legitimação se estabilizam ou não em uma dada configuração social. Nessa disputa, os grupos e atores sociais em embate têm diferentes condições de acesso ao mecanismo que seria considerado o mais eficiente para o controle do território da cognição social: o discurso.

Partimos aqui de uma premissa essencial: de que a língua e a linguagem se prestam a muito mais do que a representação e/ou etiquetagem das coisas do mundo. A língua é uma atividade social, constitutiva das configurações sociais, cuja forma mais complexa, o discurso, é o caminho privilegiado para a obtenção e manutenção de poder nas sociedades ocidentalizadas contemporâneas (VAN DIJK, 2010; 2015; FAIRCLOUGH, 1989; 2001; CASTELLS, 2009). O discurso é o âmbito de atuação da linguagem, não mais compreendida como um sistema representacional da realidade; é o que nos permite construir, reproduzir e/ou subverter conceitos sobre a(s) realidade(s); é como se formam as nossas cosmovisões, projetos de sociedade, projetos de ser e viver (MARCUSCHI, 2003; 2004).

É através do discurso que decidimos se a área do Cais José Estelita constitui um *terreno público* ou *área privada*; se os integrantes do #OcupeEstelita são *invasores, vândalos e desocupados*, ou *ocupantes, militantes e ativistas*; se o que o Novo Recife propõe pode ser compreendido como *progresso*, desenvolvimento, ou mais um caso de *gentrificação*. Nesse ponto específico, abordamos o discurso sob o prisma dos processos de referenciação e categorização. A referenciação, não mais compreendida como *uma referência*, uma entidade estanque e transcendental, uma etiqueta para algo que existe no mundo, é vista mais como um processo de estabilização de sentidos, que se desenvolve e se desdobra de várias formas (verbais e não verbais, como explorado em nosso trabalho) (CIULLA, 2014; KOCH, 2005).

Como demonstramos no Capítulo 5, em relação aos ativistas do Movimento #OcupeEstelita, o discurso da imprensa tradicional local não emprega termos pejorativos para referenciar os integrantes do grupo, mas seleciona imagens para ilustrar as notícias que falam muito sobre a concepção do ativista social, como, por exemplo, a fotografia do integrante do

#Ocupe tomando banho em uma piscina de plástico e bebendo vinho durante uma intervenção de protesto. Além disso, selecionam informações sobre as ações e intervenções do #Ocupe que o enquadram como um movimento cultural (quando das notícias que realizavam cobertura dos shows no cais promovidos pelo Movimento ou que enfatizavam as ações como oficinas de culinária e artesanato) ou como mais um movimento baderneiro, que perturba a ordem do cotidiano da cidade (como nas notícias que davam ênfase, principalmente, aos “transtornos” e/ou danos a propriedades privadas causados pelas intervenções). Dessa forma, a referenciação em relação ao integrante do Movimento e ao próprio #OcupeEstelita ocorre de forma muito mais difusa do que a seleção de um termo/léxico específico para designar aquele ator ou grupo social. O mesmo ocorre em relação à referenciação ao Projeto Novo Recife por parte do Movimento #OcupeEstelita, que ora direciona seus esforços às construtoras, ora ao poder público, na tentativa de aplicar diferentes referências (como *gângsters*, por exemplo) aos atores sociais representantes do grupo hegemônico de poder.

Da mesma forma que a referenciação, do nível textual-discursivo, deve ser vista como um processo, a *categorização* dos atores sociais, em um nível discursivo-sociocognitivo, deve ser também vista como um processo de tentativa de estabilização (ou subversão) de classificações e conceituações em relação a esses atores sociais. Ao referenciar os ativistas do #Ocupe como “invasores”, por exemplo, o discurso do Novo Recife, o discurso hegemônico de poder, categoriza esses atores sociais como foras da lei, criminosos que agem na contramão da ordem. Esse ato de referenciação específico (analisado no Capítulo 3), demonstra um processo de estereotipização que permeia todo o discurso da imprensa tradicional local, que, por sua vez, reserva os espaços menos privilegiados das notícias para a menção ao #Ocupe ou seus integrantes, e/ou trabalha sobre a concepção do ativista como transgressor da rotina cotidiana, da ordem, e promotor do caos e baderna. Esse estereótipo, por sua vez, é reproduzido no discurso do internauta, da sociedade civil como um todo, como pudemos observar quando da análise dos comentários no Capítulo 6. Além disso, a reprodução acrítica e naturalizada do estereótipo do ativista social como sujeito fora da lei, legitima a aplicação da violência policial, do “braço armado” do Estado e da lei, sobre os integrantes do #OcupeEstelita, como vimos durante a cobertura da ação de remoção do Movimento da área do cais.

Dessas consequências concretas e violentas decorre a importância da consideração dos processos de referenciação e categorização no discurso. É através desses processos que se chega a concepções sobre os grupos e atores sociais que, por sua vez, legitimam certas ações; que fortalecem ou enfraquecem atitudes em relação a esses grupos e atores sociais. Como vimos, o

ato de categorizar é básico para o processamento cognitivo humano (LAKOFF, 1987), para a nossa compreensão do mundo e dos fenômenos sociais, e para a (des)legitimação de uma ou outra versão da verdade, dos fatos, da própria realidade como a compreendemos (FALCONE, 2008). De modo que argumentamos que ambos os lados da questão podem ser considerados corretos ou verdadeiros; o que determina essa realidade ou veracidade é o processo de legitimação – compreendido como um processo essencialmente discursivo (HABERMAS, 2003) – de uma visão particular sobre a cidade (como *cidade-emprego* ou *cidade-coletividade*), sobre o conceito de cidadão, sobre o Novo Recife e o que ele representa, para citar alguns dos conceitos e questões em jogo na disputa.

Nessa conjuntura, a imprensa tradicional detém um nível de poder abrangente, pois constitui um mecanismo de controle institucionalizado sobre o discurso público. O discurso jornalístico, além de alcançar uma grande parcela da população, também alcança aqueles que estão em posições de dominação em diversos âmbitos da sociedade (gestores públicos, empresários, professores), e que atuam na formação da opinião pública em diferentes frentes. Portanto, é problemático o tratamento que os veículos de maior circulação dão a alguns temas de forma naturalizada e acrítica, ou pior, interessada; é problemática a natureza empresarial dos veículos de informação que, assim, tendem a tornar-se cada vez mais veículos de propaganda do capital (HABERMAS, 2003).

É contra a hegemonia discursiva da imprensa tradicional que surgem movimentos como os coletivos midiáticos e jornais alternativos/independentes, e que atuam movimentos sociais como o #OcupeEstelita. De modo que a luta por sua legitimação é a luta pelo poder dizer, poder propor seu projeto de sociedade de modo abrangente e legitimamente. Para tanto, é preciso subverter a hegemonia da imprensa tradicional local e estabelecer-se como agente de informações sobre o caso; é preciso criar uma esfera pública alternativa que não necessariamente elimine ou substitua, mas que seja uma alternativa à esfera pública tradicional dos meios massivos. Assim, o Movimento, como outros “novos” movimentos sociais, lançam mão de sites de redes sociais on-line para erigir essa ágora virtual (LÉVY, 1999).

Percebemos, com apoio em Castells (2009), as “novas” tecnologias de comunicação, principalmente a partir da Web 2.0 e suas plataformas de redes sociais on-line, como novas dinâmicas de comunicação, mais dialogais, e não apenas unidirecionais. Compreendidas como mídias pós-massivas, conforme Lemos (2009), são meios alternativos de comunicação que possibilitaram a interação entre audiência e comunicador; que, ainda mais importante, permitiram a mudança de perspectiva sobre a audiência, não mais compreendida como uma

entidade passiva, mas ativa, que também produz discurso, propõe pautas para discussão. Dessa forma, esses meios promoveram a possibilidade da subversão dos papéis antes mais rígidos dos participantes na comunicação social. Assim, a instituição jornalística se vê compelida a mudar, se vê desestabilizada. O #OcupeEstelita entra em atuação justamente nesse momento em que convergem a popularização das plataformas de redes sociais on-line e a fragilização do monopólio discursivo da imprensa tradicional, logrando, dessa forma, desestabilizar, mesmo que temporariamente, a hegemonia discursiva da imprensa tradicional local.

Vemos isso através da crescente visibilidade que o Movimento adquire nas notícias e cobertura jornalística. Como descrito no Capítulo 5, a cobertura, analisada em três ciclos de notícias, segue um crescendo no que diz respeito ao acesso conferido ao #OcupeEstelita na imprensa tradicional. Inicialmente silenciado, apagado da cobertura, a partir da ação de remoção, o Movimento passa a ocupar também as páginas (tanto impressas como virtuais) dos jornais, chegando, inclusive, a ter notícias publicadas em que o único grupo social citado é o Movimento #OcupeEstelita. Dessa forma, passa a protagonizar a disputa pelo cais.

Entrevemos que foi através dos sites de rede social on-line, notavelmente o Facebook, que o Movimento conseguiu romper com o modelo sociocognitivo preferido para grupos de protesto, ultrapassando o espetáculo do protesto (CASTELLS, 2009), promovendo um tratamento mais prototípico e menos estereotipado do Movimento e instituindo-se como grupo social a ser ouvido sobre o caso. O #OcupeEstelita consegue, assim, que o poder público atenda a algumas de suas reivindicações em relação ao Projeto Novo Recife. Isso ocorre não só através dos protestos e manifestações promovidos no espaço físico urbano, mas também através da atividade discursiva no espaço virtual, em que verificamos, através da análise de comentários, o engajamento da sociedade civil em debates intensos, legitimando, assim, a causa do #Ocupe. Dessa forma, a rede social on-line se converte em uma esfera pública alternativa, em que o #Ocupe se constitui, construindo um modelo de sociedade inclusiva, de cidade-coletividade, de participação política direta, e constrói sua própria legitimação. É importante ressaltar que a atuação on-line, e seus impactos na legitimação do Movimento, não significa que ele poderia prescindir de ações e intervenções no espaço físico urbano. Porém, resta o questionamento sobre o alcance que o #OcupeEstelita teria (tanto em termos de visibilidade como em termos de ter suas reivindicações ouvidas) sem a atuação no espaço virtual.

Esta investigação termina antes do desfecho da disputa pela área do cais, com algumas questões respondidas, mas tantas outras em aberto. Foi realizada ao longo de anos de intensas e profundas mudanças sociais decorrentes de, dentre outros fatores, o crescimento exponencial

do alcance do ambiente virtual em nossas vidas. Questões que apontam para estudos futuros se enquadram em perspectivas linguísticas (um debruçar-se sobre a referenciação como redes de sentidos, por exemplo); em perspectivas psicológico-afetivas (ou seja, qual o papel da emoção nos processos cognitivos de construção de conhecimento, de formação e transformação de ideologias e atitudes sobre o mundo e suas realidades); no fortalecimento de uma abordagem sociocognitiva para a análise do discurso; no aprofundamento sobre os impactos do ambiente virtual em nossa vida política e social; enfim, em caminhos que estão todavia por surgir.

Não obstante essas incompletudes, consideramos que foi possível demonstrar como o #OcupeEstelita desvela a natureza excludente, exploratória e colonial de se pensar a cidade, sua gestão e seus cidadãos por trás do verniz reluzente que recobre empreendimentos como o Novo Recife, colocando no centro da discussão sobre o que é a cidade, grupos tradicionalmente excluídos e marginalizados (as religiões afro-brasileiras, comunidades indígenas, torcidas organizadas, comunidades excluídas da urbe, embora construídas dentro dela etc.) e questões já naturalizadas, como a ideia de progresso, desenvolvimento e o próprio conceito de cidade. Portanto, compreendemos que o Movimento, embora não tenha logrado (ainda) impedir a realização do Projeto Novo Recife como um modelo de gentrificação, conseguiu, contra a força hegemônica e discursiva da imprensa tradicional, no mínimo, demonstrar o potencial político por trás dos sites de redes sociais, e, numa avaliação mais otimista, acender uma fagulha na direção de uma mudança social, de uma revolução das mentes das pessoas.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO Bahiana de Imprensa. Circulação de jornais diários do Brasil segue em declínio. Disponível em: <http://www.abi-bahia.org.br/circulacao-de-jornais-diarios-do-brasil-segue-em-declinio/> Último acesso em 10/11/2018.
- ANDRADE, A. C.; BELARMINO, J. As rotinas jornalísticas na Era da Rede: um estudo sobre as transformações na produção da notícia no Jornal Correio da Paraíba. **Mídia, tecnologia e linguagem jornalística**. BARRETO, E. (et al.) Orgs. João Pessoa: Editora do CCTA, 2014.
- BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12a ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARASSI, V. Mediating Political Action: Internet related Beliefs and Frustrations amongst International Solidarity campaigns in Britain. **The Humanities in the Digital Era**, issue 11, 2009. Disponível em: <<http://openaccess.uoc.edu/webapps/o2/handle/10609/2473>> Último acesso em 28 mai 2020.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- BAZERMAN, C. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: BAZERMAN, C.; DIONISIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (Orgs.). **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 19-46.
- BAZERMAN, C. **Gênero, Agência e Escrita**. Orgs: Hoffnagel, J. Dionisio, A. São Paulo, Cortez Editora, 2006
- BAZERMAN, C. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Ermantina Galvão. 3a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 279-287.
- BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989
- BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Language and Identity. DURANTI, A. (Org) **A Companion to Linguistic Anthropology**. Oxford: Blackwell, 2004, pp. 369-394.
- BUENO, C. Ocupe Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico de Recife. **Ciência e cultura**. vol.66 no.4, São Paulo, out/dez 2014, pp. 6-7. Disponível em:

<cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0009-67252014000400003>  
Último acesso em: 25 de jan 2020

CASTELLS, M. Internet, libertad y sociedad: una perspectiva analítica. **Polis**, vol. 4, 2003.  
Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/7145>. Último acesso em: 10 de jan 2020.

CASTELLS, M. A Sociedade em rede: do conhecimento à política. CASTELLS, M.;  
CARDOSO, G. (Orgs.) **A Sociedade em rede: do conhecimento à política**. Imprensa  
Nacional, Casa da Moeda: Belém, Portugal, 2005, pp.17-30

CASTELLS, M. **Communication power**. Oxford University Press Inc.: New York, 2009.

CASTELLS, M. **The rise of the network society**. Wiley-Blackwell: West Sussex, UK, 2010.

CASTELLS, M. **Networks of outrage and hope: social movements in the internet age**.  
Polity Press: Cambridge, UK, 2015.

COMEÇA demolição de armazéns. **Jornal do Commercio**, Recife, 22 maio 2014, capa dois.

CRANDALL, H.; CUNNINGHAM, C. M. Media ecology and hashtag activism:  
#Kaleidoscope. In: **Explorations in Media Ecology**. Vol. 15, n. 1, fev 2016, pp. 17–28.

DURANTI, A. **Linguistic Anthropology**. Cambridge, Cambridge University Press, 1997

DURANTI, A. **A Companion to Linguistic Anthropology**. Oxford: Blackwell, 2004

FABRÍCIO, B. F.; MOITA-LOPES, L. P. Discurso e vertigens: identidades em xeque em  
narrativas contemporâneas. **Veredas: revista de estudos linguísticos**, Juiz de Fora, v.6, n.2,  
p.11-29, jul./dez. 2002.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London, Longman, 1989.

FALCONE, K. **O Acesso dos excluídos ao espaço discursivo do jornal**. Dissertação de  
Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

FALCONE, K. **(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de  
categorização social**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

FALCONE, K. Gêneros Textuais e o 'Agir Cognitivo'. In: MIRLEU, I.; RODRIGUES, M. C. (Orgs.). **Ensino de língua e Literatura: políticas, práticas e projetos**. 1ed. Campina Grande: Bagagem, 2012, v. 1, p. 115 – 128.

FANG, J. In defense of hashtag activism. **Journal of critical scholarship on higher education and student affairs**. Loyola University of Chicago. Vol. 2, Issue 1, p. 138-142, 2016. Disponível em: <<http://reappropriate.co/2016/04/in-defense-of-hashtag-activism/>> Último acesso em 26/10/2018.

FAUSTO NETO, A. Transformações do jornalismo na sociedade em vias de midiatização. In: Interfaces jornalísticas: ambiente, tecnologias e linguagens. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

FIGUEIREDO, C. D.; CAVALCANTI, J. R. B. A. O Caso Ocupe Estelita no Jornalismo Pernambucano: Silenciamento e Crise na Mídia Corporativa como Terreno Fértil para as Fake News. **Big data e fake news na sociedade do (des)conhecimento**. Carlos TOURAL, Gabriela CORONEL, Pollyana FERRARI (Orgs.) Aveiro: Ria Editorial, 2019, p. 129-150

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis, Editora Vozes, 1999

FRANCSICO, K. C. O jornalismo e as redes sociais: participação, inovação ou repetição de modelos tradicionais? **Prisma.com**, vol. 12, Especial ciberjornalismo, 2010, pp. 1 – 26. Disponível em: < <http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/viewFile/754/681> > Último acesso em 31/10/2018.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GONZÁLEZ, Jorge. Digitalizados por decreto. Ciberkultur@: inclusão forçada na América Latina. **Revista Matrizes**. Ano 2, n. 1, p. 113-138, 2008.

GOSS, K. P; PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. In: **EmTese**. Vol. 2, n 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91

GRIGOLETTO, E. O discurso dos ambientes virtuais de aprendizagem: entre a interação e a interlocução. In: GRIGOLETTO, E; DE NARDI, F. S.; SCHONS, C.R. (Orgs.) Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no

ciberespaço. Recife: Ed. da UFPE, 2011, p. 47 – 78.

GUTMANN, A.; THOMPSON, D. **Why Deliberative Democracy?** New Jersey: Princeton University Press, 2004, pp. 3–29. Disponível em:  
<<http://assets.press.princeton.edu/chapters/s7869.pdf>> Último acesso em 03/09/2018.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KOCH, I. V. A Construção dos Sentidos no Discurso: Uma Abordagem Sociocognitiva. **Revista Investigações**, vol.18, nº 2, 2005. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1478>> Último acesso em 15 mar. 2019.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, R. **The language war**. Berkeley: University of California Press, 2000.

LEMOS, A. Celulares, funções pós-midiáticas, cidade e mobilidade. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), v. 2, n. 2, p. 155-166, jul./dez. 2010.

LÉVY, P. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MALINI, Fábio. A nova GRANDE MÍDIA: a ecologia midiavivista brasileira no Facebook. Disponível em: < <http://www.labic.net/cartografia/a-nova-grande-midia-a-ecologia-midiavivista-brasileira-no-facebook/>> Último acesso em 20 mai 2020

MANSANO, R. S. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, vol. 8(2). 2009 pp. 110 - 117

MARTINS, M.; MOREIRA, M. O que a imprensa do Recife não conta sobre o Estelita. **Blog Intervozes; Carta Capital**. 2014. Disponível em: <  
<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964/>>. Último acesso em 19/01/2020.

MARCUSCHI, L. A. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. In: Heloisa Pedroso de Moraes Feltes (org.). **Produção de Sentido - Estudos Transdisciplinares**. São Paulo/Porto Alegre/Caxias: Annablume/Nova Prova/Educs, 2003, pp. 239-262

MARCUSCHI, L. A. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: Miranda, NS, Name, MC, organizadores. **Linguística e Cognição**. Juiz de Fora: Ed. UFJF; 2005. p.49-77.

MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MELO, L. N. T. **Construção de identidade de grevistas pela imprensa**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

MENDES, L. Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith. **Cadernos MetrÓpole**, vol. 16, n.º 32, 2014, pp.487-511.

MENDES, A. R. F.; ROCHA, D. M. Via mangue: crônica de uma gentrificação anunciada? Congresso Observatório das MetrÓpoles vinte anos: as metrÓpoles e o direito à cidade: dilemas, desafios e esperanças, 2019, Rio de Janeiro. **Anais do Congresso Observatório das MetrÓpoles vinte anos**. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2018.

MILLER, C. R. Gênero como ação social. In: MILLER, C. R.; DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (Orgs.). **Estudos sobre: gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, p. 21 – 44.

MITTMANN, S. A apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais. **Anais III Encontro Nacional sobre Hipertexto**. Belo Horizonte (MG), 2009. Disponível em: <http://nehte.com.br/hipertexto2009/anais/a/a-apropriacao-do-ciberespaco.pdf>

MITTMANN, S. O conservadorismo em comentários na rede: identidade, alteridade e contradição. In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M.C.; MITTMANN, S. (Orgs.) **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013, p. 233 – 262.

MOSCATO, D. Media Portrayals of Hashtag Activism: A Framing Analysis of Canada's #Idlenomore Movement. **Media and Communication**. Vol. 4, ed. 2, 2016, pp. 3-12

MOTTA, L. G. Para uma antropologia da notícia. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, Vol. XXV, nº 2, julho/dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/418/387>

MOUFFE, C. **O regresso do político**. Tradução: Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva, 1996.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In: **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.2, n.3, 2003. p.11-26.

OCHS, E. Narrative lessons. DURANTI, A. (Org). **A Companion to Linguistic Anthropology**. Oxford: Blackwell, 2004, pp. 269-289.

PEREZ SALAZAR, Gabriel. La Web 2.0 y la sociedad de la información. **Revista Mexicana de ciencias políticas y sociales**, v. 56, n. 212, p. 57-68, agosto 2011 . Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0185-19182011000200004&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-19182011000200004&lng=es&nrm=iso) Último acesso em 08 jun. 2020.

PRIMO, A. O aspecto relacional nas interações na Web 2.0. **E-Compós** (Brasília), v.9, p 1-21, 2007.

PROTESTO continua e transtornos aumentam. **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 maio 2015, Caderno Local, p. a8.

RABONI, A. Quando o interesse do dono é a voz do jornal. **Observatório da imprensa**. Edição 801. 04 jun 2014. Disponível em: [http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/quando\\_o\\_interesse\\_do\\_dono\\_e\\_a\\_voz\\_do\\_jornal/](http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/quando_o_interesse_do_dono_e_a_voz_do_jornal/) Último acesso em 31 out 2018.

SIEBRA, G. B. A. Cognição, linguagem e estereótipos acerca de pessoas deprimidas: estudo em três categorias profissionais. Tese de Doutorado em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SILVA, F. F. da. Jornalismo móvel digital: uso das tecnologias móveis digitais e a reconfiguração das rotinas de produção da reportagem de campo. (Tese doutorado). UFBA/POSCOM, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/13011> Último acesso em 8 mar. 2020

SILVA, G. P. da. O empreendedorismo cultural: os discursos do desenvolvimento como utopia. **Jornada Internacional de Políticas públicas**, 4., 2009, São Luís/MA. Anais... São Luís/MA: UFMA, 2009. Disponível em:

[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/7\\_desenvolvimento-regional/o-empendedorismo-cultural-os-discursos-do-desenvolvimento-como-utopia.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/7_desenvolvimento-regional/o-empendedorismo-cultural-os-discursos-do-desenvolvimento-como-utopia.pdf) . Último acesso em 19/07/2020.

SILVA, M. O. Jornalismo e Representação do Mundo. In: DIONISIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C.; BARROS, K. (Org.). **Um linguista, orientações diversas**. 1. ed. Recife: Editora da UFPE, 2009. p. 187 – 199

SÍNDICA pede saída de manifestantes. **Jornal do Commercio**, Recife, 09 maio 2015, Caderno Cidades, p. 2

SOARES DA SILVA, A. A Linguística Cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em Linguística. **Revista Portuguesa de Humanidades**, Braga, v. 1, p. 59-101, 1997.

TIBURI, M. Direito visual à cidade. **Redobra**, n. 12, ano 4, 2013, p. 39-53. Disponível em:<[http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/revista\\_redobra12\\_virtual.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/revista_redobra12_virtual.pdf)> Último acesso em 03/08/2015.

VAN DIJK, T. A. **News as discourse**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1988.

VAN DIJK, T. A. **Ideología**: una aproximación multidisciplinaria. Barcelona, España: Gedisa, 2000.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, T. A. Discurso e cognição na sociedade. **Revista Portuguesa de Humanidades**, vol. 19, n. 1, Porto, 2015, p. 19-52.

## ANEXO A - NOTÍCIAS COLETADAS DO JORNAL DO COMMERCIO

<b>Notícias coletadas – Jornal do Commercio – Edições impressas</b>		
<b>Título</b>	<b>Data</b>	<b>Caderno</b>
Começa demolição de armazéns	22/05/2014	Capa dois
Demolição é embargada	23/05/2014	Cidades
Galpões sob domínio do IPHAN intactos	24/05/2014	Cidades
MPPE vai propor reunião com prefeito	29/05/2014	Cidades
Justiça ordena reintegração	30/05/2014	Capa dois
Ato cobra negociação com prefeito	30/05/2014	Capa dois
MPPE quer anular ato de magistrado	31/05/2014	Cidades
Ruídos no Estelita: Geraldo culpa o PT	31/05/2014	Política
Geraldo ocupou o Estelita (Comentário - JC nas ruas)	31/05/2014	Cidades
Protesto cultural no Estelita	02/06/2014	Cidades
Novo Recife tem nível alto de aprovação	16/06/2014	Cidades
PCR define 30 dias para novas regras	17/06/2014	Cidades
Geraldo, o negociador (Comentário - JC nas ruas)	17/06/2014	Cidades
Cúpula do PSB expõe João Lyra	18/06/2014	Política
O novo e o velho no Estelita (Comentário - JC nas ruas)	18/06/2014	Cidades
Tumulto, prisões e feridos	18/06/2014	Cidades
Detidos relatam truculência	18/06/2014	Cidades
Pela garantia dos direitos (Comentário - JC nas ruas)	19/06/2014	Cidades
Único levado para Cotel é pobre e negro	19/06/2014	Cidades
Estelita: João Lyra quebra silêncio	20/06/2014	Política
Polícia Militar reage contra movimento	20/06/2014	Cidades
Trinta dias de movimento	21/06/2014	Cidades
Arte reflete ativismo político	28/06/2014	Caderno C
PCR sem assumir o Estelita	06/05/2015	Política
Passeata da Câmara até o Shopping	06/05/2015	Política
Síndica pede saída de manifestantes	09/05/2015	Cidades
CDU dá sinal verde para o Novo Recife	23/12/2015	Cidades
Leilão de pátio ferroviário é legal	16/11/2017	Cidades
Começa demolição de galpões	26/03/2019	Cidades
Juiz suspende a demolição de galpões	27/03/2019	Cidades
À espera de uma chamada	28/03/2019	Cidades
Demolição deve ser retomada hoje	29/03/2019	Cidades

<b>Notícias coletadas – Jornal do Commercio – Edições On-line</b>	
Policiais federais fazem patrulha no Cais José Estelita	23/05/2014
Consórcio Novo Recife aceita rever projeto do Cais José Estelita	05/06/2014
Geraldo Julio defende negociação e exime prefeitura de responsabilidade	17/06/2014
Ativistas do Ocupe Estelita denunciam agressões da PM	17/06/2014
Novo confronto entre policiais e manifestantes no Cais José Estelita	17/06/2014

Polícia e manifestantes voltam a entrar em confronto à tarde no Cais José Estelita	17/06/2014
Choque tenta dispersar manifestantes no Cais José Estelita	17/06/2014
Polícia Militar cumpre mandado de reintegração de posse no Cais José Estelita	17/06/2014
PF diz que Consórcio Novo Recife não pode cercar terreno do Estelita com tapumes	17/06/2014
Em dia de muito tumulto, PM faz reintegração de posse do Cais José Estelita	17/06/2014
Ativistas prometem ficar acampados embaixo do Viaduto Capitão Temudo	18/06/2014
João Lyra emite nota sobre reintegração de posse no Cais José Estelita	19/06/2014
Justiça Federal notifica Consórcio Novo Recife sobre proibição de obras	19/06/2014
Movimento Ocupe Estelita completa um mês neste sábado	21/06/2014
Quando a arte reflete o ativismo político	28/06/2014
Prefeitura do Recife convoca audiência pública para debater mais uma vez Projeto Novo Recife	30/06/2014
Ativistas do Direitos Urbanos ocupam Prefeitura do Recife	30/06/2014
Justiça concede ordem para que ativistas do Ocupe Estelita deixem prédio da PCR	30/06/2014
Liminar que impedia demolição no Cais José Estelita é cassada	26/08/2014
Audiência pública do Projeto Novo Recife é suspensa	07/11/2014
Redesenho da área central do Recife terá nova discussão	08/04/2015
Raquel Rolnik destaca papel das ocupações urbanas em seminário	15/04/2015
PCR faz campanha contra depredação do patrimônio público	13/05/2015
Após ação da Polícia Federal, Movimento Ocupe Estelita realiza ato no Centro do Recife	01/10/2015
Protesto do Ocupe Estelita programado para esta quinta-feira	01/10/2015
Grupo celebra decisão judicial que anula leilão de área no Cais José Estelita	29/11/2015
Manifestantes do Movimento Ocupe Estelita se acorrentam a mastros na frente da Prefeitura do Recife	21/12/2015
Manhã de protestos no Centro do Recife	22/12/2015
Membros do Movimento Ocupe Estelita realizam passeata no Centro do Recife	22/12/2015
Com 21 votos a favor, Projeto Novo Recife é aprovado pelo CDU	22/12/2015
João Paulo promete desapropriar área do Cais José Estelita	01/09/2016
Ivan Moraes afirma que projeto da PCR pode beneficiar Novo Recife	21/06/2017
MPF defende manutenção da nulidade do leilão do Cais José Estelita	26/06/2017
CBTU retira vagões antigos do terreno do Cais José Estelita	03/08/2017
TRF decide pela legalidade do leilão de pátio ferroviário	15/11/2017
Demolição de galpões no Cais José Estelita é retomada	25/03/2019
Prefeitura emite nota sobre empreendimento no Cais José Estelita	25/03/2019
Manifestantes protestam após retomada de obras no Estelita	25/03/2019
Após protestos, placa com informações da obra é fixada no Cais José Estelita	25/03/2019
Justiça suspende demolição dos galpões do Cais José Estelita	26/03/2019

Trabalhadores formam fila em busca de emprego no Projeto Novo Recife	27/03/2019
Consórcio Novo Recife retoma a demolição dos galpões do Cais José Estelita	28/03/2019
Após retomada de obras, aumenta procura de emprego no Cais José Estelita	29/03/2019
Projeto Novo Recife diz que fará contratações já na próxima semana	29/03/2019
Obras de demolição do Cais José Estelita são concluídas	01/04/2019

## ANEXO B - NOTÍCIAS COLETADAS – DIARIO DE PERNAMBUCO

<b>Notícias coletadas – Diario de Pernambuco – Edições impressas</b>		
<b>Título</b>	<b>Data</b>	<b>Seção</b>
Consórcio inicia demolições de armazéns	22/05/2014	Vida Urbana
Demolição de galpões interrompida no cais	23/05/2014	Local
Consórcio vai recorrer de decisão	24/05/2014	Local
Justiça concede liminar de reintegração de posse	30/05/2014	Local
Reunião definirá como será feita a reintegração	31/05/2014	Local
Nova reunião para discutir projeto	10/06/2014	Local
Lideranças reagem à desocupação	18/06/2014	Política
Prefeito sanciona projeto após votação polêmica	05/05/2015	Local
Protesto de cinco horas contra plano	06/05/2015	Local
Manifestação ignorada	06/05/2015	Política
Protesto continua e transtornos aumentam	09/05/2015	Local
CDU se reúne hoje para analisar o Novo Recife	22/12/2015	Local
Conselho aprova o projeto Novo Recife	23/12/2015	Local
Obras do Mirante do Cais previstas para março	07/11/2018	Local
Demolição de armazéns é retomada	26/03/2019	Local
28 armazéns serão mantidos, diz prefeitura	26/03/2019	Local
Estelita sob nova disputa judicial	27/03/2019	Local
Obra no Estelita atrai desempregados	28/03/2019	Local
Justiça libera demolição de armazéns	29/03/2019	Local
Demolição será concluída até terça-feira	30/03/2019	Local
Concluída a demolição dos armazéns do Estelita	01/04/2019	Local

<b>Notícias coletadas – Diario de Pernambuco – Edições On-line</b>	
Câmara é ocupada por ativistas após aprovação do plano urbanístico para o Cais José Estelita	04/05/2015
Movimento organiza protestos contra aprovação de projeto sobre o Cais José Estelita	05/05/2015
Ocupe Estelita deve entrar com mandado de segurança para anular votação de plano urbanístico	05/05/2015
Ocupe Estelita se manifesta contra sanção de lei referente ao Cais José Estelita	05/05/2015
Luciano Siqueira diz que Novo Recife é problema antigo e sem apoio da prefeitura	05/05/2015
Movimento Ocupe Estelita organiza novo protesto para esta quinta-feira	06/05/2015
Manifestantes acampam em frente à residência do prefeito Geraldo Julio	07/05/2015
Ocupe Estelita promove terceiro grande ato em Boa Viagem	13/05/2015
Movimento Ocupe Estelita organiza coletiva e manifestação na Praça do Derby	01/10/2015
Vídeo mostra PM disparando tiro de borracha em direção a estudante	02/10/2015
Novo Recife volta a ser votado no CDU e Ocupe Estelita reage	21/12/2015

CDU aprova Novo Recife por 21 votos a dois	22/12/2015
MPPE pede anulação de reuniões que aprovaram Novo Recife no CDU	08/01/2016
Em debate com empresários, João Paulo fala do Estelita e de obras inacabadas	05/09/2016
Ministério Público Federal pede nulidade de leilão	26/06/2017
Após apelação, leilão do Pátio das Cinco Pontas é considerado legal pelo TRF	14/11/2017
Obras do Mirante do Cais previstas para março	07/11/2018
Linha do tempo: terreno do Cais José Estelita é alvo de disputas há sete anos	25/03/2019
Demolição de galpões no Cais José Estelita é retomada nesta segunda	25/03/2019
Políticos questionam falta de placa com informações sobre a obra	25/03/2019
Prefeitura do Recife diz que 28 armazéns serão preservados	25/03/2019
Responsáveis por obra do Novo Recife instalam placa improvisada no Cais José Estelita	25/03/2019
Saiba mais sobre o projeto residencial Mirante do Cais, no Cais José Estelita	25/03/2019
Ativistas permanecem acampados em frente ao Cais José Estelita	26/03/2019
Consórcio pretende finalizar demolições de armazéns até a próxima terça-feira	29/03/2019
Obras no Cais José Estelita devem ser retomadas nesta sexta-feira	29/03/2019
Prefeitura do Recife diz que recorreu da decisão da Justiça sobre Estelita para 'recuperar a legitimidade administrativa'	29/03/2019
Fila de emprego para o projeto Novo Recife, no Cais José Estelita, continua grande	01/04/2019
Concluída a demolição dos armazéns do Estelita	01/04/2019
Movimento Ocupe Estelita denuncia, ao MPPE, engenheiro do Consórcio Novo Recife	03/04/2019
Torres do Cais José Estelita começam a sair do papel	18/05/2019